

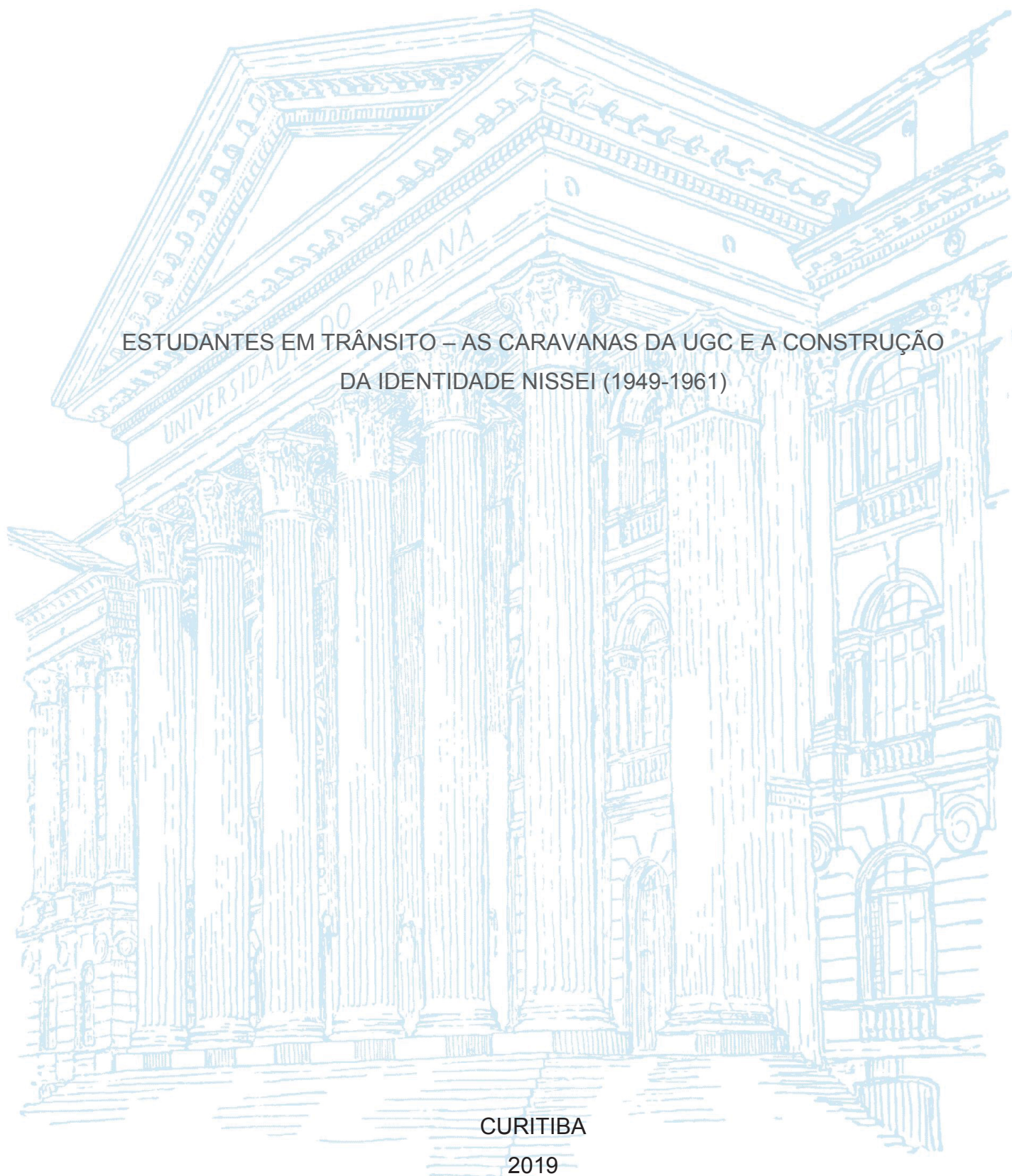
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

IVAN ARAÚJO LIMA

ESTUDANTES EM TRÂNSITO – AS CARAVANAS DA UGC E A CONSTRUÇÃO
DA IDENTIDADE NISSEI (1949-1961)

CURITIBA

2019



IVAN ARAÚJO LIMA

ESTUDANTES EM TRÂNSITO – AS CARAVANAS DA UGC E A CONSTRUÇÃO
DA IDENTIDADE NISSEI (1949-1961)

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Roseli Terezinha Boschilia

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Lima, Ivan Araújo

Estudantes em trânsito : as caravanas de UGC e a construção da
identidade Nissei (1949 – 1961). / Ivan Araújo Lima. – Curitiba, 2019.

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Roseli Terezinha Boschilia

1. Estudantes japoneses – História – Curitiba (PR). 2. Migração -
japoneses. 3. Imigração japonesa. 4. União dos *Gakusseis* de Curitiba
(UGC). I. Título.


CDD – 325.252098162

TERMO DE APROVAÇÃO


Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **IVAN ARAÚJO LIMA**, intitulada: **ESTUDANTES EM TRÂNSITO - AS CARAVANAS DA UGC E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NISSEI (1949-1961)**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 19 de Junho de 2019.


ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA
Presidente da Banca Examinadora


MARCIO SÉRGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA
Avaliador Externo (UFPR)


MARCOS GONÇALVES
Avaliador Interno (UFPR)



aos meus pais

*que me inspiram como pessoas e que sempre
incentivaram e incentivam todos os passos da
minha curta caminhada.*

AGRADECIMENTOS

Foi um desafio concluir esta dissertação em um momento de tantas incertezas para o Brasil, sobretudo para a educação e as ciências humanas. Não fosse o apoio de minha orientadora, meus amigos e meus familiares, não seria possível chegar ao fim de uma tarefa tão desafiadora.

Primeiramente, gostaria de agradecer à CAPES, uma instituição que vem sendo política e estruturalmente atacada nos últimos anos, por financiar esta pesquisa do início ao final. Aproveito para expressar meu desejo de que muitos colegas possam desfrutar deste privilégio no futuro.

Agradecimentos enormes para minha orientadora, Roseli Terezinha Boschilia, que sempre me apoiou e demonstrou acreditar nos objetivos deste trabalho mesmo quando eu estava confuso e desfocado. Aproveito a deixa para agradecer aos professores do Departamento de História da UFPR, em especial aos da linha de pesquisa *Intersubjetividade e Pluralidade: Reflexão e Sentimento na História*.

Também aos meus colegas e grandes amigos historiadores registro meu enorme carinho, em especial à Dani, Willian, Anne, Lu, Paula, e Valdemir. Uma carreira brilhante espera todos vocês e eu quero continuar participando disso.

Saudações a todos integrantes e companheiros da União dos Gakusseis de Curitiba, que vive atualmente um momento especial de reconstrução, capitaneado pelo atual presidente Gabriel Hiromiti, alguém que nunca vacilou em facilitar os caminhos desta pesquisa.

Aos meus eternos amigos da Confraria, que estão comigo desde a infância e adolescência e me ajudaram a ser quem eu sou. Agradeço a Arthur, Betinho, Carlos, Erich, Hu, Mari, Paulinha, Peu, Purga e Tadeo. Além destes, agradeço a outros amigos que estiveram comigo nestes tempos como Helton, Yuka, Danilo, Soren, Laura, Alexandre, Rafael e Leite.

À minha companheira Fabiane, que há anos me apoia, mas que especialmente nos últimos meses transformou minha vida para melhor e me inspirou nos passos finais dessa caminhada, registro todo meu carinho.

Por fim, agradeço aos meus familiares, pessoa de inteligência e carinho invejáveis, que me construíram minha formação como historiador desde o dia em que nasci. Em especial meus irmãos Felipe, Iuri e Thiago, meu pai, Domingos e minha mãe Socorro.

RESUMO

O presente trabalho tem como enfoque a atuação de uma instituição de estudantes nisseis (filhos de imigrantes japoneses), a *União dos Gakusseis de Curitiba* (UGC), entre 1949 e 1961, com especial atenção para a realização das *caravanas*. Tratavam-se de eventos de diferentes tipos nos quais os ugegenses, estudantes radicados em Curitiba, quase todos originários do interior do Paraná e de São Paulo, destinavam-se aos núcleos de concentração de japoneses e descendentes para realizar atividades esportivas, acadêmicas ou assistencialistas. Normalmente, as caravanas divulgavam a existência da UGC, buscavam incentivar jovens do interior a tentar ingressar no ensino superior e discutiam certas práticas comuns aos nipo-brasileiros da época. Realizações deste tipo também eram feitas por outras entidades nisseis, que com frequência se deslocavam para Curitiba, em várias ocasiões com o intuito de conhecer a UGC. O emergir de atividades deste tipo, bem como seu significado, pode ser compreendido com profundidade através da análise das transformações políticas, demográficas e econômicas pelas quais o Brasil, e especialmente o Paraná, passavam ao longo dos anos 1950, dentre as quais destaca-se neste trabalho a expansão do ensino secundário e universitário e o maior estabelecimento da qualificação profissional como meio de ascensão social. No caso dos imigrantes japoneses e de seus descendentes, esta conjuntura histórica coincidiu com um momento de reorganização interna do espaço étnico, no qual os nipo-brasileiros recuperavam-se dos traumas vividos ao longo da Segunda Guerra Mundial e as disputas entre aqueles que aceitaram a derrota do Japão no conflito e aqueles que admitiram sua derrota. Neste cenário, o papel cumprido pelas associações de nisseis, que construíram uma identidade própria diferenciada da dos imigrantes, foi essencial para a continuidade de um projeto de ascensões sociais iniciado pelos imigrantes.

Palavras-chave: Nisseis, História do Paraná, Anos 1950, Imigração Japonesa, Educação.

ABSTRACT

This paper focuses on the operation of an institution of nissei (sons of Japanese immigrants) students, Union of Gakusseis of Curitiba (UGC), between 1949 and 1961, with special focus to the realization of *caravans*. These were events of different kinds in which *ugecenses*, students based in Curitiba and almost all from the countryside of Paraná and São Paulo states, were destined to the spaces of concentration of Japanese and descendants to carry out sports, academic or assistance activities. Typically, caravans disclosed the existence of the UGC, sought to encourage young people from the interior to try to enter higher education and discussed certain practices common to Japanese-Brazilians of the time. Accomplishments of this kind were also made by other nissei entities, who often traveled to Curitiba, on several occasions with the purpose of meeting the UGC. The emergence of such activities, as well as their significance, can be understood in depth through the analysis of the political, demographic, and economic transformations that Brazil, and especially Paraná, experienced throughout the 1950s. In this paper the expansion of secondary and university education and the greater establishment of professional qualification as a means of social ascension have a special focus. In the case of Japanese immigrants and their descendants, this historical conjuncture coincided with a moment of internal reorganization of ethnic space, in which Japanese-Brazilians recovered from the traumas they had experienced during World War II and the disputes between those who accepted defeat of Japan in the conflict and those who admitted their defeat. In this scenario, the role played by the nissei associations, which built their own identity distinct from that of the immigrants, was essential for the continuity of a project of social ascensions initiated by the immigrants.

Keywords: Nisseis, History of Paraná, 1950 decade, Japanese Immigration, Education.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Comparação internacional de rendas per capita em dólares geary-khamis 1950/1975.....	23
TABELA 2 – Coeficientes de natalidade e mortalidade para o Brasil – 1891/1970.....	29
TABELA 3 – População brasileira por cor autodeclarada: 1950	35
TABELA 4 – Posição na ocupação das Pessoas Economicamente Ativas da População Brasileira em 1950.....	36
TABELA 5 – Imigração para o Brasil, por nacionalidade (1872-1960)	38
TABELA 6 – Poporção entre número de matrículas no Ensino Médio e a população entre 15-19 no Brasil: 1920/1960	46
TABELA 7 – Proporção entre número de matrícula no Ensino Superior e a população entre 20-24 anos no Brasil: 1940/1960	46
TABELA 8 – Diplomados com 10 anos ou mais na população brasileira segundo a cor: 1950	51
TABELA 9 – Escolas superiores criadas no Brasil: 1808-1960	52
TABELA 10 – População do Paraná por Estado/Região de nascimento: 1940-1960.....	57
TABELA 11 – Diplomados com 10 anos ou mais na população paranaense segundo a <i>cor</i> e o <i>sexo</i>	59
TABELA 12 – Matriculados na Universidade do Paraná por faculdade: 1946-1960	64
TABELA 13 – Relação candidatos/habilitados por faculdade na Universidade do Paraná: 1946-1960	64
TABELA 14 – Percentual de mulheres diplomadas por faculdade na Universidade do Paraná	66
TABELA 15 – Imigração japonesa para o Brasil: 1908-1941	77
TABELA 16 – Distribuição da população de origem japonesa por setores de atividade	86
TABELA 17 – Período médio (anos) em que os chefes das famílias japonesas deixaram de ser colonos.....	87
TABELA 18 – Número de transferências de residência para chefes de família agricultores vindos antes da Segunda Guerra Mundial e status de ocupação ao chegar ao Brasil.....	88
TABELA 19 – Distribuição da população <i>amarela</i> do Paraná em 1950 por <i>zona</i> do Estado..	99
TABELA 20 – Cidades paranaenses com pelo menos mil (1.000) amarelos em 1950.....	99
TABELA 21 – Grau de escolaridade da população de descendentes de japoneses de 15 anos ou mais (1958).....	107
TABELA 22 – Evolução da população amarela nos municípios de Curitiba e Antonina (1932-1950).....	114
TABELA 23 – Endereços comerciais da população nipo-brasileira de Curitiba divididos por atividade (1956).....	115
TABELA 24 – Nipo-brasileiros formados pela Universidade do Paraná (1946-1960)	117
TABELA 25 – Distribuição percentual de estudantes nipo-brasileiros nas escolas superiores de Curitiba (1956)	132
TABELA 26 – Quadro de sócios da UGC por origem (1949-1956).....	133
TABELA 27 – Sócios da UGC por local de nascimento (1956).....	134
TABELA 28 – Quadro de sócios da UGC por <i>sexo</i> (1956)	150
TABELA 29 – Estudantes nipo-brasileiros formados pela Universidade do Paraná por curso e <i>sexo</i> (1946-1960)	151

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Entidades e grupos de estudantes recebidos pela UGC (1950-1961).....	145
QUADRO 2 – Caravanas do Departamento de Assistência Médico-Farmacêutica da UGC (1955-1961).....	153

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Equipe da UGC perfilada para uma partida de beisebol em Assaí (PR).....	143
FIGURA 2 – Debate promovido por UGC e Associação das Moças de Figueira na sede da UPE.....	149
FIGURA 3 – Caravanistas do Departamento de Assistência Médico-Farmacêutica da UGC realizando exames em Arapongas (PR).....	159
FIGURA 4 – Participantes da I Semana de Estudos Sobre a Comunidade Japonesa do Brasil em meio a uma mesa de discussões.....	162

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 BRASIL ANOS 1950: UM PAÍS EM TRÂNSITOS	23
1.1 DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO	23
1.2 O <i>TRÂNSITO</i> DAS MIGRAÇÕES INTERNAS.....	29
1.3 O <i>TRÂNSITO</i> DE IMIGRANTES E DE NEGROS EM PERSPECTIVA.....	35
1.4 A FORMAÇÃO DA NOVA CLASSE MÉDIA	41
1.5 A EDUCAÇÃO E O <i>TRÂNSITO</i> DAS ASCENSÕES SOCIAIS	45
1.6 PARANÁ: ECONOMIA CRESCENTE, POPULAÇÃO EM <i>TRÂNSITO</i>	56
1.6.1 A EXPANSÃO DO ENSINO NO CASO PARANAENSE	60
2 O TRÂNSITO DOS <i>NIKKEIS</i>	70
2.1 A <i>NOVA CLASSE MÉDIA</i> E A IDENTIDADE NACIONAL.....	70
2.2 A CHEGADA DOS JAPONESES.....	77
2.3 A CAMPANHA ANTI-NIPÔNICA E OS CONFLITOS DOS ANOS 1940.....	82
2.4 MIGRAÇÕES INTERNAS E ASCENSÃO SOCIAL.....	88
2.5 MIGRAÇÕES PARA O PARANÁ	92
2.6 MIGRAÇÕES, EDUCAÇÃO E ASSOCIATIVISMO	101
2.7 FORMAÇÃO DA COMUNIDADE <i>NIKKEI</i> DE CURITIBA	109
3 CARAVANAS DA UGC: ESTUDANTES NISSEIS EM TRÂNSITO	119
3.1 ENTIDADES NISSEIS NO CONTEXTO DO PÓS-GUERRA.....	123
3.2 A ESPECIFICIDADE DA UGC NA <i>COLÔNIA JAPONESA</i> DE CURITIBA.....	131
3.3 A UGC E SUAS PAUTAS POLÍTICAS	136
3.4 A PRIMEIRA CARAVANA E O ESPORTE COMO FORMA DE SOCIABILIDADE	142
3.5 AS CARAVANAS RECEBIDAS E A UGC PARA SECUNDARISTAS E MULHERES.....	147
3.6 AS CARAVANAS CIENTÍFICAS E A UGC COMO EXTENSÃO DO ESTADO.....	154
3.7 A CARAVANA CULTURAL E O LUGAR DO NISSEI NO BRASIL EM MODERNIZAÇÃO.....	162
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
5 REFERÊNCIAS	174

INTRODUÇÃO

Ainda na graduação, no início de 2013, durante uma disciplina de *História Demográfica*, tomei contato com os debates acerca da aplicação de políticas que tinham por base a teoria eugenista no Brasil dos anos 1930. Na ocasião, me chamou a atenção o lugar específico relegado ao imigrante japonês nas discussões políticas da época. Médicos e políticos dividiam-se, parte deles argumentava que os imigrantes japoneses eram essenciais para o desenvolvimento do Brasil, outra parte os colocava como elementos que prejudicavam a construção em longo prazo de um *sujeito nacional*, devido a sua etnicidade distinta em relação à maioria da população.

A partir deste interesse passei a realizar leituras acerca da imigração japonesa no Brasil e no Paraná. Me surpreendeu o fato de que, mesmo abrigando a segunda maior comunidade *nikkei*¹ do país, o Estado do sul quase não recebeu imigrantes japoneses vindos diretamente do estrangeiro. A imensa maioria dos que chegaram ao Paraná na verdade estabeleceram-se inicialmente no interior de São Paulo, em alguma fazenda ou núcleo de colonização e optaram por dirigir-se ao Estado vizinho em um contexto de expansão das fronteiras agrícolas, principalmente ligado ao crescimento da produção de café em cidades do norte paranaense, a partir dos anos 1930 e principalmente nas décadas de 1940 e 1950.

Dentro deste tema, especificamente sobre Curitiba, o que mais me impressionou foi o quão recente era a existência de uma presença numerosa de pessoas de origem asiática em quantidade razoável na cidade. Se a capital paranaense foi o lugar aonde se estabeleceram os primeiros imigrantes japoneses a chegarem no Estado, sua população *amarela* só passou a ter um peso demográfico relevante a partir da metade dos anos 1950, estando antes disso a restrita a algumas poucas famílias. Seu crescimento se deu em conjunto com o aumento populacional da cidade como um todo, influenciado pelo estabelecimento da capital como relevante centro administrativo regional, o que foi possibilitado por um notável crescimento econômico diretamente relacionado à mencionada expansão da produção cafeeira no interior paranaense.

Principalmente, me fascinou a existência de uma associação exclusivamente composta de estudantes, liderada por *nisseis*² que estudavam na Universidade Federal do Paraná e teve grande relevância em Curitiba. Tanto em obras escritas por memorialistas como *Ayumi-*

¹ Termo utilizado para descrever uma pessoa de etnia japonesa que nasceu fora do Japão.

² *Nisseis* são os filhos dos de imigrantes japoneses. Ao longo deste trabalho, utilizo o termo para os japoneses chegaram ao Brasil ainda na infância.

*caminhos percorridos*³, quanto em trabalhos acadêmicos como *Um estudo sobre os japoneses e seus descendentes em Curitiba*⁴ a União dos Gakusseis de Curitiba (UGC)⁵, fundada em 1949, foi apontada como a mais influente das agremiações nipo-curitbanas ao longo dos anos 1950. Todos os seus fundadores, e a imensa maioria de seus integrantes, eram originários do interior dos estados de Paraná e São Paulo.

O perfil interiorano, nissei e estudantil dos integrantes da UGC me inspirou a realizar um estudo sobre as atividades da agremiação nos seus primeiros quatro anos em meu Trabalho de Conclusão de Curso. Em *Entre os Crisântemos e as Araucárias*⁶ relatei alguns aspectos de sua fundação com a formação de uma identidade paranaense no início da década de 1950, com especial ênfase para os festejos do *Centenário de Emancipação do Paraná*, em 1953, no qual a UGC atuou como organizadora da participação da *etnia japonesa*. Ao longo daquela pesquisa, me chamou muita atenção a longa gama de atividades realizadas pelos ugecenses⁷ e suas íntimas ligações com o movimento estudantil paranaense, bem como o posicionamento identitário do grupo, que se colocava como braço estudantil da comunidade japonesa e como o braço *nikkei* da comunidade estudantil. Passei também a estar interessado às enormes transformações sociais e econômicas do Brasil e do Paraná nos anos 1950, fundamentais para a compreensão do sucesso de uma entidade daquele tipo.

Perto do fim da pesquisa percebi, a partir de fontes consultadas no arquivo da UGC, que existiam pelo país diversos grupos de estudantes nisseis obtiveram grande relevância no espaço étnico nipo-brasileiro e inclusive chegando inclusive a promover atividades influentes na sociedade brasileira como um todo. Reparei que estes grupos mantinham contatos uns com os outros e em certas ocasiões organizavam ações em conjunto. A partir da leitura de *O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses*⁸, originalmente escrito em 1958 por Ruth Cardoso, notei que a aparição de entidades de nisseis enquanto relevantes órgãos de representação *nikkei* nos anos 1950 já havia sido tema de discussões acadêmicas.

Notei que, de um modo geral, a fundação destas entidades possuía fatores em comum. Pode-se interpretar a aparição delas como uma resposta nissei àquela conjuntura histórica, na

³ SETO, Cláudio; UYEDA, Maria Helena. **Ayumi - caminhos percorridos**: memorial da imigração japonesa – Curitiba e Litoral do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

⁴ KOJIMA, Shigeru. **Um estudo sobre os japoneses e seus descendentes em Curitiba**. (Dissertação de Mestrado), 1991, UFPR, Curitiba.

⁵ A palavra *gakusei* é do idioma japonês, em português significa *estudante*.

⁶ LIMA, Ivan Araújo. **Entre os crisântemos e as araucárias**: a União dos Gakusseis de Curitiba e a construção de uma identidade nipo-brasileira no Paraná 1949-1953 (Tese de Conclusão de Curso). Curitiba, 2015, UFPR.

⁷ Termo utilizado pelos próprios frequentadores da UGC.

⁸ CARDOSO, Ruth. **O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses**. In: SAITO, H., MAEYAMA T. (Ed.) **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Vozes/Edusp, 1973, p. 317-345.

qual associações étnicas japonesas estavam novamente permitidas após o final do Estado Novo, o Japão e os países do Eixo tinham sido derrotados na Segunda Guerra Mundial pelo bloco dos países Aliados e a comunidade nipo-brasileira via-se dividida entre uma minoria de pessoas que aceitou imediatamente o resultado daquele conflito e uma maioria de indivíduos que em maior ou menor grau seguiu por algum tempo defendendo a causa do Império Japonês. Quando tinham alta proporção de estudantes em seus quadros, as agremiações de nisseis normalmente advogavam por uma identidade geracional particular, que misturava valorização da etnicidade japonesa com defesa de um integracionismo social de seu grupo étnico na sociedade majoritária.

Isto ocorreu ao passo em que um número baixo de *amarelos*⁹ estudava nas universidades do país, o ensino superior passava a ser encarado como um dos pilares do desenvolvimento nacional, a economia do Brasil crescia em um ritmo extremamente acelerado, gerando transformações na infraestrutura e nas práticas sociais, e as migrações do campo para as cidades aumentavam a cada ano. Desta maneira, o atendimento ao crescente número de nisseis que vinha do interior e a luta pela entrada de mais filhos de japoneses na universidade foram duas das principais pautas defendidas pelas associações de nisseis ao longo dos anos 1950. Percebi em relatos de estudantes de origem japonesa que frequentaram a universidade naquela década diversas menções ao baixo número de nisseis em suas instituições, ao menos em um primeiro momento. Acerca deste tema, me impressionou sobretudo uma grande mudança que se operou em pouco tempo. Entre 1946 e 1948 apenas dois *nikkeis* formaram-se pela Universidade do Paraná, mas entre 1958 e 1960 o número foi de 52¹⁰.

Estas observações me motivaram a continuar a pesquisa no mestrado. Assim, na presente dissertação meus principais objetivos foram analisar *quais fatores históricos germinaram a existência de entidades de estudantes nisseis no Brasil dos anos 1950 e qual foi a contribuição destas para o crescimento de estudantes de origem japonesa nas universidades*. Sem desprezar certas especificidades, o enfoque adotado ao longo destas páginas não buscará as principais respostas em uma “bagagem cultural” trazida da Ásia, mas no estudo aprofundado da História do Brasil e da trajetória dos imigrantes japoneses no país, tratando este fenômeno como produto de um determinado período, em um determinado espaço, possibilitado por determinados fatores.

Para tal, dirigi minha atenção para a que, entre todas as atividades realizadas pela UGC, é aquela que julgo ser a mais característica da agremiação: a realização de diversas excursões, quase sempre dirigidas ao Norte do Paraná, que seus integrantes denominavam como

⁹ Termo utilizado nos censos demográficos brasileiros para descrever pessoas de origem asiática.

¹⁰ Anuários da Universidade do Paraná (1946-1960).

caravanas. Tratavam-se de viagens de diferente caráter, esportivo, assistencial ou intelectual, nas quais os ugegenses entravam em contato com o jovens nisseis, líderes e associações étnicas e até autoridades políticas locais. A principal meta das *caravanas* era divulgar a entidade entre outros *amarelos* e incentivar jovens a seguirem para o ensino superior. Nestas, foi comum que os caravanistas propusessem a modernização algumas práticas sociais de imigrantes japoneses e seus descendentes, que realizassem debates sobre os problemas específicos da comunidade japonesa e que exercessem nestes espaços, junto a outros *nikkeis*, atividades relacionadas aos cursos superiores que frequentavam na capital.

Dentro do contexto de modernização nacional e estadual, em alguns casos, as caravanas foram auxiliadas ou patrocinadas pelo governo local ou pela Universidade do Paraná, que também se empenhavam em atrair garotos do interior do Estado para suas instituições de ensino. Sua realização relaciona-se com um ideário de Brasil em expansão econômica, em crescimento para o oeste, abrindo novas frentes de expansão agrícola ao passo em que se modernizava e industrializava nos grandes centros já estabelecidos. Cabe mencionar, a UGC não era a única instituição a realizá-las. Outras agremiações de nisseis promoviam eventos do mesmo tipo, em muitos casos, com o objetivo de entrar em contato com a própria entidade curitibana. Desta forma, a UGC frequentemente recebia caravanas, geralmente de estudantes nisseis do interior, interessados em conhecer Curitiba e seu ambiente estudantil.

Muitos são os indivíduos que alegaram ter escolhido estudar em Curitiba graças às caravanas promovidas pela UGC. Um deles é Tsutomu Ishikawa, autor do seguinte relato

[antes de chegar em Curitiba] já tinha ouvido falar da UGC, pois na década de 50, um pessoal foi para Assaí fazer palestras. Mas eu não participei desta palestra. Yoshikiti Kanashiro veio representando a UGC e meu pai entrou em contato com ele. Ele explicou como era a cidade, a entidade UGC e disse que era estudante e militar. Eu falei que a entidade era disciplinada. Eu havia ido para Curitiba a fim de estudar. Encontrei Yoshikiti Kanashiro, em seguida fui para a República Baitaca e encontrei a turma¹¹.

O recorte temporal de pesquisa justifica-se não apenas pela década de 1950 ter sido marcante em si para o país e o Paraná, mas também por Ishikawa, presidente da gestão 1960/61, ter sido o mais antigo líder da entidade que alegadamente a conheceu graças às caravanas.

Além das caravanas, analisei em linhas gerais o próprio estabelecimento da UGC como órgão representativo dos estudantes nisseis. Este é entendido como resultado de mudanças estruturais do país como um todo, do Paraná em particular e dos japoneses e seus descendentes em específico. Por este motivo, utilizei ao longo do trabalho a ideia de *trânsito*, trânsito de economia, de demografia, de classes sociais, de status, trânsito literal de idas e vindas entre

¹¹ UGC. UGC – A força de um ideal. Curitiba: UGC, 1999, p. 190.

diferentes pontos e de mudanças nos objetivos de vida, trânsitos que também se refletiam na construção de novas identidades, adaptadas ao panorama vigente de transformações no Brasil, no Paraná e no seio de seu grupo étnico.

Bibliografia

As referências bibliográficas utilizadas para esta pesquisa se dividem em cinco categorias. A primeira são os textos que permitiram a adequada compreensão do contexto histórico brasileiro e mundial ao longo da década de 1950. O mais importante destes é *Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna*, de Mello e Novais. Com o intuito de descrever as mudanças socioculturais decorrentes das transformações demográficas e econômicas do país a partir do fim do Estado Novo, o escrito serve como fio condutor para todo o primeiro capítulo e para a própria noção de *trânsitos* com a qual trabalho. O Volume 11 de *História Geral da Civilização Brasileira*, organizado por Boris Fausto, foi essencial para coletar dados e traçar algumas análises gerais da economia do país no período.

A segunda categoria compreende os textos que ajudam a contextualizar o processo de ascensões sociais no Brasil dos anos 1950, essencial para a obtenção de respostas dos objetivos de pesquisa propostos. *A Nova Classe Média Brasileira*, dissertação de mestrado do economista José Waldir Quadros, permite enquadrar com mais detalhes que tipo de indivíduo se beneficiou do desenvolvimento econômico do país a partir dos 1930. Escritos de José Pastore, Maria Celi Scalon e Carlos Antônio Costa Ribeiro trazem um panorama do significado das ascensões sociais no Brasil dos anos 1950 a partir da perspectiva da economia. Já a obra *Estrutura familiar e mobilidade social*, de autoria da socióloga Ruth Cardoso, traz a discussão das ascensões sociais para o campo da imigração japonesa, sendo de fundamental influência nesta dissertação.

A terceira categoria diz respeito aos textos que discutem as políticas educacionais do Brasil e suas relações com a ascensão social, dando o devido enfoque para a década de 1950. Os livros *A universidade temporã* e *A universidade crítica*, ambos de autoria de Luiz Antônio Cunha, são clássicos do campo da História da Educação que revelaram-se de enorme valor para esta pesquisa. *Universidade do Mate*, de Ruy Wachowicz, *Um lar em terra estranha*, de Ana Paula Vosne Martins e o livro comemorativo de 100 anos da UFPR, permitiram compreender a formação e o crescimento da instituição aonde estudavam ou pretendiam estudar quase todos os integrantes da UGC. Por fim, a tese de doutorado *Da casa pau-a-pique aos filhos doutores*, de autoria de Hiromi Shibata, traz um problema de pesquisa bastante análogo ao deste trabalho, estudar a construção da figura do “bom estudante *nikkei*” a partir das trajetórias familiares de

alunos de origem japonesa em um colégio particular de São Paulo, contribuindo desta maneira para a elaboração de meus objetivos.

A quarta categoria é a das obras que estudam a história do Paraná em particular. *Cultura e Educação no Paraná*, de autoria de Andreazza e Trindade, que permitiu uma boa compreensão da modernização pela qual o Estado passou no período abordado. *Paraná: ocupação do território, população, imigração*, da autoria de Sérgio Nadalin, trata de uma questão parecida, apresentando uma análise mais voltada para aspectos demográficos. O texto *Nota prévia ao estudo de ocupação da terra no Paraná modernos* de autoria de Westphalen, Balhana e Machado permite relacionar as ascensões sociais dos anos 1950 com a questão agrária paranaense. A dissertação de mestrado *Colonização Agrícola: a Colônia Três Barras*, de Evandir Codato, trata de uma questão parecida com a obra anterior, mas voltando-se para um núcleo de concentração japonesa no Estado.

Os textos do quinto tipo são os que versam especificamente sobre a imigração japonesa no Brasil, em termos de uma trajetória particular deste grupo. A maior influência é a da, *Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil*, de organização de Saito e Maeyama, uma coletânea cuja leitura é imprescindível para qualquer estudo neste campo. Em especial os textos de Suzuki, Izumi e Maeyama foram fundamentais para a compreensão de temas como ascensão social, mobilidade geográfica, divisões políticas e religiosidade. A tese de doutorado de Célia Sakurai é outro trabalho supracitado em pesquisas sobre o tema, que merece nota nesta introdução. Seu conceito de *imigração tutelada* é um dos fios condutores desta dissertação. As obras de Cytrinowicz e Shizuno permitem fundamentar com riqueza o contexto histórico imediatamente anterior à fundação da União dos Gakusseis de Curitiba, necessários para a adequada compreensão da questão nissei nos anos 1950. Por fim, a dissertação de mestrado de Carla Holanda da Silva permitiu captar uma outra perspectiva da imigração japonesa no Paraná, a dos *nikkeis* vistos sob os olhos de migrantes nordestinos no Norte do Estado.

Referencial Teórico

Como grande parte da produção acadêmica recente que trata de identidades étnicas, em especial de origem asiática, no Brasil, este trabalho deve muito às reflexões de Jeffrey Lesser. Em *A negociação da identidade nacional* (2001), o brasilianista aprofundou as discussões acerca ideia de *identidades hifenizadas* no país, atentando-se para as estratégias de inserção de grupos de origem imigrante não-europeia na sociedade brasileira, pressupondo que a dita negociação identitária trouxe vantagens para estes indivíduos, quando buscaram abraçar tanto as concepções vigentes de brasilidade quanto suas identidades étnicas específicas.

No livro *Uma diáspora descontente* (2008), Lesser direciona o tema para a questão nipo-brasileira em específico, e desenvolve um trabalho pioneiro em discutir o desenvolvimento de um *mito da minoria modelo* no Brasil. Aponta o autor que além dos alegados discursos de instituições étnicas em especial, ou indivíduos de origem japonesa em particular, a identidade nipo-brasileira é igualmente produto de expectativas e imagens criadas pelo restante da sociedade brasileira, boa parte das quais fundamentada em uma percepção preliminar dos brasileiros acerca do Japão como país, ou do imigrante japonês estereotipado.

Em *A Invenção da Brasilidade* (2014), Lesser ressalta a importância de relacionar os estudos étnicos no Brasil com a história do país como um todo. Daí a noção presente nesta pesquisa de que não basta a história de um grupo de imigrantes isolada. No livro, bem como neste trabalho, a trajetória de um grupo de origem estrangeira é tratada como fenômeno nacional, possível apenas dentro de uma conjuntura e uma temporalidade particulares, sempre em relação com os demais grupos étnicos e sociais do país, como negros, os mestiços, as elites ou a classe trabalhadora.

Em relação a este último ponto, também me valho das teorias desenvolvidas por Lilia Schwarcz (2002) acerca da identidade nacional como um todo e do *mito da democracia racial* em particular. Para a autora, o fundamental não é questionar se este mito é real ou não, mas sim os motivos de sua permanência e suas implicações sociais, intimamente ligadas à condição de classe dos sujeitos, tornando-os mais passíveis de serem considerado brancos na medida em que cumprem não apenas um requisito estético como também incorporam uma série atitudes comportamentais, acessíveis através de seu *status* na sociedade.

Neste sentido, relaciono a obtenção deste status às concepções do filósofo Álvaro Vieira Pinto (1962) acerca da função das universidades no Brasil. Para o autor, as faculdades não são apenas espaços de aprendizagem, mas, sobretudo em um país onde a desigualdade e a pobreza são enormes, também cumprem a função de preparar os estudantes para fazer parte das classes dirigentes. Em sua visão, opera-se ali uma espécie de catequização dos jovens das classes médias ou mesmo das classes menos abastadas, no sentido de versá-las aos valores e objetivos políticos das elites. Desta maneira, é possível relacionar ascensão social, acesso às universidades e integração nas elites e identidade nacional.

De Barth (1989), utilizo a concepção de *etnia* como algo não natural, passível de constantes mutações e não carregada de comportamentos culturais fixos e pré-definidos. Também é do autor a noção de que as fronteiras estabelecidas entre diferentes grupos étnicos permanecem, mesmo que alguns elementos consigam cruzá-las, bem como a de que a identidade de um grupo define-se em relação à de outro. Na mesma linha, me utilizo da obra de

Stuart Hall (1997), para definir as identidades como posicionamentos mutáveis, estratégicos e em constante negociação em relação ao *outro*. Por fim, retiro de Balibar (2005) a construção de identidades como resultado necessário da conjuntura histórica na qual está envolvida, sempre influenciado por fatores como a condição de classe dos sujeitos.

Da obra de Mannheim (1982) retiro o conceito de *geração* definido pelo autor, visto que as diferenças geracionais entre nisseis e isseis¹² são fundamentais para compreender a atuação da UGC. Para o sociólogo, uma geração não tem duração temporal definida e tampouco pode ser entendida como algo globalizante, que envolve todas as pessoas da mesma idade em um determinando espaço ou momento.

Os escritos do sociólogo Takashi Maeyama, sobretudo seu texto *Secret Societies and Associations: The Japanese in Brazil*, influenciaram enormemente esta pesquisa no sentido de compreender de que maneira foi construído um espaço étnico comum dos japoneses no Brasil, normalmente chamado de *colônia japonesa*. Segundo Maeyama, a colônia foi constituída a partir da fundação de associações que tinham na etnicidade seu critério principal de aceitação. Este modelo de sociabilidade não guardava paralelos no Japão, sendo sua proliferação uma característica própria dos imigrantes japoneses em suas estratégias de adaptação no país. Mesmo que o caráter de atuação destas entidades tenha mudado bastante ao longo dos tempos, sua tendência à reforçar a etnicidade como fator importante de diferenciação manteve-se.

Por fim, *O papel das associações juvenis da aculturação de japoneses* escrito por Ruth Cardoso é fundamental para a construção do problema de pesquisa com o qual trabalho. O texto analisa a função de agremiações de nisseis no seio da chamada “colônia japonesa”. Cardoso aponta que a maior característica de entidades deste tipo é a composição notadamente estudantil, a busca por representar os *nikkeis* como um todo e o fato de estarem sendo comandadas por jovens nascidos no Brasil. A socióloga relaciona estas características com um projeto familiar de ascensão social que se inicia a partir de migrações dos japoneses nos meios rurais. Neste sentido, os filhos que chegam ao ensino superior atuam como os representantes de seus pais na elite brasileira.

Também da autoria de Cardoso, *O agricultor e o profissional liberal entre os japoneses no Brasil* é um dos primeiros textos a apontar o estabelecimento de um estereótipo que ligava nipo-brasileiros à condição de estudantes ou de mão-de-obra qualificada. De acordo com a autora, este estereótipo possuía íntima relação com outro relacionado ao mesmo grupo, o de “bom agricultor”, no sentido de que representava uma continuidade no projeto de ascensões

¹² O termo issei é utilizado para a primeira geração de *nikkeis* radicados no Brasil, ou seja, para os imigrantes japoneses em si.

sociais das famílias *nikkeis*, ligada à chegada de jovens nascidos no Brasil em meios urbanos e universitários.

Fontes e Metodologia

No que diz respeito ao mapeamento estatístico da quantidade de estudantes de origem japonesa diplomados pela *Universidade do Paraná* entre o final dos anos 1940 e o início dos anos 1960, os dados coletados foram retirados dos *Anuários* publicados pela instituição, de consulta disponível na Biblioteca Central da Universidade do Paraná. Nestes documentos encontram-se listas com o nome dos estudantes formados por curso em cada semestre letivo. Após fotografar tais listas, foi feito um repasse da relação de formados para uma lista em *Excel*, onde foram divididos pelas variáveis, *sexo*, *ano de formação*, *curso de formação* e *origem do sobrenome*. Desta maneira foi possível produzir dados acerca da quantidade de mulheres formadas pela universidade, seus cursos de preferência e a variação da quantidade de diplomadas por período o mesmo valendo para estudantes nipo-brasileiros. Para dados educacionais e populacionais complementares, foram utilizados os Censos Demográficos do IBGE de 1950 e 1960.

O livro *UGC – A força de um ideal* foi lançado para a ocasião do cinquentenário da entidade em 1999 e inclui um relato pessoal de cada ex-presidente acerca de sua atuação na instituição. É possível captar nestes registros o que estes personagens consideram os motivos pelos quais a UGC foi fundada, bem como seus objetivos centrais. A percepção destas questões varia de acordo com o sujeito entrevistado, sendo influenciada pela trajetória pessoal de cada um destes. Os relatos são também ricos em informações acerca da adaptação dos nisseis ao ambiente universitário e curitibano, revelando experiências dificilmente registradas em fontes escritas convencionais. Outras duas fontes deste mesmo tipo são utilizadas, o depoimento em vídeo de Américo Sato, primeiro presidente da UGC, para o mesmo projeto e uma entrevista concedida por Nobutero Matsuda, fundador e ex-presidente da UGC, a mim no ano de 2014, no contexto da produção de minha Tese de Conclusão de Curso.

Nos arquivos da UGC foi enorme a quantidade de fontes levantadas. Quase sempre em bom estado de preservação, a vasta documentação encontra-se na sede da instituição. Foi necessário abrir e explorar o conteúdo de dezenas de caixas fechadas, separando a partir do recorte proposto o material adequado para a dissertação. Os estatutos da entidade são uma boa base para compreender a função por ela alegada; os ofícios recebidos e expedidos trazem detalhes da relação com outras agremiações étnicas espalhadas pelo país; as atas de diretoria e departamento permitem compreender a gestão e o processo de tomada de decisões internos; as

atas e relatórios de caravana trazem em riqueza de detalhes objetivos, resultados e cotidiano deste tipo de atividades; os álbuns de fotografia, que revelam detalhes das atividades realizadas pela UGC que não constam em registros escritos; os jornais de circulação interna são a fonte que melhor expressa a imagem que a entidade tinha de si mesma, bem como as preocupações individuais dos redatores, quase todos, integrantes da UGC.

Foi ainda realizada alguma pesquisa no Arquivo Público do Paraná, Biblioteca Pública do Paraná e Hemeroteca Digital. Algumas destas fontes complementares permitem traçar certas relações da UGC com outras instituições estudantis, bem como permitir a melhor compreensão de certas pautas que os ugecenses adotaram para si, influenciados pelo ideário dos estudantes da época. Outras são menções à UGC nos jornais paranaenses dos anos 1950, captando como estes jovens se apresentavam para um setor mais amplo da sociedade paranaense e como eram por ele retratados.

Divisão dos Capítulos

Tendo por base Mello e Novais (2002), o primeiro capítulo, intitulado *Brasil anos 1950, um país em trânsito* apresenta uma relação entre modernização, crescimento econômico, ascensões sociais e políticas educacionais no Brasil dos anos 1950. Inicialmente apresento dados demográficos e os pilares básicos do ideário desenvolvimentista, característicos das políticas públicas do período. Num segundo momento, realizo uma breve explanação o fenômeno das migrações internas em seus detalhes gerais, fenômeno este imprescindível para a compreensão adequada das mudanças estruturais pelas quais o país passava.

A seguir trato um pouco da situação dos negros e dos imigrantes em geral, colocando-as em perspectiva para entender o que estas mudanças significaram para cada grupo. Ao que foi apresentado, somo a noção de *nova classe média* elaborada por Quadros, resultado do desenvolvimento econômico do país naquele período. Estes novos agentes tinham como um de seus traços distintivos a obtenção de diplomas do ensino secundário e superior, motivo pelo qual me dedico a analisar o crescimento do ensino público como um todo, e universitário em particular, com ênfase na década de 1950. Após transportar em linhas gerais estas mudanças para o Paraná, situo a Universidade do Paraná nas discussões realizadas ao longo do capítulo, montando no fim um perfil geral de seu corpo discente.

No segundo capítulo, *O trânsito dos nikkeis*, inicio a discussão com uma relação entre *nova classe média, imigração, educação e identidade nacional*, fundamental para compreender os mecanismos discursivos e socioeconômicos que marcaram o fenômeno de ascensões sociais dos japoneses e seus descendentes no Brasil. Depois de apontar em linhas gerais como se deu

a entrada de japoneses no país e quais reações setores da elite tiveram à ela, adentro ao tema das ascensões sociais em si, encarando a política de *imigração tutelada* do governo japonês e o investimento na educação dos filhos como centrais para a constituição de uma estrutura associativa entre os japoneses no Brasil, que teve contribuição enorme para o “sucesso” econômico desta diáspora.

Em um segundo momento, trago a discussão para o contexto específico do Paraná, um estado que praticamente não recebeu imigrantes japoneses, mas acabou por uma série de fatores tornando-se residência de uma numerosa comunidade nipo-brasileira, sobretudo na região Norte. Desta zona de produção cafeeira, bem como de um núcleo de concentração de japoneses existente no litoral do estado, se deu a formação formação de uma “colônia japonesa” em Curitiba.

No terceiro capítulo, *Caravanas da UGC: estudantes nisseis em trânsito*, inicio apresentando um pequeno balanço da situação dos nisseis desde a chegada dos imigrantes japoneses no Brasil, para a seguir explorar com maior profundidade os motivos que tornavam a situação dos ugegenses específica em relação aos demais setores da comunidade *nikkei* de Curitiba. A seguir, mostrarei quais eram as principais pautas da UGC nos primeiros dias de atuação, que em grande medida refletiam suas aproximações com o movimento estudantil paranaense dos anos 1950, gerando um discurso político que influenciava o espaço étnico como um todo.

Por fim, analisarei as caravanas realizadas e recebidas pela UGC como expressão maior de seu projeto político para a comunidade nipo-brasileira, tendo por objetivo maior o crescimento do número de estudantes nisseis nas universidades, o ingresso de mulheres nos cursos secundários e superiores e a definição do lugar do nisei na sociedade brasileira dos anos 1950. Este projeto interessava tanto ao governo do Estado quanto à universidade pública, que de diferentes formas apoiaram e mesmo financiaram as empreitadas ugegenses. A UGC apresentava suas pautas políticas não apenas através de debates e produção de materiais, como também pela realização de eventos esportivos ou de caráter filantrópico, que consistiam na atuação direta de seus integrantes junto aos núcleos de concentração japonesa, exercendo práticas das atividades para as quais estavam se formando em Curitiba.

1. BRASIL ANOS 1950: UM PAÍS EM TRÂNSITOS

1.1 DESENVOLVIMENTISMO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Brasília Capital da Esperança foi um artigo sem autoria conhecida publicado em junho de 1960 no jornal *A Voz da União*, periódico de circulação interna da *União dos Gakusseis de Curitiba* (UGC). O escrito é caracterizado por uma tônica marcadamente otimista, na qual a fundação da nova capital, que aconteceu naquele ano, resumia um panorama de transformações econômicas e sociais pelas quais o país passava. A existência de Brasília aparecia quase como uma purificação da nação em meio ao seu processo modernizador

BRASÍLIA – ao se investir o título de Capital da República dos Estados Unidos do Brasil, determinou o marco gigantesco da pujança e capacidade brasileira. BRASÍLIA – é o exemplo vigoroso de coragem e de trabalho que norteará o Brasil no seu destino, mostrando ao mundo um povo mais confiante do que nunca em seu futuro (...) BRASÍLIA – é o coração propulsor da vitalidade do povo brasileiros (...) Com o intuito de saudar a nova Capital da República, o nosso motivado reconhecimento cívico através de “A VOZ DA UNIÃO” da União dos Gakusseis de Curitiba em aplaudir a excepcional causa patriótica do cidadão Presidente da República Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, que vislumbrou a concretização, a instituição de nossa nacionalidade num fenômeno geo-social e político administrativa na ocupação de todo o território nacional, em que a atividade econômica do país poderá se desenvolver, fomentando o povoamento do sertão¹³.

Tratava-se de uma retórica bastante característica das associações estudantis daquela época. Jornais e discursos políticos refletem também que, mesmo em meio a um cenário institucional instável, existia uma grande confiança no futuro do país, devido as velozes mudanças que se operavam naquele momento. Além disso, chama a atenção a exaltação à política de expansão da ação do Estado para as pouco habitadas áreas do oeste, em voga naquele momento.

Em *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*, Mello e Novais analisam as consequências sociais das enormes destas transformações nos campos demográficos, econômicos e sociais. Segundo os autores, no Brasil, o período que se estende entre as décadas de 1950 e 1980, foi caracterizado por grande crescimento de PIB, expansão da indústria e aumento vertiginoso da população urbana. De acordo com os autores, trataram-se de três décadas de “transformações assombrosas, que, pela rapidez e profundidade, dificilmente encontram paralelo neste século (...) não poderiam deixar de aparecer aos seus protagonistas senão sob uma forma: *a de uma sociedade em movimento*”¹⁴.

¹³ AUTOR DESCONHECIDO. *Brasília Capital da Esperança*. In: *A Voz da União*. Curitiba, Junho, 1960, p.10.

¹⁴ MELLO, J. M. Cardoso; NOVAIS, Fernando. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. In: SCHWARCZ, Lilia M. (org.). *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 4 pp. 559-658. São Paulo, Companhia das Letras: 2002, pp. 584/5.

Estes movimentos foram possibilitados pela ampliação da infraestrutura nacional “de trem, pelas novas estradas de rodagem, de ônibus, ou amontoados em caminhões paus de arara”, ocorreram de uma região do país para a outra, do campo para a cidade ou de uma cidade para outra. Também foram movimentos do ponto de vista do trabalho, de um emprego para o outro, de uma classe social para outra, ou de uma fração da mesma classe para outra fração. De acordo com os autores, estes movimentos foram “de ascensão social, maior ou menor para quase todos”¹⁵.

Não por acaso, Mello e Novais escolheram a década de 1950 como ponto de partida. Após o fim do Estado Novo (1937-1945), o Brasil experimentou sua primeira experiência democrática com considerável grau de participação popular em nível nacional. As transformações na economia geraram muitas mudanças nos padrões de consumo. Bens como o ferro elétrico, o botijão de gás, as panelas de pressão ou de alumínio, os aspiradores ou os alimentos industrializados, empacotados em fábrica ou enlatados fazem parte deste escopo. Juntamente com tais mudanças, e em grande medida por conta delas, também emergiram no Brasil grandes novidades no cinema e na música, que culminaram no surgimento de novos movimentos artísticos. No campo intelectual aconteceu uma renovação de interpretações acerca do país, realizadas por autores que se tornariam clássicos das letras e humanidades. Mello e Novais argumentam que data desta década a crença de que “estariamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos, que combinava a incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência de traços de caráter que nos singularizavam como povo”¹⁶.

Alguns dados servem para ilustrar a amplitude de tal quadro de metamorfose brasileira. A população do país saltou de aproximadamente 41 milhões em 1940 para quase 52 milhões em 1950, superando os 70 milhões em 1960. O número de cidades com mais de 50.000 pessoas saiu de 32 em 1950, para 68 em 1960. A porcentagem de população urbana era de 36,16% em 1950, passou para 45,08% em 1960¹⁷. Quanto à economia, números absolutos revelam um PIB em expansão contínua. A média anual de crescimento foi superior aos 7%, diante de 4,3% da década de 1930 e 5,19% da década de 1940. Tal acréscimo foi puxado pelo setor industrial, que se expandiu a um ritmo de 9,4% ao ano, frente a 4,3% da agricultura e 7,2% do setor de serviços.

¹⁵ *Ibid*, p. 586.

¹⁶ *Ibid*, pp. 560/65.

¹⁷ Dados retirados de: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1288>

Com isto a participação da indústria no PIB saiu de 25,64% no início da década de 1950 para 29,85% ao final¹⁸.

Trata-se de um crescimento econômico real, mesmo considerando-se o grande aumento populacional mencionado. Utilizando a cotação do Real (R\$) de 2008 como medida, Sampaio e Tombolo estudaram a variação do PIB per capita brasileiro a partir de 1820, e constataram que a maior expansão por períodos se deu entre 1950-1975, quando o número saltou de 3.457 para 10.141, representando crescimento de 193%¹⁹. Tratou-se de uma aceleração muito acentuada em relação aos intervalos 1900-1925 (45%) e 1925-1950 (125%), aonde já se podia perceber aumento dos valores. No período seguinte, entre 1975-2000, ainda há uma tendência de crescimento, bem menos acentuada, de 31%.

Poder-se-ia – com razão – argumentar que tal variação está em grande medida relacionada à recuperação da economia global no período pós-Segunda Guerra Mundial. De todas as formas o caso brasileiro é bastante peculiar. Na *Tabela 1* está o levantamento de Sampaio e Tombolo de PIB per capita do Brasil em *Dólares Geary-Khamis*²⁰, comparando-o a outros seis países, Estados Unidos da América, França, Reino Unido, Argentina, México e Venezuela²¹. Neste método, a renda dos brasileiros variou positivamente em 149,65% entre 1950 e 1975, acrescendo menos apenas que a da França, onde o índice foi de 149,87%. É verdade que o PIB per capita brasileiro era o mais baixo de todos os países, apresentando desta maneira um maior potencial de crescimento, ainda assim, sua variação ficou bastante acima da dos países latino-americanos incluídos no levantamento.

TABELA 1 – Comparação internacional de rendas per capita em dólares geary-khamis – 1950/1975

Ano	EUA	França	Reino Unido	Argentina	Chile	México	Venezuela	Brasil
1950	14.406	7.813	10.455	7.513	5.529	3.563	11.243	2.592
1975	24.535	19.523	17.850	12.238	6.439	7.772	15.778	6.471
Variação em pontos percentuais	107%	149,87%	70,73%	62,89%	16,45%	118,13%	40,33%	149,65%

Fonte: SAMPAIO, Armando; TOMBOLO, Guilherme. O PIB brasileiro nos séculos XIX e XX: duzentos anos de flutuações econômicas. *Revista de Economia*, v. 39, p. 181-216, 2013, p. 203.

¹⁸ NUNES, Heliane Muller de Souza. **Crescimento e distribuição de renda no Brasil: o debate na História (1950-1974)** (Tese de Doutorado). Porto Alegre, PUC-RS, 2006, p. 117.

¹⁹ SAMPAIO, Armando; TOMBOLO, Guilherme. O PIB brasileiro nos séculos XIX e XX: duzentos anos de flutuações econômicas. *Revista de Economia*, v. 39, p. 181-216, 2013, p. 196.

²⁰ Unidade de conta que representa uma moeda fictícia que possui o mesmo valor do Dólar Estadunidense em dado momento histórico. Utilizada normalmente para determinar a *paridade do poder de compra* de determinada nação.

²¹ *Ibid*, p. 203.

É entendimento comum que do ponto de vista econômico este crescimento da riqueza nacional, tanto absoluta quanto per capita, tem suas origens na expansão da produção cafeeira. Utilizarei a análise de Quadros (1985) para situar adequadamente esta questão. No entender do autor, o pacote de transformações que irá “desenvolver” o capitalismo brasileiro é fruto da introdução do trabalho assalariado, que possibilitou a geração de um mercado interno, a mercantilização da produção de alimentos, aparição de estradas de ferro e de rodagem e o desenvolvimento de instituições como bancos, escritórios, indústrias ou estabelecimentos comerciais²², que ocorreu ao longo da Primeira República (1889/1930).

A tomada de poder por Getúlio Vargas e seus aliados em 1930 deu início a um segundo momento deste processo de desenvolvimento de mercado interno, caracterizado por maior acumulação de capital, diversificação da indústria produtiva, urbanização constante, aprofundamento da diferenciação social, mercantilização ainda mais intensa da economia em variados setores e maior organização política da burguesia. Esta produção industrial é considerada pelo autor como “restringida” por ser incapaz de dar cabo da crescente demanda nacional que surgia sem parar. Naquele momento, a indústria seguia essencialmente voltada para os ramos leves de bens de produção e consumo. Data também do período a ampliação de uma “racionalização de Estado”, com instituições nacionais mais complexas e ocupação de cargos administrativos tendo a técnica dos funcionários públicos por critério de escolha, ainda que este modelo fosse mais característico de grandes centros urbanos, que se modernizaram em maior intensidade²³.

A década de 1950 aparece como fase decisiva deste processo, na qual uma produção industrial mais complexa, de “indústria pesada” começa a tomar corpo, expandindo-se para setores como os de materiais elétricos, metalomecânica e indústria automobilística. Durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1950/54) concretiza-se a fundação da *Petrobras*, para gerenciar o petróleo nacional, e é assinado o documento que autoriza a criação da *Eletrobrás*, que visava administrar a geração de energia elétrica no país. Para além da aparição de empresas estatais como estas, os governos procuravam conduzir o crescimento industrial do país em diversas frentes, atuando em parceria com o capital nacional, investindo na alteração da infraestrutura básica e depois buscando os investimentos do capital estrangeiro como maneira de modernizar o aparato tecnológico do setor secundário, em um modelo que tem no *Programa*

²² QUADROS, Waldir José. **A nova classe média brasileira: 1950-1980** (Dissertação de Mestrado). Campinas, UNICAMP, 1985, p. 30.

²³ *Ibid*, pp. 30-35.

de *Metas do Presidente Juscelino Kubitschek* (1958) a mais icônica de suas expressões. São estas as características do que Quadros considera um “capitalismo monopolista de Estado”²⁴.

Na asserção de Moreira, ao longo dos anos 1950 vai ganhando força a máxima de que “sem efetiva emancipação econômica não haveria independência nacional”. No campo político, assistia-se ao crescimento de correntes nacionalistas das mais variadas vertentes, à esquerda ou à direita, que tinham em comum a ideia de que o país deveria superar um atraso socioeconômico histórico, relacionado à dependência da economia rural de exportação, reforçando a todo momento a ideia de que coexistiam duas realidades radicalmente opostas no Brasil, uma atrasada, comumente associada ao campo, e outra moderna, comumente associada às grandes cidades. Dentro desta lógica, a construção de um programa auto-centrado de industrialização conduzido pelo Estado não era apenas uma questão de ordem econômica, como também de ordem cultural, em síntese, um meio para alavancar a emergente “cultura brasileira autônoma”, nos termos do que alguns consideravam uma “revolução democrático-burguesa”²⁵.

Eram estas algumas das características marcantes daquilo se convencionou chamar de *desenvolvimentismo*. Para além de seu significado político e econômico, o termo tem enorme ligação com um momento histórico do Brasil, o da Quarta República (1945/1964), período no qual as políticas desenvolvimentistas passaram a ser preponderantes em estratégias de governos nacionais ou locais. Na definição de Fonseca, concretiza-se o *desenvolvimentismo* como proposta política no momento em que o crescimento econômico passa justificar a si mesmo, tornando-se objetivo central das administrações e a razão de ser do Estado. Sendo este crescimento “o elo que dá sentido à toda ação do governo”, legitima-se a ampliação do Estado em diferentes áreas como saúde, educação ou cultura. O bem-estar social e a soberania nacional passam também ao primeiro plano. Dentro desta lógica, o Estado deve participar da elaboração e execução destas políticas, advindo daí uma defesa da racionalidade burocrática²⁶.

Importante ter em conta que os denominados *desenvolvimentistas* não formavam um bloco único, datando do governo de Juscelino Kubitschek (1956/1961) o momento de maior convergência entre suas diferentes facetas. Fonseca identifica diferentes correntes do desenvolvimentismo, que poderiam estar mais ligadas ao conservadorismo, à dita “libertação das massas” ou ao positivismo. O que estas tinham como pautas comuns era a defesa da

²⁴ *Ibid*, pp. 39-41

²⁵ MOREIRA, Vânia Maria. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Revista Brasileira de História*, vol. 18, n. 35, São Paulo, 1998.

²⁶ FONSECA, Pedro Cezar. *Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil*. In: *Pesquisa e Debate*, SP, vol. 15, n. 2 (26), pp. 225,256, 2004. p. 228.

industrialização, do intervencionismo estatal pró-crescimento e alguma forma de nacionalismo que poderia ser anti-imperialista ou ufanista²⁷.

De suma importância para compreender estas diferentes vertentes é ter também em conta que todas elas trabalhavam com uma noção de *marcha civilizadora para o progresso*, evidentemente alimentada ainda mais na medida em que se davam as rápidas transformações econômicas no país. Fonseca apresenta um discurso proferido por Getúlio Vargas ainda em 1927, que serve como exemplo ilustrativo daquilo que mais tarde se converteria em um modelo econômico hegemônico no país. Vargas afirma que o desenvolvimento econômico “deve ter por objetivo tornar a riqueza abundante pelo trabalho e ensinar o homem a usar essa riqueza pela cultura” ressaltando a seguir que nas relações mercantis os pagamentos “se convertem em riqueza, estimulando o trabalho e se transmutando em novos valores”²⁸.

Um dos melhores exemplos para compreender como o Estado de políticas desenvolvimentistas buscou expandir sua influência para o campo cultural através de ações racionalizadas é observar o surgimento de instituições como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), que data de 1937 ou do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) que data de 1955, ambos vinculados ao governo federal. O INEP teve o educador Anísio Teixeira como um de seus ícones. Diretor do instituto a partir de 1952, Teixeira defendia a educação como alavanca do desenvolvimento econômico e do modo de vida democrático, militando pela ideia de que era a partir de medidas educacionais que os ganhos econômicos seriam canalizados para trabalhadores simples²⁹. Por sua vez o ISEB - que contou com pesquisadores renomados como Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado e Nelson Werneck Sodré – tinha por principal proposta reunir historiadores, sociólogos, economistas ou filósofos visando promover debates acerca das questões nacionais que o instituto julgasse mais importantes para possibilitar o desenvolvimento cultural e econômico do país³⁰. Em ambos os casos, o intelectual aparece como figura chave, referendado pelo Estado, para contribuir com a *marcha civilizadora para o progresso*.

Dentro deste escopo, o estudante também surge como um dos condutores da *marcha civilizadora*. Assim, os personagens que destacarei ao longo desta pesquisa eram, dentro de uma visão mais ampla de política de Estado, um dos pilares do projeto de desenvolvimento do

²⁷ *Ibid*, p. 251.

²⁸ *Ibid*, p. 252.

²⁹ MENDONÇA, Ana Waleska; XAVIER, Libânia; BREGLIA, Vera Lúcia; CHAVES, Miriam; OLIVEIRA, Maria Teresa; LIMA, Cecília; SANTOS, Pablo. **Pragmatismo e desenvolvimentismo no pensamento educacional brasileiro dos anos de 1950/1960**. In: *Revista de Educação*, v. 11, n. 31, pp. 96-113, p107.

³⁰ SOUZA, Edson Rezende de. **O ISEB: a Intelligentsia Brasileira a serviço do nacional-desenvolvimentismo na década de 1950**. In: *Revista Tempo, Espaço e Linguagem* (TEL), v. 1, n. 1, pp. 147-164.

Brasil ao longo da década de 1950. Deste modo, para que seja possível compreender a posição dos estudantes na sociedade brasileira daqueles tempos, analisarei alguns dos *trânsitos* pelos quais o país passava, visando contextualizar historicamente o cenário no qual se formou a União dos Gakusseis de Curitiba.

1.2 O *TRÂNSITO* DAS MIGRAÇÕES INTERNAS

Ao chegar no Brasil em 1924, a família de Toshio Igarashi — presidente da UGC na gestão 1957/1958 e idealizador de diversas caravanas patrocinadas pela entidade — estabeleceu em Lins (SP), movendo-se depois para Rolândia (PR) e na sequência para Londrina (PR). Posteriormente, ele próprio iria para Curitiba (PR) no início dos anos 1950, para concluir seus estudos no ensino secundário e a seguir em uma universidade, antes de retornar à cidade de Londrina e estabelecer-se profissionalmente como médico³¹. As migrações realizadas pela sua família foram motivadas por melhores oportunidades de trabalho no campo, enquanto as suas foram motivadas por melhores condições de trabalho nas cidades. Como apresentarei no próximo capítulo, movimentos como este foram bastante característicos da trajetória de famílias japonesas no Brasil. O que não se pode perder de vista por hora é que estas trajetórias não são exclusivas de *nikkeis*, mas relativamente comuns na sociedade brasileira dos anos 1950.

Políticas desenvolvimentistas ajudam a compreender os motivos pelos quais em 1970 a população brasileira tornou-se majoritariamente urbana. Na verdade, como colocam Graham e Holanda a dispersão geográfica da população foi também fator de crescimento econômico por si, por se tratarem as cidades de um espaço onde há maior circulação de bens materiais³². Boris Fausto argumenta que no período colonial as cidades se constituíram como um “locus da estrutura de poder”, abrigando instituições burocráticas, funcionando como sede principal das trocas comerciais e também como elo de ligação do setor agrícola exportador. Tal modelo continuou sendo o mais comum ao longo do Período Imperial (1822/1889) e durante boa parte da Primeira República. Com a complexificação da economia brasileira a partir da expansão da produção de café, as cidades, além de aumentarem seu aparato burocrático e comercial, tornam-se periodicamente o locus produtivo, consequentemente atraindo grande quantidade de mão de obra para si³³.

³¹ UGC. **UGC – A força de um ideal** – Livro Comemorativo dos 50 anos da União dos Gakusseis de Curitiba. Curitiba: UGC, 1999, p. 101-106.

³² HOLANDA FILHO, Sérgio Buarque de; GRAHAM, Douglas H. As migrações inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil. **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, pp. 733-778, p. 758.

³³ FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III (O Brasil Republicano), Volume 11. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007, p. 321.

O *trânsito* das migrações internas foi provavelmente o mais intenso de todos os que serão abordados ao longo desta pesquisa. Como mencionado anteriormente, em 1960, o censo registrou quase 20 milhões de pessoas a mais do que no ano de 1950, supondo um aumento populacional de 36,6% em uma década. Segundo estes mesmos dados tanto a população rural quanto a urbana se expandiram, mas em ritmos destoantes. Os moradores de cidades passaram de quase 19 milhões para pouco mais de 32 milhões, representando um aumento de 70,39%. A população rural saiu de um número levemente superior a 33 milhões para quase 39 milhões, registrando dessa maneira um – ainda que considerável – muito menor aumento de 17,56%³⁴.

De acordo com Novais e Mello, o número de pessoas que deixou o campo para viver em alguma cidade foi de aproximadamente 8 milhões, o que supunha quase um quarto da população rural e aproximadamente 15% da nacional³⁵. Utilizando como exemplo um dos epicentros nacionais de atração de migrantes rurais, a cidade de São Paulo, Graham e Holanda constata que entre 1950 e 1960 sua população saltou de pouco mais de 2 milhões para algo perto de 4 milhões e que 70,8% deste crescimento tinha origem em migrações internas. As migrações internacionais, que se distribuíam entre campo e cidade, cumpriram também seu peso demográfico, atingindo um total de 583.068 entradas ao longo da década de 1950³⁶. Ainda há que se levar em conta que apesar das enormes transformações em grandes centros, os incrementos de pequenas cidades de até 20 mil habitantes são o que puxa para cima o total de população urbana, fazendo com que Graham e Holanda considerem que os moradores de cidades aumentaram mais que a urbanização de fato³⁷. Entretanto, os números são ainda insuficiente para oferecer uma compreensão adequada das transformações demográficas brasileiras.

A maior parte do crescimento vegetativo da população nacional como um todo está relacionada à profusão de técnicas médicas pelo país a partir dos anos 1940, que aliás foi característica de quase todos os países em desenvolvimento no pós-Segunda Guerra³⁸. Entender esta faceta da modernização é talvez tão importante para a compreensão da demografia brasileira quanto o fenômeno das migrações, e também complementar a este, uma vez que a população rural seguiu crescendo no país ao longo da década de 1950 e continuou migrando em enormes quantidades absolutas para as cidades nas décadas seguintes.

³⁴ Dados retirados de: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1288>

³⁵ MELLO, J. M. Cardoso; NOVAIS, Fernando. *Op. Cit.*, p. 581.

³⁶ LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 44.

³⁷ HOLANDA FILHO, Sérgio Buarque de; GRAHAM, Douglas H, *Op. Cit.*, p. 745.

³⁸ FAUSTO, Boris. *Op. Cit.*, p. 309.

Logo, o que se convencionou chamar de explosão demográfica no Brasil é fruto sobretudo de manutenção da taxa fecundidade e diminuição da taxa de mortalidade, afetando meio rural e meio urbano³⁹. Na *Tabela 2* é possível observar como a taxa de natalidade permanece basicamente estável, com tendência à queda ao longo de todo período republicano, ao passo que a taxa de óbitos apresenta oscilações para baixo até passar por um significativo decréscimo nos anos 1940 e uma diminuição ainda maior nos anos 1950.

Tabela 2 - Coeficientes de Natalidade e Mortalidade para o Brasil: 1891-1970

Período	Nascimentos/1.000 habitantes	Óbitos/1.000 habitantes
1891-1900	46,6	29,5
1901-1920	46,0	27,8
1921-1940	45,0	26,4
1941-1950	44,4	20,0
1951-1960	43,3	14,2
1961-1970	40,8	13,0

Fonte: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III (O Brasil Republicano), Volume 11. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007, p. 317.

Com o campo possuindo uma mão de obra ainda crescente, mesmo que de peso demográfico menor, Boris Fausto alerta que relacionar redução do percentual populacional rural à uma crise do setor agropecuário é um erro. A ideia de dicotomia entre *cidade moderna* e *campo atrasado* por vezes ignora que este setor não apenas impulsionou o primeiro surto industrial, como continuou se beneficiando dele e apresentando também taxas de crescimento por vezes bastante impressionantes. Em verdade, a modernização estrutural pela qual passava o Brasil também chegou à produção agropecuária e acarretou em descarte de mão de obra. O que de fato ocorreu com a produção agrícola brasileira pouco tem a ver com um declínio, se tratou de uma reconfiguração das forças produtivas, sendo muitos os indivíduos que prosperam financeiramente graças à esta⁴⁰.

Um levantamento apresentado por Fausto acerca de dez das culturas mais importantes para o setor agrícola brasileiro⁴¹ mostra que todas aumentaram seu volume de produção entre 1951 e 1960, com destaque para a cana-de-açúcar, que quase duplicou o total. O café, cuja produção seguiu expandindo-se atingiu quase quatro vezes o levantado no começo da série⁴². Dados como este fazem com que o autor qualifique a agricultura brasileira como “uma das mais eficientes do mundo”, ressaltando que o diferencial entre o setor primário antes e depois da

³⁹ Ibid., p. 332.

⁴⁰ Ibid. p. 144.

⁴¹ São elas algodão, arroz, batata-inglesa, cacau, café, cana-de-açúcar, feijão em grão, mandioca, milho e trigo em grão.

⁴² Ibid, p. 156.

década de 1930 é que a aceleração do crescimento industrial e da urbanização fez com que o mercado interno se tornasse para este mais importante do que a tradicional produção para exportação⁴³.

Aliás, a diminuição da mão de obra população rural só não foi maior pois ainda estavam surgindo novas fronteiras de expansão agrícola. Via de regra, todas as regiões tiveram suas próprias áreas de expansão. Estados como Maranhão, Acre e Pará em menor medida, ou Goiás e Mato Grosso em maior, apareceram de maneira mais destacada no setor agrícola nacional. Nenhum caso foi tão notável quanto o do Paraná, para onde a família de Igarashi migrou na década de 1930, acompanhando um fenômeno sobre o qual escreverei mais adiante neste capítulo. Quanto à São Paulo, nas palavras de Fausto “apesar de sua industrialização ou por causa dela” o Estado permaneceu como a principal potência agrícola do país tanto em produção quanto em produtividade, sendo as principais novas fronteiras agrícolas uma espécie de desdobramento deste desenvolvimento paulista⁴⁴.

Efeitos colaterais destes processos foram tão impactantes quanto os números que podem traduzir uma animadora expansão em todas as frentes. Fausto constata que a crescente especialização do setor agrícola acarretou na destruição de sistemas de subsistência então vigentes. A agricultura artesanal não apenas tornou-se insuficiente para abastecer espaços urbanos como também para alimentar os próprios produtores. Zonas rurais passaram a se abastecer de bens de consumo. Com aumento do consumo e a necessidade contínua de ampliar as vendas para sustentá-lo, passou-se a comprar o que antes se podia produzir, e no meio desta espiral, a desigualdade no campo aumentou⁴⁵.

O autor ressalta ainda que, em termos de distribuição, a situação fundiária do país pouco se alterou entre 1920/1970, com as terras não raro tornando-se mais concentradas. O número de familiares trabalhando de maneira não remunerada em estabelecimentos rurais tendeu a se reduzir ao longo destas décadas, pois com a multiplicação de casamentos em função do aumento populacional, somado ao avanço dos latifúndios de médio e pequeno porte, novas famílias recorreram às migrações rurais-rurais – geralmente para as novas frentes agrícolas ou dentro delas – ou às rurais-urbanas⁴⁶. Muito precária era a situação dos trabalhadores rurais autônomos. Quase todos acabaram se empobrecendo, e tiveram de apostar no serviço como assalariados temporários para completar a renda⁴⁷. Fatores como este parecem justificar para muitos casos

⁴³ *Ibid*, p. 169.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 164.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 189.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 215-16.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 236.

a chamada “teoria da transferência de miséria”, que encontra no fenômeno das migrações internas uma forma de expulsão daqueles que eram precarizados no campo para as cidades, aonde continuariam precarizados⁴⁸.

Oliveira traz uma boa explicação de como esta migração de precarizados é um dos pontos principais para compreender o crescimento das cidades latino-americanas. É verdade que a categoria de migrantes é bastante heterogênea, mas não se pode deixar de ressaltar que, para além de riquezas, o processo de urbanização foi em si criador de periferias⁴⁹. O inchaço das cidades pode ter sido puxado pelo avanço do setor industrial, mas o de serviços, em termos de mão de obra, ganhou ainda mais peso ao longo do processo, o que representou entre outras coisas uma grande massa de trabalhadores jogados na informalidade. Autores como Nunes (2006) e Quadros (1985) demonstram como o dinamismo industrial que puxou o PIB do Brasil para cima ao longo da década de 1950, ofertava crescimento de empregos abaixo do crescimento populacional, gerando tensões latentes numa economia de mão de obra excedente⁵⁰.

Quadros traz dados relevantes sobre o tema, demonstrando que o emprego industrial ao longo dos anos 1950 passou por uma transferência para setores mais especializados que representa os efeitos de sua modernização, mas a verdadeira expansão de ocupações derivadas das políticas governamentais desta década só se fez sentir de fato ao longo dos dez anos seguintes. O *emprego não agrícola* se expandiu 4% nos 1950, mais que o dobro da expansão do *emprego agrícola* que foi de 1,8%. Entretanto, este não foi absolvido pela indústria, que na verdade expandiu sua oferta de trabalho em apenas 1,6%. Entre 1960/1970 o mesmo dado registra expansão de 5,2%, a maior dos três setores. Na década enfocada nesta pesquisa, os setores não agrícolas que absorvem mão de obra são o de construção civil (expansão de 5%) e de serviços (expansão de 4,5%)⁵¹.

O crescimento econômico nestes anos pendeu desproporcionalmente para as classes médias consumidoras de bens duráveis, que se tornavam – de forma ainda mais acentuada – o motor do consumo na economia no país. Desta maneira, argumenta Oliveira, o próprio surgimento da sociedade urbana de consumo no mundo periférico é o que melhor explica a segregação existente nas cidades. Segundo Oliveira “os direitos sociais na América Latina não

⁴⁸ Ibid., p. 215-16.

⁴⁹ OLIVEIRA, Milena Fernandes. **A teoria do desenvolvimento e a problemática da urbanização na América Latina: uma primeira aproximação**. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 16, n. 2, pp. 167-184, p. 170.

⁵⁰ NUNES, Heliane Muller de Souza, *Op. Cit.*, p. 126-27.

⁵¹ QUADROS, Waldir José, *Op. Cit.*, p. 58.

conseguiram ultrapassar a fronteira entre o bem de consumo e a cidadania”⁵². Utilizando um conceito de Marx, a autora reconhece na cidade não apenas o motor de uma sociedade em franco desenvolvimento econômico, como também o espaço onde se completa um conflito entre capital e trabalho. É ali, com uma crescente concentração de força de trabalho, que o trabalhador elimina completamente sua possibilidade de subsistência, entregando por completo sua força ao capital⁵³.

Quadros chega à uma conclusão parecida, apresentando as mudanças estruturais na economia brasileira pós-1930 – que ganharam musculatura ao longo dos anos 1950 – como consolidadoras do capitalismo nacional, geradoras de riquezas e mesmo promotoras de ascensão social, porém incapazes de eliminarem a “grave herança das carências sociais”. Ocorre uma “marginalidade social” da qual é vítima uma parcela majoritária da população que sequer está incorporada ao capitalismo brasileiro, mas que “sofreu todas as suas consequências”. O “inchaço” de grandes cidades é o exemplo mais enfático deste fenômeno. Ao ver do mesmo autor, o caráter excludente é reforçado a partir do governo Kubitschek, que reduziu os aspectos sociais do desenvolvimentismo, presentes ao longo dos governos de Getúlio Vargas. Este modelo, enfatiza, ganhou ainda mais reforço com os setores que chegam ao poder em 1964⁵⁴.

Nunes demonstra que de fato o combate à desigualdade de renda não fazia parte dos modelos econômicos em moda na época, mesmo quando falamos de um autor progressista como Celso Furtado. O autor não exatamente ignorou a questão, mas grosso modo defendia, ao longo dos anos 1950, uma ideia de que a desigualdade era secundária em relação à industrialização, visto que essa última poderia por si promover redistribuição a partir da oferta de empregos mais qualificados. Os maiores críticos desta linha de pensamento eram os liberais, ainda menos preocupados com o tema, portadores da ideia de que uma ação mais concreta do livre mercado ajustaria por si questões derivadas de um arcaísmo estrutural que promovia inequidade brutal. As principais divergências entre teorias econômicas durante os 1950 diziam respeito aos métodos de promoção e aumento da produtividade, e a proteção ou não do Estado no processo. Na década seguinte o tema da desigualdade de renda viria à tona, dando lugar aos debates entre “produtivistas” e “distributivistas”⁵⁵.

Em síntese, os migrantes rurais quase sempre chegavam à cidade para ocupar empregos de menor salário e prestígio. De acordo com Mello e Novais, no caso das mulheres essas

⁵² OLIVEIRA, Milena Fernandes, *Op. Cit.*, p. 181.

⁵³ *Ibid*, p. 175-76.

⁵⁴ QUADROS, Waldir José, *Op. Cit.*, p. 45-47.

⁵⁵ NUNES, Heliane Muller de Souza, *Op. Cit.*, p. 201-05.

ocupações geralmente eram as de empregadas domésticas, caixas, manicures, cabelereiras, enfermeiras, balconistas. Já para os homens algumas das posições mais comuns eram ascensoristas, porteiros, vigias, garçons ou manobristas de estacionamentos. De todas as formas, existe uma parcela – minoritária mas considerável, e que diz respeito aqueles que serão colocados como os protagonistas desta pesquisa – de migrantes que chegaram às classes médias, como é o caso de Igarashi, que saiu do campo para concluir os estudos e depois estabeleceu-se como médico em uma cidade emergente. Também não se pode perder de vista que apesar da manutenção da grande desigualdade, vários dos trabalhadores destas mencionadas ocupações haviam experimentado ascensão social em termos de renda e qualidade de vida⁵⁶.

1.3 O *TRÂNSITO* DE IMIGRANTES E DE NEGROS EM PERSPECTIVA

Em sua autobiografia, o jornalista nissei José Yamashiro dedicou os dois primeiros capítulos a narrar a trajetória de sua família e as circunstâncias nas quais optou-se por deixar o Japão e vir para o Brasil, bem como o estabelecimento de seus pais como lavradores numa colônia de imigrantes de japoneses próxima de Santos (SP). Entre suas lembranças, destaca-se a da construção de uma escola no local onde vivia. Este estabelecimento era voltado para crianças *nikkeis* e foi financiado com dinheiro do consulado japonês. A grande influência da diplomacia nipônica sobre as trajetórias dos imigrantes e de seus descendentes será analisada no próximo capítulo. De momento, ressalto uma passagem, na qual Yamashiro fala de seu convívio com a população local. Destacando que em sua região a população era “mista entre brancos, pretos e mulatos”, ressalta que “entre os velhos moradores não se achava nenhum alfabetizado” e que após a construção da escola, um deles, conversando com um japonês, falou “você têm o seu cônsul, mas nós, nem cônsul”⁵⁷. A situação é elucidativa ao colocar-se a condição de imigrantes em perspectiva com a de populações anteriormente estabelecidas nas comunidades rurais do Brasil em modernização.

Na interpretação de Mello e Novais, além dos migrantes rurais e seus descendentes, existiam outras duas figuras marcantes do Brasil em trânsito e franco processo de industrialização, as comunidades negras das grandes cidades e os imigrantes e seus descendentes. Deixarei agora alguns comentários acerca da situação destes primeiros no contexto aqui trabalhado. Mello e Novais ressaltam que “os negros, em sua esmagadora maioria, ficaram confinados ao trabalho subalterno, rotineiro, mecânico, mas também eles, em

⁵⁶ MELLO, J. M. Cardoso; NOVAIS, Fernando. *Op. Cit.*, p. 584.

⁵⁷ YAMASHIRO, José. *Trajétória de duas vidas – Uma história de imigração e integração*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2001, p. 101 .

geral, melhoraram de vida”⁵⁸. Florestan Fernandes, um dos clássicos pesquisadores sobre o tema das relações raciais nas cidades brasileiras, parece concordar com a assertiva ao colocar que, depois de uma ausência quase completa da democratização de renda nos três quartos de século pós-abolição, o Brasil pós-1945 abriu portas para os negros ascenderem socialmente, ainda que de maneira bastante lenta⁵⁹.

O racismo brasileiro como estrutura de poder demonstrou vitalidade ao longo do processo de mudanças pelo qual o país passava. Lilia Schwarcz alerta para a emergência de um discurso que exaltava a miscigenação, mas que na prática revelava-se quase meramente retórico. Nos anos 1930, a chamada *Democracia Racial* tornou-se uma espécie de mito de Estado, que frequentemente serviu para retirar as tensões raciais do palco principal das discussões sobre problemas nacionais⁶⁰. Argumenta a autora que o racismo “à brasileira” se vale de colorações antes de raças, discriminação privada e universalidade de leis em contraposição desigualdade nas condições de vida e assimilacionismo no plano cultural. A aparência física é o que determina o status, e a condição social emerge acima das regras físicas ou geracionais⁶¹.

As teses de Schwarcz também encontram convergências com os estudos de Florestan Fernandes quando o sociólogo aponta que na medida em que a urbanização e capitalização da economia brasileira avançavam, fazendo desta forma com que o país gerasse mais riquezas, “a posição de cada grupo étnico e de cada camada social no sistema econômico e na sociedade dependia fundamentalmente de sua capacidade de participação no crescimento econômico e no desenvolvimento social”⁶².

As tabelas 3 e 4 trazem números que ajudam a compreender como a desigualdade racial se traduzia em termos de trabalho e renda no Brasil de inícios dos 1950. A *Tabela 3* traz a população nacional distribuída por *cor*⁶³ e *região*⁶⁴ de acordo com o levantado no censo demográfico do IBGE de 1950. A população *branca* era 61,6% do total, frente a 36,6% de

⁵⁸ MELLO, J. M. Cardoso; NOVAIS, Fernando. *Op. Cit.*, p. 582-84.

⁵⁹ FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Globo, 2008, p. 33.

⁶⁰ SCHWARCZ, Lilia M; Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: SCHWARCZ, Lilia M. (org.). **História da Vida Privada no Brasil**, vol. 4, pp. 173-244, p. 178.

⁶¹ *Ibid.* p. 184.

⁶² FERNANDES, Florestan, *Op. Cit.*, p. 133.

⁶³ Utilizo a categoria *cor* por ser a utilizada pelo censo da época.

⁶⁴ As divisões regionais da época apresentam as seguintes diferenças em relação às atuais: a Região Nordeste não incluía os da Bahia e de Alagoas; a Região Leste era composta por Bahia, Alagoas, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro); a Região Centro-Oeste comportava o que hoje é o Estado de Tocantins, pois este fazia parte do território de Goiás; incluía-se na Região Sul o Estado de São Paulo.

*pardos*⁶⁵ e *pretos* e 0,6% de *amarelos*. Faça-se aqui uma pequena ressalva a estes resultados. Como coloca Schwarcz, na sociedade brasileira “branco” é uma espécie de qualidade social que pode ser exprimida na máxima “quanto mais branco melhor”⁶⁶. Fernandes explica que a documentação que trabalha com a variável *cor* representa certa dificuldade para o pesquisador, visto que era comum que alguns *pardos* de pele mais clara e posição social próxima das classes médias e altas se declarassem – e em grande medida fossem aceitos – como *brancos*. Por sua vez, *pardos* de pele escura, em situação social oposta, poderiam declarar-se como *pretos*.

A *Tabela 4* mostra a População Economicamente Ativa por ocupação na escala de trabalho, considerando-se de *Empregados*, *Empregadores*, *Trabalhadores por conta própria* e *Membros da família*, relacionando-a com a declaração de cor no censo de 1950. Quando a atenção se volta para as minorias étnicas do país, é possível perceber que *pretos* e *pardos* estão com uma leve sobre-representação na categoria *Empregados*, aonde somam 15,36% do total, enquanto os *amarelos* tem uma considerável sub-representação, 0,3% ao todo. No entanto as maiores discrepâncias aparecem entre *Empregadores*, categoria na qual há uma clara sub-representação de *negros* e *mulatos*, que somados são 15,58% deste grupo, ou menos da metade de sua paridade no censo, enquanto *amarelos* somam 1,75% deste grupo, uma sobre-representação de quase três vezes quando se leva em conta sua participação na população total. Ressalte-se, os *brancos* também tem clara sobre-representação nesta categoria, somando uma folgada maioria de 82,66%.

Tabela 3 - População brasileira por cor autodeclarada: 1950

Região	Branco	Pardos	Pretos	Amarelos	Cor não declarada	Total
Norte	577.329 31%	1.171.352 63,5%	90.061 5%	1.446 0,07%	4.467 0,2%	1.844.655 100%
Nordeste	5.753.697 46%	5.339.729 42,7%	1.374.899 11%	216 0,002%	25.936 0,2%	12.494.477 100%
Leste	9.878.386 52,8%	6.007.294 31,7%	2.959.423 15,6%	5.967 0,03%	31.313 0,2%	18.893.007 100%
Sul	14.836.496 87%	696.956 4%	1.093.887 6,5%	316.641 2%	31.313 0,2%	16.975.293 100%
Centro-Oeste	981.753 56,5%	571.411 32,3%	174.387 10%	4.812 0,3%	4.602 0,3%	1.736.965 100%
Brasil	32.027.661 61,6%	13.786.742 26,6%	3.692.657 11%	329.082 0,6%	108.255 0,2%	51.944.397 100%

Fonte: FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972, p. 57.

⁶⁵ Geralmente, os indígenas também eram incluídos nesta categoria.

⁶⁶ SCHWARCZ, Lilia M, *Op. Cit.*, p. 188-89.

Tabela 4- Posição na ocupação das Pessoas Economicamente Ativas da População Brasileira em 1950

Cor	Empregados	Empregadores	Por Conta Própria	Membro da Família
Branços	4.949.919 60,93%	519.197 82,66%	2.873.663 59,01%	1.790.529 61,70%
Pardos	1.912.111 23,50%	78.448 12,49%	1.457.496 29,93%	799.824 27,56%
Pretos	1.249.578 15,36%	19.460 3,09%	503.961 10,35%	274.988 9,47%
Amarelos	25.003 0,31%	11.018 1,75%	33.991 0,70%	36.793 1,27%
Total	8.136.611 100%	628.123 100%	4.869.111 100%	2.902.134 100%

Fonte: FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972, p. 59.

Resta agora dissertar brevemente sobre os imigrantes e seus descendentes, grupo que constitui o enfoque central desta pesquisa. O que gostaria de destacar por agora é que a bibliografia utilizada costuma a colocar imigrantes e seus descendentes como os beneficiados maiores deste momento de expansão da economia brasileira. Corroboro com a afirmativa de Mello e Novais de que “o imigrante, italiano, sírio, libanês, espanhol, japonês, judeu etc” foi o “grande vencedor esta luta selvagem pelas novas posições sociais que a industrialização e a urbanização iam criando”⁶⁷.

Acerca da ascensão social de imigrantes relacionada com as transformações econômicas pelas quais o Brasil passava, Fernandes afirma que “por paradoxal que pareça” o estrangeiro poderia se sentir “mais na sua casa que os naturais do país” no sentido de que “onde a ‘imigração’ coincidia com a instauração de um novo estilo de vida (...) as transformações demográficas passaram a refletir novos padrões de organização da vida humana”⁶⁸. Se o Brasil pós-1930 consolidou uma economia capitalista de Estado, o imigrante tinha uma condição sociocultural que lhe permitia um melhor enfrentamento às regras sociais do “novo jogo”.

Em estudo sobre a cidade de São Carlos (SP) no início da Primeira República, Karl Monsma aponta algumas dessas diferenças, que ajudam a colocar a situação dos imigrantes em perspectiva com a dos negros. Segundo o autor, é errada a ideia de que os negros não competiam com estrangeiros nos postos de trabalho. Ainda que alguns donos de terra tenham optado por não empregar negros, em muitos espaços estes exerciam ocupações semelhantes as dos

⁶⁷ MELLO, J. M. Cardoso; NOVAIS, Fernando. Op. Cit., p. 584.

⁶⁸ FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Globo, 2008, p. 149.

imigrantes⁶⁹. No entanto, entre os grupos de estrangeiros, existia um apoio que vinha dos consulados, bem como uma elite que priorizava empregar pessoas da própria nacionalidade e patrocinava instituições de vários tipos, como as escolares. Somado a isto, tinham os imigrantes a vantagem de estarem relativamente bem alfabetizados para os padrões da época, o que muitas vezes dizia respeito à uma escolarização obtida no país de origem, cultura esta que era passada para seus filhos⁷⁰.

De sua parte, os negros, que apresentavam índices baixíssimos de alfabetização, eram frequentemente banidos de instituições escolares privadas, na ausência de uma elite étnica, raramente contavam com iniciativas próprias desse tipo e no caso das instituições públicas eram sistematicamente marginalizados pelos programas de ensino. Na visão do autor, esta falta de lideranças étnicas de peso somada aos baixos índices de qualificação se revelou essencial para que os estrangeiros pudessem ascender socialmente com maior facilidade em comparação a eles ao longo do ciclo de desenvolvimento econômico brasileiro⁷¹.

No princípio da intensificação de fluxos migratórios já se verificava a constituição de uma classe média de origem imigrante. Na cidade de São Paulo do fim do XIX, famílias tradicionais seguiam ocupando os principais postos de poder. Em algumas posições, como na magistratura ou advocacia, os nacionais preponderavam claramente, entretanto em outras, mais ligadas às novas dinâmicas de trabalho, os estrangeiros disputavam espaço com, ou mesmo eram majoritários, em relação aos nacionais. O censo de São Paulo (capital) de 1893 registrou por exemplo que haviam na cidade 731 proprietários, dos quais 509 *nacionais* e 231 *estrangeiros*. Já entre os engenheiros, o número de *nacionais* era 127, frente a 105 *estrangeiros*. Entre os comerciantes os *estrangeiros* somavam 6.776 (71,6% do total) e os *nacionais* 2.680 (28,3%). Importante ressaltar, também registrou-se maioria de estrangeiros na classe de trabalhadores urbanos (85,5%) e serviços domésticos (58,3%).

Os fluxos migratórios permaneceram em uma constante até a promulgação da *Lei de Cotas* de 1934, que criou algumas barreiras para a entrada de estrangeiros no país⁷², e a eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939, que interrompeu vindas de asiáticos e europeus. Na *Tabela 5* encontram-se os números totais de imigração para o Brasil por nacionalidade entre

⁶⁹ MONSMA, Karl. **Vantagens de Imigrantes e Desvantagens de Negros**: Emprego, Propriedade, Estrutura Familiar e Alfabetização depois da Abolição no Oeste Paulista. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: v. 53, n. 3, 2010, pp. 509-543, p. 512-520.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 522-530.

⁷¹ *Idem*

⁷² Uma análise detida sobre estímulos encontra-se em GERALDO, Endrica. **A “lei de cotas” de 1934**: controle de estrangeiros no Brasil. Campinas: **Cadernos AEL**, vol. 15, n. 27, pp. 171-212, 2009.

1872 e 1959. A década que registra o maior número de chegada é a última do século XIX, quando há o pico da entrada de italianos no país. Após uma pequena baixa nos dez primeiros anos do século XX, as décadas de 1910 e 1920 registram altos contingentes de estrangeiros aportando no Brasil, número puxado pelo aumento de portugueses, alemães e pelo início da vinda dos japoneses, que em verdade tinha se iniciado em 1908.

Na década de 1930 todos os contingentes europeus se reduziram, o número de entradas ficou em menos da metade do período anterior, e só não é menor pois aumentou o número de chegadas de japoneses, que foram a segunda nacionalidade a mais imigrar para o Brasil naquela década. Com a Segunda Guerra Mundial sendo travada tanto na Europa quanto na Ásia, a década de 1940 registra o menor número de entradas de estrangeiros da série. Na década que destaco, a imigração voltou a crescer, ainda que sem o peso das primeiras quatro décadas do século. Ressalte-se ainda que na categoria outros alguns dos grupos mais numerosos são os poloneses, os ucranianos e os sírios e libaneses.

Tabela 5 - Imigração para o Brasil, por nacionalidade (1872-1960)

Década	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Japoneses	Outros	Total
1872-1879	55.027	45.467	3.392	14.325	-	58.126	176.337
1880-1889	104.690	277.124	30.066	18.901	-	17.841	448.622
1890-1900	219.353	690.365	164.293	17.084	-	107.232	1.198.327
1900-1909	195.586	221.394	113.232	13.848	861	77.486	622.407
1910-1920	318.481	138.168	181.651	25.902	27.432	123.819	815.453
1920-1930	301.915	106.835	81.931	78.801	58.284	221.881	846.647
1930-1939	102.743	22.170	12.746	27.497	99.222	63.390	327.768
1940-1949	45.604	15.819	4.702	6.807	2.828	38.325	114.085
1950-1959	241.579	91.931	94.693	16.643	33.593	104.629	583.068

Fonte: LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 44

Apresentados aqueles que na acepção de Mello e Novais são os três protagonistas da industrialização no Brasil, o migrante rural, o negro urbano e o imigrante estrangeiros – e seus respectivos descendentes – cabe fazer algumas observações acerca do que foi levantado até aqui. Nenhuma destas categorias formava um bloco único, mas de todas elas a de *migrante rural* é a maior e mais subjetiva. Estes migrantes poderiam ser tanto nordestinos quanto do interior de São Paulo, poderiam ser *brancos*, *pardos*, *pretos* ou *amarelos* e evidentemente poderiam ser estrangeiros, afinal uma grandíssima parte dos imigrantes que chegaram ao Brasil destinou-se à atividade agropecuárias. O desenvolvimento tecnológico produziu migrantes

(nacionais ou estrangeiros) que deixam seu lugar de origem tanto em grande precariedade quanto em situação financeira mais avantajada.

Os imigrantes também distribuíam-se por todos os segmentos sociais. Um bom exemplo é o levantamento apresentado por Fernandes acerca do *Grau de nacionalidade estrangeira na ascendência de crianças nascidas em São Paulo (capital) no ano de 1934*: Nas classes *alta e média*, ao todo 40% de algum dos avós e 29% de algum dos pais era estrangeiro. Na chamada classe *operária* o número era de respectivamente 79% e 46% enquanto nas chamadas classes *baixas* os índices eram de 49% e 27%⁷³. O que pode se enxergar nestes dados é que existiam descendentes de estrangeiros de todas as classes sociais, uma tendência para estes ocuparem uma espécie de estrato intermediário.

Some-se à esta, dados levantados pelo pesquisador de que a aceleração do crescimento econômico do país é acompanhado de uma maior oferta de profissões liberais, acarretando em uma expansão das possibilidades de ascensão social e ampliação da classe média, a partir de 1930 e principalmente após o fim do Estado Novo, cujo maior beneficiário foram exatamente os descendentes dos estrangeiros, em grande medida migrantes rurais. No próximo capítulo realizarei uma discussão que apresenta outros elementos que podem contribuir para a compreensão dos motivos pelos quais foi possível aos imigrantes, japoneses em particular, atingirem o que estaremos considerando, nos termos de Quadros, como a *nova classe média* com maior facilidade.

De momento, reforço também que neste trabalho admite-se as teorias defendidas por Fernandes e Mello e Novais de que, em uma análise generalista, quase todos os grupos sociais experimentaram alguma forma de ascensão social ao longo das transformações econômicas e estruturais ocorridas no Brasil a partir da década na qual este trabalho está enfocado, a de 1950, mas que esta se distribuiu de maneira altamente desigual entre migrantes rurais pobres, descendentes de estrangeiros e famílias negras das cidades.

1.4 A FORMAÇÃO DA NOVA CLASSE MÉDIA

De acordo com Mello e Novais, estas frequentes ascensões sociais que ocorreram em basicamente todos os grupos sociais brasileiros a partir dos anos 1950 levaram a uma “quebra de homogeneidade da classe média”⁷⁴. Aqueles que compuseram esta nova camada à miúdo conseguiram fazê-lo pois as transformações econômicas em vigor criaram demandas de

⁷³ FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Editora Globo, 2008, p. 153

⁷⁴ MELLO, J. M. Cardoso; NOVAIS, Fernando. *Op. Cit.*, p. 597

profissionais especializados em diferentes áreas, conquanto as ascensões dependiam cada vez mais de qualificação profissional. Cabe agora uma explicação mais detida acerca daqueles que compõe a dita de *nova classe média*, na sequência relacionando-a com as possibilidades de ascensão social que surgiram a partir da expansão da oferta de ensino no país.

Estudioso da imigração japonesa no Brasil, o sociólogo Takashi Maeyama fala no surgimento de uma *nova classe média* no seio da comunidade nipo-brasileira a partir dos anos 1950, composta sobretudo por nisseis originários de cidades interioranas que se estabeleceram em grandes centros, inicialmente para estudar. Utilizando dados de 1958, o autor identifica 83% de todas as pessoas de etnia nipônica no Brasil como integrantes da classe média, mas os separa entre *nova classe média* e *velha classe média*. Maeyama aponta que as diferenças entre ambas são “de propriedade para ocupação; do trabalho para habilidades e ideias; dos que manipulam coisas para os que manejam papel, dinheiro pessoas e símbolos; de empreendimentos independentes para empregos dependentes”⁷⁵. Esta nova classe média *nikkei* era, segundo o autor, jovem, nascida no Brasil, católica e profissionalmente qualificada.

O mesmo termo pode ser utilizado para descrever um fenômeno mais amplo. Na visão do economista Waldir José Quadros, a consolidação da nova fase do capitalismo brasileiro, plenamente constituído na década de 1950, está na posse de bens materiais que asseguram a mercantilização da economia e o avanço na divisão social do trabalho, dentro de um modelo de monopolização de Estado. Estas bases asseguraram o surgimento de um *nova classe média*⁷⁶ em âmbito nacional. Seus integrantes estavam concentrados nas cidades, acima de tudo nas maiores de 50.000 habitantes e especialmente nas mais populosas destas⁷⁷. Em termos do que possibilitou sua ascensão social, utilizo de algumas asserções de Pastore, para quem os fatores determinantes para a escalada de um indivíduo na pirâmide são o *tipo de seu primeiro emprego*, *experiências sociais e profissionais adquiridas* e o seu *treinamento geral*. Estes fatores estão intimamente ligados com as condições da geração anterior, através de aspectos como *educação e ocupação dos pais*⁷⁸.

Pastore coloca também que caso as condições da geração anterior sejam deterioradas podem acabar por gerar um *ciclo vicioso da pobreza*, que reforça ao longo prazo – para gerações seguintes – fatores sociais característicos dos estratos mais baixos, como a permanência em

⁷⁵ MAEYAMA, Takashi. **Religião, parentesco e as classe médias dos japoneses no Brasil Urbano**. Em:SAITO H., MAEYAMA, T. (org.). **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**: São Paulo, EDUSP, 1973, p. 240-272, p. 247.

⁷⁶ QUADROS, Waldir José, *Op. Cit.*,p. 44.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 86.

⁷⁸ PASTORE, José. **Emprego, renda e mobilidade social no Brasil**. In: **Pesquisa e planejamento econômico**, v. 6, n. 3, 176, pp. 551-585, pp. 568-570.

postos de trabalho pior remunerados, diretamente relacionados ao baixo acesso à educação. Num cenário como o brasileiro, sobretudo quando há rápidas transformações econômicas como as verificadas na década de 1950, a grande oferta de empregos qualificados para um setor mais modernizado, porém carente de mão de obra, gerou uma camada abastada que progressivamente tornava-se mais monopolista, pois tinha possibilidade de aceder aos canais que lhe permitiam obter as qualificações requeridas. O resultado de uma conjuntura como esta, ao ver de Pastore, foi “limitação da mobilidade ocupacional para a maioria e, como consequência, a elevação substancial de salários da minoria habilitada, constituída de profissionais”⁷⁹.

Pastore ainda chama a atenção para a diferenciação entre *efeito-emprego* e *efeito-mobilidade*. Em um cenário de rápido desenvolvimento econômico, o primeiro se caracteriza por um intenso aumento de demanda de ocupações em vagas já pré-existentes, ou o surgimento de novas ocupações, mas que numa escala de *status* ocupam o mesmo estrato da pirâmide social. A diminuição do desemprego e o aumento da renda da população, consequentes desta maior oferta, possibilitam melhoras nas condições de vida, mas a estrutura de trabalho permanece semelhante. O *efeito-mobilidade* diz respeito à oferta de empregos que possibilitam a troca de uma ocupação familiar ou pessoal que possua um *status* mais baixo para outra que possua um *status* mais elevado⁸⁰.

Mello e Novais apresentam uma pesquisa realizada no final dos anos 1950 junto aos moradores da cidade de São Paulo, no qual os entrevistados foram convidados a classificar socialmente trinta ocupações diferentes. O resultado ajuda a compreender quais empregos são considerados de alto ou de baixo *status* no período no qual esta pesquisa se enfoca. As ocupações mais prestigiadas foram, em ordem: *médico, advogado, diretor superintendente, padre, fazendeiro, jornalista, gerente comercial, gerente de fábrica, professor primário e contador*. Em ordem decrescente, os cargos socialmente menos estimados foram: *motorista, cozinheiro, tratorista, carpinteiro, condutor de trens, garçom, pedreiro, trabalhador agrícola, estivador e lixeiro*⁸¹. Logo, o que se está considerando para este trabalho é que a qualificação profissional era fator determinante para ocupar um emprego de alto *status*.

Pastore apresenta dados acerca das profissões que mais se multiplicaram no país entre o período de 1950/1970. Entre as que não exigiam diplomação mencionaram-se *ladrilheiros e taqueiros* (268%), *armadores de concreto* (219%), *encanadores* (184%), *pedreiros* (125%), *motoristas* (199%), *barbeiros e assemelhados* (188%) e *balconistas e entregadores* (83%).

⁷⁹ Idem

⁸⁰ *Ibid.*, p. 569-70.

⁸¹ MELLO, J. M. Cardoso; NOVAIS, Fernando. *Op. Cit.*, p. 568.

Entre as que exigiam diplomação mencionaram-se *arquitetos* (347%), *engenheiros* (243%), *agrônomos e veterinários* (179%), *advogados* (140%) e *médicos* (104%). Os números revelam que tanto empregos cuja a diplomação era um pré-requisito quanto aqueles onde esta não fazia necessária se proliferaram no período. Em alguns casos, os empregos de maior status apresentaram um grau de crescimento percentualmente maior, mas cabe ressaltar que como se tratava de um segmento bem menor em números absolutos, sua oferta foi consideravelmente mais restrita à população como um todo. A conclusão a que se pode chegar é a de que realmente existiam possibilidades concretas de realizar aquilo que Pastore chamou de *efeito-mobilidade*, mas a oferta muito maior de empregos de baixo status revela que a ocupação de cargos menos qualificados foi a realidade da maioria dos brasileiros, concretizando portanto a teoria de que o desenvolvimento econômico brasileiro estimulou sobretudo uma melhora de renda via *efeito-emprego*⁸².

Ribeiro e Scalón se propuseram a perceber os impactos da industrialização na mobilidade social no Brasil entre 1945 e 1980 em perspectiva comparada com outros países. Para tal, realizaram uma divisão de cinco grupos sociais: *trabalhadores colarinho branco*, *pequena-burguesia*, *trabalhadores do setor rural*, *trabalhadores manuais qualificados* e *trabalhadores manuais não qualificados*. Calculou-se as chances de permanência de um indivíduo em sua classe social, identificando desta maneira fluidez ou estratificação na pirâmide social. Como a população urbana cresceu em ritmo mais alto que o desenvolvimento industrial, a questão central para os pesquisadores foi perceber para onde se deslocaram trabalhadores e proprietários rurais, pois todas as demais categorias definidas cresceram ao longo do período⁸³.

Considerando que, em 1973, 64% dos indivíduos tinha origens na categoria de *trabalhadores do setor rural*, ao passo que estes compunham 30% das ocupações naquele momento, os autores constataam que “os migrantes rurais no Brasil foram absorvidos tanto pela classe manual urbana quanto pela elite”. Um número que chama a atenção é o de que 27% dos *trabalhadores do colarinho branco* tinham origem no meio rural, contra 17% dos que se originavam desta mesma classe. No caso dos *trabalhadores manuais não qualificados* este número era bem mais expressivo, 66%. De todas as formas, o dado revela que não se pode propriamente falar em um fechamento social completo da elite no caso brasileiro, ainda que

⁸² PASTORE, José. *Op. Cit.*, p. 568-570.

⁸³ RIBEIRO, Carlos Antonio Costa; SCALÓN, Maria Celi. **Mobilidade de classe no Brasil em perspectiva comparada. Dados**, vol. 44, n. 1.

isto deva ser relacionado com o tardio processo de industrialização do país e as condições nas quais estes migrantes rurais chegavam às cidades⁸⁴.

Estes dados ajudam a compreender o que estou considerando por *nova classe média*. O conceito nos termos em que trabalho foi elaborado por Quadros em sua dissertação de mestrado, dedicada especificamente a estudar o tema e na explicação de Maeyama, que usa o termo para referir-se a um segmento dos nipo-brasileiros que emergiu nas mesmas condições. Relacionando-o com os trabalhos de Mello e Novais, Pastore, Ribeiro e Scalón e os objetivos desta pesquisa, estou discorrendo concretamente acerca do seguinte segmento: indivíduos cuja origem está na categoria de *trabalhador rural*, que normalmente ascenderam em um movimento de *efeito-mobilidade*, possibilitado pelas transformações originadas do crescimento econômico brasileiro que ganhou vigor na década de 1950, e que mais tarde ocuparam um emprego de alto *status*, cuja qualificação profissional era um pré-requisito.

1.5 A EDUCAÇÃO E O TRÂNSITO DAS ASCENSÕES SOCIAIS

Nobutero Matsuda, ex-presidente e fundador da UGC, é originário da cidade interiorana de Lins (SP). Assim como a maior dos integrantes de sua entidade, foi a Curitiba para concluir os estudos no ensino superior. No livro de comemorativo de cinquenta anos da UGC, Matsuda relata que alguns *nikkeis* já estabelecidos na cidade diziam que ele e seus colegas de agremiação eram “filhos de papai rico do interior” mas que “na realidade não era isso não, nossos pais trabalhavam no sítio também, dando duro. Só porque vinha aqui estudar não quer dizer que o pai era rico”⁸⁵. Em uma trajetória parecida, o ex-ugecense Toshio Igarashi mencionou que ele e um irmão foram estudar na cidade, enquanto outros três de seus irmãos mais velhos permaneceram com sua família trabalhando na lavoura⁸⁶. Relatos como esses são comuns entre famílias nipo-brasileiras e ao mesmo tempo traduzem a íntima relação entre educação e ascensão social no Brasil dos anos 1950.

Como explicam Mello e Novais, o encorpamento do aparelho estatal desenvolve a partir dos anos 1950 uma burocracia cada vez mais vigorosa e especializada que faz com que a figura do técnico profissional se torne periodicamente mais importante no Brasil. Evidentemente, o fenômeno também se verifica no setor privado, mas foi entre as instituições estatais que demonstrou maior fôlego. Especialistas de “administração de pessoal, financeira, tributária, comércio exterior, do sistema de saúde ou de educação” juntam-se a outros que desempenham funções burocráticas no Estado como o pessoal de segurança pública, os militares ou juizes,

⁸⁴ Idem

⁸⁵ UGC. *UGC – A força de um ideal*. Curitiba: UGC, 1999, p. 93.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 101.

promotores, procuradores e desembargadores. A procura por pessoal especializado era muito grande, mas sua existência um tanto escassa. Os concursos públicos tendiam a exigir cada vez mais um diploma de curso superior, o que fez com que as famílias buscassem criar meios de inserir seus filhos em universidades⁸⁷.

Foram os núcleos de classe média e classe média baixa que puxaram para cima o número de estudantes, primários, secundários e universitários no país. Por vezes, sacrifícios financeiros por parte da família eram necessários para garantir o estudo. Por outras o próprio estudante tinha que ingressar num curso noturno e trabalhar de dia. Mas fato é que, como se demonstrará a seguir, o número de formados em todos níveis no Brasil expandiu-se fortemente a partir dos 1950. Além da chegada de filhos das classes média e média-baixa, a entrada maior de mulheres nas universidades foi outra característica do período, sobretudo nas áreas que permitiam as jovens ocupar profissões à época consideradas mais adequadas para suas “vocações femininas” como a de *professora* ou *enfermeira*⁸⁸.

Como apresenta Eric Hobsbawm, o crescimento quantitativo de jovens universitários foi uma tendência global, que em muitos países teve características parecidas com as brasileiras. Ressalta o historiador inglês que a “sede de conhecimento” em muitos casos motivou a migração rural-urbana em diversos países latino-americanos. Afirma que “a atração da cidade estava não menos nas melhores oportunidades de educação e formação para as crianças” em um espaço onde poderiam ser aquilo que os pais não foram⁸⁹. Mesmo nos países mais desenvolvidos, aceder aos cursos superiores antes da Segunda Guerra Mundial era algo bastante raro. Consideradas em conjunto, Alemanha, Grã-Bretanha e França tinham aproximadamente 0,1% de universitários em sua população total antes do conflito. Nos Países Baixos do mesmo período, somente 4% dos jovens de idade inferior a 19 anos seguiam para a educação de terceiro nível. A desproporção de mulheres em ensino superior também se constatava em solo europeu. Imediatamente depois da Segunda Guerra Mundial as garotas em quase todos os países desenvolvidos constituíam entre 10% e 15% do corpo discente universitário como um todo⁹⁰.

Estudioso do caso francês em especial, mas que poderia dizer respeito à boa parte dos Estados nacionais modernos, Caron aponta que o crescimento econômico anda sempre de mãos dadas com a expansão da escolarização, principalmente a secundária. Em sociedades onde o trabalho rural cumpre peso importante, é complicado para os pais enviarem seus filhos aos

⁸⁷ MELLO, J. M. Cardoso; NOVAIS, Fernando. *Op. Cit.*, pp. 595-96.

⁸⁸ *Idem*

⁸⁹ HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos** – O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 346.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 290-305.

estudos, pois isto é sinônimo de custos familiares diretos e dispensa de força de trabalho. Conclui o historiador francês que “por toda parte o ensino secundário aparece como o refúgio da elite”⁹¹.

No caso brasileiro, Boris Fausto aponta que após 1930 diversas foram as mudanças ocorridas no sistema educacional. O que de forma geral caracterizou estas transformações foi um “processo de democratização de ensino” que deu oportunidades maiores de acesso em todos os níveis a “setores cada vez mais amplos da coletividade”. O sistema voltado ao acesso quase exclusivo de minorias privilegiadas foi dando lugar a um novo “relativamente aberto no plano formal”. Os dados que fazem o autor seguir este raciocínio são o aumento progressivo de matrículas e a eliminação de diferentes tipos de ensino médio, voltados a diferentes segmentos sociais, em prol de um modelo único nacional de escola⁹².

Relacionando dados levantados por Boris Fausto com outros retirados do *Sidra IBGE*, a *Tabela 6* demonstra como de fato as matrículas no ensino médio apresentaram um crescimento real no período que se estende entre as décadas de 1920 e 1960. Na relação entre a população total na faixa etária que vai dos 15 aos 19 anos e o total de matrículas no médio para quatro década diferentes no Brasil, percebe-se um crescimento proporcional constante, que chega a maior evolução real entre 1950 e 1960, quando o número de secundaristas quase dobrou proporcionalmente, superando pela primeira vez a marca de um milhão de estudantes e de 10% do todo da faixa etária.

A *Tabela 7* faz uma relação semelhante entre o levantamento de Luiz Antônio Cunha para o número de matriculados no ensino superior nos anos de 1940, 1950 e 1960 e o total de população brasileira na faixa etária vai dos 20 aos 24 anos no mesmo período. Mais uma vez, as taxas de crescimento real se verificam, mas com o percentual de matriculados nunca atingindo os 2% do total, e demonstrando também um ritmo de crescimento inferior ao verificado nas matrículas de ensino médio.

⁹¹ CARON, Jean-Claude. **Os jovens na escola**: alunos de colégios e liceus na França e na Europa (fim do séc. XVIII – fim do séc. XIX) In: LEVI, Giovanni;SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). **História dos Jovens**, vol. 2 – A época contemporânea, pp. 137-194. São Paulo, Companhia das Letras: 1996, p. 148-153.

⁹² FAUSTO, Boris. *Op. Cit.*, p. 468.

Tabela 6 - Proporção entre número de matrículas no Ensino Médio e a população entre 15-19 anos no Brasil: 1920/1960

Ano	População Total (15-19)	Matrículas Totais (Médio)	Porcentagem
1920	4.217.917	109.281	2,59%
1940	4.443.923	260.202	5,85%
1950	5.502.315	477.434	8,67%
1960	7.174.811	1.177.427	16,41%

Fontes: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III (O Brasil Republicano), Volume 11. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007, p. 487 e Sidra IBGE.

Tabela 7 - Proporção entre número de matrículas no Ensino Superior e a população entre 20-24 anos no Brasil: 1940/1960

Ano	População Total (20-24)	Matrículas Totais (Superior)	Porcentagem
1940	3.813.355	18.047	0,47%
1950	4.991.139	52.585	1,05%
1960	6.237.920	93.202	1,49%

Fontes: CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Crítica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, pp. 103-106 e Sidra IBGE.

Por um lado, é verdade que o acesso à educação pareceu facilitado ao largo da consolidação do capitalismo no Brasil, apresentando na década de 1950 indícios claros de expansão com aparentes benefícios para todos os estratos sociais. Por outro, faz-se necessário ressaltar mais uma vez que, assim como nos processos destacados neste capítulo até aqui, verificou-se no fenômeno consequências beneficiárias muito desiguais entre as diferentes camadas da pirâmide social, o que se constata pelos índices de acesso apresentados, que traduziam grande restrição a maior parte dos jovens, refletindo uma estrutura visivelmente excludente. Para este problema volta-se o filósofo Álvaro Vieira Pinto, em seu livro *A questão da universidade* (1962). A obra constitui um modelo para esta pesquisa do ponto de vista teórico, mas, apesar de produzida no início dos 1960, serve também como documento que permite extrair um pouco da visão de um intelectual acerca de um quadro da situação educacional brasileira que também dizia respeito à década anterior.

Em *A questão da universidade* considera-se que, do ponto de vista sociológico, o grande debate acerca do acesso ao ensino superior não era indagar por que os que já estão ali puderem lá ingressar, mas sim os motivos pelos quais milhões de outros não puderam fazê-lo. Trata-se de um objetivo bastante diferente do desta pesquisa que investiga propriamente um grupo de ingressados na universidade. Entretanto, tal questionamento é essencial para o entendimento da estrutura educacional então vigente no país⁹³.

⁹³ PINTO, Alvaro Vieira. *A questão da universidade*. Rio de Janeiro: UNE/Editora Universitária, 1962, p. 24-25.

A visão de Pinto é a de que o Estado vinha, desde a constituição dos primeiros cursos de ensino superior no Brasil, promovendo um *estudanticídio*, pois agia positivamente no sentido de restringir a entrada de classes médias e trabalhadoras nas instituições de ensino. Esta ideia de *estudanticídio* parte de um princípio básico: o jovem que não ingressa na universidade via de regra é o que não tem recursos para tal. Portanto, na visão do autor, o que se tem não é um processo seletivo que visa fazer ingressar jovens no ensino superior de maneira justa, mas uma “operação de guerra” que visa “dizimar as esperanças da juventude” ao promover por si a exclusão da ampla maioria dos jovens do espaço universitário⁹⁴.

O próprio curriculum aparecia para Pinto como um obstáculo ao desenvolvimento da educação no Brasil, bem como do florescer do que Mello e Novais chamaram de *desenvolvimento da civilização dos trópicos*, ou mesmo da *marcha civilizadora para o progresso brasileiro* almejada pelos desenvolvimentistas. Logo, a universidade necessitava de reformas, em primeiro lugar pois estava feita para formar elites intelectuais, indivíduos que de antemão conheciam seu destino como futuros doutores. Graduá-los era a única função da instituição naqueles moldes⁹⁵. Da maneira como estava historicamente estruturada, a universidade serviria apenas para abrigar os “rebentos marginais” das classes dominantes ao tirá-los da ociosidade e dar-lhes um cargo no qual se realiza um “simulacro de trabalho”. Consequentemente, uma de suas funções era a de ser garantidora de recursos públicos nas elites. Segundo pois, no ver de Pinto, os frequentes investimentos de instituições estrangeiras na universidade eram garantidores da dominação intelectual das elites dirigentes, elites estas que por fim rejeitavam a própria cultura nacional como parte integrante do curriculum dos cursos, torando as especializações completamente estranhas aos brasileiros das camadas sociais mais baixas⁹⁶.

Considerando que o déficit maior da educação brasileira era, em sua opinião, o do “aluno que não estuda pois nem sabe que deveria ser aluno” os principais questionamentos de sua obra eram *que relações há entre universidade e o dispositivo de classe dominante?* e *que relações há entre universidade e o país como totalidade?*⁹⁷ estes sim problemas tratados com prioridade por esta pesquisa. Logo, dedicarei alguns parágrafos a fazer um breve histórico da constituição dos cursos superiores no Brasil República, enfocando-me nas transformações educacionais verificadas no país ao longo dos anos 1950.

⁹⁴ *Ibid*, p. 79.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 14-15.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 32-40.

⁹⁷ *Ibid.*, p. 29.

Em *A Universidade Temporã* (1980), Luiz Antônio Cunha traz uma abrangente análise da situação dos cursos superiores no Brasil entre o Período Colonial e o fim da Era Vargas. Aponta o autor que já nas primeiras décadas de República ocorre a primeira expansão significativa do Ensino Superior. A Constituição Republicana de 1891 determinou que tanto o Congresso Nacional como as Assembleias Legislativas teriam o direito de criar universidades fora da capital. Entre 1891 e 1910 foram criadas 27 escolas superiores no Brasil; 9 de Medicina, Odontologia e Farmácia, 8 de Direito, 4 de Engenharia, 3 de Economia e 3 de Agronomia. Novas escolas surgiram no Pará, Rio Grande do Sul e Goiás⁹⁸. Cunha acha possível que em 1915 já se tivesse ultrapassado a marca dos 10.000 estudantes em cursos superiores⁹⁹. Já nesta época se fala em um “bacharelismo”, termo que se referia a uma crescente pressão das camadas superiores e médias para a obtenção facilitada de diplomas¹⁰⁰.

Reformas educacionais no início da década de 1910 trouxeram importantes mudanças estruturais para o ensino superior no país. Aboliu-se o privilégio dos alunos do Colégio Pedro II¹⁰¹ de ingressar no Ensino Superior sem exame prévio, benefício que estava então estendido aos colégios estaduais equiparados ao currículo daquele, desde que se submetessem aos exames de equivalência. As instituições superiores passavam a ter autonomia para se auto sustentar mediante cobranças de taxas dos alunos, fossem essas de vestibular ou de cursos e as que se tornassem completamente autônomas ficavam livres de fiscalização federal. A inclusão das classes médias seguia em pauta. Falava-se em “aristocratização de títulos”. Um relatório de 1910 do Ministro do Interior descrevia o diploma acadêmico como “o sonho dourado de quase todas as famílias brasileiras”¹⁰².

Datam deste período as primeiras universidades constituídas no país. A *Universidade de Manaus* é a mais antiga, foi fundada em 1909 e acabou cessando atividades em 1929. A antiga *Universidade de São Paulo* foi a segunda, surgiu em 1911, provavelmente cessando atividades em 1917. A *Universidade do Paraná*, sobre a qual darei enfoque ao fim deste capítulo, apareceu em 1912 e pode ser considerada a mais antiga do país, ainda que um entrave legal tenha retirado desta a condição de universidade em 1915. Escolas superiores das áreas de Medicina, Odontologia, Farmácia, Direito, Engenharia e Agronomia apareceram em Minas Gerais, Pará, Pernambuco e Rio de Janeiro. Fundada por um decreto que fez pouco mais do que

⁹⁸ CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã** – O Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 151-157.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 133-34.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 160.

¹⁰¹ Tradicional instituição de ensino público fundada no Rio de Janeiro em 1837, que historicamente abrigou estudantes das camadas abastadas.

¹⁰² *Ibid.*, p. 164.

aglutinar faculdades em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro é a que está fixamente há mais tempo operando de maneira legalmente reconhecida como universidade no país¹⁰³.

Na verdade a proliferação de cursos superiores, facilitada pela nova estrutura legal, deu origem a diversas instituições de qualidade suspeita. Em 1915 o Congresso Nacional decidiu restringir a criação de novas instituições tornando proibidas as universidades em cidades de menos de 100 mil habitantes, a não ser que estas fossem capitais de Estados com população superior a 1 milhão de pessoas. Determinava-se ainda que não poderiam existir mais que duas escolas de Direito, Engenharia e Medicina por Unidade Federativa. Passou-se a exigir também que, além da aprovação nos exames de vestibular, habilitações em um abrangente exame de certificação de matérias, patrocinado pelo Colégio Pedro II e escolas a este equiparadas. A consequência de tais mudanças foi a redução de matrículas nos cursos superiores, já percebida em 1916¹⁰⁴.

As principais mudanças promovidas no ensino superior durante a Era Vargas foram a criação do Ministério da Educação, a reforma do ensino secundário, o surgimento do Conselho Nacional de Educação e a elaboração do Estatuto das Universidades Brasileiras, medidas que permitiram um maior controle da educação por parte do Estado. Não há grandes avanços em termos de expansão dos estudantes em ensino superior durante a década de 1930. Na verdade a tendência é de queda. De acordo com o levantamento de Cunha universitários somavam 20.739 em 1932 e 18.047 em 1940. Nos primeiros anos desta década é que se verificará um aumento nos corpos discentes. Em crescimento puxado pela expansão de cursos de Engenharia, o número de universitários chegou a 27.253 já em 1945¹⁰⁵.

Ressalte-se, chegar ao Ensino Superior não era complicado apenas pela baixa oferta das etapas anteriores ou mesmo pela escassez de cursos. Manter um aluno estudando representava um alto custo individual e para as famílias. A chamada Reforma Carlos Maximiliano (1915) previa que “não haveria ‘alunos gratuitos’ nas escolas superiores”. Já a Reforma Rocha Vaz (1925) sujeitava os alunos a pagarem taxas de *exame vestibular*, *matrícula*, *frequência*, *exame* e *transferência*¹⁰⁶. Um aluno matriculado na Universidade do Rio de Janeiro em 1931 deveria pagar 120 mil-réis pela inscrição no vestibular, 100 mil-réis por matrícula todos os anos, 50 mil-réis por cadeira e por período, 20 mil-réis por inscrição em um exame final, 5 mil-réis por certificado de exame em cada matéria, 200 mil-réis caso necessária uma guia de transferência,

¹⁰³ *Ibid.*, p. 165.

¹⁰⁴ *Ibid.*, pp. 167-68.

¹⁰⁵ *Ibid.*, pp. 293-94.

¹⁰⁶ *Ibid.*, p. 176.

5 mil-réis pela certidão de frequência e 300 mil-réis pelo diploma de conclusão de curso¹⁰⁷. Apenas para se ter uma pequena amostra dos altos custos financeiros de manter-se em um curso superior deste porte, o salário-mínimo no ano de 1940 valia 240 mil-réis¹⁰⁸.

Mesmo com todos estes elevados custos, Cunha crê ser possível afirmar que já na década de 1930 a maioria dos estudantes em cursos superiores era “constituída de jovens oriundos das camadas médias, filhos de funcionários do Estado e de empresas particulares assim como de profissionais liberais”¹⁰⁹. Nos anos seguintes surgiram alguns contrapesos aos valores mencionados. Uma lei de 1937 “previa a distribuição de 21 bolsas de estudo a ‘estudantes necessitados’, de boa saúde e ‘conduta irrepreensível’” na Universidade do Rio de Janeiro¹¹⁰. Uma lei de 1946 previa que no ensino superior não se cobrassem taxas de quem comprovasse não poder pagá-las. Em dezembro de 1950 uma lei federalizou 39 instituições superiores privadas, municipais ou estaduais, o que implicou numa redução periódica de diversas taxas, ainda que as instituições seguissem sendo pagas¹¹¹.

Uma das maneiras de constatar como estas desigualdades se reproduziam momento da ampliação de federalizações, que marca em verdade a baliza inicial do recorte temporal proposto por esta pesquisa, é traçar uma relação entre etnia e diplomação. Como mencionei anteriormente, as desigualdades raciais são uma das maneiras de compreender a manutenção de uma estrutura que apesar de mais inclusiva que em outros tempos seguia sendo pouquíssimo acessível aos estratos mais baixos e tradicionalmente excluídos. A *Tabela 8* apresenta a proporção brasileiros com mais de 10 anos formados em cada etapa do ensino com a *cor* declarada por estes. A constatação a que se chega é bastante concreta, comparando-se estes dados com os apresentados na *Tabela 3*, percebe-se que os *brancos* estão sobre-representados em cada uma das etapas de formação escolar, e tendem ficar ainda mais sobre-representados a medida que o nível de graduação sobe. O número de *pardos* e *pretos* formados no ensino primário era baixo, já sua participação paritária no ensino médio e superior quase inexpressiva em porcentagem. Os *amarelos* encontravam-se já sobre-representados em todos os graus de formação, mas perdiam em representação na medida em que levamos em consideração os graus superiores.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 263.

¹⁰⁸ Dado retirado de: <http://www.rhcontabil.cnt.br/slariominimo.pdf>

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 281.

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 273.

¹¹¹ *Ibid.*, pp. 90-91.

Tabela 8 - Diplomados com 10 anos ou mais na população brasileira segundo a *cor*: 1950

Cor	Formação no Ensino Primário	Formação no Ensino Médio	Formação no Ensino Superior
Branços	1.617.436 90,2%	297.653 96,3%	44.562 97,8%
Pardos	31.585 1,8%	1.659 0,5%	170 0,4%
Pretos	76.652 4,3%	1.879 0,6%	95 0,2%
Amarelos	65.723 3,6%	7.674 2,5%	674 1,5%
Sem Declaração de Cor	2.142 0,1%	220 0,07%	28 0,06%

Fonte: FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972, p. 58.

Com tudo isso, as taxas talvez não fossem a maior barreira para o ingresso de jovens no ensino superior. Fausto constata que, numa média feita para toda a década de 1950, de cada 1.000 alunos que iniciavam o ensino primário apenas 160 iriam concluí-lo, apenas 87 avançariam ao primeiro ano ginasial, apenas 44 chegariam ao primeiro ano colegial e, por fim, apenas 10 ingressariam no ensino superior¹¹². O autor identifica as origens desta defasagem na criação de um “sistema dual” que remonta ao Período Imperial. Com uma estrutura educacional descentralizada, a União conseguiu efetivar políticas benéficas quase apenas à uma pequena elite, sobretudo no controle de instituições superiores, enquanto as etapas anteriores, que desde quase sempre foram de competência dos governos estaduais e municipais, acabaram se revelando pouquíssimo inclusivas e efetivas, em grande medida graças ao baixo poder orçamentário destes órgãos¹¹³.

Como já apresentado, durante a Era Vargas foram realizadas tentativas de centralizar o ensino e também criados órgãos nacionais de controle das políticas educacionais. Entretanto, afirma Fausto, o “caráter dual” manteve-se em franco funcionamento. Na prática, fez-se uma separação do ensino em *profissional* para as massas e *secundário de colégios* para as elites. Esta diferença se verificava não apenas em conteúdo e estrutura. O próprio ingresso no ensino superior era mais restrito para alunos dos dois sistemas. Poucos eram os cursos que permitiam a um jovem pleitear todas as graduações disponíveis em uma instituição. Os mais concorridos ficavam praticamente restritos aos formados por *colégios*. Ainda que passando por periódicas reformas de equivalência ao longo dos anos 1950, o padrão foi mantido¹¹⁴. A equiparação completa do ensino secundário data de 1961.

Fatores como estes facilitam a compreensão da constatação de Mello e Novais de que nos anos 1950 o caminho dos estudos para o filho de um trabalhador comum “estava quase

¹¹² FAUSTO, Boris. *Op. Cit.*, p. 493.

¹¹³ *Ibid.*, p. 477.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 482.

fechado”¹¹⁵ ou a de Fausto de que “a estrutura não igualitária da sociedade de classes impõe limites às possibilidades de democratização nas diferentes áreas da vida social”¹¹⁶. De todas as formas, os avanços obtidos na questão do acesso ao ensino no Brasil dos 1950 não deixam de ser reconhecíveis, ou mesmo, dignos de nota. Mencionei que, em média, apenas 10 a cada 1.000 ingressantes no ensino primário chegavam ao superior ao longo dos 1950. O número é em verdade exatamente o mesmo do verificado na década anterior. Entretanto a quantidade de matrículas no primário era de 4.366.792 em 1950, passando para 7.458.002 dez anos mais tarde, gerando o aumento proporcional de matrículas no superior apresentados na *Tabela 6*. Cunha é mesmo da teoria de que – além da progressiva equiparação de cursos secundários e das baixas nos valores de permanência na universidade – o aumento das matrículas em escolas primárias aumentou por si os ingressantes no ensino superior. Por sinal, a alta das matrículas está também ligada à uma progressiva baixa de taxas nas escolas públicas, que chegam à gratuidade total no início dos 1950¹¹⁷.

Como descrito anteriormente, era característica do Estado desenvolvimentista tentar assumir o protagonismo em todas as áreas de atuação possíveis, visando alavancar o crescimento econômico para pavimentar a *marcha civilizadora para o progresso*. Na educação não foi diferente. A fundação do INEP ou as próprias asserções de Álvaro Vieira Pinto, ligado ao ISEB, foram apresentadas como constatação de tal. Considerando estes aspectos e após a pequena digressão acerca da constituição do ensino superior no Brasil, cabe apresentar de maneira sintética os dados coletados por Lopes (2004) acerca da criação de escolas superiores no Brasil entre 1808-1960. Na *Tabela 9* é possível perceber que estas se encontram em constante expansão no Brasil República. O destaque vai para o período da chamada Quarta República. Em 1960, existiam no Brasil um total de 404 escolas superiores, mais da metade das quais fundadas a partir de 1945.

Tabela 9 - Escolas Superiores criadas no Brasil: 1808-1960

Período	Escolas Superiores criadas	Total de Escolas Superiores
1808-1890	14	14
1890-1930	72	86
1930-1945	95	181
1945-1960	223	404

Fonte: LOPES, Marta Aparecida. **O Movimento Estudantil brasileiro e o ensino superior no período de 1937 a 1964**. (Dissertação de Mestrado), 2004, Universidade São Francisco, Bragança Paulista, 2004, p 66.

¹¹⁵ MELLO, J. M. Cardoso; NOVAIS, Fernando. *Op. Cit.*, p. 600.

¹¹⁶ FAUSTO, Boris. *Op. Cit.*, p. 597.

¹¹⁷ CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, pp. 89-93.

Mesmo com este acelerado ritmo de crescimento dos estabelecimentos de ensino superior, estes continuavam ofertando número insuficiente de vagas para atender a – também em rápida e constante ascensão – demanda de alunos que as procuravam. Foram comuns ao largo da década as chamadas *crises de excedentes*. Tratava-se da impossibilidade de matricular alunos que foram aprovados nos vestibulares por falta de lugares nas instituições. A soma da importância dada à educação por intelectuais da época, que refletia na ação governamental concreta, e os problemas estruturais enfrentados por uma expansão mais veloz do que o Estado poderia bancar explicam a noção de *universidade crítica*, desenvolvida por Cunha para descrever a situação do Ensino Superior na Quarta República. As universidades, nascendo em profusão, entravam em *crise estrutural* por não comportar sua própria expansão ao passo que tornavam-se estas *críticas de si própria*, em termos da discussão da função que tinham para a sociedade, refletindo os tensionamentos sociais de um país que passava por transformações demográficas e estruturais ao passo velozes e contundentes e comportava um número crescente de agentes políticos relevantes.

No último ponto desta discussão acerca do acesso às universidades no Brasil, gostaria de ressaltar novamente a seguinte constatação: a expansão beneficiou a todos, mas a estrutura de desigualdade manteve-se ao longo do processo. Beltrão e Teixeira (2005) apresentam o modo como a inclusão de mulheres e minorias raciais no ensino superior, mesmo quando ocorria, se deu em características de reprodução das desigualdades vigentes. Os autores puderam constatar que a proporção de homens brancos nas universidades tende a crescer ainda mais quando se trata de carreiras com maior prestígio social.

As carreiras que concentravam mulheres eram aquelas relacionadas com as consideradas “vocações femininas”. Tratam-se essencialmente de cursos que envolvem licenciatura ou enfermagem. Em quase todos os casos, coincidiam ser estes os cursos de maior presença de *pretos e pardos*, visto que a presença destes em uma graduação tendia a crescer de acordo com a diminuição da concorrência para ingressar, exceção feita aos cursos militares, aonde se encontrava uma maior proporção de negros e pardos e menor de mulheres.

Quanto ao percentual de formados por grupo étnico em 1960, os autores constatarem o que apresento a seguir. Entre os homens, a porcentagem de formados no ensino superior com mais de dez anos de idade era de 1,38% para os *brancos*, 0,55% *amarelos*, 0,11% para os *pardos* e 0,03% para *pretos*, totalizando 0,87% de todos os homens. Para as mulheres formadas no ensino superior com mais de dez anos de idade a porcentagem era de 0,22% para as *brancas*, 0,19% para as *amarelas*, 0,02% para as *pardas*, 0,01% para as *pretas*, totalizando 0,14% para todas as mulheres. Já a razão de homens formados para cada mulher estava em 6,3 para os

brancos, 6,1 para os *pardos*, 4,4 para os *pretos*, 2,9 para os *amarelos*, significando uma média de 6,24 homens diplomados no ensino superior para cada mulher com um diploma de mesma graduação¹¹⁸.

1.6 PARANÁ: ECONOMIA CRESCENTE, POPULAÇÃO EM *TRÂNSITO*

Se os anos 1950 foram de intenso trânsito e mudanças no Brasil, no Paraná as transformações tiveram dimensão ainda maior. Recorro novamente a alguns dados demográficos mais básicos para tentar apresentar um pouco do que foi um período particular na história do Estado, que crescia, em termos de população e economia, em um ritmo sem precedentes. A população era de aproximadamente 685 mil pessoas em 1920, subiu para mais de 1 milhão e 200 mil em 1940, dez anos mais tarde superava a marca dos 2 milhões e no ano de 1960 já somava mais de 4 milhões¹¹⁹. Ao longo destas décadas a participação percentual da população paranaense sobre o total nacional praticamente triplicou. Em 1920 era de 2,2%, em 1960 de 6,1%, representando a maior variação positiva de participação entre todos os Estados do país¹²⁰.

A capital, Curitiba, passava também por muitos trânsitos. Em 1920 sua população estava na casa dos 78 mil habitantes, em 1940 na casa dos 140 mil, em 1950 na casa dos 180 mil, em 1960 ultrapassou os 361 mil¹²¹. Em um pequeno relato sobre Curitiba produzido para a *Revista Ilustração* que data de 1953 a escritora Rachel de Queiroz afirma que a capital do Estado “dá a impressão de uma menina que cresceu demais e já não cabe na roupa (...) grandes prédios brotam por toda a parte (...) os curitibanos de quatrocentos anos dizem que se sentem numa cidade estrangeira, onde já não conhecem ninguém”¹²². Buscando aliar crescimento populacional com a modernidade de grandes metrópoles, proliferavam em Curitiba automóveis, ônibus, caminhões, estações de rádio, cinemas, parques, praças e clubes¹²³. Ressalte-se entretanto que o percentual de população da cidade sobre o total do Estado caiu por quatro décadas consecutivas, saindo de 11,5% em 1920 para 8,4% em 1960¹²⁴.

¹¹⁸ BELTRÃO, Kaizô Iwakami; TEXEIRA, Moema de Poli. **Cor e gênero na seletividade das carreiras universitárias**. In: **Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras**. Brasília: IPEA, 2005, p. 154-158.

¹¹⁹ Dados retirados de: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1286>

¹²⁰ FAUSTO, Boris. *Op. Cit.*, p. 322.

¹²¹ Dados retirados de: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1287>

¹²² **Ilustração Brasileira**: Edição comemorativa do centenário do Paraná. Rio de Janeiro, v. 44, n. 224, dez. 1953.

¹²³ ANDREAZZA, Maria Luiza; TRINDADE, Etelvina. **Cultura e Educação no Paraná**. Curitiba: SEED/UFPR, 2000, p. 76.

¹²⁴ Dados retirados de: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1287>

O crescimento populacional estava baseado em uma política de modernização que tinha na produção de café um de seus principais pilares. O emergir do Paraná como uma nova *fronteira agrícola* remonta ao século XIX, a partir de iniciativas de fazendeiros mineiros e paulistas. Entretanto, ao longo daquela época, a produção de erva-mate continuava sendo a atividade mais lucrativa da economia paranaense. A expansão do povoamento e da economia paranaense se acelerou nas primeiras décadas do século XX, impulsionada por fatores como o rápido aumento de preços do café no mercado internacional, o esgotamento do solo em algumas áreas do país, sobretudo São Paulo, e uma ampla oferta de terras “virgens”, combinada com alta fertilidade e relativamente baixo preço das mesmas¹²⁵.

Outro fator chave para compreender as transformações econômicas e políticas pelas quais o Paraná passava na época encontra-se na expansão das ferrovias para o chamado *Norte Novo* do Estado. A dita “corrida do café” teve nesta região seu palco principal. Seus resultados mais aparentes foram multiplicação de novos municípios, explosão demográfica e a aparição do Paraná como um dos motores da agricultura no país¹²⁶. Como mencionei anteriormente, é errôneo partir de um princípio de que a industrialização pela qual o Brasil passava representava a decadência da agricultura. É mais adequado utilizar termos que se refiram à uma reconfiguração da produção agrícola e neste sentido o Paraná pode ser considerado expressão maior do quadro que busquei construir no plano nacional. Principal frente de expansão do primeiro setor da economia ao longo dos anos 1950, foi a chegada de agricultores migrantes no Estado em alguma medida evitou um crescimento ainda maior dos grandes centros urbanos do Centro-Sul.

Um bom exemplo de como setor agrícola, centros urbanos e indústria se desenvolviam em paralelo encontra-se na observação de alguns simples dados econômicos paranaenses ao longo do período analisado nesta pesquisa. Entre 1940 e 1960 a produção de café no Paraná saltou de 7% para 52% do total nacional. A atividade por sua vez trouxe grande aporte financeiro para outros setores da agricultura, bem como para a indústria, que nos 1950 cresceu 850% em relação à década anterior¹²⁷. Ao passo em que isso ocorria, a capital, razoavelmente distante das zonas produtoras de café, modernizava-se e também atraía um grande número de migrantes, firmando-se como centro administrativo de todo o processo.

¹²⁵ NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migração**. Curitiba: SEED, 2001, p. 86.

¹²⁶ ANDREAZZA, Maria Luiza; TRINDADE, Etelvina, *Op. Cit.*, p. 96.

¹²⁷ *Ibid*, p. 98

Na medida do possível, os sucessivos governos do Estado buscaram conduzir o processo, concedendo terras às companhias de colonização, buscando atrair mão de obra de Estados vizinhos e ampliando sua atuação na saúde e na educação. Com tudo isso relacionava-se o senso paranaense de *marcha civilizadora para o progresso*, que ligava produção de café e “desbravamento” de terras com o emergir de um mito regional de formação étnica da população, buscando, entre outros objetivos, uma integração cultural entre a capital e o norte do Estado. Discorrerei melhor sobre estas questões identitárias específicas ao Paraná nos próximos capítulos.

No levantamento realizado por Boris Fausto, constata-se que, em contramão ao que ocorria no país, o setor agrícola ganhou em participação no total da economia paranaense. Em 1939 era 48,51% da participação da renda interna estadual e em 1958 subiu para 51,89%. No mesmo período, o Paraná foi também um dos seis Estados¹²⁸ que aumentou a participação de sua agricultura sobre o total nacional, sendo destes o que de longe experimentou o maior aumento proporcional. O número variou de 4,91% em 1939 para 11,47% em 1958¹²⁹.

Como colocado dois parágrafos acima, isto não representou exatamente uma queda da indústria, muito pelo contrário. Com toda a contribuição da indústria brasileira para o crescimento do PIB entre 1939 e 1958, apenas quatro Estados aumentaram a participação do setor em relação ao total nacional¹³⁰. A economia paulista, já dotada do maior parque industrial do país, salta de 36,37% da produção nacional em 1939 e passa a responder pela maioria do todo em 1958, quando o índice se encontra 52,36%. Mais modesta, ainda que grande em termos de crescimento comparado, a participação paranaense passou 2,14% para 2,73%. Mas novamente, este crescimento na indústria paulista contribui tanto para o desenvolvimento da agricultura quanto o da indústria no Paraná. O setor paranaense de serviços também passou por grande aumento proporcional, saindo de 2,89% para 5,82% do todo brasileiro no período destacado pela análise de Fausto¹³¹.

Os censos de 1940 e 1950 para o Estado impressionam em números, quando se trata de dimensionar o impacto destas migrações para o desenvolvimento econômico do Estado. Indivíduos procedentes das todas as regiões do Brasil (e também de fora do país) foram os principais incrementadores demográficos do Paraná entre 1940 e 1960. Com destaque especial

¹²⁸ Os demais foram Alagoas, Sergipe, São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso.

¹²⁹ FAUSTO, Boris. *Op. Cit.*, p. 176-178.

¹³⁰ Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Bahia

¹³¹ FAUSTO, Boris. *Op. Cit.*, p. 176-178.

para o número de chegadas ao longo da década de 1950, quase 1,5 milhões de pessoas se mudaram para terras paranaenses no decorrer destas duas décadas.

Na *Tabela 10* apresento a população paranaense em 1940, 1950 e 1960 por Estado ou região de nascimento, revelando também a porcentagem destes sobre o total. Foi realizada uma divisão em nove grupos¹³², na qual constatou-se que todos tiveram significativo aumento em termos absolutos e – à exceção de paranaenses e imigrantes – percentuais. Em 1960, 42,73% de toda a população paranaense tinha nascido fora do Estado. Some-se a isso o fato de que mais 1,2 dos quase 2,5 milhões de paranaenses natos viviam fora do seu município de origem¹³³. Relacionando estes dados aos apresentados na *Tabela 10*, a conclusão a que se chega é de que aproximadamente 56% de todos os moradores do Paraná em 1960 encontravam-se na condição de migrantes.

Tabela 10 - População do Paraná por Estado/Região de nascimento: 1940-1960

Estado/Região de Nascimento	1940	1950	1960
Paraná	953.164 (77,25%)	1.375.077 (65,07%)	2.481.350 (58,27%)
São Paulo	115.299 (9,34%)	352.471 (16,68%)	705.150 (16,56%)
Minas Gerais	40.479 (3,28%)	156.848 (7,42%)	335.439 (7,88%)
Santa Catarina	28.428 (2,30%)	63.162 (2,99%)	168.414 (3,95%)
Rio Grande do Sul	14.800 (1,20%)	35.701 (1,69%)	158.662 (3,73%)
Atual Região Nordeste	8.494 (0,69%)	35.572 (1,68%)	267.070 (6,27%)
Atual Rio de Janeiro/Espírito Santo	5.569 (0,45%)	15.118 (0,71%)	32.790 (0,77%)
Atuais Regiões Norte e Centro-Oeste	988 (0,08%)	2.584 (0,12%)	8.281 (0,19%)
Imigrantes (Estrangeiros e Naturalizados)	66.653 (5,40%)	76.592 (3,62%)	100.955 (2,37%)
Total ¹³⁴	1.223.874 (100%)	2.113.125 (100%)	4.157.156 (100%)

Fonte: Censos do IBGE - Paraná (1940, 1950 e 1960).

Uma boa parte desta migração foi *rural-rural*, para além de *rural-urbana*. A população urbana cresceu no Paraná ao longo dos anos 1950, saltou de 25% para 30,9%¹³⁵, um ritmo de urbanização muito menor do que o nacional. Como colocarei no capítulo seguinte, era comum

¹³² *Paranaenses, paulistas, mineiros, gaúchos, catarinenses, nordestinos, cariocas e capixabas, migrantes do norte e centro-oeste e imigrantes* (naturalizados ou estrangeiros).

¹³³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 1960** – Paraná. Série Regional, vol. 1, Tomo XIV. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1960, p. 70.

¹³⁴ Excluindo respostas não declaradas, brasileiros natos nascidos no exterior e nascidos em embarcação.

¹³⁵ Dados retirados de: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1288>

que famílias migrassem várias vezes entre espaços rurais e cidades pequenas, até finalmente se estabelecerem em um centro urbano. De momento cabe ressaltar o que já foi colocado anteriormente, ainda que boa parte destes migrantes transitasse pelo Paraná em condições paupérrimas, um número não desprezível se deslocava para as cidades, ou mesmo para outros meios rurais, em uma situação não tão ruim, com seus filhos não raro posteriormente ocupando postos nas classes médias e elites locais.

1.6.1 A EXPANSÃO DO ENSINO NO CASO PARANAENSE

Os governos locais também puseram ênfase em políticas educacionais, seja através da universidade (como apresentarei adiante), seja pelo ensino primário ou secundário. O primeiro governo de Moysés Lupion (1947-1951) patrocinou a construção de cerca de 500 escolas primárias. Uma de suas metas foi a de aumentar a quantidade de professores – ou melhor dito professoras, considerando que em sua maioria tratavam-se de mulheres – formadas para distribuí-las pelo Estado, visando ampliar sua atuação no interior para “destruir a ignorância” ali presente através de “missões culturais”, no que pode ser apontado como um reconhecimento da existência das desigualdades combinado com a noção de *marcha civilizadora para o progresso*. A política foi continuada pelo governo de Bento Munhoz da Rocha, que aumentou o papel cumprido pelas *Escolas de Pesca e Trabalhadores Rurais*, visando “disseminar técnicas, máquinas e ferramentas” para impulsionar a economia agrícola paranaense¹³⁶.

No limiar desta expansão, novamente alguns são mais beneficiados do que outros. Infelizmente o censo de 1960 não incluiu uma relação entre etnia e grau de formação. Entretanto, a partir de dados do censo 1950 para o Paraná, análogos aos apresentados anteriormente, percebe-se que o acesso à educação no Estado encontrava uma estrutura restritiva, semelhante a existente no plano nacional. A *Tabela 11* apresenta uma combinação da variável *cor* e da relação desta com o número de diplomados com 10 anos ou mais na população paranaense, podendo desta maneira ser comparada com as *Tabela 3* e *10* que apresentam os mesmo dado para a população brasileira como um todo. Foi também inserida a variável *sexo*, afim de verificar a proporcionalidade da diplomação de *mulheres* no Paraná.

Em termos de população absoluta, o Paraná manteve uma proporcionalidade de *cor* com os dados verificados para a antiga Região Sul do Brasil. Quando observamos a relação entre etnia autodeclarada e grau de formação há desproporção para cima de *brancos* diplomados em todos os níveis, quanto mais alto o nível, maior o percentual destes entre os concluintes. Os

¹³⁶ IPARDES. **O Paraná reinventado** – política e governo. Curitiba: IparDES, 2006, p. 88.

pretos encontram-se sub-representados em todas as faixas, sendo a desproporcionalidade maior quanto mais alto o grau de diplomação, culminando num baixo número de 13 indivíduos com ensino superior completo. A situação dos *pardos* é bastante análoga a dos pretos, de disparidade crescente de acordo com o nível de formação. Os *amarelos* encontravam-se em número proporcionalmente maior entre os diplomados como um todo, mas isto se deve à alta paridade de indivíduos com *ensino elementar* completo. No *ensino médio* há uma pequena sub-representação, que se torna mais significativa no *superior*.

O grupo com a maior variação de proporcionalidade é o das *mulheres*. Totalizando 48,41% da população do Estado, há uma pequena sub-representação destas entre diplomados no *elementar* (46,43%), uma já notável desproporção entre concluintes do *médio* (41,49%) e uma altíssima disparidade para baixo quando falamos de graduadas na universidade (8,53%). Ressalte-se, das 445 *mulheres* com diplomação superior no Paraná em 1950, 436 (97,98%) eram *brancas*. Quando levadas em conta apenas as mulheres formadas, o resultado é parecido com o da divisão por *cor* em geral. Os dados encontrados são condizentes com a conclusão apresentada por Beltrão e Teixeira para a época: na medida em que o ensino se afunila para graduações superiores, há uma tendência de desproporção cada vez mais favorável aos *homens brancos*.

Tabela 11- Diplomados com 10 anos ou mais na população paranaense segundo a cor e o sexo: 1950

Grupo	Total ¹³⁷	Formados (Totais)	Formados (Elementar)	Formados (Médio)	Formados (Superior)
Branco	1.091.320 (86,26%)	218.893 (92,95%)	184.743 (92,27%)	28.885 (96,68%)	5.089 (97,58%)
Pretos	91.630 (4,33%)	3.089 (1,31%)	2.960 (1,48%)	116 (0,39%)	13 (0,25%)
Amarelos	39.244 (1,86%)	6.794 (2,88%)	6.224 (3,1%)	503 (1,68%)	61 (1,17%)
Pardos	154.346 (7,30%)	6.178 (2,62%)	5.817 (2,9%)	313 (1,05%)	45 (0,86%)
Não declarado	5.448 (0,25%)	538 (0,23%)	471 (0,23%)	60 (0,20%)	7 (0,13%)
Mulheres ¹³⁸	1.024.227 (48,41%)	109.033 (46,3%)	96.083 (47,99%)	12.395 (41,49%)	445 (8,53%)
Total	2.115.547 (100%)	235.492 (100%)	200.215 (100%)	29.877 (100%)	5.215 (100%)

Fonte: Censo do IBGE - Paraná (1950).

Pode-se também relacionar estes dados com a principal instituição de ensino superior do Estado então, que merece mais atenção ao longo desta dissertação, a *Universidade do Paraná*. Andreazza e Trindade relacionam a fundação da Universidade do Paraná em 1912 com o *entusiasmo pela educação*, fenômeno característico do pós-Primeira Guerra, talvez o primeiro

¹³⁷ Foram excluídas as respostas que não continham declaração de grau de formação.

¹³⁸ Grupo não foi somado aos números totais por já estar incluído nas demais estatísticas.

momento na história brasileira no qual emerge com maior consistência a ideia de que ampliar o número de instituições escolares conduziria à popularização do ensino e o subsequente “progresso econômico e cultural”¹³⁹. As mesmas autoras apontam que, também no caso paranaense, parte do contingente que vinha do interior era composto por estudantes que chegavam de várias partes do Estado e de outros Estados mirando uma oportunidade na universidade.

Wachowicz encontra as primeiras raízes para a fundação da Universidade do Paraná na produção local de erva-mate no século XIX. Graças a um acidente diplomático entre Paraguai de um lado e Uruguai e Argentina do outro, foi significativo o aumento da circulação do produto pelo Estado. A cultura de exportação foi o que basicamente trouxe relações capitalistas para o Paraná, constituiu sua primeira elite no entorno de Curitiba e fez com que a cidade entrasse em contato com centros como Montevideu e Buenos Aires, que já possuíam instituições de ensino superior há muito bem estabelecidas. Ao ver de Wachowicz, outro fator preponderante para a prematura aparição da Universidade do Paraná foram os litígios territoriais ao oeste com o Estado de Santa Catarina no início do século XX. Dado o inexpressivo número de pessoas com diploma de curso superior naquele momento, o governo local buscava engrossar sua burocracia, visando garantir a supremacia naquela contenda. O capital em circulação criava elites interessadas no ensino, mas com renda ainda insuficiente para manter os filhos estudando em São Paulo ou Rio de Janeiro. É nesta soma de fatores que, no entender de Wachowicz, emerge a instituição já na segunda década do século XX¹⁴⁰.

Inicialmente, os cursos ofertados na instituição eram Medicina, Engenharia e Direito, as três mais clássicas disciplinas do ensino superior no Brasil. Apesar de tratar-se de uma instituição privada, as subvenções dos governos locais, e mesmo do federal, eram bastante significativas e mesmo essenciais para sua manutenção. As dificuldades de operação eram muitas, os professores muitas vezes não recebiam pagamentos e a ausência de equipamentos para cursos como o de Medicina eram constantes.

As políticas nacionais de educação apresentadas anteriormente também tem forte impacto para entender a trajetória legal da instituição na parte inicial do século XX. As leis da primeira metade da década de 1910, que deram maior autonomia aos cursos superiores e incentivaram a aparição de universidades, tem completa relação com sua fundação. As que

¹³⁹ CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã** – O Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 194; ANDREAZZA, Maria Luiza; TRINDADE, Etelvina, *Op. Cit.*, p. 80.

¹⁴⁰ WACHOWICZ, Ruy Cristóvam. **Universidade do Mate** – História da UFPR. Curitiba: APUFPR, 1983, p. 17-34.

restringiram estas anteriores em 1915, visando conter a proliferação de instituições consideradas de baixa qualidade e autorizando a existência de universidades apenas em cidades com população superior a 100.000 pessoas a levaram à uma crise. A Universidade do Paraná teve de cessar operações como tal, fatiou-se em três faculdades diferentes, Medicina, Engenharia e Direito, e buscou junto ao governo nacional o reconhecimento legal para cada uma destas.

O emergir de uma política de educação nacional centralizada, que se germinou na Era Vargas concretiza mais duas transformações legais importantes. Em 1946 ocorreu a chamada *restauração*, as faculdades novamente foram centralizadas do ponto de vista legal e a instituição voltou oficialmente a operar como universidade. Nesta mesma década, o governo começou a adotar uma política de federalização de instituições privadas, visando encorpar o ensino superior no país. Via de regra, reitores e corpo discente desejavam que as faculdades fossem passadas para a administração estatal. No mesmo ano da restauração, o governo do Paraná repassou 5 milhões de cruzeiros para Universidade, com o intuito de fomentar a criação de um *fundo universitário*¹⁴¹.

Em um primeiro momento, a Universidade do Paraná não esteve incluída no programa de federalizações, o que gerou revolta de boa parte de seus mais influentes docentes. Iniciou-se no Estado uma campanha pró-federalização, encabeçada por estudantes, que buscavam reduzir as taxas de matrícula e mensalidades e professores, que buscavam melhores vencimentos e estabilidade profissional. De acordo com Dalledone, ao longo do ano de 1949 a campanha “se estendeu pela cidade e atingiu as ruas, envolvendo ainda órgãos de imprensa, associações, bancadas legislativas, professores, alunos, o governo do Estado e a própria população paranaense”¹⁴² sendo amplamente discutida na imprensa e entre políticos regionais.

Os resultados foram colhidos em dezembro de 1950, quando a instituição foi finalmente federalizada. Sob a tutela do Estado, muitas foram as mudanças em sua estrutura no decorrer da década, transformações estas que refletiam o ideário desenvolvimentista em voga. Institutos e conselhos de pesquisa foram criados, intensificou-se o intercâmbio de alunos e professores, bolsas de pós-graduação passaram a ser concedidas com maior facilidade e muitos docentes passaram a trabalhar em um regime de dedicação exclusiva. Além disso, a estrutura física da Universidade do Paraná foi amplamente remodelada. Durante os anos 1950 foram realizadas a a inauguração da Casa da Estudante Universitária, as reformas na Casa do Estudante, no

¹⁴¹ SIQUEIRA, Márcia Dalledone. **Universidade Federal do Paraná – 100 anos**. Curitiba: Editora UFPR, 2016, p. 85.

¹⁴² *Ibid.*, p. 99.

Restaurante Universitário, e no campus localizado na Praça Santos Andrade, abertura de um novo campus aonde ficaria localizada a Reitoria e início da construção do Hospital das Clínicas e da Cidade Universitária¹⁴³.

Mesmo sob tutela federal, com redução progressiva de taxas, o espaço universitário permanecia bastante elitizado. Com as instituições de ensino superior abrindo-se para um público novo por incentivo dos governos, posições conservadoras surgem no seio do corpo discente. É o que se pode perceber a partir de um discurso datado de 1951, na *Sessão Solene* da Universidade do Paraná, proferido por Wilson Martins, proeminente intelectual paranaense e professor da instituição. Após afirmar que o Brasil vivia um momento de “revolta contra a inteligência”, avisou que defenderia uma posição “fora de moda” a de que a universidade deveria estar restrita às elites. Colocava-se também desfavorável à distribuição de matrículas gratuitas pela instituição, afirmando ainda que a ideia de universidade popular representava uma “antítese em seus próprios termos”. Um trecho de seu discurso é uma citação ao professor argentino Risieri Frondizzi, que vale a pena reproduzir por representar parte da visão clássica de ensino superior no Brasil, que seguia vigente entre círculos de alta intelectualidade ao largo dos anos 1950

Infelizmente, nem a ciência é fácil, nem a Universidade deixa de ser, por sua própria natureza, um organismo aristocrático, como é aristocrática a própria inteligência (...) A função universitária é profundamente aristocrática, no mais exato sentido da palavra: aristocracia intelectual e moral. A Universidade não pode ser para todos nem para qualquer um; é para o reduzido grupo dos que possuem dotes intelectuais e morais, aos quais se uma verdadeira vocação de trabalho. A Universidade não se democratiza se a levamos à oficina, onde conhecimentos universitários não são necessários, nem tão pouco se torna democrática nos países capitalistas por se fazerem gratuitos o ingressos nas aulas e a matrícula nos exames¹⁴⁴.

A expansão da Universidade do Paraná em termos de matrículas não foi contínua ao longo da década e na verdade sofreu algumas retrações. Encerrarei este capítulo apresentando alguns dados que ajudam compreender o perfil do corpo discente da instituição à época. Quando observadas as análises de Cunha (1982), é possível constatar que o aumento do número de estudantes em escolas superiores no Brasil dos anos 1950 tem muita relação com a abertura de novas instituições. O salto na quantidade de graduandos de 52 mil em 1950 para 93 mil em 1960 teve no número de estudantes de Direito um de seus motores. Já se tratava do curso com o maior corpo discente absoluto do país em 1950 (11.393), atingiu o dobro disso em 1960 (23.293). Estudantes de Medicina, em segundo lugar na lista, não aumentaram tanto, saindo de 8.854 para 10.316. Engenharia, que em 1950 ocupava o terceiro posto, perde em alunos, eram 5.480 em 1950 e 5.342 em 1960, fazendo com que Ciências Econômicas se tornasse o terceiro

¹⁴³ *Ibid.*, p. 116-117.

¹⁴⁴ UNIVERSIDADE DO PARANÁ. *Anuário da Universidade do Paraná*, 1951. Curitiba, 1951, p. 75.

curso superior mais frequentado por estudantes brasileiros¹⁴⁵. Outras humanidades como Filosofia, Letras e Ciências Sociais estão entre as áreas que mais ganharam alunos no país.

Na *Tabela 12* estão os números de alunos matriculados por curso na Universidade do Paraná entre seu reestabelecimento como universidade em 1946 e o ano de 1960. Durante um primeiro período que se estende entre 1946 e 1953, onde coincidem o reestabelecimento da universidade, bem como sua federalização, e o início de um novo regime político no país, há aumento de aproximadamente 97% na quantidade de estudantes da instituição, puxada sobretudo pelo veloz crescimento no número de alunos do Direito. As demais faculdades também crescem em corpo discente, com destaque para a de *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*¹⁴⁶ mais que dobrando seus quadros, ainda que estes fossem consideravelmente menores que os da *Faculdade de Medicina*¹⁴⁷ e da *Faculdade de Engenharia*. Em 1950 foi fundada a *Faculdade de Ciências Econômicas* e em 1953 a *Escola de Química*.

Em um segundo momento, a partir de 1954, o número de matriculados cai significativamente, atingindo em 1957 uma quantidade análoga a de 1950. No pico de matriculados, em 1953, a *Faculdade de Direito* quase se igualava a de *Medicina* em número de estudantes. Mas a redução destes acadêmicos é o que pautará a queda verificada no corpo discente da instituição. As faculdades de *Engenharia* e *Filosofia, Ciências e Letras* também apresentam claras reduções em total de alunos ao longo destes anos. O número de alunos da *Faculdade de Medicina* permanece estável.

No último período, entre 1957 e 1960, o corpo discente da Universidade do Paraná voltou a apresentar uma tendência ao crescimento, chegando no último ano da década com o terceiro maior número de alunos da série. Enquanto as faculdades de *Direito* e *Engenharia* seguiam perdendo em quadros, a de *Medicina* apresentou tendências ao crescimento e a de *Filosofia, Ciências e Letras* rapidamente atingiu o seu pico de matriculados. A de *Ciências Econômicas* verificou um grande número de matrículas justamente no último ano do levantamento enquanto a *Escola de Química* seguiu crescendo em estudantes num ritmo mais lento. Em 1960 aparece o registro do curso de Biblioteconomia desvinculado de qualquer faculdade de acordo com o apresentado nos *Anuários da Universidade do Paraná*.

¹⁴⁵ CUNHA, Luiz Antônio, *Op. Cit.*, p 103-06.

¹⁴⁶ Incluía os cursos de Filosofia, Geografia e História, Ciências Sociais, Letras Clássicas, Letras Anglo Germânicas, Letras Neolatinas, Pedagogia, Física, Química, Matemática e História Natural.

¹⁴⁷ Incluía os cursos de Medicina, Odontologia e Farmácia.

Tabela 12 - Matriculados na Universidade do Paraná por Faculdade: 1946-1960

Ano	Faculdade de Direito	Faculdade de Engenharia	Faculdade de Medicina	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	Faculdade de Ciências Econômicas	Escola de Química	Biblioteconomia	Total
1946	159	610	838	159	0	0	0	1.776
1950	622	818	1.083	372	54	0	0	2.949
1953	1.002	747	1.082	454	109	108	0	3.502
1957	664	562	1.148	291	178	131	0	2.974
1960	555	580	1.221	649	241	153	14	3.413

Fonte: Anuários da Universidade do Paraná (1946-1961).

Um dos fatores que levou à diminuição na quantidade de alunos, com tendência à queda a partir de 1954, foi o grau de exigência requerido para ingressar na instituição. Em números gerais, as matrículas no vestibular cresceram em praticamente todos os anos da série, à exceção de 1952, 1953 e 1958. Em 1946 houve um total de 600 candidatos, em 1950 foram 1.298, em 1955 eram 1.822 e em 1960 houve 2.518. Trata-se de um aumento muito acima do verificado nos quadros da instituição, o que pode ser relacionado com a descrição de Cunha para a *crise da universidade* nos termos de uma incapacidade de atender a demanda crescente.

Na *Tabela 13* apresento a relação candidatos/habilitados dividida por faculdade para a Universidade do Paraná no geral nos anos 1946, 1950, 1955 e 1960. Com exceção do curso de Direito, que apresentou uma queda na procura e na concorrência no último registro, todas as demais habilitações cresceram em demanda. Registre-se, na Faculdade de Engenharia o que fez crescer a concorrência foi sobretudo a redução da oferta de vagas, traduzida em rigor na concessão de habilitações. Na Faculdade de Medicina este número parece impulsionado pelo crescimento no número de concorrentes.

Tabela 13 - Relação candidatos/habilitados por faculdade na Universidade do Paraná: 1946-1960

Ano	Faculdade de Direito	Faculdade de Engenharia	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	Faculdade de Medicina	Faculdade de Ciências Econômicas	Escola de Química
1946	1,04	1,17	1	1,12	-	-
1950	1,29	1,40	1,20	2,43	1,26	-
1955	3,14	4,63	1,50	3,58	1,14	1,21
1960	1,83	5,83	1,94	5,32	1,30	3,03

Fonte: Anuários da Universidade do Paraná (1946-1960).

É de se supor que a procura dos cursos relacionava-se com o status que este possuía na sociedade. Porém, esta motivação não era explicitada pelos estudantes nas fontes trabalhadas. Em duas das edições encontradas para o período trabalhado do jornal *A Voz da União*, de publicação interna da UGC, calouros da universidade justificaram suas escolhas profissionais. No casos de carreiras tradicionais e bem estabelecidas como Direito e Medicina, consideradas as mais prestigiadas no levantamento apresentado por Mello e Novais, de um modo geral, mencionava-

se “vocação” ou desejo pessoal como um fator de escolha, como fez um estudante ingressado na Universidade do Paraná em 1960, que afirmou seguir a carreira no Direito por sua vocação para pleitear o fim das “injustiças quase sempre em prejuízo dos pobres e dos bons”¹⁴⁸. Da mesma maneira, um calouro de Medicina do mesmo ano, disse que se tratava da “profissão que sempre sonhei (...) para minorar o sofrimento dos meus irmãos aqui na terra”¹⁴⁹. Outro aluno recém ingresso na Odontologia, fez menção à questão do status do qual gozavam os médicos no país, argumentando que em sua opinião “a carreira médica é a preferida pelo público estudantil pelo motivo de receber maior apoio social que o favorece em todos os sentidos” mas que de todas as formas ele decidiu fazer outro curso¹⁵⁰.

Alguns estudantes de outras áreas apontaram motivos específicos para suas escolhas. Um calouro de Agronomia ingressado no curso em 1956 afirmou que sua escolha estava baseada no fato de que seu pai possuía uma fazenda¹⁵¹, enquanto um jovem que ingressou no mesmo curso em 1960 mencionou amparar sua motivação no fato de que “O Brasil é um país agrícola, porém a falta de conhecimentos e de técnicas mostravam nitidamente o atraso da agricultura”¹⁵². Já uma ingressa no curso de Ciências Sociais no ano de 1960 mencionou que escolheu a carreira “pelo fato de ser um exame vestibular acessível ao meu conhecimento, dando-me assim grande oportunidade”¹⁵³. Um calouro de Engenharia Química do mesmo ano argumentou que “o vasto campo” que sua área oferecia no momento “toma extraordinário impulso, face ao progresso tecnológico”¹⁵⁴.

Por fim, encerrarei este capítulo apresentando alguns números acerca da inclusão das mulheres na Universidade do Paraná entre 1946 e 1960, com base em informação apurada a partir da leitura de seus *Anuários* ao longo do período mencionado. Os dados levantados para esta pesquisa levaram em conta o número de estudantes diplomadas pela instituição, gerando os expostos na *Tabela 14*¹⁵⁵. Foi calculada a porcentagem de mulheres graduadas pelas diferentes faculdades da Universidade do Paraná, dividindo-as em três períodos, 1946-1950, 1951-1955 e 1956-1960. Não se constata uma grande variação no todo, uma vez que nos três períodos o percentual de mulheres que concluíram um curso na universidade ficou sempre na casa dos 15%.

¹⁴⁸KATO, Satoshi. **Entrevistando a um amigo**. In: **A Voz da União**. Curitiba, Junho, 1960, p.3.

¹⁴⁹Idem

¹⁵⁰Idem.

¹⁵¹ IRANO, Touru; MATSURA, Queenti. Entrevistando os calouros. In: **A Voz da União**. Curitiba, Abril, 1956, p.5.

¹⁵² KATO, Satoshi. **Entrevistando a um amigo**. In: **A Voz da União**. Curitiba, Junho, 1960, p.3.

¹⁵³Idem

¹⁵⁴ Idem

¹⁵⁵ Alunas formadas em licenciatura e bacharelado pelo mesmo curso foram registradas uma única vez.

É possível perceber uma lenta tendência à inclusão em graduações anteriormente não frequentadas pelo público feminino. Talvez o crescimento real não tenha ocorrido, pois quando aumentou o número de alunos este se verificou também em áreas então pouco acessíveis para meninas. A Faculdade de Engenharia é o exemplo mais claro. No primeiro período não formou qualquer mulher, no segundo formou 4 (0,8%) e no último formou 6 (1,67%). Na de Direito algo semelhante se verifica, com o índice partindo de 3,81% no primeiro período e atingindo os 7,17% no último. As matrículas na Faculdade de Ciências Econômicas e na Escola de Química não eram tão numerosas, mas também encontravam-se bastante abaixo da média de inclusão para mulheres, somando, quando combinadas, 4,80% em seu pico. Na Faculdade de Medicina o número ficou mais ou menos estável, próximo da média da instituição, cercado a casa dos 15%¹⁵⁶. Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, as mulheres tornam-se cada vez mais numerosas até constituir uma clara maioria de 63,40% no último período.

Tabela 14 – Percentual de mulheres diplomadas por faculdade na Universidade do Paraná: 1946-1960

Período	Faculdade de Direito	Faculdade de Engenharia	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	Faculdade de Medicina	Faculdade de Ciências Econômicas/Escola de Química	Total
1946-1950	3,81%	0%	42,91%	14,60%	0%	15,38%
1951-1955	5,58%	0,80%	57,31%	15,11%	3,96%	15,27%
1955-1960	7,17%	1,67%	63,40%	13,80%	4,80%	15,85%

Fonte: Anuários da Universidade do Paraná (1946-1960).

Os números apresentados novamente vão ao encontro do colocado por Beltrão e Teixeira, a presença feminina nos cursos superiores ao longo dos anos 1950 estava relacionada com as profissões então consideradas como adequadas para meninas. Em geral, estas eram também as menos prestigiadas considerando as que requeriam qualificação, ainda que representassem um *status* maior do que as ocupações que não exigiam formação. Como pudemos constatar na *Tabela 13*, este menor prestígio provavelmente se traduzia na menor procura por matrículas nestas áreas.

Mais uma vez, as entrevistas com calouros da Universidade do Paraná encontradas nas páginas de A Voz da União permitem uma melhor compreensão das escolhas realizadas pelas mulheres. Ainda que algumas ingressas não tenham mencionado sua condição de gênero como

¹⁵⁶ O último registro para a Faculdade de Medicina apresenta uma baixa de mulheres diplomadas para 13,80%. Isto em grande medida se explica pelo fato de não constarem nos *Anuários* o registro dos alunos formados em Farmácia – um dos cursos superiores de maior presença feminina no Brasil ao longo do período trabalhado – no ano de 1960. Exclusivamente neste ano, o percentual de mulheres diplomadas por esta faculdade foi de 2,38%. Levando-se em conta apenas o triênio 1956-1959 a taxa encontra-se em 15,70%.

determinante para a decisão tomada, foi comum que as estudantes mencionassem este fator em seus relatos. Foi o que Fumiko Hiritani, caloura de Odontologia em 1960, que afirmou que sua carreira poderia no futuro ser desempenhada “mesmo após o matrimônio, havendo menor probabilidade para a proibição por parte do esposo, pois pode exercer a profissão em seu próprio lar, sem nenhum problema”. Rosa Sakuma, que ingressou naquele ano no curso de Farmácia, falou que pretendia trabalhar em uma drogaria, profissão que ao seu ver “esquiva a mulher dos problemas da relação trabalho-lar”.

2 O TRÂNSITO DOS *NIKKEIS*

2.1 A *NOVA CLASSE MÉDIA* E A IDENTIDADE NACIONAL

Falando da situação dos filhos de imigrantes no Brasil pós-Estado Novo, Mello e Novais sustentam que uma das razões para seu “triunfo” em termos de ascensão social se deu pela solidez da situação familiar em que se encontravam. Normalmente bem estabelecidas, estas famílias raramente eram compostas por grandes empresários ou homens de fortuna, mas “alguns tinham conseguido passar a donos de pequenos negócios, muitos trabalhavam por conta própria, ou já tinham uma tradição de trabalho na indústria”¹⁵⁷. Acerca da questão educacional, frisam os autores que os imigrantes “muitas vezes com enormes sacrifícios, puderam dar educação formal a seus filhos – alguns já tendo, naquela época, chegado à universidade, mesmo que em profissões consideradas então de segunda categoria, valendo-se da expansão da rede pública de ensino”¹⁵⁸.

Quadros argumenta que a *nova classe média* brasileira, surgida no limiar das políticas desenvolvimentistas, apresentou uma homogeneidade de escolaridade de seus integrantes em nível nacional¹⁵⁹. Instrumento de consolidação em uma nova condição social, a qualificação profissional é analisada por Cunha nos termos de um projeto familiar. O comentário do autor acerca desta questão para a Quarta República é o de que, “os indivíduos das camadas médias passam a procurar, cada vez mais, obter graus escolares de modo a ingressarem nas organizações burocráticas e progredirem através dos diversos níveis de remuneração/prestígio/poder”¹⁶⁰. A consequência disto foi que “as camadas médias passaram a definir seu projeto de ascensão social como dependente do projeto de carreira dos jovens, a ser realizado mediante a obtenção de diplomas de curso profissional em escola superior”¹⁶¹.

Este projeto familiar, nos termos de Cunha, era uma via de mão dupla na qual os pais por um lado garantem, da maneira que lhes é possível, o sustento do jovem no sistema educacional buscando com que este conseguisse o diploma, e os jovens, por outro lado, ao garantir o diploma estariam concretizando o projeto familiar de ascensão social, que dele dependiam para atingir o sucesso definitivo. Dentro desta lógica, o diploma é, nas palavras de Foracchi, “um prêmio

¹⁵⁷ MELLO, J. M. Cardoso; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lília M. (org.). **História da Vida Privada no Brasil**, vol. 4 pp. 559-658. São Paulo, Companhia das Letras: 2002, pp. 582.

¹⁵⁸ Idem

¹⁵⁹ QUADROS, Waldir José. **A nova classe média brasileira: 1950-1980** (Dissertação de Mestrado). Campinas, UNICAMP, 1985, p. 87.

¹⁶⁰ CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, p. 62.

¹⁶¹ *Ibid.* p. 63.

que sanciona e legaliza a conquista de novas posições”¹⁶². É por este pressuposto que Cunha arremata, do ponto de vista do projeto familiar, a presença do jovem na universidade funciona como ratificação de “uma trajetória social já realizada e para firmar-se como instrumento de realização pessoal e como recurso de afirmação social não prescinde – pelo contrário, exige – condições socioeconômicas estáveis e consolidadas”¹⁶³.

O mesmo raciocínio seguem Mello e Novais, ao exporem que, na hora de escolher uma carreira, “o critério de valor social” por muitas vezes “predomina sobre o critério de valor mercantil, na medida em que a família, a política e o Estado, a vida religiosa ou escolar, são consideradas formas superiores de existência em relação à atividade dos negócios”¹⁶⁴. Vieira Pinto também aborda a questão dissertando sobre o que considera ser *função cartorial* da universidade. Em sua visão, esta *função cartorial* consiste em reconhecer e distribuir diplomas, gerando desta maneira prestígio a quem os obtém. Promove-se desta forma uma reclassificação de cargos numa sociedade em desenvolvimento, ao desenvolver a triagem de serviços válidos ou não para o país¹⁶⁵.

Vieira Pinto enxerga nas universidades da Quarta República o “ pilar do domínio ideológico da classe dominante”¹⁶⁶. Ao difundir o que define como “catequização dos filhos das classes médias” ou mesmo proletárias, as instituições estariam oferecendo a estes jovens um lugar dentro das elites¹⁶⁷. Neste sentido, o ensino superior funcionaria como um “espaço de auto reprodução da classe dominante” transformando a diplomação numa espécie de “alcunha criadora de nobreza”¹⁶⁸. Uma vez que o grosso dos estudantes pertencia às *classes médias* que encontravam-se em “rápida transformação”¹⁶⁹, “jovens modestos” eram estimulados por suas famílias a chegar às *classes dominantes* através da obtenção de um título de “doutor”, título este que permitiria que outros “doutores” os reconhecessem como “irmãos de classe”¹⁷⁰.

Considerando a noção de *nova classe média* utilizada em especial para os objetivos deste trabalho, a de indivíduos que tem origem nos meios rurais e que, no limiar das transformações decorridas do processo de crescimento econômico, urbanização e transformações demográficas pela qual o país passava, conseguiram através da diplomação no sistema educacional obter

¹⁶² *Ibid.* p. 64.

¹⁶³ *Idem*

¹⁶⁴ MELLO, J. M. Cardoso; NOVAIS, Fernando. *Op. Cit.*, p. 589.

¹⁶⁵ PINTO, Álvaro Vieira. **A questão da universidade**. Rio de Janeiro: UNE/Editora Universitária, 1962, p. 35-6.

¹⁶⁶ *Ibid.* pp. 30-1.

¹⁶⁷ *Ibid.* pp. 37-8.

¹⁶⁸ *Ibid.* pp. 43-4.

¹⁶⁹ *Ibid.* p. 87.

¹⁷⁰ *Ibid.* p. 45-52.

ascensão social. Como já mencionado, os filhos de imigrantes, por uma série de fatores, foram amplamente beneficiados por esta conjuntura.

O objetivo do capítulo é relacionar a trajetória de ascensões sociais que é específica dos nipo-brasileiros com todo o quadro apresentado no capítulo inicial, enfatizando mais uma vez o papel da educação e da obtenção de diplomas para a concretização do que se pode perceber como um projeto familiar. Muitas pesquisas acadêmicas retrataram como a tendência das famílias japonesas a priorizar a educação dos filhos foi essencial nos processos de ascensão social do grupo e um dos pilares de sua reconstrução identitária no pós-Segunda Guerra Mundial. Em meu modo de entender, tal reconstrução não pode ser separada de questões como as apontadas por Vieira Pinto e Cunha, sendo também necessário enfatizar ao máximo suas relações com a conjuntura histórica do Brasil dos anos 1950, mesmo para evitar a ideia de que a história de um grupo étnico em específico ocorre “por si”, sem interações e relações com o todo.

Importante frisar, não desconsidera-se aqui a assertiva de Hall acerca da impossibilidade de um alinhamento de diferentes identidades em torno de uma *identidade mestra* como a de *classe social*¹⁷¹. Como se demonstrará adiante, o foco será relacionar uma *situação de classe* com uma *identidade étnica* em constante diálogo com a *identidade nacional*. Portanto, identidade é aqui interpretada como algo que é estratégico e posicional. Em síntese, tratam-se pontos de adesão temporária às posições subjetivas construídas por práticas específicas, a partir da interação dos sujeitos com a sociedade¹⁷². Partindo dos pressupostos de Barth, na análise a ser apresentada grupos étnicos não serão compreendidos como coletividades que se perpetuam biologicamente compartilhando uma série de valores em comum, mas coletividades nas quais os membros se identificam e são identificados por outros como diferenciáveis de categorias semelhantes, sendo relevantes somente a partir da interação com outras coletividades do mesmo tipo. Portanto, a cultura não *definirá* a característica central destes grupos, mas aparecerá como seu *resultado*¹⁷³.

Em meu entender, a maneira como estes conceitos se relacionam com as asserções de Vieira Pinto e Cunha para a realidade das universidades brasileiras pode ser comparada às análises de Étienne Balibar acerca do surgimento de movimentos neofascistas na Europa dos anos 1990. Aponta o filósofo francês que o racismo de fato tem raízes profundas na história europeia, mas que sua ascensão nos 1990 foi uma forma de reação à situação de bloqueio e impotência política,

¹⁷¹HALL, Stuart. **Identidades Culturais na pós-modernidade**. Rio De Janeiro: DP&A, 1997,p. 21/2.

¹⁷²*Ibid.* pp. 17-20.

¹⁷³BARTH, Fredrik. *Os grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998.

um tipo de efeito conjuntural das contradições econômicas causadas pela economia neoliberal. Na visão do autor, uma das diferenças entre o fascismo dos anos 1930 e o neofascismo dos 1990 é que o primeiro agiu contra a derrocada do Estado e o segundo foi uma forma de expressão da impotência do mesmo¹⁷⁴.

Balibar ressalta ainda que no neofascismo europeu, advogar por uma relação de naturalidade com a identidade nacional estava no centro da pauta, gerando um discurso que ganhou a adesão de setores populares e da juventude excluída do mercado de trabalho em forma de temor dirigido contra trabalhadores originários de países colonizados por algum império colonial. Conclui o filósofo que o fenômeno estava intimamente relacionado à uma reação de contra-ataque frente certas condições socioeconômicas que aparentavam não ter solução no momento. Nesta linha de raciocínio, a exclusão cumpre papel central, e o autor afirma ser importante questionar quem exclui e quem são os excluídos¹⁷⁵. Ao seu ver, as vítimas dessa exclusão não são apenas os alvos do discurso racista em si, ela também foi gerada pela desindustrialização e o desemprego crescentes, a falta de crescimento real nas economias capitalistas e na regressão daquilo que chama dos Estados nacional-sociais europeus.

O que se pode extrair da análise apresentada para o atual trabalho é a maneira como Balibar relaciona um fenômeno cuja centralidade, e radicalidade, estava essencialmente numa reivindicação inditória com as condições históricas e sociais da conjuntura que permitiu seu surgimento. Afinal, como coloca Eric Hobsbawm “não basta a história de identidade” uma vez que “todas as coletividades humanas são e foram necessariamente parte de um mundo mais amplo e mais complexo”¹⁷⁶. Para tal, procurei no primeiro capítulo ressaltar as transformações socioeconômicas pelas quais passou o Brasil ao longo dos anos 1950, direcionando estas mudanças para a questão do acesso às universidades. Irei agora situar a trajetória específica dos nipo-brasileiros, dentro desta conjuntura, também direcionando-a para a mesma questão. A melhor maneira de realizar a conexão entre os objetivos anunciados em meu escopo teórico, é, acredito, situando a discussão acerca de identidades étnicas, identidade nacional e contexto histórico com a realidade brasileira.

Em *A invenção da brasilidade*, Jeffrey Lesser aponta que uma das diferenças entre Estados Unidos e Brasil, no que toca a relação entre imigrantes e identidade nacional, é que enquanto no país norte-americano os estrangeiros foram recebidos como privilegiados que tiveram a oportunidade de aportar em uma “terra prometida” de “grandeza intrínseca”, no Brasil eles eram

¹⁷⁴BALIBAR, Etienne. **Violencias, identidades y civilidad**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2005, p. 47-58.

¹⁷⁵*Ibid.* p. 52.

¹⁷⁶HOBBSBAWM, Eric. **Sobre História** - Ensaios. São Paulo: Editora Schwarcz, 1998, p. 292.

os próprios agentes aperfeiçoadores “de uma nação imperfeita, conspurcada pela história do colonialismo português e pela escravidão africana”¹⁷⁷. Desta maneira, em muitos casos os imigrantes foram “saudados como salvadores que trouxeram mudanças e melhorias ao Brasil”¹⁷⁸.

Reforçada a todo momento por diversos setores das elites do país e posteriormente abraçada com naturalidade por descendentes de imigrantes, a ideia de estrangeiros, sobretudo certos grupos de europeus, como “melhoradores da população local” contribuiu para o estabelecimento de uma certa noção de que o Brasil seria o “país do futuro” no qual no “a branquidão iria eclipsar a negritude”¹⁷⁹. Entretanto, como já mencionado no capítulo anterior através dos estudos de Florestan Fernandes, não era fácil estabelecer de maneira definitiva quais sujeitos eram “brancos” e quais não eram. Entra neste ponto o que Lilia Schwarcz classificou como *uso social da cor* “que não só leva a terminologia a se mostrar subjetiva, como torna seu uso – em conversas, em documentos oficiais (...) ou na vida privada – objeto de disputa.” Tal disputa apresenta normalmente “forte preferência pelo branco” jogando o preto para “o ponto mais baixo da escala social”¹⁸⁰.

Segundo Lesser, o resultado deste complexo quadro é o de que termos como *branco*, *negro* ou *amarelo* apresentam enorme volatilidade social, de forma que “pessoas e grupos entravam e saíam dessas categorias sempre mutáveis, e a identidade nacional brasileira era, em geral, simultaneamente rígida (a branquidão era constantemente valorizada) e flexível (o significado da branquidão era maleável)”¹⁸¹. As origens mestiças de grande parte dos integrantes das elites, bem como a condição humilde da maior parte dos imigrantes fazia com que *tornar-se branco* fosse “tão importante para os recém-chegados quanto o era para a elite nacional”¹⁸².

A representação de brasilidade que se revelou mais eficaz como mito fundador nacional ganhou força ao longo dos anos 1930. No discurso da época “o mestiço transformou-se em ícone nacional” e “símbolo de uma identidade sincrética”. Desta maneira, estabeleceu-se um discurso de convivência pacífica entre diferentes povos, descrito como uma forma de “democracia racial”, que acabou por se tornar uma espécie de “mito de Estado”. Alerta Schwarcz que apesar de reiteradamente exaltada, a retórica da “democracia racial” ou da

¹⁷⁷ LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade** – identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 28.

¹⁷⁸ Idem

¹⁷⁹ *Ibid.* p. 29.

¹⁸⁰ SCHWARCZ, Lilia M; **Nem preto, nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na intimidade. In: SCHWARCZ, Lilia M. (org.). **História da Vida Privada no Brasil**, vol. 4, pp. 173-244, p. 229.

¹⁸¹ LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2001, p. 38.

¹⁸² *Ibid.* p. 41.

“valorização do mestiço” era uma “redenção verbal que não se concretiza no cotidiano, a valorização do nacional é acima de tudo uma retórica que não tem contrapartida na valorização das populações mestiças discriminadas”¹⁸³.

Em *A negociação da identidade nacional*, Lesser argumenta que os massacres contra povos indígenas desde o Período Colonial até a República fizeram com que o grupo paulatinamente perdesse peso no imaginário da identidade nacional. Desta forma, o autor opta por analisar a identidade brasileira como composta por um *continuum* que mescla “etnicidade e cor de pele, colocando os africanos (pretos) numa extremidade e os brancos (europeus) na outra”¹⁸⁴. Em sua visão, a identidade brasileira constantemente flutua dentro deste *continuum*, variando sua posição de acordo com o período e a situação. O brasilianista ressalta também que “muitos acadêmicos supuseram ou sugeriram que qualquer pessoa que não tenha ascendência africana ou indígena encaixa-se, por definição, na categoria ‘branco’”¹⁸⁵.

Na obra, Lesser opta exatamente por analisar como descendentes de asiáticos – sírio-libaneses e japoneses – manipularam o imaginário de nação brasileira moderna, tentando tornar-se parte integrante dela¹⁸⁶. Uma destas estratégias consistiu propor que a “brancura” não era um componente necessário da brasilidade, e que o Brasil poderia tornar-se melhor tornando-se mais “japonês” ou “árabe”. Desta maneira, na visão do autor, estes grupos perceberam ter mais a ganhar abraçando tanto a identidade brasileira uniforme como a identidade imaginada pré-migratória¹⁸⁷. Lesser afirma que “as experiências dos imigrantes sírios, libaneses e japoneses e de seus descendentes (...) demonstram a transformação da brancura como categoria cultural” o que consistia em uma busca destes imigrantes e seus descendentes por “interpretar o status de classe como uma marca da identidade brasileira”¹⁸⁸.

Neste processo, foi fundamental a constituição de um espaço étnico nipo-brasileiro, caracterizado pela fundação de um grande número de associações que ajudavam os imigrantes e seus descendentes nas necessidades mais básicas, como problemas financeiros, ou de saúde, na construção de relações familiares e casamentos, no auxílio do contato com o restante da sociedade brasileira, em muitos casos fornecimento a educação básica dos filhos. Serviam ainda como representação oficial do grupo como um todo no espaço geográfico no qual estavam localizadas.

¹⁸³SCHWARCZ, Lilia M; **Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade**. In: SCHWARCZ, Lilia M. (org.). **História da Vida Privada no Brasil**, vol. 4, pp. 173-244, p. 229.

¹⁸⁴LESSER, Jeffrey. *Op. Cit.*, p. 30.

¹⁸⁵Idem.

¹⁸⁶*Ibid.* p. 19.

¹⁸⁷*Ibid.* p. 20

¹⁸⁸*Ibid.* p. 21.

Fruto do esforço coletivo dos imigrantes e de seus filhos, tais instituições com frequência eram fomentadas pela própria representação diplomática japonesa no país. Dentro das associações, e entre elas, significativas diferenciações internas, geradas por fatores como região de origem dos imigrantes ou a idade dos participantes. Entretanto, seu estabelecimento nos diferentes núcleos de concentração de japoneses, ajudou a produzir uma identidade *nikkei* em comum, cujo espaço de sociabilidade foi chamado de *colônia japonesa*. Tanto no campo como nas cidades, a atuação das associações étnicas foi essencial para auxiliar a trajetória dos imigrantes e de seus descendentes no país, e os discursos produzidos dentro delas permitiram que os nipo-brasileiros encontrassem uma “localização” nos debates acerca da identidade nacional.

Entretanto, muitos foram os incidentes ao longo deste processo. Os brasileiros de origem japonesa viveram momentos de bastante instabilidade nas décadas de 1930 e 1940. Com o crescimento das chegadas de imigrantes, diversos políticos e intelectuais colocaram-se contra a entrada de mais asiáticos no Brasil, utilizando como principal argumento sua condição étnica diferenciada dos grupos tradicionalmente estabelecidos no país, que levaria, de acordo com sua argumentação, à uma não assimilação ao país. A *Campanha de Nacionalização* encampada pelo governo nacional ao longo dos anos 1930 e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial tornaram a questão da assimilação de *nikkeis* um tema relevante nos debates políticos ao longo da Era Vargas. De acordo Jeffrey Lesser, “entre 1933 e 1945, os japoneses e os nipo-brasileiros adquiriram mais certeza de que seu país era o Brasil, mas tornaram-se menos seguros sobre como localizar sua etnicidade no contexto da identidade nacional”¹⁸⁹.

É com estes pressupostos que procederei a análise que segue nos próximos dois capítulos no que toca questões identitárias. Reforço que se trata de estudar os nisseis que tiveram acesso às universidades como integrantes de uma *nova classe média* ascendente originária do meio rural, que pode obter uma ascensão do tipo *efeito-mobilidade* graças ao *status* adquirido devido a esta inclusão no sistema educacional. Com este aporte, adiciono mais uma característica ao grupo estudado, o de minoria étnica que busca incluir-se no *continuum* descrito por Lesser como portadora de uma *brancura* nos termos de uma categoria cultural ligada a condição de classe. Apresentarei a seguir um pouco do que caracterizou estas trajetórias, realizando em um primeiro momento um breve histórico da imigração japonesa no Brasil até meados dos anos 1940 e em um segundo momento as ascensões sociais que lhe foram características.

¹⁸⁹ *Ibid.* p. 251.

2.2 A CHEGADA DOS JAPONESES

Takeuchi aponta que a entrada dos primeiros japoneses no Brasil se deu no contexto de valorização de preços do café ao longo da Primeira República, e que assim como no caso dos demais imigrantes, está relacionada a uma certa convicção de que “os negros, recém-libertos, não teriam condições de se adequar como trabalhadores livres”¹⁹⁰. No que diz respeito aos japoneses, as principais ressalvas das elites eram a desconfiança acerca do potencial de adaptação destes imigrantes, visto que durante o Período Imperial havia sido feita uma pequena experiência fracassada com imigração chinesa, e que existia uma preocupação de que a chegada massiva de japoneses pudesse desequilibrar os planos de “branquear” a população, pretendidos pelos governos nacionais e locais¹⁹¹. A utilização de uma política direcionada de imigração como forma de tornar a população mais branca pode ser verificada, ressalta Takeuchi, através de medidas como a proibição da entrada de asiáticos e africanos no Brasil em 1890, ainda que dois anos mais tarde tenha sido aberta a exceção para japoneses e chineses¹⁹².

De sua parte, o governo japonês incentivava a emigração e começava a preocupar-se com as restrições impostas por alguns países à entrada de asiáticos. A industrialização do país, acompanhada de modernização do campo, gerou no Japão um alto número de marginalizados, que somavam grande contingente de população sem terras e sem trabalho. De acordo com Lesser, o governo japonês, visando a facilitar a entrada de imigrantes em diferentes países das Américas, fez um esforço para colocar sua população como “branca”. Um dos exemplos levantados pelo historiador é o do diplomata Sho Nemoto que “vendeu a imagem dos imigrantes japoneses como sendo tudo o que os europeus não eram: quietos, trabalhadores e ansiosos para se tornarem brasileiros”¹⁹³. Lesser ressalta ainda que os imigrantes nipônicos “ao contrário dos chineses e dos árabes, levavam consigo o lastro de serem uma potência mundial” e que, no Brasil, em muitas ocasiões a preocupação com a dita “mongolização” contrastava com admiração pelo desenvolvimento econômico e militar do país asiático¹⁹⁴. Acerca dos debates intelectuais sobre a pertinência ou não da entrada de japoneses no Brasil, o pesquisador conclui que “para cada pessoa contrária à entrada de japoneses, havia uma outra que era favorável a ela”¹⁹⁵.

¹⁹⁰ TAKEUCHI, Marcia Yumi. **O Império do Sol Nascente no Brasil: Entre a Idealização e a Realidade**. In: TAKEUCHI, Marcia Yumi; CARNEIRO, Maria Luiza T. **Imigrantes Japoneses no Brasil – Trabalho, Imaginário e Memória**. São Paulo: Edusp, 2008, p. 25.

¹⁹¹ *Ibid.* p. 26

¹⁹² *Idem*

¹⁹³ LESSER, Jeffrey. *Op. Cit.*, p. 154.

¹⁹⁴ *Ibid.* p. 159.

¹⁹⁵ *Ibid.* p. 181.

O fluxo imigratório entre os dois países é aberto em 1908, ano da chegada do navio *Kasato Maru* em Santos. Entre momentos de maior e menor intensidade, as imigrações continuaram ocorrendo até 1941, sendo interrompidas pelo início da Segunda Guerra Mundial. A primeira experiência foi acertada em fins de 1907 entre a *Companhia Imperial de Imigração* e o governo de São Paulo. Três mil agricultores deveriam chegar ao Brasil num espaço de três anos. Estariam em famílias de ao menos três pessoas, cujos integrantes possuíam idade entre 12 e 45 anos. O transporte ficaria ao encargo do Governo de São Paulo, que os repartiria com fazendeiros. Por sua vez, os fazendeiros poderiam descontar esses valores dos salários dos colonos¹⁹⁶. Entre pesquisadores do tema, é senso comum que as primeiras experiências envolvendo imigrantes japoneses no Brasil não foram bem sucedidas. O memorialista Tomoo Handa aponta que dos 772 japoneses que vieram a bordo do *Kasato Maru*, 430 haviam se retirado de suas fazendas após seis meses¹⁹⁷. Takeuchi completa o dado, informando que após um ano o número dos que permaneciam caiu para 191, tendo os demais se dispersado por outras fazendas, cidades, emigrado para a Argentina ou falecido¹⁹⁸.

Segundo Handa, a principal razão para o abandono das lavouras por parte dos japoneses eram as péssimas condições de trabalho. Takeuchi complementa que os imigrantes não eram, em sua maioria, de fato agricultores¹⁹⁹. A autora ressalta também os problemas ligados a situações familiares. A exigência de famílias com pelo menos três indivíduos disponíveis para a lavoura gerou a formação de muitos núcleos familiares artificiais, arranjados apenas para o momento da viagem, que acabam por esfacelar-se no Brasil. Complicações relacionadas com a cultura local e a alimentação também aparecem entre as razões para explicar o fracasso da primeira empreitada²⁰⁰. Handa ressalta ainda as dificuldades impostas pela barreira linguística, agravadas pela quase inexistência intérpretes disponíveis²⁰¹.

Takeuchi ressalta que os índices de permanência em fazendas continuaram baixos até 1915²⁰². As experiências de um modo geral não foram bem avaliadas pelo governo de São Paulo, que optou por suspender os subsídios à imigração japonesa em 1914. Dada a escassez de imigrantes europeus durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), subsídios voltaram a ser concedidos em 1917, antes de serem novamente suspensos em 1922²⁰³. Seria errôneo

¹⁹⁶TAKEUCHI, Marcia Yumi, *Op. Cit.*, p. 36-7.

¹⁹⁷HANDA, Tomoo. **O imigrante Japonês**: história de sua vida no Brasil. São Paulo: Ed. T.A. Queiroz e Centro de Estudos Nipo-brasileiro, 1987. p. 55.

¹⁹⁸TAKEUCHI, Marcia Yumi, *Op. Cit.*, p. 40.

¹⁹⁹*Ibid.* p. 56.

²⁰⁰*Ibid.* p. 43

²⁰¹HANDA, Tomoo, *Op. Cit.*, p. 60.

²⁰²TAKEUCHI, Marcia Yumi, *Op. Cit.*, p. 40.

²⁰³*Ibid.* pp. 46-7.

qualificar esta, que é considerada uma primeira fase da entrada de japoneses no Brasil, como um desastre completo para os imigrantes. Takeuchi ressalta que, apesar dos desafios, os japoneses por vezes puderam tornar-se proprietários de terra. Alguns conseguiram fazê-lo nas próprias fazendas que os receberam, outros buscavam comprar lotes de terra em matas virgens, aonde era comum recorrer ao auxílio de outros imigrantes japoneses, surgindo daí novas “colônias de imigrantes”²⁰⁴.

Por sua parte, o governo japonês seguia tentando encontrar na emigração uma solução para suas questões demográficas internas. O quadro vinha se complicando desde 1907, quando uma lei aprovada nos Estados Unidos autorizou a entrada de japoneses apenas mediante carta de recomendação de parentes já estabelecidos no país norte-americano²⁰⁵. A situação deteriora-se ainda mais em 1924, quando o fluxo foi definitivamente interrompido pelas autoridades estadunidenses. Outros Estados americanos também já tinham fechado definitivamente as portas para trabalhadores do país do Leste Asiático. O Brasil parecia ser a única opção viável no momento, e para que as correntes continuassem, as autoridades japonesas decidiram tomar conta da situação.

Ciente de que São Paulo não mais subsidiaria a chegada de novos agricultores, o governo nipônico, no ano de 1927, agrupou diversas empresas e cooperativas em uma única chamada *Brasil Takushoku Kumiai* (Sociedade Colonizadora do Brasil), mais conhecida como *Bratac*. De capital misto, a companhia tomou o protagonismo do fluxo imigratório ao participar da “seleção de colonos, embarque e desembarque dos japoneses em seu país de destino”²⁰⁶ além de assumir o controle de colônias já existentes em São Paulo, bem como adquirir novas glebas para a fundação de colônias, que mais tarde chegaram a virar municípios independentes²⁰⁷. Existiam ainda outras companhias de imigração menores, administradas nos mesmos moldes.

Estas políticas coincidem com o boom da entrada de japoneses no Brasil. Na *Tabela 15* estão os dados referentes às chegadas de nipônicos entre 1908 e 1941, divididas em quatro momentos.

Tabela 15 – Imigração japonesa para o Brasil: 1908-1941

Anos	Número
1908-1914	15.543
1915-1923	16.723
1924-1935	141.732
1936-1941	14.617

Fonte: LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 215.

²⁰⁴*Ibid.* pp. 43.

²⁰⁵*Ibid.* p. 39.

²⁰⁶*Ibid.* p. 47-8.

²⁰⁷Como é o caso de Assaí (PR), Pereira Barreto (SP) e Bastos (SP).

Em de 1942 o fluxo foi interrompido por conta da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O contraste é notável entre os dois primeiros períodos (1908-14 e 1915-23) e o terceiro (1924-35). Os iniciais compreendem a primeira etapa, na qual os subsídios foram concedidos pelo governo paulista, e representam aquilo que muitas autoridades consideraram o período de “fracasso” da imigração japonesa no Brasil, dado o baixo grau de fixação dos japoneses às fazendas que originalmente os receberam.

O terceiro período exposto na tabela tem como marco o envolvimento ativo do governo japonês no subsídio para a vinda de imigrantes. Este, que soma mais que o dobro das demais em conjunto, ganha destaque no atual trabalho por ser, de um modo geral, aquele no qual os pais dos estudantes nisseis aqui destacados chegaram ao país e também por representar um leque de ações diretas por parte do Império do Japão que teve entre outras consequências a melhora na condição de vida dos imigrantes, que aumentou suas possibilidades de ascensão social. Ao compararmos os dados expostos a seguir com os da *Tabela 5* (p.38), percebe-se também que este foi um momento de redução na entrada de imigrantes europeus, que certamente influenciou a decisão dos governos brasileiros de não proibirem a entrada de nipônicos, a exemplo do que fizeram outros países da região. O último período exposto é o que sucede a *Lei de Cotas* de 1934, que limitou a entrada anual de grupos de estrangeiros no Brasil a 2% do total já estabelecidos no país, gerando desta maneira uma redução no total de chegadas. Os dois momentos representam o que estou considerando a segunda fase da entrada de japoneses no Brasil.

Cabe ressaltar que durante toda a década de 1950 o Brasil recebeu 33.593 japoneses, ao passo que na seguinte foi registrada a entrada de 25.092. Estas duas décadas compreendem o que pode ser considerada uma terceira fase da entrada de japoneses no Brasil. O primeiro tem pouca relevância para o que se propõe neste trabalho, visto que o enfoque vai para os filhos dos imigrantes, o segundo já não está contemplado pelo recorte aqui proposto.

Nos termos de Célia Sakurai (2000), o que se verificará a partir desta segunda fase da entrada de imigrantes é um exemplo de *imigração tutelada*. A *tutela* adveio do oferecimento de “amparo, orientação, ajuda e gerenciamento” em uma cadeia que parte do governo japonês chegando aos que estavam estabelecidos no Brasil através de diferentes ramos, empresas e agentes. É definida por ações promovidas por consulados, empresas privadas e semi estatais que visavam amparar questões básicas da vida dos imigrantes como educação saúde ou mesmo problemas financeiros pessoais. Nos termos da autora, esta *tutela* foi “comparativamente, uma ajuda mais eficaz do que a que receberam outros grupos de imigrantes”. Em seu entender,

executou-se, da parte do Japão, uma *política de Estado voltada para a imigração* reiteradamente planejada e manejada²⁰⁸.

Tal prática não pode ser desvinculada, alerta Sakurai, de um Japão em agressiva política de modernização ligada à industrialização e à anexação de territórios vizinhos. A tutela da imigração não deixa de ser, em certos aspectos, uma prática expansionista, que encontra no Brasil, país no qual a modernização em andamento se relacionava com os incentivos à imigração para a agricultura, um excelente parceiro. A sentença “deem-nos os senhores de terras que lhes daremos os colonos” é para a autora a chave da compreensão do conceito de *imigração tutelada*. Dentro desta lógica os governos do Brasil e de São Paulo aparecem quase como interlocutores do processo²⁰⁹.

Nos planos do governo japonês, a produção dos colonos serviria para abastecer o país com matérias primas. Sakurai utiliza o termo “fome de terra”, para descrever a prática que se tornaria comum por parte da Bratac de adquirir terras com potencial econômico, que foram utilizadas para uma produção que visava exportação para o Japão. Tratando-se de empresa de capital misto, o governo japonês se envolveu em sua aquisição, numa política que se num primeiro momento contou com a compreensão e mesmo o incentivo de governos brasileiros, num segundo gerou certo receio das elites locais. De todas as maneiras, cabe apontar que o que praticou o governo japonês ia ao encontro do giro capitalista pelo qual o Brasil passava, bem como às políticas de ocupação de terras promovidas por governos locais ou pelo nacional²¹⁰.

As atividades coordenadas por autoridades nipônicas não se limitaram a subvenção de imigrantes ou compra de terras. Como apresentarei adiante de maneira mais detalhada para o caso paranaense, Sakurai aponta que representantes das companhias de imigração se espalhavam por fazendas de café em São Paulo, tentando atrair outros japoneses já estabelecidos no Brasil para os seus próprios núcleos. Um bom exemplo dos resultados destas práticas encontra-se no levantamento de Saito, apresentado por Sakurai, acerca da produção de algodão em caroço realizada por lavradores japoneses, que saiu de 1.848.836 arrobas em 1932 para 26.270.850 apenas seis anos mais tarde. Para subvencionar estes produtores, que exportavam significativa quantidade de sua produção para o Japão, o governo japonês participou até mesmo da criação de bancos essencialmente voltados para eles, como o Tozan e o América do Sul²¹¹.

²⁰⁸SAKURAI, Célia. **Imigração Tutelada**: os japoneses no Brasil (Tese de Doutorado). Campinas, UNICAMP, 2000 p. 85.

²⁰⁹*Ibid.* p. 86.

²¹⁰*Idem*

²¹¹*Ibid.* p. 89.

Sakurai ressalta que a *tutela* dos japoneses por parte do governo imperial era de certa maneira comparável ao que ocorria na Manchúria. Este território chinês foi ocupado militarmente pelo Japão em 1932. Foi criado ali um governo fantoche, comandado *de facto* pelos nipônicos. A emigração de agricultores para aquele território era também bastante incentivada por parte das companhias de imigração. A situação repercutiu no Brasil. Por mais que as companhias promovessem uma visão de que os agricultores japoneses eram eficientes e estariam acima de tudo contribuindo para o desenvolvimento do setor agrícola brasileiro, as ressalvas quanto a entrada de novos imigrantes começaram cada vez mais a se associar à uma questão de soberania nacional, promovendo ao longo dos anos 1930 uma ideia de *perigo amarelo*.

2.3 A CAMPANHA ANTINIPÔNICA E OS CONFLITOS DOS ANOS 1940

A discussão acerca da entrada de mais japoneses no Brasil tornou-se uma grande polêmica ao longo dos anos 1930. De acordo com Lesser, os que se opunham à entrada de mais imigrantes utilizavam argumentos nacionalistas e racistas, enquanto seus defensores enfocavam-se nos níveis de produção dos agricultores²¹². Debates travados ao longo da Assembleia Constituinte de 1934, aonde foi aprovada a chamada *Lei de Cotas*, refletiam o crescimento das ressalvas aos nipônicos no país. Em 16 de janeiro de 1934, o constituinte paulista Teotônio Monteiro de Barros pediu a palavra para realizar um discurso que revelou muito da opiniões das elites políticas acerca do tema.

O enfoque inicial de Barros está na questão da nacionalidade, no sentido de tentar construir uma “raça brasileira”, a possibilidade de se criar “uma legislação adequada, inteligente, centralizada, para que seja obra uniforme para toda a nação, procurar conduzi-la no sentido da fixação do tipo médio brasileiro”²¹³. Em sua linha de raciocínio, a política brasileira de receber imigrantes tinha relação direta com a questão, e mesmo apresentava resultados benéficos, posto que o país ganhava mais do “elemento branco”. Entretanto, seria necessário grande cuidado no momento de selecionar os estrangeiros “mais adequados” para levar estes planos adiante. Em sua visão, os imigrantes ideais, melhor dito, os *mais assimiláveis* ao que se imaginava como tipo ideal brasileiro, eram os mediterrânicos, sendo os norte-europeus, como os alemães, também *assimiláveis* “conquanto em menor grau, mas que, se não for orientado

²¹²LESSER, Jeffrey. *Op. Cit.*, p. 217.

²¹³REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. *Annaes da Assembleia Nacional Constituinte* – Organizados pela redação dos Annaes e documentos parlamentares. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, p. 233.

convenientemente, se não for controlado o seu ingresso no país, pode constituir problema sério”²¹⁴.

Por sua vez, o japonês era para Barros o que “maiores e mais graves desvantagens” oferecia, posta a “diversidade profunda de usos e costumes que apresenta”²¹⁵. Ao ver deste constituinte, algumas das características dos japoneses no Brasil seriam “notável tendência a se segregaram e a se isolarem”, “absoluta dessemelhança de usos e costumes” e “obediência cega e absoluta, obediência que vai até ao extremo, não somente às autoridades consulares e à delegação diplomática em nossa terra, mas aos próprios agentes das companhias colonizadoras que os trazem para o Brasil”²¹⁶. Sua proposta girou em torno da criação de um órgão que “analisaria todos os elementos, coordenaria as correntes imigratórias” visando “conciliar o interesse delas com o interesse fundamental da formação da nossa nacionalidade e do nosso tipo de brasileiro”²¹⁷.

Além da manifesta preferência de Barros pelos imigrantes espanhóis, italianos e portugueses, deve-se ressaltar a opinião do deputado acerca dos japoneses enquanto agricultores, bem como as comparações que traça entre estes e os demais brasileiros. O constituinte descreve o nipônico como “ótimo colono (...) tanto assim que o temor e o receio, por que ele traz condições de sanidade física melhores, traz elementos de cultura muito maiores, traz condições de financiamento que o elemento nacional não possui” o que configurava ao seu ver uma “concorrência desleal”²¹⁸.

Junto com Barros, deputados como Arthur Neiva, Xavier de Oliveira e Miguel Couto promoveram constantes debates acerca da entrada de japoneses no Brasil, desde antes da Constituinte, sempre defendendo o fim da chegada de asiáticos. Inspiradas pelas restrições adotadas por outros países do continente, principalmente pelos Estados Unidos, emendas que restringiam a entrada de africanos e asiáticos no país já vinham sendo propostas por estes congressistas no início dos anos 1930. Segundo Geraldo, as iniciativas demonstravam “a intenção de proibir ou restringir especialmente a entrada de negros e de amarelos. Desses grupos, no entanto, apenas o de japoneses constituía realmente uma corrente imigratória considerável para o Brasil”²¹⁹.

²¹⁴ *Ibid.* p. 235.

²¹⁵ *Ibid.* p. 238.

²¹⁶ *Idem.*

²¹⁷ *Ibid.* p. 250.

²¹⁸ *Ibid.* p. 245-46.

²¹⁹ GERALDO, Endrica. A “**lei de cotas**” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. Campinas: **Cadernos AEL**, vol. 15, n. 27, pp. 171-212, 2009, p.181.

Diversos deputados e outras figuras como José Américo de Almeida (Ministro de Viação e Obras Públicas entre 1930 e 1934) e o próprio presidente Getúlio Vargas criticavam a iniciativa, argumentando que a agricultura brasileira seguia carecendo de mão de obra e que, tendo em vista os baixos índices de entrada de europeus naquele momento, o Japão era o único país cuja a emigração seguia regular, motivo pelo qual cessar as entradas seria desvantajoso. Quando o debate acerca do recebimento de japoneses ganhou repercussão nacional e a promulgação de uma lei restritiva a imigrantes tornou-se iminente, Vargas, de acordo com Geraldo, esforçou-se para que as restrições valessem para outros grupos de estrangeiros, não apenas pelo desejo de receber mais agricultores como também pela tentativa de manter boas relações diplomáticas com o Japão²²⁰. Neste sentido, segundo Geraldo a promulgação da Lei de Cotas pode ser considerada “uma vitória dos antinipônicos” mas com “êxito restrito”²²¹.

Mesmo que Vargas buscasse amenizar a Lei de Cotas e manter estáveis as relações exteriores do Brasil, o governo nacional também procurava garantir a assimilação dos grupos de imigrantes já estabelecidos no país. O período que se inicia na década de 1930 não foi apenas um marco de mudanças econômicas no país, como descrito no Capítulo 1, como também marco de uma reestruturação política que visava encorpar o poder do governo federal frente aos governos estaduais. Tal abordagem foi acompanhada de uma postura crescentemente autoritária por parte do poder executivo brasileiro que por diversas ocasiões elaborou agressivas políticas diretamente voltadas para comunidades estrangeiras.

A mais famosa destas iniciativas foi a chamada *Campanha de Nacionalização*, lançada pelo governo após o início do Estado Novo, em 1937. De acordo com Lesser, “o programa de homogeneização, patrocinado pelo Estado, buscava proteger a identidade brasileira da intrusão das etnicidades, eliminando os elementos mais emblemáticos das culturas imigrantes”²²². Em 1938, duas medidas afetaram enormemente o cotidiano das comunidades nipo-brasileiras, as proibições da imprensa em língua estrangeira e de instituições de ensino que lecionassem em idiomas que não o português. Os jornais exclusivamente voltados para o espaço étnico eram a mais importante fonte de informação dos *nikkeis* no Brasil, ajudando este grupo a manter contato com a terra natal, bem como inteirar-se da situação política e econômica nacional. A presença de escolas étnicas foi, como se mencionará adiante, uma característica marcante de

²²⁰ *Ibid.*, p. 200

²²¹ *Ibid.*, p. 205

²²² LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2001, p. 230.

diversos grupos imigrantes estabelecidos no país, sendo fundamental para as ascensões sociais das famílias e para a própria comunicação com os brasileiros.

No final de 1941 ocorreu o famoso ataque a Pearl Harbor, marco definitivo da entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. Em agosto do ano seguinte o Brasil decidiu aliar-se aos estadunidenses, declarando guerra à Itália e à Alemanha. Do ponto de vista dos imigrantes destes países, e também para os japoneses, o episódio representou o início de um aumento da agressividade do Estado brasileiro perante suas comunidades. Estrangeiros de países inimigos no conflito, foram oficialmente chamados de *Súditos do Eixo* pelo governo. Além medidas promovidas ao longo da *Campanha de Nacionalização*, os chamados *Súditos do Eixo* foram proibidos de fazer reuniões sem autorização prévia, portar armas, possuir rádios, viajar sem salvo-conduto e falar idiomas que não o português em público, sendo também alvo de remoção de áreas litorâneas.

Por uma série de razões estas medidas tiveram efeito particularmente potente sobre as comunidades japonesas, que nas palavras de Cytrynowicz tiveram sua “espinha dorsal quebrada” com o início da Segunda Guerra Mundial e acabaram por ver-se em uma sangrenta “luta fratricida”²²³. As dificuldades com o idioma local, as grandes diferenças culturais com o Brasil, o fato de tratar-se de um grupo “visível” pela sua aparência física, o alto índice de pessoas vivendo em ambientes rural, longe das grandes cidades, e a própria carga cultural japonesa, dotada de um ensino ultranacionalista, que no Brasil foi promovido pelos consulados japoneses em várias colônias, são alguns dos fatores que explicam a intensidade deste impacto. Ressalte-se que, em 1942, a representação diplomática japonesa foi banida do Brasil, causando uma crise de organização no espaço étnico, como mencionado, oferecia com frequentes auxílios vindos dos diferentes consulados do Japão, bem como de empresas de capital japonês.

Ao longo da Segunda Guerra Mundial, surgiram no seio das colônias japonesas associações étnicas com um perfil de “sociedade secreta”, que tinham entre outros objetivos a intenção alegada de ajudar no esforço de guerra japonês. De acordo com Dezen, a mais famosa destas agremiações, a *Shindo Renmei* (Liga do Caminho dos Súditos), provavelmente foi criada por volta de 1942, através de um grupo que defendia que os lavradores japoneses interrompessem a produção do bicho-da-seda e da hortelã em 1944. O motivo desta demanda

²²³ CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem Guerra** – A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Edusp/Geração Editorial, 2002, p. 163-171.

foi o de que estes produtos eram exportados aos Estados Unidos, sendo na interpretação deste grupo, lesivos à ação japonesa na Guerra²²⁴.

Com o crescimento das tensões envolvendo a Segunda Guerra Mundial, a Shindo Renmei passou a objetivar a eliminação de “todo aquele que contrariar os interesses do Mikado”²²⁵. Sediada em São Paulo (capital), a entidade tinha ramos por diversas cidades dos Estados de São Paulo e do Paraná, possuindo em 1945 mais de oitenta filiais e de cem mil integrantes²²⁶. O culto à imagem do Imperador do Japão era outra característica do grupo, que em seu programa afirmava buscar “agir com franqueza e dignidade, apoiando-se no espírito japonês”, ajudar na construção do “Grande Japão”, no qual estava também incluído o Brasil, motivo pelo qual os integrantes da organização deveriam “obedecer às leis brasileiras” e “se dedicar ao seu desenvolvimento e prosperidade”²²⁷.

Dentro da retórica agressiva de organizações deste tipo²²⁸, os brasileiros eram colocados como inferiores, mas quase nunca foram alvo de ações diretas e raramente resistiam à polícia, mesmo porque, dentro delas, acreditava-se que o Japão poderia ocupar o Brasil e que os nacionais poderiam se tornar súditos do Mikado²²⁹. No entanto, o momento de maior repercussão da Shindo Renmei e de outras agremiações semelhantes não foi no transcorrer da Segunda Guerra Mundial e sim após o seu término. A maioria destas entidades, bem como dos imigrantes japoneses e de seus descendentes, não acreditou na rendição do Império Japonês aos Estados Unidos, motivo pelo qual tais agremiações passam a ser chamadas de *vitoristas* ou *kachigumi*. É possível relacionar a preponderância da postura vitorista nas comunidades nipo-brasileiras com algumas das medidas tomadas pelo Estado Novo ao longo da Segunda Guerra Mundial ou pouco antes dela, medidas estas que, como mencionado, prejudicaram a circulação e o acesso a informações dos imigrantes e de seus descendentes.

Assim, estas organizações cresceram no imediato pós-Guerra e classificaram como falsas as notícias da derrota japonesa. Foram respaldadas por uma velha crença de que o Japão

²²⁴ DEZEM, Rogério. **Hi-no-maru Manchado de Sangue**: a *Shindo Renmei* e o Deops/SP. In: CARNEIRO, Maria Luiza T, TAKEUCHI, Marcia Yumi. (org.). **Imigrantes Japoneses no Brasil** – Trajetória, Imaginário, Memória, p. 123-148. São Paulo: Edusp, 2010, p. 249-251.

²²⁵ *Ibid.*, p. 253.

²²⁶ KUMASAKA, Y., SAITO, H. **Kachigumi**: uma delusão coletiva entre os japoneses e seus descendentes no Brasil. In: SAITO, H., MAEYAMA T. (Ed.) **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Vozes/Edusp, 1973, p. 448-465, p. 457.

²²⁷ HANDA, Tomoo. **O imigrante Japonês**: história de sua vida no Brasil. São Paulo: Ed. T.A. Queiroz e Centro de Estudos Nipo-brasileiro, 1987, p. 677.

²²⁸ Existiam outros grupos de defesa da causa do Japão na Segunda Guerra Mundial e vários deles protagonizaram episódios de violência. Shizuno (2010) analisa a atuação de grupos como este no Norte do Paraná que ameaçou e assassinou lavradores japoneses ao longo dos anos 1940.

²²⁹ DEZEM, Rogério, *Op. Cit.*, p. 252.

seria invencível em guerras, difundida pelo sistema educacional japonês, ensinada mesmo em escolas étnicas no Brasil²³⁰. Importante apontar que, de acordo com Dezen, de um modo geral, as pessoas que aderiram ao vitorismo em muitos casos tinham fracassado em seus objetivos pessoais e alimentavam um forte desejo de retorno ao país natal. Eram normalmente pessoas menos abastadas e com menor contato com a sociedade brasileira majoritária.

A postura dos *derrotistas*, ou *makigumi*, foi a de aceitar as notícias da derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial. Boa parte das famílias de imigrantes que estavam bem estabelecidas socialmente, ou melhor instaladas em espaços urbanos, estava neste campo, mesmo porque tinha acesso maior a informações e maior contato com o restante da população brasileira. Entre as principais políticas deste grupo estavam a de patrocinar aquilo que chamavam de “campanha de esclarecimento” e arrecadar fundos de ajuda para reconstruir o Japão no período pós-Guerra²³¹.

O embate viveu seus momentos mais intensos na metade final da década de 1940. Apenas entre março e setembro de 1946, dezesseis derrotistas foram mortos, trinta foram feridos e centenas foram ameaçados²³². Sua consequência mais comum foi o surgimento de divisões sociais cotidianas. Segundo Kumassaka e Saito “Mesmo após a cessação do terrorismo, a hostilidade do *kachigumi* contra a minoria *makegumi* persistiu, numa forma de ostracismo contra os últimos” ressaltando também que, na medida em que pessoas passavam para o lado derrotista, aumentavam as “divisões internas”, fazendo com que muitas famílias se desagregassem “pelo fato de seus ascendentes pertencerem a fações diferentes”²³³. De acordo com Lesser, com diversas ações de grupos vitoristas passando para as capas dos jornais, uma das piores consequências deste acontecimento para os *nikkeis* na época foi a “publicidade desastrosa” que estas geravam, consolidando o que o autor classificou como “uma nova onda de sentimento anti-japonês”²³⁴.

Ao longo da década de 1950 o confronto se dissipou paulatinamente. Tratou-se de um marco inquestionável na história dos nipo-brasileiros. A introdução da obra *Uma Epopeia Moderna*, que celebra os 80 anos de imigração japonesa no Brasil, afirma que o ocorrido foi “o ponto que se dá o grande divisor de águas entre o antigo imigrante nipônico e a nova figura do

²³⁰ LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2001, p. 241.

²³¹ YAMASHIRO, José. **Trajetória de duas vidas**: Uma história de imigração e integração. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2001, p. 198.

²³² LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2001, p. 244.

²³³ KUMASAKA, Y., SAITO, H, *op. cit.*, p. 459.

²³⁴ LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2001, p. 249.

nipo-brasileiro”²³⁵. Neste cenário, em linhas gerais, a sociabilidade no espaço étnico nipo-brasileiro começava a se reestruturar ao final do Estado Novo. Enquanto o país se modernizava, as cidades se enchiam e a economia se transformava, os *nikkeis*, em delicada situação, começavam a inserir-se no Brasil em franco desenvolvimento.

2.4 MIGRAÇÕES INTERNAS E ASCENSÃO SOCIAL

A existência de diversos episódios traumáticos não impediu que boa parte das famílias de origem japonesa ascendesse socialmente entre 1930 e 1950. A socióloga Ruth Cardoso (1995) analisou os processos de ascensão social de famílias japonesas em relação direta com a estruturação de suas famílias e com as frequentes mudanças em busca de melhores condições de trabalho. A autora ressalta a rapidez do fenômeno que transformou os imigrantes de colonos agrícolas, ou arrendatários, em proprietários rurais e urbanos, ou profissionais liberais²³⁶. Cardoso concluiu que, via de regra, os japoneses chegaram ao Brasil para trabalhar em alguma fazenda de café e em seguida passam a trabalhar como arrendatários “o que lhes dá condições para virem a ser proprietários em pequenos lotes de terra. Só mais tarde é que se transferem para a zona urbana”²³⁷.

Na *Tabela 16* está a distribuição da população de origem japonesa por setor de atividade na economia brasileira, comparando-se os anos de 1932 e 1958. No início da década de 1930 a quantidade de pessoas de etnia nipônica no Brasil que estava ocupada no primeiro setor, o da agricultura, se aproximava do total de sua população. Em questão de 26 anos a situação era bem diferente. Os ocupados no segundo setor, o da indústria, mais que triplicaram, enquanto os trabalhadores do terceiro setor, o de serviços, cresceram percentualmente mais que oito vezes, saltando 4,2% do todo para 34,9%.

Tabela 16 – Distribuição da população de origem japonesa por setores de atividade

Ano	% Setor 1	% Setor 2	% Setor 3
1932	93,6%	2,2%	4,2%
1958	57,3%	7,8%	34,9%

Fonte: CARDOSO, Ruth. **Estrutura Familiar e Mobilidade Social** – Estudo dos japoneses no Estado de São Paulo. São Paulo: Primus, 1995, p. 15

²³⁵ SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. **Uma epopeia moderna** – 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1992, p. 14.

²³⁶CARDOSO, Ruth. **Estrutura familiar mobilidade social**: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo. São Paulo: Kaleidos-Primus Consultoria e Comunicação Integrada, 1998, p. 53.

²³⁷*Ibid.* p. 55.

Outro dado que chama a atenção é o que revela a velocidade com a qual os agricultores de origem japonesa deixaram a condição *colonos*²³⁸, seja para tornarem-se *proprietários*, seja para tentar a vida nas cidades, inserindo-se na indústria ou no setor de serviços. Aquele que observar estes números não pode perder de vista o que foi apresentado na *Tabela 15* (p. 79), bem como a posterior discussão acerca do tema, ou seja, o quanto a ação direta das companhias colonizadoras e do próprio governo japonês contribuiu para estas mudanças que foram, em sua maioria, de ascensão. Adiante, apresentarei com maior detalhamento como o processo se deu no caso paranaense. Por hora, me limito a uma análise do que está contido na *Tabela 17*. Aproximadamente, metade dos imigrantes nipônicos deixou a condição de *colono* depois de no máximo quatro anos de estadia no Brasil. Quando se consideram os dez primeiros anos de estadia a quantidade supera os 80%. Em 1964, ano no qual estas estatísticas foram produzidas, apenas 0,4% nela permaneciam.

Tabela 17– Período médio (anos) em que os chefes das famílias japonesas deixaram de ser colonos

Menos de 2 anos	Entre 3 e 4 anos	Entre 5 e 10 anos	Entre 11 e 20 anos	Mais de 20 anos	Ainda colonos	Total
29,2%	21,1%	31,0%	14,2%	4,1%	0,4%	100%

Fonte: CARDOSO, Ruth. **Estrutura Familiar e Mobilidade Social** – Estudo dos japoneses no Estado de São Paulo. São Paulo: Primus, 1995, p. 57

Para complementar estes dados, resta apresentar números que relacionem as mudanças ocupacionais com ascensão social e migrações. De acordo com Cardoso, o quadro que “indica claramente a relação entre mobilidade social e geográfica” é o que relaciona o status dos chefes de família com a quantidade de transferências de residência por eles realizadas, a partir de dados coletados em 1964²³⁹. A autora utiliza o termo *ascensão em ziguezague* para descrever a trajetória dos imigrantes japoneses. De acordo com suas conclusões, de um modo geral, famílias de origem japonesa ganharam e perderam status ao longo de muitas trocas de ocupação, mas em um todo, o saldo deste *ziguezague* é positivo em termos de conquista de status e renda. Na *Tabela 18* demonstra-se que, entre os chefes de família agricultores que vieram ao Brasil antes da Segunda Guerra Mundial, transferir-se de residência mais de uma vez foi realidade para a maioria, fossem estes indivíduos *proprietários*, *arrendatários* ou *colonos*. As diferenças significativas nesta estatística aparecem quando observados seus extremos. Enquanto quase metade dos que estabeleceram-se como *proprietários* mudaram-se ou nenhuma ou apenas uma vez, a mesma situação foi a realidade de 29% dos *arrendatários* e de apenas 9% dos *colonos*.

²³⁸ Considerando-se para este caso e semelhantes como *colono* o indivíduo contratado por um proprietário de terra para trabalhar como lavrador.

²³⁹ *Ibid.* p. 66

Em contrapartida, quase metade daqueles que originalmente chegaram ao país como *colonos* transferiram-se pelo menos quatro vezes, frente a uma parcela de 24% dos *arrendatários* e 17% dos *proprietários*. Conclui-se portanto que, levando-se em conta esta tendência dos imigrantes japoneses de deslocarem-se pelo país, quanto menos favorável fosse sua condição inicial, mais provável era o deslocamento. Ressalte-se que, se relacionados com o apresentado na *Tabela 15* (p. 79), estes dados permitem concluir que em algum momento foi tendência das famílias mudarem-se para as cidades, visto o crescimento de empregados no segundo e no terceiro setor da economia.

Tabela 18 – Número de transferências de residência para chefes de família agricultores vindos antes da Segunda Guerra Mundial e status de ocupação ao chegar ao Brasil

Status agrícola na chegada	Uma ou nenhuma transferência	Duas ou três transferências em %	Quatro ou mais transferências em %	Total (número absoluto)
Proprietários	47%	36%	17%	100% (1.624)
Arrendatários	29%	47%	24%	100% (1.324)
Colonos	9%	44%	47%	100% (13.338)

Fonte: CARDOSO, Ruth. **Estrutura Familiar e Mobilidade Social** – Estudo dos japoneses no Estado de São Paulo. São Paulo: Primus, 1995, p. 66

O trabalho de Teiiti Suzuki fornece detalhes que possibilitam ligar as mobilizações seguidas de ascensão social com a chegada de japoneses, e seus descendentes no Paraná. Baseando-se no censo para a população de origem japonesa de 1958, o autor tem objetivos semelhantes aos de Cardoso, ou seja, o de avaliar a trajetória dos japoneses no Brasil em intensidade de mobilidade e direção das correntes migratórias características ao grupo, visando traçar uma relação entre distribuição geográfica, condição ocupacional e de status social²⁴⁰. Suzuki aponta que São Paulo sempre abrigou a ampla maioria da população de origem japonesa no país, mas que o número alterou-se ao longo dos anos. Antes de 1947 concentrava cerca de 90% do todo, decrescendo para 80% em 1958. No fim dos anos 1920 o Mato Grosso ocupava o segundo lugar, com 8% do total. Entretanto, no fim dos anos 1950 este posto pertencia ao Paraná, que em 1920 era casa 3% dos *nikkeis*, mas em 1958 tornou-se a residência de 16%²⁴¹.

Considerando as migrações internas uma característica fundamental para a compreensão da história da imigração japonesa no Brasil, Suzuki realiza uma divisão periódica que também tem por base as referidas três fases da entrada de japoneses no Brasil. Em sua abordagem, estas fases ganham um caráter analítico que se volta para as transformações geográficas de

²⁴⁰SUZUKI, Teiiti. **Mobilidade geográfica de imigrantes japoneses**. In: SAITO, H., MAEYAMA T. (Ed.) **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Vozes/Edusp, 1973, p. 224-239, p. 223-25.

²⁴¹*Ibid.* p. 228.

distribuição da população de origem japonesa no país, gerando algumas diferenças em relação à apresentada anteriormente. Na *primeira fase*, que Suzuki estende entre 1908 e 1922, a maior concentração está na *Zona Velha de Café*²⁴², na região denominada como *São Paulo (capital) e suas cercanias*, e no *Noroeste*²⁴³ paulista²⁴⁴.

Estas regiões foram as que receberam as primeiras levas de imigrantes, que quase sempre chegavam como *colonos* para trabalhar em fazendas administradas por latifundiários paulistas. No início deste período a *Zona Velha de Café* concentrava 51% do total populacional, mas no final do mesmo concentrava 29%, refletindo os já referidos problemas de adaptação aos meios de trabalho. *São Paulo e suas cercanias* também perde em peso proporcional, saindo de 25% para 12%, provavelmente porque os imigrantes que chegavam quase nunca se dirigiam à metrópole e suas cidades vizinhas. O *Noroeste* era residência de 21% dos *nikkeis* em 1922.

A segunda fase, que Suzuki estende entre 1923 e 1947, é aquela na qual ocorreu a entrada da maioria dos imigrantes japoneses que se destinaram ao Brasil e aonde começaram a agir as companhias de imigração ligadas ao governo do Japão. O *Noroeste* apareceu como a região mais habitada, com 22% do total ao fim do período. Mas já está evidente uma tendência à queda, visto que neste ínterim chegou a abrigar 35% dos nipônicos. A *Zona Velha de Café* seguiu com uma tendência de perda proporcional, e no final do período abrigava 16% do todo. A novidade para aquele momento foi aparição da região da *Alta Paulista*²⁴⁵ que em 1947 é residência de 19% da colônia japonesa no Brasil.

A *terceira fase*, que corresponde ao decênio 1948-1958, apresenta significativas mudanças em relação às duas primeiras, refletindo fatores já abordados no capítulo anterior, como a migração para centros urbanos e a abertura de novas fronteiras de expansão agrícola. Este momento também caracteriza-se por uma baixa quantidade de entradas de novos imigrantes. *São Paulo e suas cercanias*, região que não figurou entre as três mais habitadas por *nikkeis* no período anterior, passou a ser a de maior população, abrigando 29% do total ao fim desta fase. A *Alta Paulista* continuava como uma das regiões de maior concentração, a terceira, com 17%. Em segundo lugar, outra novidade, a região do *Norte do Paraná*²⁴⁶, que em 1958 era a morada de 18% dos japoneses e descendentes no Brasil. Destaca Suzuki que os deslocamentos para esta região vinham se intensificando, sobretudo, nos últimos cinco anos do levantamento.

²⁴²Municípios paulistas de Franca, Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos, Jaú, Botucatu e Piraju.

²⁴³Municípios paulistas de Bauru, Araçatuba, partes de Araraquara e partes de Andradina.

²⁴⁴*Ibid.* p. 229.

²⁴⁵Municípios de Marília e Andradina.

²⁴⁶Apesar de dividir as regiões em *Norte Velho* e *Norte Novo*, Suzuki não esclarece quais municípios pertenciam à quais regiões. Na divulgação deste dado em especial, aparentemente o autor considerou ambas em conjunto.

Ao explicar os fatores que geraram redistribuição da população *nikkei* pelo Brasil, Suzuki aponta que, de um modo geral, as regiões de contínuo crescimento são de dois tipos. Há as chamadas “zonas pioneiras”, como é o caso do *Norte do Paraná*, nas quais surgiram ofertas de terras produtivas em preço acessível para *colonos* ou *arrendatários* que buscavam tornar-se *proprietários*. Há também outras regiões consideradas como de “cultura suburbana, onde há espaço para a produção hortifrutigranjeira (avicultura, batata, fruta, gado leiteiro, tomate, verduras)”. Pertencem a este grupo regiões como *Rio de Janeiro e Guanabara, São Paulo e suas cercanias* e o *Sul do Paraná*, onde está localizada Curitiba.

Neste sentido, mesmo a migração para grandes municípios poderia ter um caráter de produção rural, pois criavam-se cinturões agrícolas que buscavam abastecer com maior facilidade estes centros²⁴⁷. O autor reforça o fato de que a partir do fim da década de 1940 e durante a década de 1950, a migração interna para *São Paulo e Suas Cercanias* passou a ter supremacia nas correntes migratórias, correspondendo quase 30% do total. Também de crescimento constante foram as migrações para o *Sul do Paraná*. O autor identifica o ano de 1942 como marco da diminuição da população vivendo em zonas rurais. O resultado destas migrações rumo às cidades na *terceira fase* definida por Suzuki pode ser constatado pelo fato de que em 1908, ano no qual se iniciam os fluxos migratórios Japão-Brasil, 94,3% dos imigrantes aportaram como agricultores, mas em 1958, 44,9% destes viviam em cidades.

2.5 MIGRAÇÕES PARA O PARANÁ

O aumento da população de origem japonesa no Paraná foi reflexo do aumento populacional do Estado como um todo. Como mencionado no capítulo anterior a década de 1950 é especialmente icônica para o Paraná. Do ponto de vista econômico e demográfico as transformações pelas quais passava o Estado eram enormes. Pouco povoado até o século XIX, os governos paranaenses buscaram atrair imigrantes e migrantes para ocupar suas terras e garantir a soberania sobre o território local, bem como alavancar a economia da região. Todas as regiões aumentam sua população em altas proporções, com especial destaque para o Oeste e, principalmente, o Norte.

No mencionado debate puxado por Teotônio Monteiro de Barros durante a Assembleia Constituinte de 1934, há um excerto de sua fala que remete à situação da imigração no Paraná e em Santa Catarina

Paraná e Santa Catarina foram problemas que preocuparam a nação brasileira, e, se a guerra europeia não levasse a Alemanha a extinguir, por imposição dos

²⁴⁷*Ibid.* p. 230.

acontecimentos, independente da vontade dela, a sua atividade colonizadora, teríamos – não se iludam os senhores Constituintes – um problema de natureza gravíssima a resolver, quando é certo que nos defrontávamos com um povo imperialista por temperamento, dotado das mais altas qualidades raciais, constituindo portanto, elemento que se transformaria em adversário, para nós, grandemente temível, tal o aspecto tomou semelhante problema²⁴⁸.

Barros, vale lembrar, era um deputado paulista, para quem o “imigrante ideal” era o europeu mediterrâneo, sendo os europeus do norte menos “assimiláveis” ainda que fossem preferíveis em relação aos japoneses. Aludindo à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o constituinte argumentou, assim como o faz para os japoneses, que as *qualidades raciais* dos alemães seriam fonte de perigo à soberania nacional brasileira, deixando transparecer deste modo sua noção de que tratava-se de um grupo portador de uma pretensa superioridade em relação aos nacionais. Neste ponto em especial, cabe apontar algumas diferenças entre o discurso de Barros na Constituinte de 1934 e o adotado pelas elites paranaenses como mito de fundação do Estado ao longo dos anos 1950, bem como as diferenças e semelhanças deste último para o esquema de interpretação da questão da identidade nacional anteriormente apresentado.

Utilizo a obra *Paraná Vivo* de Temístocles Linhares como exemplo de visão e projeção da identidade paranaense ao longo dos anos 1950. Ressalto que as opiniões de Linhares serão interpretadas como o reflexo de um projeto para o Estado que, quando analisado com atenção, jamais traduziu com correção sua composição demográfica, mas que exerceu, e exerce até hoje, uma importante influência sobre o que se imagina ser sua história, tornando-se elemento forjador da identidade regional. Cabe apontar que a visão de Linhares não representa a que todos os paranaenses tinham sobre o Estado, mas reflete aquilo que foi preponderante entre as elites políticas. O objetivo é ainda relacionar os dados apresentados ao longo do capítulo com a construção discursiva da identidade paranaense, partindo do princípio de que as migrações internas foram o fator chave para a emergência desta narrativa. Considero fundamental que se exponha esta questão, para que tornem-se mais compreensíveis os processos de adaptação dos japoneses e seus descendentes ao Paraná.

Paraná Vivo foi publicado originalmente em 1953, na ocasião do *Centenário de Emancipação do Estado do Paraná*. Para a data, celebrações foram agendadas por todo Estado. Em Curitiba ocorreu a inauguração da Biblioteca Pública do Paraná, da Praça 19 de Dezembro e do Centro Cívico. Estes eventos eram a esmo relacionados com as transformações

²⁴⁸REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. **Annaes da Assembleia Nacional Constituinte** – Organizados pela redação dos Annaes e documentos parlamentares. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, p. 234.

demográficas e econômicas pelas quais o Paraná passava, e as elites intelectuais aproveitaram a ocasião para desenvolver novas interpretações sobre o passado e a cultura do Estado, quase sempre relacionadas com uma exaltação à modernização veloz, que teria inaugurado uma nova e gloriosa etapa na história paranaense, cujo protagonista era o *imigrante pioneiro*. Escrita por um influente crítico literário, *Paraná Vivo* é fruto desta conjuntura, e apresenta um balanço da situação política, social e econômica do Estado na ocasião do Centenário, sendo uma das obras que cumpre o papel de propor a mencionada renovação identitária para a região.

Linhares descreve o Paraná como palco de uma verdadeira dominação cultural, que aparece por vezes em termos explicitamente violentos. Para o autor, o Estado era “teatro de um espetacular embate na cultura brasileira” atribuído à presença de imigrantes que estariam “destruindo a cultura local”²⁴⁹. Ao longo do texto, os imigrantes quase sempre são descritos como “almas corretas” que promoveram um “espetáculo dignificante da vitalidade paranaense”. Foram eles “os maiores autores da energia colonizadora”²⁵⁰. Sua ação teria feito da cultura portuguesa no Estado “uma reminiscência longínqua”. Para Linhares, a cultura colonial paranaense era indesejável e sem sentido, pois “nunca se preocupou em planejar e construir o futuro”²⁵¹. A este Paraná de influência lusitana restava “um lugar de sombra”²⁵². O autor chega a clamar pela “repulsa ao feitichismo histórico” e fala nos termos de de enterrar um passado que “não responde em absoluto nenhuma necessidade real nossa”²⁵³.

Na interpretação de Linhares, longe de ser um risco para a soberania local, o alemão era o maior dos protagonistas destas mudanças. Entre outros feitos, teriam sido os alemães responsáveis por transformar Curitiba em uma “cidade industrial” dotada de “características urbanas não tão encontradas em outras partes do país”. O autor descreve a chegada dos primeiros alemães na cidade, migrados de Joinville, em tons de narrativa épica²⁵⁴. A presença de uma forte cultura germânica era um dos fatores que diferenciava o Paraná de São Paulo, e mesmo, de Santa Catarina, Estado no qual, de acordo com Linhares, estes teriam se “rendido à cultura lusitana”²⁵⁵.

Apesar de caracterizada por um tom notadamente otimista, a obra não deixa de reconhecer a existência de problemas sociais na área da saúde, educação, ou distribuição de terras. Tampouco ignora a presença de indígenas, negros ou lusitanos e migrantes de outras

²⁴⁹LINHARES, Temístocles. **Paraná Vivo**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2000, p. 10.

²⁵⁰*Ibid.* p. 300.

²⁵¹*Ibid.* p. 12.

²⁵²*Ibid.* p. 14.

²⁵³*Ibid.* p. 298.

²⁵⁴*Ibid.* p. 217.

²⁵⁵*Ibid.* p. 18-9.

regiões, ainda que estes apareçam na melhor das hipóteses como coadjuvantes da construção do Estado, não raro sendo retratados como figuras arcaicas. O Paraná seria por si próprio uma “mistura de raças” que incluía imigrantes de várias partes da Europa, para além do esquema mais clássico que tendia a destacar portugueses, indígenas e negros. Considero que, dentro do *continuum* branco-preto, Linhares tenta localizar o Paraná no ponto mais próximo possível do branco, o que se traduziria por exemplo por sua conclusão de que o Estado “talvez seja hoje o mais europeizado de todos os estados brasileiros, mas nem por isso menos brasileiro”²⁵⁶.

A grande presença de europeus de várias partes é colocada de maneira invariavelmente positiva. Se a noção de Brasil “país do futuro”, como descreve Lesser, se relacionava com a chegada de imigrantes, na obra de Linhares o Paraná era o “Estado do futuro”, aonde aqueles que chegavam “aceitam que tudo comece de novo para si”²⁵⁷, aonde para ser nativo não é preciso nascer, mas sim “aceitar o dever” de “fazer alguma coisa”²⁵⁸, aonde, em meio a um “desabrigo geral”, a região era “a mais tranquila da América do Sul”²⁵⁹. Em síntese, para Linhares, existia um Paraná antigo, que sucumbia, e outro “Paraná vivo, à procura de sentido, sentido que quem pode dar é o homem paranaense”²⁶⁰.

A influência deste tipo de discurso sobre as elites locais pode ser encontrada em declarações e escritos do governador paranaense Bento Munhoz da Rocha, no poder à época do Centenário de Emancipação. Na edição comemorativa do Centenário publicada pela *Revista Ilustração*, Rocha caracteriza os paranaenses como “brasileiros de nomes muito complicados, mas que se honram deste nosso Brasil como nós outros que possuímos sobrenomes portugueses”. É publicado ainda um discurso do governador elaborado para a ocasião da visita do presidente Getúlio Vargas à Curitiba naquele ano, no qual se vangloria do fato de que “o Paraná tem vivido ocupando terras para o Brasil e assimilando populações para a nacionalidade”. A mesma revista aponta que, oficialmente, foram convidadas para os festejos oficiais do Centenário de Emancipação representantes das comunidades germânicas, polonesas, japonesas, italianas, ucranianas, sírio-libanesas, francesas, holandesas, portuguesas e britânicas, não se encontrando na lista as de origem africana ou as indígenas.

As transformações pelas quais passava o Estado não estão sendo questionadas neste trabalho. Considero adequado afirmar que em meados do século XX surge um *Paraná Moderno*. Os processos que ocasionaram sua constituição foram exatamente os que geraram a

²⁵⁶*Ibid.* p. 300.

²⁵⁷*Ibid.* p. 20.

²⁵⁸*Ibid.* p. 23.

²⁵⁹*Idem*

²⁶⁰*Ibid.* pp. 24-5.

aparição de uma numerosa comunidade de origem japonesa no Estado. Entretanto, no que toca aos objetivos de pesquisa estabelecidos, os discursos de Linhares e Munhoz da Rocha são interpretados estritamente como expressão da construção identitária regional vigente no recorte temporal com o qual se trabalha. Do ponto de vista da historiografia, acredito que a melhor maneira de analisar estes *trânsitos* é direcionar o foco para o fenômeno das migrações internas. Já abordei o tema no primeiro capítulo. Agora irei direcioná-lo para o grupo específico dos *nikkeis*.

De acordo com Westphalen, as sementes da construção do *Paraná Moderno* estão na promulgação da *Lei de Terras* pelo governo imperial em 1850. A medida determinou que era competência do poder central a concessão de terras devolutas para potenciais compradores. O governo paranaense viu na nova lei a oportunidade para promover políticas de “colonização” de seu próprio território. As autoridades consideravam que do ponto de vista demográfico, as regiões Norte, Oeste e Sudoeste do Paraná estavam “por ocupar”. É nesta conjuntura que em 1889 se cede uma concessão à *Brazil Railways Company* de “imensa e descontínua” área de terras devolutas e nacionais com “até 9km para cada lado na extensão total de estradas de ferro da sua concessão”²⁶¹.

Em um segundo momento, a Constituição Republicana de 1891 definiu que as terras devolutas passavam a pertencer aos governos estaduais, fazendo com que estes pudessem administrar as concessões por leis próprias. A construção das estradas de ferro no Estado, que surgiram no início do século XX, se deu no limiar das políticas de venda de terras para companhias estrangeiras, principalmente britânicas, em troca de execução de serviços de infraestrutura, que possibilitavam a ocupação dos espaços considerados “vazios demográficos”²⁶². De acordo com Westphalen, a intensificação destes negócios de terra “favoreceu a ascensão econômica do Paraná Moderno”, mas ao mesmo tempo, “convulsionou as comunidades paranaenses”²⁶³.

A mais emblemática destas empreitadas foi encabeçada pela *Companhia de Terras do Norte do Paraná* (CTNP), cujos projetos de ocupação de terras levaram ao surgimento de diversas cidades. Um dos fatores que torna o modelo da CTNP marcante para o Paraná está na proposta da empresa de organizar “modernamente a colonização da imensa área que alcançaria 515 mil alqueires” divididos em “zonas de demarcação”, que por sua vez foram divididas em

²⁶¹WESTPHALEN, Cecília; MACHADO, Brasil P.; BALHANA, Altiva. **Nota prévia ao estudo de ocupação da terra no Paraná moderno**. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*, n. 7, p. 1-52. Curitiba, 1987, p. 10-11.

²⁶²*Ibid.* p. 13

²⁶³*Ibid.* p. 15.

“glebas”, que por sua vez foram divididas em “lotes coloniais” de alqueires “planejados com frente para a estrada que passava no alto dos espigões”²⁶⁴.

O projeto foi feito pensando em ligar as zonas rurais às zonas urbanizadas com facilidade, comunicando-as através de “estradas” e “patrimônios”. Os lotes rurais se compravam em prestações de até quatro anos, com juros de 8% ao ano, e os urbanos em prestações de até dois. A empresa prestava também “transporte e assistência para a instalação inicial dos colonos”. As atividades em geral eram plantio de café e “pequena lavoura de subsistência”²⁶⁵. De acordo com Westphalen, até 1943 a CTNP vendeu 117 mil alqueires, chegando a 400 mil em 1953, quando 100 mil famílias habitavam as áreas rurais. Eram em sua maioria famílias oriundas de São Paulo, Minas Gerais e da Região Nordeste²⁶⁶. Destaque-se, vários imigrantes japoneses encontravam-se entre os primeiros compradores destes lotes²⁶⁷.

Para atrair estes “colonos” foi feita uma campanha intensiva de propaganda, na qual se prometia a plena posse de terra em até quatro anos²⁶⁸. A publicidade da CTNP se valia de escritos e álbuns fotográficos, espalhados por estados como São Paulo, Minas Gerais e Bahia. A empresa também editava o *Jornal Paraná Norte*, que teve boa circulação por regiões de São Paulo²⁶⁹. Eram ainda confeccionados álbuns de fotografias de imigrantes de frente para suas lavouras, anexadas a um bilhete que convidava alguns de seus compatriotas a tentarem a sorte no Norte paranaense. Tais fotografias circularam por diversos Estados do Brasil, chegando inclusive ao exterior²⁷⁰.

Necessário destacar, Westphalen insiste em que se por um lado o modelo foi inovador e ajudou a promover a ascensão social de muitos, por outro “não faltou especulação nos negócios de terras, como não faltou o ludíbrio de muitos lavradores, nem tão pouco a exploração dos trabalhadores rurais”²⁷¹. As empreitadas atraíam agricultores, mas também “aventureiros em busca de toda sorte e facilidades”. Não foi incomum a “ocupação pura e simples de terras devolutas”²⁷². A situação fez emergir no Estado uma “indústria da intrusão”, muitas vezes

²⁶⁴*Ibid.* p. 18.

²⁶⁵*Idem*

²⁶⁶*Ibid.* p. 19.

²⁶⁷ HOFFMANN, Maria Luisa; PIVETA Patrícia. **O nascimento de Londrina deu início ao processo de colonização do Norte do Paraná**. In: BONI, Paulo César (org.). **Certidões de nascimento da História: o surgimento de municípios no eixo Londrina-Maringá**. Londrina, 2009, p. 22.

²⁶⁸NICHOLLS, William H. **A Fronteira Agrícola na História Recente do Brasil: O Estado do Paraná, 1920-1965**. In: **Revista Brasileira de Economia**, v., n. 4. Rio de Janeiro: FGV, 1970, p. 45-6.

²⁶⁹BONI, Paulo César; SATO, Larissa Ayumi. **A mídia fotográfica como estratégia publicitária da Companhia de Terras do Norte do Paraná**. In: BONI, Paulo César (org.). **Certidões de nascimento da História: o surgimento de municípios no eixo Londrina-Maringá**. Londrina, 2009, p. 261.

²⁷⁰*Ibid.* p. 264.

²⁷¹ WESTPHALEN, Cecília; MACHADO, Brasil P.; BALHANA, Altiva, *Op. Cit.* p. 22.

²⁷²*Idem*

violenta, frequentemente servindo ao interesse de “grupos poderosos” promotores da “formação de grilos”, principalmente no Oeste, mas também no Norte²⁷³. Conflitos de terras como a *Guerra de Porecatu* entre o fim dos anos 1940 e o começo dos anos 1950, ou a *Revolta dos Posseiros* no Sudoeste do Estado em 1957 são dois dos mais famosos episódios violentos envolvendo a questão de terras no Paraná dos 1950.

A CTNP era apenas uma de muitas companhias de terras e imigração atuando no Estado. Por vezes o governo buscou ações de vendas de terras por conta própria, em moldes parecidos com os da companhia inglesa. A já apresentada Bratac também atuou no Paraná, sendo responsável pela fundação do mais icônico núcleo de concentração de *nikkeis* no Estado, o município de Assaí. Dedicarei alguns parágrafos ao exemplo de Assaí, pois a partir de sua fundação é possível compreender adequadamente questões como a política de assistência da Bratac, que facilitou as condições de trabalho, e por consequência, as ascensões sociais de japoneses e descendentes a posteriori, a maneira como se deu a migração oriunda de São Paulo que resultou no crescimento populacional do Paraná, e mesmo, apontar para questões que dizem respeito às identidades paranaenses e brasileiras do período em que concentro minhas análises.

O marco inicial da fundação de Assaí foi a compra da Fazenda Três Barras, no antigo município de Jataí (hoje Jataizinho) que se concretizou em 1927. A aquisição foi feita no nome de Mitsussada Umetami, que não tardou em passar a fazenda para a Bratac²⁷⁴. De acordo com Codato, a aquisição de Três Barras está relacionada com fatores já apontados anteriormente, a construção de “núcleos planejados” por parte das companhias de imigração controladas pelo governo japonês, um “estímulo e amparo oficial aos agricultores japoneses” visando a “produção de matéria prima para o governo japonês” e o fato de que no início dos anos 1930 o Brasil estava se tornando um dos maiores “mercados exteriores para investimentos japoneses”²⁷⁵.

Pese sua fundação coincidir com o período de auge da entrada de japoneses no Brasil, Três Barras recebeu poucos imigrantes vindos do Japão. Segundo Handa, entre 1932 e 1939, 455 famílias chegaram ao local, das quais apenas 11 vieram diretamente do país asiático. Todas as demais já estavam estabelecidas no Brasil, mesmo porquê, existia uma preocupação de investir em famílias que já estivessem adaptadas ao novo território, visando o sucesso do empreendimento²⁷⁶. Em 1932, a Bratac iniciou a colonização efetiva de Três Barras, que ganhou

²⁷³*Ibid.* p. 23.

²⁷⁴CODATO, Evandir. **Colonização agrícola**: a Colônia de Três Barras – 1932-1970. (Dissertação de Mestrado). Curitiba, UFPR, 1981, p. 69-70.

²⁷⁵*Ibid.* p. 70.

²⁷⁶HANDA, Tomoo. *Op. Cit.* p. 454.

status de município independente no mesmo ano, com o nome de Assaí, um trocadilho que ao mesmo tempo alude à expressão japonesa *assahi* (sol nascente) e ao fruto típico do norte do Brasil. Codato aponta que o preço dos terrenos em Assaí era dividido por qualidade. A prioridade era vender terras para imigrantes japoneses, ainda que não-nipônicos também pudessem comprá-las. Os pagamentos poderiam ser feitos à vista ou em parcelas de cinco anos ou dez anos²⁷⁷. Compradores eram atraídos mediante propagandas análogas às feitas pela CTNP, nas quais a Bratac dispensava grandes investimentos²⁷⁸.

Acerca da infraestrutura disponibilizada aos colonos, Codato assinala que a campanha, voltada para os imigrantes “internos” foi batizada de *Plano 10 anos de expansão*. O programa consistia em

- 1) Estabelecer infraestrutura como estradas, pontes, etc; 2) Oferecer planos especiais de pagamento de terras aos colonos; 3) Desenvolver uma prática de auto-suficiência comunitária, ou seja, transferir a responsabilidade administrativa aos imigrantes, desde que a caminho da adaptação à comunidade brasileira²⁷⁹

Seu objetivo final era o de tornar o município totalmente autônomo em relação à companhia. Para isso a Bratac se propôs a “facilitar ao máximo a vida dos colonos” construindo infraestruturas como estradas, escolas e hospitais, chegando a abrir mão de lucros financeiros em um primeiro momento. Muito cara à Bratac era a noção de que os imigrantes deveriam fixar-se no Brasil²⁸⁰. Apesar destas políticas, o Censo Demográfico de 1950 atesta que, ao todo, 8.087 dos 31.346 habitantes de Assaí, ou aproximadamente 27%, eram *amarelos* e 3.339, ou aproximadamente 11%, eram *estrangeiros* ou *brasileiros naturalizados*. No capítulo anterior, mencionei que os migrantes internos, motor das transformações demográficas do Paraná, em grande medida vinham da Região Nordeste do país. Silva é autora de um trabalho que analisa as relações entre os *japoneses* e os *nordestinos* na cidade, enfatizando as ligações entre territorialidade e poder.

A geógrafa ressalta que a migração “não-*nikkei*” para o município começou a se acelerar a partir de 1938. Os nordestinos desde o início se dirigiam à região, mas sua chegada intensificou-se na década de 1950²⁸¹. As principais diferenças entre as migrações do grupo de *japoneses* para as do grupo de *nordestinos* estão, para Silva, nas condições de trabalho as quais cada um, de modo geral, se submeteu. Enquanto os *japoneses* tinham deixado a condição que

²⁷⁷CODATO, Evandir. *Op. Cit.* p. 109-110.

²⁷⁸*Ibid.* p. 101.

²⁷⁹*Ibid.* p. 86-7.

²⁸⁰*Ibid.* p. 87.

²⁸¹DA SILVA, Carla Holanda. **O encontro de territorialidades na diáspora: japoneses e nordestinos em Assaí-PR.** (Dissertação de Mestrado). Curitiba, UFPR, 2008, p. 66.

a autora chama de *colonos-empregados* em São Paulo, adquirindo terras na região, e transformando-se em *colonos-proprietários* em Assaí, os *nordestinos* em grande parte dos casos deixaram uma delicadíssima situação condição de *colonos-proprietários*, de terras pouco prósperas em regiões mal estruturadas, para a de *colonos-empregados* em Assaí, ainda que alguns destes nordestinos também estivessem vindo de São Paulo²⁸².

A autora classifica os *japoneses* como uma *diáspora organizada* afirmando que estes contaram com apoio direto do governo japonês e indireto dos governos brasileiros, seja em seus deslocamentos internos seja na vinda direta do Japão. É evidentemente que isto, ressalta Silva, “não elimina as dificuldades de adaptação à nova terra, os sofrimentos passados por estes indivíduos” mas “permite a manutenção e até o fortalecimento do sistema simbólico identitário”²⁸³. Os *nordestinos* por sua vez são considerados pela autora como uma *diáspora desorganizada*, cuja migração foi realizada sem planejamento, escolha prévia de local e forte apoio de instituições superiores. Em sua chegada os nordestinos não dispunham de terras, mas sim de sua força de trabalho²⁸⁴.

A situação foi percebida por estes sujeitos e influenciou sua interpretação da realidade local. Um migrante nordestino entrevistado por da Silva expõe sua visão acerca da questão da seguinte maneira: “o Presidente da República deu a maior mordomia pra japonesada, máquina, terra, muita ajuda, e chegou uma hora que eles precisavam de muita mão-de-obra e o governo abriu para o povo do Nordeste, de Minas Gerais”²⁸⁵. Por mais que a fala não abarque de toda a complexidade que envolveu os processos migratórios que culminaram na chegada da maioria das famílias de origem japonesa em Assaí, esta revela uma hierarquia social existente naquele território. As conclusões de Silva apontam exatamente para este caminho ao afirmar que

A assimetria econômica e social, contudo, entre os agricultores e comerciantes japoneses e os trabalhadores rurais nordestinos e os pequenos comerciantes da região cria a curiosa situação que os ditos “japoneses” parecem aos ditos “brasileiros” como os naturais da região²⁸⁶.

Estas asserções vão ao encontro da constatação de Florestan Fernandes, de que de certa maneira os imigrantes estavam melhor posicionados para o Brasil em franca modernização do que os próprios nativos. Há que se levar também em conta as discussões realizadas acerca da identidade nacional e da identidade paranaense. Enquanto as elites do Paraná colocavam o Estado num lugar próximo a um dos extremos do *continuum* branco-preto, pode-se, a partir de

²⁸²*Ibid.* p. 71

²⁸³*Ibid.* p. 83.

²⁸⁴*Ibid.* p. 72.

²⁸⁵*Ibid.* p. 65.

²⁸⁶*Ibid.* p. 127.

análises como a promovida por Silva, interpretar que os sujeitos que justificavam tal posicionamento via de regra pertenciam ao que a autora classifica como *diásporas organizadas*, ao passo que os grupos ou *diásporas desorganizadas*, como é o caso dos migrantes nordestinos, ou dos indígenas e negros, eram inseridas nestes discursos em situação marginal.

Acredito que as experiências da CTNP e da Bratac no Paraná refletiram a realidade da maioria dos *nikkeis* no Estado em inícios dos anos 1950, como está demonstrado nas tabelas 19 e 20. A Tabela 19 apresenta dados acerca da distribuição da população *amarela* no Estado do Paraná a partir das zonas regionais consideradas no Censo Demográfico de 1950.

Tabela 19 – Distribuição da população *amarela* do Paraná em 1950 por *zona* do Estado

Zona do Estado	População <i>amarela</i>	Percentual do total de população <i>amarela</i>
Norte	25.556	65,1%
Ivaí	9.456	24,1%
Tomazina	2.004	5,1%
Tibagi	1.316	3,3%
Planalto de Curitiba	704	1,8%
Litoral	94	0,2%
Campos Gerais	72	0,2%
Sertão do Rio Paraná	31	0,1%
Irati, Guarapuava, Iguaçu e Alto Ribeira	11	<0,1%

Fonte – Censo Demográfico do IBGE de 1950 para o Paraná.

Tabela 20 – Cidades paranaenses com pelo menos mil (1.000) *amarelos* em 1950

Cidade	População <i>amarela</i>
Assaí	8.087
Londrina	4.546
Arapongas	3.122
Mandaguari	3.097
Uraí	3.020
Apucarana	1.903
Jataizinho	1.709
Cornélio Procópio	1.707
Bandeirantes	1.415
Rolândia	1.308

Fonte – Censo Demográfico do IBGE de 1950 para o Paraná.

De um total de 39.244 pessoas, ou 1,85% da população do Estado, 25.556, quase dois terços destes, habitavam a *Zona Norte*. Outras 9.546 habitavam a *Zona do Ivaí*, onde encontram-

se diversos municípios que surgiram a partir da ação da CTNP. Quando levadas em conjunto, as duas zonas concentravam mais de 89% dos *amarelos* do Estado. As regiões de Tomazina e Tibagi aparecem em sequência, com um registro bem menor de autodeclarados desta *cor*, seguidas da zona do *Planalto de Curitiba*, que não chega a registrar 1.000 *amarelos*. As regiões de *Irati*, *Guarapuava*, *Iguaçu* e *Alto Ribeira* foram apresentadas em conjunto, por abrigar menos de 0,1% do total.

A *Tabela 20* apresenta os dez municípios paranaenses que, de acordo com o Censo Demográfico de 1950, registraram mais de mil *amarelos* em sua população. Constata-se que o mais habitado por *amarelos* era Assaí e que em quinto lugar está Uraí, um desmembramento deste município, que tornou-se autônomo em 1947. Londrina aparece em segundo lugar, com mais de 4 mil residentes. Outros quatro municípios da lista, Apucarana, Arapongas, Mandaguari e Rolândia, foram fundados a partir da ação da CTNP. Em conjunto, estes sete municípios somavam aproximadamente 64% da população *amarela* residente no Paraná. Os municípios de Bandirantes e Cornélio Procopio, que também figuram na lista, não surgiram a partir da ação da CTNP, mas tem sua constituição atrelada a um processo semelhante, iniciado a partir da expansão das linhas de trem que vinham de São Paulo.

2.6 MIGRAÇÕES, EDUCAÇÃO E ASSOCIATIVISMO

Em *O Imigrante Japonês*, o memorialista Tomoo Handa cita um dito, de acordo com ele, popular entre os japoneses no Brasil, “Quando os europeus ou brasileiros formam uma comunidade, é certo que constroem uma igreja no ponto central da mesma. Os japoneses constroem uma escola”²⁸⁷. A sentença se aproxima do que a pesquisadora Shibata descreveu como “uma das marcas de distinção” da identidade nipo-brasileira, o “empenho pela educação dos filhos”²⁸⁸. O mesmo Handa explica que antes da Segunda Guerra Mundial, a maioria dos núcleos de concentração de japoneses estava distante de escolas públicas, motivo pelo qual associações étnicas as instituíram “como estabelecimentos particulares, contratando professores, ou doando aos municípios e conseguindo que a secretaria de educação, através das prefeituras, enviasse o professor”²⁸⁹ uma prática que, como mencionado, era por vezes incentivada pelo próprio governo japonês. Desta maneira, torna-se fundamental compreender como o fenômeno associativo tornou-se tão preponderante entre japoneses no Brasil.

²⁸⁷HANDA, Tomoo. *Op. Cit.* p. 289.

²⁸⁸SHIBATA, Hiromi. **Da casa de pau-a-pique aos filhos doutores**: trajetórias escolares de gerações de descendentes japoneses (dos anos 1950 aos anos 1990). (Tese de Doutorado). São Paulo, USP, 2009, p. 1.

²⁸⁹HANDA, Tomoo. *Op. Cit.* p. 294.

Handa coloca ainda que os primeiros nisseis a chegarem ao ensino superior o fizeram ainda nos anos 1930. Porém, tal situação constituía uma notável exceção, visto que, num primeiro momento, dada a escassez de opções de ensino público, “os pais que mandavam o filho frequentar uma escola brasileira da longínqua cidade pertenciam à classe mais instruída”²⁹⁰. Na análise de Codato, as associações étnicas japonesas tinham “função social comparável à igreja no meio dos imigrantes europeus”. Vale lembrar que a grande maioria dos imigrantes japoneses que chegaram ao Brasil não eram cristãos e não tinham a igreja como um espaço de sociabilidade por excelência. Codato coloca que as escolas estavam quase sempre ligadas à alguma associação étnica, buscavam “formar um japonês”, funcionando como um tipo de “centro espiritual” para os jovens²⁹¹.

De acordo com Célia Sakurai, dados os grandes contrastes entre a cultura japonesa e a cultura brasileira, sobretudo na época da chegada da maioria dos imigrantes, o principal objetivo destas organizações era buscar em referências próprias “a melhor forma de conviver com os brasileiros”²⁹². Nestes espaços, os japoneses tentavam entender as relações de trabalho e o mundo dos negócios no Brasil, esclarecendo entre si questões trabalhistas que lhes eram pertinentes²⁹³. Os jovens tinham desde o princípio um papel fundamental, sobretudo se entendessem o português, pois poderiam auxiliar na comunicação com a sociedade majoritária. Eram também espaços receptores de notícias do Japão, ajudando os integrantes a manterem-se informados e atualizados sobre a situação de seu país natal. Serviam ainda para produzir “respostas positivas” a posturas agressivas contra os japoneses.

Tendo dedicado diversos escritos ao fenômeno das associações *nikkeis* no Brasil, Takashi Maeyama considera que a propensão dos imigrantes japoneses a organizarem-se institucionalmente não teve influência crucial da cultura japonesa ou da cultura brasileira. Ainda que os japoneses sejam frequentemente considerados “uma população com tendências associativas numa sociedade ‘desorganizada’”, esta prática não deve ser considerada uma tradição que veio junto com os imigrantes, mas uma estratégia de organização específica deste grupo fora de seu país de origem²⁹⁴. A aparição do fenômeno associativo está, de acordo com o autor, diretamente ligado às condições nas quais os imigrantes chegaram ao Brasil.

²⁹⁰*Ibid.* p. 301.

²⁹¹CODATO, Evandir, *Op. Cit.* p. 135.

²⁹²SAKURAI, Celia, et. al.. **Centenário: Contribuição da Imigração Japonesa para o Brasil Moderno e Multicultural**. São Paulo: Paulo's, 2010, p. 110.

²⁹³Idem

²⁹⁴MAEYAMA, Takashi. **Ethnicity, Secret Societies and Associations: The Japanese in Brazil**. In: **Comparative Studies in Society and History**, n 21, vol 4. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 589-610, p. 590.

Maeyama ressalta que apenas em raros casos famílias inteiras deixaram o Japão para vir ao Brasil. A estrutura familiar japonesa, principalmente nos meios rurais, de onde vieram a maioria dos imigrantes, estava baseada em um senso de primogenitura, no qual o filho homem mais velho herdava as terras dos pais. As filhas mulheres deixavam o espaço familiar para o casamento, enquanto a migração para o estrangeiro geralmente partia da iniciativa dos filhos homens mais jovens. Como a legislação brasileira determinava que os japoneses deveriam ter famílias constituídas para entrar no país, foi normal a formação de núcleos familiares fictícios. Deste modo, segundo Maeyama, as ligações de parentesco fictício tornaram-se uma característica entre os japoneses no Brasil desde um primeiro momento²⁹⁵.

Já no Brasil, a construção de novas relações de “falso parentesco” entre japoneses estava baseada fortemente no sentimento que o autor chama de aproximação por “co-migração”, construído a partir da criação de laços como experiência de viagem migratória nos navios, cotidiano do trabalho nas lavouras de café ou a aproximação pela região de origem no Japão²⁹⁶. Estes apontamentos relacionam-se com as teorias de Simmel acerca da constituição de uma consciência coletiva a partir das migrações, nas quais, coincidentemente, o autor utiliza como exemplo chefes das caravanas comerciais em tempos de Império Romano. Tratavam-se de figuras publicamente exaltadas, que partiam em longas viagens submetendo-se a um isolamento que ao mesmo tempo lhes individualizava e os unia estreitamente com os demais e prescindindo de diferenças. Sem o apoio de sua comunidade local, e por consequência o da hierarquia fixa ali presente, os chefes de caravanas buscavam construir uma unidade mais que individual, na qual estava compartilhado o destino de seus companheiros²⁹⁷.

Nas caravanas constituíam-se amizades de viagem que, ao apartar semelhantes dos meios de vida aos quais viajantes estão habituados, unificaram impressões sobre o trajeto, criando aquilo que Simmel chama de *comunismo espiritual*. Esta condição de *comunismo espiritual*, pode ser apontada como o principal fator aglutinador dos japoneses no Brasil. Segundo Maeyama, a criação de uma divisão binária entre “japoneses” e “brasileiros” tem suas origens na experiência cotidiana, reforçada pelo fato de que, no *melting pot* brasileiro existiam diferentes etnias como negros, mestiços, indígenas e brancos, mas nenhuma delas tinha origens asiáticas, o que tornou-os de certa maneira visíveis para a sociedade como um todo. Assim, a condição de “japonês” tornou-se mais relevante para os imigrantes no Brasil do que no Japão²⁹⁸.

²⁹⁵ *Ibid.*, p. 591.

²⁹⁶ *Ibid.*, p. 591-2.

²⁹⁷ SIMMEL, Georg. **Sociología: estudios sobre las formas de socialización**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2015, p. 590.

²⁹⁸ MAEYAMA, Takashi. *Op. Cit.*, p. 592.

Maeyama ressalta que, na primeira fase do estabelecimento de japoneses no Brasil, enquanto os imigrantes trabalhavam em lavouras de café cujos proprietários eram latifundiários, as organizações associativas formais praticamente inexistiram, o que é natural levando-se em conta as condições de trabalho sob as quais os japoneses estavam submetidos, bem como o desejo de um retorno rápido ao Japão. Naquele momento, o consulado pouco interferia no cotidiano dos nipônicos e os problemas que surgiam rotineiramente nas lavouras eram discutidos coletivamente em momentos de descanso e lazer, prescindindo de um espaço institucionalizado. Neste período, as ações organizadas mais notáveis entre os japoneses foram as fugas das fazendas nas quais encontravam-se pior instalados. Esta foi, segundo Maeyama, outra das bases para a formação de uma *comunidade étnica*²⁹⁹.

Em um segundo momento, no processo aprofundado nas páginas anteriores, aproveitando-se da oferta de terras à preço baixo, gerada pela existência de uma crise na produção de café no final dos anos 1920, os japoneses passaram a comprar pequenas propriedades próximas, estabelecendo-se como produtores independentes ou semi-independentes, organizando-se coletivamente em espaços chamados de *shokuminichi* ou *colônias*. Nestes lugares se formaram os primeiros *nihonjinkai* (associações étnicas japonesas) que geralmente incluíam *seinenkai* (associação de jovens), *shojonkai* (associação de moças) e outras organizações como as cooperativas agrícolas³⁰⁰.

Nas colônias os laços de co-migração, parentesco ficcional e etnicidade tornaram-se cruciais para a criação de um espaço de sociabilidade único. É exatamente por isso que Maeyama considera que o fenômeno associativo não pode ter suas origens pautadas por uma herança cultural japonesa. Ausência de relações prévias de parentesco e afinidade, uso de diferentes dialetos derivados do idioma japonês, falta de uma origem regional comum no país natal e a diversidade de ocupações profissionais antes da imigração eram características próprias das *shokuminichi* e evidentemente não guardavam paralelos no Japão. Dada esta heterogeneidade de sujeitos, a *etnicidade* tornou-se um efetivo critério de aceitação social nas colônias. Tão efetivo que, de acordo com Maeyama, mesmo diante de uma crescente diferenciação de classe entre seus integrantes manteve-se, pelo menos até o final dos anos 1940, como critério principal de estruturação interna da comunidade³⁰¹.

Maeyama argumenta que a etnicidade bastou para manter os componentes das colônias juntos e, externamente, cristalizar uma base de classificação social em duas categorias, *nihonjin*

²⁹⁹ Idem

³⁰⁰ *Ibid.*, p. 593.

³⁰¹ Idem

– “japonês” - e *gaijin* – um termo pejorativo utilizado originalmente para descrever os “estrangeiros” mas que no Brasil descrevia todos os que estavam fora das *shokuminichi*. Neste sentido, práticas como o culto à imagem do Imperador do Japão foram estimuladas pelas associações étnicas locais como mecanismo gerador de coesão e reforço da etnicidade. Um dos efeitos desta prática, aponta Maeyama, foi a construção de regras substancialmente restritas de convivência. Ainda que em raros casos ocorresse uma coerção por violência física, descumprir normas socialmente aceitas nas colônias poderia levar um indivíduo ou uma família ao ostracismo social, fazendo com que os “infratores” fossem considerados “não-japoneses”. O cotidiano das comunidades girava em torno das entidades étnicas, de modo que Maeyama as classifica como “associações compulsórias” em contraposição às “associações voluntárias”³⁰².

As associações étnicas japonesas espalharam-se pelo Brasil seguindo este modelo. A conexão entre elas se ampliou lentamente a partir da utilização de laços de parentesco ficcional para obter novos laços de parentesco, gerando a fundação de novas associações, na medida em que os imigrantes se espalhavam pelo território nacional. Segundo Maeyama, as associações japonesas podem ser definidas como “socialmente e simbolicamente étnicas” se tratando de agremiações “cujas atividades envolvem mecanismos para adquirir contatos externos e informações de estruturas mais amplas”³⁰³.

Maeyama ressalta ainda, assim como apontado anteriormente neste capítulo, que a participação direta do governo japonês como organizador do processo migratório foi essencial para que as *shokuminichi* se estabelecessem e estruturassem melhor. Frequentemente os líderes das associações tinham ligações diretas com companhias japonesas de imigração ou com o consulado. Sendo o culto ao Imperador do Japão uma prática constante em quase todas, conectar-se com estas instituições tinha significado de uma ligação indireta com este. O sociólogo aponta que as companhias de imigração *Bratac* e *KKKK*, juntamente com o consulado-geral de São Paulo, eram chamadas em algumas colônias de *go-sanke*, que significa “as três famílias reais” denotando a importância simbólica e social destas instituições para aquilo que se constituiu como a *colônia japonesa* no Brasil³⁰⁴.

Acerca desta relação, Shibata destaca a atuação dos consulados japoneses para construir escolas em diversas *nihonjinkai*, com o objetivo de “educar as crianças de origem nipônica para serem cidadãs brasileiras, mas que se lembrassem de sua ascendência e de que pertenciam à etnia japonesa”. Isto, de acordo com a autora, era realizado levando-se em conta que “o projeto

³⁰² *Ibid.*, p. 594

³⁰³ *Ibid.*, p. 595

³⁰⁴ *Idem*

de expansão do capital japonês no Brasil dependia da participação dos imigrantes e mantê-los como japoneses apresentava-se como imposição desses interesses”³⁰⁵. Neste sentido, a aparição de grupos como a Shindo Renmei ao longo dos anos 1940 tem relação direta com o fim do amparo dos consulados à comunidade, não deixando também de ser uma forma de continuidade da tradição associativista do grupo étnico.

A aparição das *escolas japonesas* gerou tensões entre as comunidades *nikkeis* e o restante da sociedade, preocupando as autoridades e as elites brasileiras durante os anos 1930. Em seu já mencionado discurso na Assembleia Constituinte de 1934, Teotônio Monteiro de Barros cita que um grupo de professores da rede pública da cidade de Registro (SP), estava se organizando para “fazer valer e predominar a escola nacional que vem sendo sufocada pelas escolas estrangeiras, cujos professores excedem-se no desprezo às nossas leis escolares e timbrar em fazer predominar os métodos, livros e nacionalismo japonês”³⁰⁶. Exemplo análogo pode ser encontrado em *Paraná Vivo*, em um trecho no qual Temístocles Linhares menciona o esforço dos imigrantes japoneses de Assaí para construírem um edifício escolar visando fornecer instrução aos seus filhos. Para o autor, a obra era, por um lado, exemplo do pioneirismo natural dos que chegavam ao Paraná, mas por outro motivo de preocupação visto que, ao seu ver, os japoneses “querem ensinar somente japonês a seus filhos, esquecendo-se dos deveres com a nova pátria que escolheram para trabalhar e para viver”³⁰⁷.

Não se pode deixar de mencionar que em larga medida a associação dos japoneses e seus descendentes com a educação foi uma estratégia discursiva de legitimação identitária, tornando-se uma espécie de característica do grupo, fomentada pela atuação das associações étnicas. Fundar escolas étnicas não foi de forma alguma característica exclusiva dos japoneses. Renk aponta que as escolas de imigrantes visavam, entre outras coisas, a diferenciação entre estrangeiros e brasileiros, reafirmando um certo caráter de superioridade sobre os nativos das classes mais baixas³⁰⁸. Kreutz apresenta dados acerca do tema. Os números variam, mas nos levantamentos utilizados pelo autor, existiam em 1930 aproximadamente 2500 escolas étnicas no país, das quais 1579 eram alemãs, 396 italianas, 349 polonesas e 178 japonesas. Segundo os mesmos dados, o pico numérico de *escolas japonesas* foi de 486, no ano de 1939.

³⁰⁵SHIBATA, Hiromi, *Op. Cit.* p. 26.

³⁰⁶REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. *Annaes da Assembleia Nacional Constituinte* – Organizados pela redação dos Annaes e documentos parlamentares. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, p. 242.

³⁰⁷LINHARES, Temístocles. *Op. Cit.* p. 264.

³⁰⁸RENK. Valquiria Elita. *O Estado e as políticas de nacionalização da infância nas escolas étnicas do Paraná*. In: *Revista HISTEDBR On-line*, p. 165-182. Campinas: UNICAMP, 2013, p. 168.

De todas as formas, o acesso à educação era uma questão fundamental para famílias de origem japonesa que ganhou mais a importância na medida em que mais famílias optavam por permanecer por mais tempo no Brasil, e mesmo, de acordo com as teorias de Cardoso, foi parte de um projeto familiar, aos moldes do que Cunha identificou para as classes médias do país como um todo. De acordo com Maeyama, sobretudo no pós-Guerra, as famílias *nikkeis* investiam pesado na educação dos filhos, e por muitas vezes aplicavam uma lógica de que “a educação substitui a herança”³⁰⁹. Era comum que apenas um dos jovens fosse escolhido para continuar os estudos no ensino secundário ou superior, visto que os custos de tal empreitada significavam também abrir mão de braços na colheita, ou mesmo, de um intérprete para a comunicação com os de fora do grupo étnico.

Na visão de Maeyama, o esforço se justificava na medida em que aquele que conseguisse um diploma poderia trazer o prestígio social brasileiro, que os pais, devido a sua ocupação e suas características culturais não poderiam ter. O trabalho deste filho seria estudar e garantir reputação ao lar, tornando-se ele uma espécie de representante da família na sociedade brasileira. De fato, em uma pesquisa realizada por Izumi em 1957, constatou-se que apenas 17,7% dos pais de família *nikkeis* no Brasil aspirava que os filhos seguissem uma carreira “conforme seu desejo”. Outros 24,1% responderam que gostariam de vê-los nos campos da “indústria, comércio e atividades não-agrícolas” enquanto 50,5% afirmou desejar ter “pelo menos um filho na agricultura e outros filhos em atividades não-agrícolas”³¹⁰.

Este projeto familiar tornou-se mais possível não apenas ao passo em que os imigrantes ascendiam financeiramente, optavam por permanecer no Brasil e multiplicavam suas organizações representativas, mas também na medida em que o próprio Estado brasileiro ganhava em peso e levava a cabo medidas de expansão para um novo público. Apresentando dados de 1958, Shibata aponta que o número de imigrantes japoneses sem escolarização diminuía ao passo em que diminuía também sua idade, o que deve tanto ser atribuído à organização interna de uma colônia japonesa quanto às transformações socioeconômicas ressaltadas no Capítulo 1. Entre os que tinham entre 44/54 anos, 27,8% não possuíam escolaridade, o índice cai para 11,6% entre os que tinham entre 35/44 e 7,6% entre os que tinham entre 25/34³¹¹.

³⁰⁹MAEYAMA, Takashi. **Religião, parentesco e as classes médias dos japoneses no Brasil Urbano**. In: SAITO, H., MAEYAMA T. (Ed.) **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Vozes/Edusp, 1973, p. 240-272, p.259.

³¹⁰IZUMI, Seiichi. A estrutura psicológica da colônia japonesa no Brasil. In: SAITO, H., MAEYAMA T. (Ed.) **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Vozes/Edusp, 1973, p. 361-385, p. 370.

³¹¹SHIBATA, Hiromi, *Op. Cit.* p. 23.

Dados mais detalhados se encontram na *Tabela 21* que apresenta o grau de escolaridade da população de origem japonesa relacionado à faixa etária. Os números permitem concluir que, com o decorrer dos anos, o acesso à educação se tornou paulatinamente mais fácil para os descendentes de japoneses no Brasil, bem como para os demais brasileiros.

Tabela 21 – Grau de escolaridade da população de descendentes de japoneses de 15 anos ou mais (1958)

Faixa Etária	Ano de Nascimento	Número	Primário (%)	Secundário ou acima (%)	Apenas escola japonesa (%)
15/19	1939/1943	47.475	60,9%	37,8%	0,3%
20/24	1934/1938	36.496	68,5%	29,2%	0,6%
25/29	1929/1933	20.059	75,8%	20,9%	0,8%
30/34	1924/1928	9.623	78,7%	16,9%	1,6%
35/44	1914/1923	8.666	78,7%	12,2%	2,5%
45 ou mais	Até 1913	365	69,6%	14,2%	2,2%

Fonte: SHIBATA, Hiromi. *Da casa de pau-a-pique aos filhos doutores*: trajetórias escolares de gerações. de descendentes japoneses (dos anos 1950 aos anos 1990) – Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2009.

Percebe-se também que no final dos 1950 concluir o secundário era ainda um privilégio para a população de origem *amarela*, mas que já havia uma quantidade considerável de indivíduos com grau de instrução alto para os padrões da época, que, como apresentarei no próximo capítulo, passou a constituir uma elite da comunidade nipo-brasileira.

2.7 FORMAÇÃO DA COMUNIDADE *NIKKEI* DE CURITIBA

Iniciarei o tema das migrações para a capital paranaense, fator determinante para o surgimento da União dos Gakusseis de Curitiba, apresentando, a partir de duas autobiografias, a trajetória das famílias de dois nipo-brasileiros que ilustram os temas abordados no capítulo até agora. Percebem-se em suas histórias de vida, expostas nas autobiografias escritas por ambos, as *ascensões em zigue-zague*, mencionadas por Ruth Cardoso, transferências entre São Paulo e o Norte do Paraná, a importância do acesso à educação para as famílias e os indivíduos na hora de decidir mudar-se de um lugar para outro, e por fim, o estabelecimento definitivo destes sujeitos em um grande centro urbano.

Armando Soichi Iwaya nasceu na cidade de Iwasse (Japão). Em 1924 imigrou com a família para o Brasil, junto com os pais e seis irmãos, dos quais era o mais velho entre os homens. O que motivou seus pais a deixarem o país natal foi a crescente tensão política que ali vigorava, refletida sobretudo nas tendências expansionistas do governo³¹². A escolha pelo

³¹²IWAYA, Armando Soichi. *Samurai da Paz* - saga de um imigrante japonês. Curitiba: Editora Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 1982.

Brasil se deveu ao acesso a propagandas que diziam tratar-se do "país do futuro", necessitado de "imigrantes inteligentes, de homens capazes que, trabalhando, poderiam ficar ricos"³¹³. Ao chegar do Japão, sua família se instalou na Fazenda São Domingos, localizada no município de Ituverava (SP). Iwaya relata a frustração da família com as condições de trabalho encontradas inicialmente "houve naquele instante uma interferência na nossa esperança de mudar de vida (...) deparamos com mesas rústicas e camas de madeira bruta, cujos colchões, feitos de palha de milho, impressionaram-nos mal"³¹⁴. Permaneceram ali por quatro anos, quando decidiram transferir-se para Mogi das Cruzes (SP). De acordo com Iwaya o principal motivo desta mudança era seu desejo de estudar.

Na nova localidade, sua família foi empregada por um outro imigrante japonês. Os pagamentos, entretanto, continuavam ao seu ver pouco condizentes com o trabalho realizado. Além de que, Iwaya avançava nos estudos e demonstrava desejo de dar continuidade a estes em São Paulo (capital). Por ser filho primogênito sua opinião era relevante e a família decidiu mudar-se novamente, estabelecendo-se no bairro da Liberdade, para investir em sua qualificação. Conseguiu matricular-se em um colégio, enquanto os pais, e ele próprio, começaram a trabalhar em uma tinturaria, cujo proprietário era japonês. O emprego não se manteve por muito tempo, pois "o proprietário (...) não reconhecia nossa dedicação e fazia-nos trabalhar como escravos. Isso foi nos cansando e meu pai reagiu"³¹⁵.

A nova parada é uma fazenda em Guarulhos (SP), mudança que fez com que Iwaya abandonasse temporariamente os estudos. A experiência durou pouco, seu pai se desentendeu com o patrão e resolveu deixar o emprego. A família retornou a São Paulo em uma firma publicitária cujo dono era, novamente, japonês. Pareciam os Iwaya adaptados ao novo emprego, mas o proprietário faleceu e a direção passou para um gerente que nas palavras do autor "tinha mais vaidade que competência". Iniciou-se um período de muita instabilidade em sua vida, pois em 1942 o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial contra os países do Eixo. O que fez com que Iwaya tivesse grandes dificuldades para arranjar emprego. Mas ele seguiu estudando e concluiu o curso de contador, ainda que, dada sua nacionalidade, não tenha tido acesso a um diploma, mas ao certificado de conclusão de curso.

Depois do fim da Guerra, decidiu tentar a sorte no Paraná. Passou brevemente por Londrina (PR), antes de estabelecer-se em Assaí (PR), aonde fez alguns trabalhos como intérprete para autoridades e para a colônia japonesa local. Com o que conseguiu arrecadar,

³¹³*Ibid.*, p. 20

³¹⁴*Ibid.*, p. 34

³¹⁵*Ibid.*, p. 73

montou um escritório de contabilidade. Em 1948 casou-se com uma professora, filha de italianos. Dois anos mais tarde, buscando melhores condições de trabalho, migrou pela última vez, para Curitiba, cidade na qual abriu um escritório de contabilidade, e mais tarde, passou num concurso público promovido pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que, inclusive, patrocinou sua autobiografia. Já na capital, continuou ascendendo socialmente, consegue comprar a casa própria e se desloca para um bairro de classe média alta.

Yoshiko Asanuma Misawa nasceu em 1922 na cidade de Numazu (Japão) e imigrou para o Brasil com a família aos cinco anos de idade, junto com os pais e seis irmãos, dos quais foi ela a quarta a nascer. Seu pai já havia anteriormente recusado uma proposta de ir para os Estados Unidos. No fim, a vinda para o Brasil foi motivada por uma ideia, difundida no Japão daqueles tempos, de que tratava-se de um "dourado país onde brotava ouro nas árvores"³¹⁶. Sua família enfrentou um conflito logo no primeiro momento após a chegada no Brasil, com um familiar que já residia em uma fazenda na cidade de Matão (SP). Ainda que o pai de Asanuma mantivesse uma boa relação com o patrão, um outro imigrante japonês para quem lecionou o idioma nipônico, o confronto com o parente que motivou a primeira partida.

Depois deste episódio, a trajetória de sua família é marcada por um grande número de mudanças de cidade e ocupação, a primeira delas em uma fazenda em Nova Europa (SP). Não foi esclarecido o motivo pelo qual a família foi pouco tempo depois a uma outra fazenda em Matão, na qual permaneceu por um ano. As condições de trabalho são descritas como ruins a tal ponto que, afirma, sua avó "choraria de pena" se visse a mãe naquelas circunstâncias³¹⁷. A seguir, em Lavínia (SP), a autora menciona que seu pai sofreu "a pior frustração de sua vida" pois a fazenda "era só mato, sem condições de habitabilidade e de trabalho"³¹⁸. O contrato inicialmente duraria quatro anos, mas em questão de três meses a família planejou uma fuga. O pai da autora contratou um caminhão para tirá-los dali, e, segundo seu relato, o veículo foi perseguido por capangas que contra ele disparavam³¹⁹. Na próxima fazenda em Bento de Abreu (SP) a situação não se tornou muito melhor depois de seus irmãos contraírem febre tifoide³²⁰.

A situação melhorou a partir da migração seguinte, para Água Limpa (SP). Asanuma relata que seu pai teve acesso a terras e plantou milho, batata doce e arroz. Sua mãe teve tempo de lhe ensinar tarefas domésticas e sua irmã logrou cursar costura em Araçatuba. Em boa situação financeira, o pai conseguiu finalmente comprar um lote de terras também em

316 MISAWA, Yoshiko Asunama. **Histórias de uma vida**.... São Paulo: Lis Gráfica e Editora Ltda, 2001, p. 20.

³¹⁷*Ibid.* p. 26

³¹⁸*Ibid.* p. 27.

³¹⁹*Idem.*

³²⁰*Ibid.* p. 27-28

Araçatuba, município no qual seus familiares permaneceram durante vinte anos. Na nova cidade, Asanuma conseguiu concluir o ginásio em 1939. No ano de 1940 a imigrante mudou-se para São Paulo e cursou "Corte e Costura" e "Arte Culinária". Dois anos mais tarde retornou à Araçatuba para participar da Escola Normal.

Assim como Iwaya, alega dificuldades de conseguir emprego durante a Segunda Guerra Mundial, período no qual tinha ido para São Paulo iniciar uma árdua preparação para o vestibular de Medicina na USP. No auge das tensões da Segunda Guerra, seu pai sugeriu vender tudo o que tinham e tentar um retorno ao Japão, mas Asunama e seus irmãos não concordam com a ideia. No imediato pós-Guerra, em 1946, a autora foi aprovada no curso de Medicina. Já trabalhando, conseguiu comprar seu primeiro apartamento em 1948. Em 1951 formou-se. Casou-se com um nissei, e passou a viver uma vida de classe média alta. Apesar de não ter se estabelecido em Curitiba, sua trajetória é análoga a de muitos jovens nisseis que se estabeleceram na capital paranaense a partir do final dos anos 1940.

Como vêm se apresentando ao longo destes dois capítulos, os trânsitos internos no Brasil ganharam em intensidade ao fim do Estado Novo, principalmente quando se trata de migrações para grandes cidades. No tempo presente, constata-se que, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, Curitiba é a cidade paranaense com o maior número absoluto de *amarelos*, contando com uma população de 23.138 pessoas, frente a 17.448 de Londrina, 13.066 de Maringá e 1.988 de Assaí (cidade que se mantém com a maior quantidade percentual)³²¹. Ainda que, para as análises atuais, o peso da imigração chinesa deva ser levado em conta, o quadro atual contrasta com as estatísticas apresentadas acerca da quantidade de *amarelos* nas diferentes regiões do Paraná em 1950, nos quais fica evidente que os nipo-brasileiros concentravam-se essencialmente no Norte do Estado, constituindo apenas uma pequena comunidade em Curitiba. Quando se trata da história da presença *nikkei* na cidade, a capital paranaense apresenta uma trajetória particular, visto que, apesar de grande para o Paraná da época, não era na primeira metade do século XX uma metrópole como São Paulo, não estava bem conectada com as frentes de expansão cafeeira no Norte do Estado, que derivaram do crescimento das linhas de trem paulistas e tampouco teve em seu entorno grandes empreitadas de companhias como a Bratac ou a CTNP.

A *colônia japonesa* de Curitiba cresceu de forma não planejada e pelo estabelecimento de pequenos e diferentes grupos em diferentes partes da cidade. Entretanto, pese ser pouco numeroso, vale ressaltar que este agrupamento de *nikkeis* está entre os mais antigos do Estado.

³²¹Dados retirados de <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175>

Os nipo-brasileiros instalados na capital paranaense no início do recorte estabelecido para este trabalho habitavam em sua maioria a zona rural da cidade, em bairros à época afastados e comunicados de maneira precária com o Centro. Estes indivíduos, em termos semelhantes aos que descreveu Suzuki, viviam como agricultores ou horticultores e obtinham suas rendas mediante abastecimento da cidade. Ao passo que, migrantes, sobretudo paranaenses e paulistas, tentavam a sorte no Centro da cidade.

De acordo com Kojima, os primeiros japoneses a estabelecerem residência em Curitiba eram aventureiros buscando um lugar adequado para viver, que não raro chegavam na cidade a pé, caminhando pelas linhas de trem, tendo vários deles residindo apenas temporariamente no município³²². Uma presença mais consistente pode ser explicada a partir da experiência de um município vizinho, Antonina, localizado em área litorânea. No ano de 1916, Heitor Soares Gomes chegou à prefeitura de Antonina, com um plano de crescimento para a economia da cidade que visava a atração de mão de obra estrangeira para as zonas rurais. Em busca de opções, Gomes reuniu-se com um cônsul japonês visando conseguir o envio de colonos para a área³²³. Sem a possibilidade de atrair imigrantes diretamente do Japão, o cônsul entrou em contato com a *Companhia Toyo*, à época representante do governo japonês em questões do tipo, e selecionou o intérprete Takeshi Hassegawa como intermediário entre as partes.

Em São Paulo, encontraram-se alguns japoneses cujos contratos nas fazendas de café haviam terminado. Alguns destes foram convencidos a deslocar-se para uma fazenda em Antonina, que se dedicava à colheita de bananas. Como era do interesse da Toyo, e dos próprios imigrantes, Hassegawa conseguiu negociar a possibilidade de que pudessem plantar arroz nos intervalos de sua labuta. Seto aponta esta experiência como a mais antiga envolvendo imigração japonesa no Paraná³²⁴.

Em artigos publicados na imprensa nipo-brasileira, muito consumida pelos imigrantes, Hassegawa propagandeava as potenciais vantagens de se tentar a sorte em Antonina. Ao passo, em 1917, um outro morador da região, Takashi Watanabe, repetiu a experiência do ano anterior e viajou pelas linhas de trem paulistanas, desta vez tentando atrair potenciais compradores de terras, para que se fundasse uma colônia capaz de atrair mais japoneses em busca de melhores condições de trabalho. A principal vantagem apresentada era o preço destas terras, muito mais baratas que em São Paulo. Dois compradores emergiram e no mesmo ano adquiriram os lotes

³²²KOJIMA, Shigeru. **Um estudo sobre os japoneses e seus descendentes em Curitiba**. (Dissertação de mestrado), 1991, UFPR, Curitiba, 1991.

³²³SETO, Cláudio; UYEDA, Maria Helena. **Ayumi - caminhos percorridos**: memorial da imigração japonesa – Curitiba e Litoral do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002, p. 91.

³²⁴Ibid. p. 92-3.

da área que ficaria conhecida como *Colônia Cacatu*. Os 200 alqueires comprados pelos irmãos Jingoru e Missaku Hara, além dos 50 comprados por Mokichi Yassumoto são, de acordo com Seto, o mais antigo registro encontrado de japoneses como proprietários no Paraná³²⁵. No ano seguinte, um médico local, observando o estabelecimento de japoneses na região, decidiu envolver-se numa empreitada de plantio de arroz e, mais uma vez através de Hassegawa, atraiu imigrantes japoneses para a fundação da *Colônia Cachoeira*³²⁶.

Gomes permaneceu na prefeitura de Antonina até 1930, sendo deposto pela tomada de poder comandada por Getúlio Vargas e seus aliados naquele ano. O político seguiu, por vezes com sucesso, buscando atrair mais imigrantes japoneses para a região. Hassegawa continuou escrevendo em jornais neste ínterim. Deslocamentos vindos de São Paulo ocorreram anualmente. Enquanto a experiência da Colônia Cacatu obteve mais sucesso, principalmente a partir da produção de banana, lenha, cana de açúcar e pinga, a da Colônia Cachoeira apresentou diversos problemas estruturais, que afastaram imigrantes ali instalados. Ambos os casos atraíram japoneses e descendentes para Curitiba. Os que prosperavam deslocavam-se continuamente para a capital visando vender produtos, ou adquiriam terras e estabelecimentos comerciais de pequeno porte para lá atuarem como proprietários. Os que não tiveram a mesma sorte em muitas ocasiões destinaram-se à capital buscando arranjar melhores ocupações, tanto na zona rural quanto na urbana.

De acordo com Kojima, em 1924, residiam algo em torno de 30 japoneses na capital paranaense³²⁷. Um censo realizado pelo jornal nipo-brasileiro *Seishu Shimpō* em 1932 apresenta maiores detalhes da população tanto na capital quanto no litoral. De acordo com os dados coletados a população *nikkei* de Curitiba tinha subido para 47 pessoas, divididas em 12 famílias e mais 20 solteiros espalhados pela cidade. Entre as famílias, seis eram de horticultores, quatro de agricultores, uma de doceiros e outra de comerciantes. No município de Antonina foram recenseadas ao todo 162 pessoas, das quais 78 residiam na cidade, 52 na Colônia Cacatu, 20 na Colônia Cachoeira e outras 12 entre as colônias Lagoinha e Faisqueira. Entre as famílias, 10 trabalhavam com a produção de pinga, 8 eram de agricultores, 3 eram de marceneiros, 2 de comerciantes. As demais ocupações registradas foram professor, horticultor, arrendatário, comerciante e dentista³²⁸.

³²⁵Ibid. p. 95-7.

³²⁶Ibid. p. 102.

³²⁷KOJIMA, Shigeru, *Op. Cit.* p. 21.

³²⁸SETO, Cláudio; UYEDA, Maria Helena. *Op. Cit.* p. 166.

No ano de 1938, com o crescimento do número de japoneses no Norte do Paraná, tanto a Bratac, como a Tozan (outra companhia japonesa de imigração), instalaram escritórios administrativos em Curitiba. Além de discutir questões com o governo do Estado e prestar auxílio legal aos do Norte, ambas também contribuíram com questões estruturais e financeiras dos estabelecidos em Curitiba e no Litoral³²⁹. Seto e Uyeda apresentam um pequeno balanço dos trânsitos das famílias mais antigas estabelecidas em Cacatu no final dos anos 1930, após deixarem a colônia, que revela alguns momentos de ascensão social para estes

Jingoro Hara havia se mudado para Paranaguá, onde abriu uma banca na feira. Hirochi Takashima tinha um ‘secos e molhados’ em Antonina. Hiromi Sasaki abriu um bar em Paranaguá (...) Seita Yassumoto estava em Curitiba onde tinha pensão. Tokio Ito tinha um ponto no mercado municipal de Antonina, aonde vendia vários produtos³³⁰.

O Censo de 1940 foi o primeiro a registrar mais *amarelos* em Curitiba do que em Antonina, sugerindo que uma migração vinda do município litorâneo para a capital de fato teve peso demográfico importante para ambas as comunidades. Enquanto registraram-se 94 *amarelos* morando em Antonina, o número dos mesmos em Curitiba era de 210³³¹. A diferença ficou ainda maior graças a um episódio inesperado. Em 1942, ano no qual o Brasil declara guerra às as nações do Eixo, o governo nacional aprovou uma lei determinando a expulsão de estrangeiros japoneses, italianos e alemães das zonas litorâneas, por considerá-las áreas estratégicas de segurança nacional. A Colônia Cacatu chegou ao seu virtual final com a ordem expedida pela Delogacia de Ordem e Política Social (DOPS) naquele ano, que determinou a retirada de 84 pessoas, dentre estas 52 japoneses, do município³³². Segundo Seto, os japoneses foram encaminhados para Curitiba de trem, aonde foram relocados para casas de parentes conhecidos ou para a *Chácara Tozan*³³³.

Na *Tabela 22* encontra-se um pequeno comparativo da evolução da população *amarela* nas cidades de Curitiba e Antonina. O Censo de 1950 registrou apenas 22 pessoas *amarelas* em Antonina, quase 77% menos que o levantamento anterior. Vale mencionar que esta população também se reduziu em outros dois municípios litorâneos. Em Morretes de 38 para 17, em Paranaguá de 82 para 54. Curitiba, ao passo, saltou de 210 *amarelos* registrados em 1940 para 690. O aumento não pode ser atribuído somente aos que chegaram do litoral, ou pela soma destes com o do crescimento vegetativo da população local. Sugerem os dados que pessoas de outras partes tentavam a sorte na cidade. De todas as formas, os dados sugerem que as

³²⁹*Ibid.* p. 199.

³³⁰*Ibid.* p. 202.

³³¹INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico de 1940* – Paraná.

³³²SETO, Cláudio; UYEDA, Maria Helena. *Op. Cit.* p. 237-39.

³³³*Ibid.* p. 240-43.

populações de origem japonesa estabelecidas no litoral, por diferentes motivos, podem ter se deslocado quase inteiramente para a capital.

Tabela 22 – Evolução da população amarela nos municípios de Curitiba e Antonina (1932-1950)

Ano	Curitiba	Antonina
1932	47	162
1940	210	94
1950	690	22

Fonte: SETO, Cláudio; UYEDA, Maria Helena. **Ayumi - caminhos percorridos:** memorial da imigração japonesa – Curitiba e Litoral do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002 e Censos do IBGE para o Paraná em 1940 e 1950.

Ao longo dos anos 1950, o crescimento de *amarelos* na capital seguiu em ritmo acelerado. O Censo Demográfico de 1960 não trouxe informações detalhadas acerca das relações étnicas por município. Coube à União dos Gakusseis de Curitiba realizar um levantamento em 1956 intitulado de *Enderêços e Estatísticas da Colônia Japonesa de Curitiba e cidades próximas*³³⁴. O trabalho de quase 150 páginas é fundamental para compreender em detalhes como se organizava a comunidade *nikkei* da capital paranaense ao longo do recorte temporal proposto para este trabalho. Com o intuito declarado de “proporcionar facilidades, organizando uma relação de endereços da Etnia Japonesa radicada no sul do Estado” bem como levantar fundos para a entidade, a maior parte do livro está ocupado por uma grande lista de nomes de residentes, que informavam também o endereço residencial, o endereço postal e o telefone dos recenseados. Também encontram-se propagandas de diversos estabelecimentos comerciais controlados por *nikkeis* da região, ou mesmo, do Norte do Estado e de São Paulo. Algumas lojas e serviços voltados à toda cidade também anunciaram, em muitos casos com legendas em japonês.

Apenas seis anos depois do censo de 1950, os resultados apontam a presença de aproximadamente 2000 pessoas de origem japonesa no município de Curitiba. Há um crescimento total de mais de três vezes neste curto espaço de tempo. Com uma população aproximada de 260 mil pessoas naquele ano, os *amarelos*, que apenas 25 anos antes não eram mais que 50, eram aproximadamente 1% do total do município. Ainda assim, Curitiba contava com zonas parcialmente ou totalmente rurais, aonde se encontrava o grosso da população nipo-brasileira da cidade. Na lista de endereços apresentados os autores apresentaram as casas com o nome de algum bairro/distrito ou como localizadas na *cidade*. Dos 226 endereços apresentados para o município de Curitiba, 39 estavam localizados na *cidade*. Muitos estavam localizados em bairros próximos ao Centro, mas outros tantos eram afastados, sobretudo para a

³³⁴Incluíram-se no levantamento os municípios de Paranaguá, Ponta Grossa, Antonina, Lapa, São José dos Pinhais, Araucária, Morretes e Guaraqueçaba.

época. Um total de 41 residências foi registrada entre os bairros vizinhos do Guabirtouba e Uberaba, no sul da capital paranaense.

Esta grande presença nas zonas rurais faz sentido quando levamos em conta a distribuição de endereços comerciais. Na *Tabela 23* estes foram separados em números absolutos de acordo com as categorias definidas pelos próprios recenseadores. Dos 223 locais levantados, 89 pertenciam a horticultores enquanto outros 11 diziam respeito a outras atividades rurais. De fato, o próprio censo aponta que 38% das famílias se sustentava através de alguma forma de agricultura³³⁵. Outros 39% eram comerciantes de algum tipo. Na tabela, a categoria mais numerosa entre estes é a que abrange pequenos negócios como alfaiatarias, estúdios de fotografia e lavanderias. Há também uma presença significativa de empórios, bares, pensões e quitandas. Juntamente com os 5% de *profissionais liberais* e os 3% *funcionários públicos*, completam-se os 48% envolvidos no setor de serviços. Apenas 1% exercia atividades ligadas à indústria, ao passo que 14% tiveram profissão não identificada.

Tabela 23 - Endereços comerciais da população nipo-brasileira de Curitiba divididos por atividade (1956)

Atividade	Quantidade
Horticultura	89
Alfaiataria/Fotografia/Instituto de Beleza/Lavanderia/Sapataria	22
Funcionalismo/Corretagem/Agências diversas	14
Quitandas/Peixarias	14
Escritórios/Consultorias/Professores particulares	13
Bares/Restaurantes/Sorveterias/Pastelarias	12
Distribuição/Feirantes/Aluguel de carros	12
Empório/Farmácia/Banca/Livraria	11
Agricultura/Granja	11
Comércio em geral	8
Pensão/Hotel	7
Indústria	3
Não Identificada	7
Total	223

FONTE: UGC. *Enderêços e estatísticas da colônia japonesa de Curitiba e cidades próximas*. Curitiba: 1956.

Alguns outros dados contidos no censo permitam uma compreensão ainda mais apurada da situação dos nipo-brasileiros na Curitiba da metade dos anos 1950. Ao todo, 33% das famílias eram originárias *Linha Paulista*³³⁶, 24% afirmaram migrar do *Norte do Paraná*, 13,5%

³³⁵UGC. *Enderêços e estatísticas da Colônia Japonesa de Curitiba e cidades próximas*. Curitiba: UGC, 1956, p. 131.

³³⁶Não ficou claro qual é esta referência geográfica. Caso o censo estiver se referindo à *Linha Tronco* da *Companhia Paulista de Estradas de Ferro* trata-se de uma extensão no Estado de São Paulo que segue entre os municípios de Bebedouro e Jundiaí, passando por Araraquara, Limeira, Rio Claro, Americana, Campinas, São Carlos e Itirapina.

vieram do *Litoral Paranaense*, 9% afirmaram se deslocar da região da *Linha Noroeste*³³⁷, 8% da *Linha Sorocabana*³³⁸, apenas 1% imigrou *direto do Japão*, 0,5% não respondeu a pergunta e outros 11% afirmaram ter se deslocado por *diversas zonas*, ainda que, ao menos levando-se em conta as trajetórias familiares por completo, o número seja certamente maior, visto a maneira como se deu a presença *nikkei* no Norte e Litoral do Paraná³³⁹.

Mulheres eram 51% do total. Os brasileiros já eram naquela altura 68%, frente a 32% de nascidos no Japão. Apenas 16 pessoas possuíam veículos motorizados, enquanto 41 possuíam caminhões e 28 caminhonetes, o que faz sentido levando-se em conta a grande porção de pessoas dedicadas à atividades agrícolas. Entre as famílias, 63% veio do Japão entre 1925-1935, coincidindo com os dados apresentados anteriormente neste capítulo. Outros 24% vieram entre 1910-1925, 12% chegaram ao Brasil entre 1935-1945 e apenas 1% veio após 1950. O dado que mais chama a atenção é o da quantidade de esudantes nisseis originários de outras cidades, aproximadamente 20% do total, uma relevante parcela dos *amarelos* da cidade. É exatamente este setor que a União dos Gakusseis de Curitiba representava, era ele um dos que mais crescia em Curitiba e o que melhor representava as famílias que ascenderam socialmente no interior.

³³⁷Idem ao caso anterior. Caso a alusão seja aos municípios pelos quais passava a *Estrada de Ferro do Noroeste do Brasil* tratam-se das localidades paulistas de Pirajuí, Cafelândia, Lins, Penápolis, Araçatuba, Mirandópolis e Andradina, além de diversos municípios do atual Mato Grosso do Sul.

³³⁸Idem aos casos anteriores. Caso a referência seja à Linha Tronco da Estrada de Ferro Sorocabana tratam-se dos municípios paulistas de Ourinhos, Botucatu, Iperó, Sorocaba e Mairinque, além de São Paulo (capital).

³³⁹*Ibid.* p. 130-33.

3. CARAVANAS DA UGC: ESTUDANTES NISSEIS EM *TRÂNSITO*

Em sua dissertação de mestrado, Martins analisou do álbum de fotografias *Paraná Brasil*, publicado em 1953. A autora percebeu nas imagens uma relação entre educação, desenvolvimento econômico paranaense e a figura do filho do imigrante agricultor. Aponta que em uma das fotos se vê a legenda “O Paraná cresce e, galgando as escadarias da Universidade, seus filhos crescerão com ele”. Em outra, surge a imagem de um colono “que tem amor ao campo, porém quer sua menina no estudo”. A historiadora conclui que “tais descrições revelavam mudanças numa realidade social mais ampla, onde a educação passava a ser considerada um valor, uma garantia de posição social para segmentos médios” deixando assim de ser exclusividade das elites³⁴⁰.

O nissei, filho do agricultor japonês, que tinha migrado para o Paraná num passado recente, encaixa-se no perfil apresentado pela historiadora. Como mencionado nos capítulos anteriores, a entrada de *amarelos* nas universidades era um fenômeno novo nos anos 1950. No final dos anos 1940 o número de diplomados era, ainda, irregular. Na *Tabela 24*, a seguir, apresento um levantamento de nipo-brasileiros diplomados pela Universidade do Paraná entre 1946 e 1960, de acordo com as listas de formados encontradas nos *Anuários* da instituição.

Tabela 24 - Nipo-brasileiros formados pela Universidade do Paraná (1946-1960)

Período	Formados	Porcentagem do total de diplomados levantados
1946/1948	2	0,29%
1949/1951	7	0,68%
1952/1954	19	1,05%
1955/1957	37	1,98%
1958/1960	52	3,86%
Total	117	1,74%

Fonte: Anuários da Universidade do Paraná (1946-1960)

É de fácil percepção o contínuo aumento de alunos de origem nipônica que conseguiram graduar-se a cada triênio. No início da série o número é de apenas 2 pessoas, no final se multiplica em 26 vezes, atingindo o total de 52. Em um primeiro momento pode-se relacionar estes dados ao próprio crescimento de matrículas na universidade, como apresentado no Capítulo 1. Entretanto, verifica-se forte alta a partir de 1954, momento no qual a universidade diminui o número de matriculados, e por consequência, o de graduados nos anos seguintes.

³⁴⁰ MARTINS, Ana Paula Vosne. “**Um lar em terra estranha**”: a aventura da individualização feminina -A Casa da Estudante Universitária de Curitiba nas décadas de 50 e 60. (Dissertação de Mestrado), 1992, UFPR, Curitiba, 1992, p. 11.

O resultado sugere que os jovens nisseis eram parte do público que se beneficiou com esta expansão de vagas, mas a continuidade deste aumento proporcional indica que um número maior de famílias de origem japonesa pode ter ascendido socialmente já no início da década de 1950, proporcionando desta forma a chegada de seus filhos ao ensino superior. Além da relação direta com o crescimento do ensino básico no país, levanto três hipóteses possíveis para o fenômeno, nenhuma delas contraditória à outra. A primeira está ligada ao próprio perfil do imigrante japonês no país, que em maioria chegou no Brasil entre a segunda metade dos 1920 e a primeira dos 1930, estabelecendo-se melhor e mais organizadamente desde então. A segunda diz respeito à melhora da situação social dos *nikkeis* no Brasil pós-Segunda Guerra, momento no qual as medidas de repressão tomadas contra os imigrantes japoneses se arrefeceram gradualmente até deixarem de existir. A terceira, diz respeito às ações de incentivo ao ensino, que partiam tanto do próprio grupo étnico quanto de instituições educacionais governamentais, tema que será debatido ao longo deste capítulo.

Um depoimento de Américo Sato, primeiro presidente da União dos Gakusseis de Curitiba, permite compreender como se dava esta relação. Em 1947, Sato tornou-se estudante de Engenharia na Universidade do Paraná. Como revelam os números, era um dos poucos nisseis no corpo discente da instituição. Segundo seu relato, os jovens universitários de origem japonesa em Curitiba começaram a reunir-se naquela época, germinando o que, em 1949, se tornaria a UGC. Antes da fundação oficial, Sato afirma que o governador Moisés Lupion (1947-1951), financiou uma viagem de estudantes nipo-brasileiros ao Norte do Paraná, para municípios de grande presença *nikkei*, no caso, Cornélio Procópio, Assaí, Uraí e Londrina³⁴¹.

A viagem sofreu certa dificuldade logística. Segundo Ossami Fukuda, que frequentou a UGC ao longo dos anos 1950 e presidiu a entidade entre 1962 e 1963, era “realmente mais difícil vir do Norte do Paraná para Curitiba do que para São Paulo. São Paulo tinha trem, e estrada. Para vir para Curitiba tinha que vir pela estrada do Cerne, sem asfalto, ou vir pelo trem”³⁴². De fato, Sato ressalta que a viagem se deu “naquela sujeira, naquela imundice, tudo de caminhão”³⁴³. Ao chegar às cidades destinadas, afirma que o grupo se hospedava em propriedade rurais de conhecidos.

Ao longo do trajeto, os estudantes da capital incentivaram imigrantes japoneses a enviarem seus filhos para Curitiba no ensino superior. O teor da proposta ajuda a compreender os motivos pelos quais o governo do Paraná auxiliou financeiramente a empreitada. Este

³⁴¹ UGC. *UGC – A força de um ideal*. Curitiba: UGC, 1999, p. 77.

³⁴² *Ibid.*, p. 128.

³⁴³ *Ibid.*, p. 77.

caminho apontado por Sato e seus colegas não parecia ser intuitivo para boa parte dos *nikkeis* da época. É o que revela o depoimento do primeiro presidente da UGC

o mais impressionante foi fazer propaganda de Curitiba: “gente São Paulo não!”. E os fazendeiros do norte do Paraná diziam: ‘que Curitiba? Curitiba não tem faculdade!’. Nem conheciam, mas a gente dizia: “que isso gente, nós já estamos estudando lá!”. Eles falavam: “Não, não presta, tem que estudar em São Paulo!”³⁴⁴

Sato menciona ainda que a campanha aos poucos deu resultado, o que pode ser verificado pelo crescimento de nisseis chegando a capital paranaense para estudar nos anos seguintes. Segundo ele, Curitiba passou a ser um destino recomendado por pais que enxergavam a cidade como “pacata”, permitindo assim uma melhor adaptação de seus filhos, que poderiam também manter o foco nos estudos mais facilmente³⁴⁵.

Atividades deste tipo se encaixam no que estou chamando de *caravanas*. Ao longo dos anos 1950, a utilização do termo *caravana* foi comum para descrever qualquer viagem que reunisse um grupo de pessoas se deslocando a outro local com algum objetivo específico. No caso dos estudantes, as caravanas poderiam reunir alunos de determinado curso que se juntavam para conhecer outros locais, participar de congressos, formar laços com alunos de outras universidades ou para disputar competições esportivas. É difícil definir o termo de maneira objetiva, pois frequentemente utilizavam-se outras palavras como *excursões* para descrever eventos como este.

A União dos Gakusseis de Curitiba é frequentemente lembrada pela realização de caravanas, quase sempre destinadas ao interior do Paraná. Entre 1950 e o início dos anos 2000, eventos como este ocorreram de maneira quase anual, quando não eram realizados mais de uma vez no mesmo ano. O que nas últimas décadas se convencionou chamar de *caravanas* da UGC diz respeito a viagens de caráter assistencial e filantrópico, aonde integrantes da agremiação realizavam consultas e exames médicos gratuitos, promoviam a construção de pequenas instalações recreativas e organizavam gincanas com jovens da região visitada. Este tipo de caravana surgiu no ano de 1955, mas antes dela outras viagens, descritas pela entidade com o mesmo termo, foram realizadas com um caráter esportivo, cultural e acadêmico.

Nas primeiras caravanas organizadas pela UGC, ao longo dos anos 1950, foram promovidas variadas atividades, mas há entre estas pontos em comum. Normalmente elas deslocavam para núcleos de grandes concentração de imigrantes japoneses. Em quase todas, a entidade promovia palestras ou debates que não tinham uma relação direta com seus alegados objetivos principais. Discutia-se também o papel dos nisseis no Brasil da época. Normalmente,

³⁴⁴ *Ibid.*, p. 78.

³⁴⁵ *Idem*

as viagens visavam divulgar o nome da entidade entre outras associações étnicas e grupos de nisseis pelo país. Buscava-se colocar seus integrantes como uma espécie de modelo de *estudante nissei*, visando incentivar mais jovens e famílias do interior a considerar o ingresso no ensino superior como uma meta para seu futuro. Manter a reputação da UGC em alta junto à colônia japonesa e ao ambiente universitário curitibano era uma de suas principais metas. Além disso, foi comum que a UGC recebesse caravanas, normalmente promovidas por outros grupos de jovens nisseis.

Os contatos travados com diferentes associações ao longo destas viagens dão a impressão de uma região em trânsito, que engloba em conjunto boa parte dos núcleos de concentração de japoneses no Brasil dos anos 1950, notadamente o Norte do Paraná, o interior paulista e as capitais destes dois Estados. Este foi o mesmo espaço aonde ocorreram os principais fluxos migratórios de imigrantes japoneses, que se intensificaram ao longo das décadas de 1930, 1940 e 1950. Destas partes vieram a maioria dos integrantes da UGC, bem como de outras entidades congêneres na época.

Seus objetivos políticos e os efeitos de sua atuação também tinham ligação direta com este espaço de grande presença *nikkei*. As caravanas realizadas pela UGC e por outras entidades nisseis ocorreram em um momento no qual os confrontos entre *vitoristas* e *derrotistas* (ver Capítulo 2), ainda estavam vivos na mente dos japoneses e de seus descendentes e tinham influência direta sobre o cotidiano do espaço étnico. Além disso, fazia pouco tempo que as associações japonesas estavam autorizadas a funcionar novamente e a imagem do grupo perante a sociedade majoritária estava relativamente abalada por estes acontecimentos. Neste sentido, as atividades realizadas pelos nisseis, várias delas destinadas às suas cidades natais, ajudaram a reconstruir um espaço étnico fraturado e dar mais coesão ao grupo como um todo.

Em 1963, pouco mais de dez anos depois das situações narradas acima, Ruth Cardoso escreveu um artigo ressaltando que, apesar de muitos grupos de imigrantes vivenciarem situação semelhante, os japoneses foram os únicos a conseguir consolidar um estereótipo que ao mesmo tempo remetia aos velhos agricultores e aos jovens dotados de uma carreira de sucesso³⁴⁶. Na visão da autora era peculiaridade deles a valorização franca da vida rural, ao mesmo tempo em que “se estimula a carreira intelectual para jovens capazes de abraçar profissões liberais”³⁴⁷. A rápida consolidação desta imagem ao largo dos anos 1950 é fruto de uma diferença comportamental notável entre o jovem que vai para a cidade grande estudar e

³⁴⁶ CARDOSO, Ruth. **O agricultor e o profissional liberal entre os japoneses no Brasil**. *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, 1963, p.53-60, p. 53.

³⁴⁷ *Ibid.*, p. 56

seus pais que permanecem no campo. Como se verá a seguir, a atuação de associações de estudantes nisseis que chegavam às grandes cidade foi fundamental para esta ressignificação.

Cabe mencionar que a UGC não se dedicava apenas a atividades deste tipo e sua atuação nem sempre foi aclamada por todos os setores do espaço étnico. Com o Japão arrasado pela derrota na Segunda Guerra Mundial, os nisseis integrando-se melhor no sistema educacional brasileiro e a chegada de novos imigrantes, o retorno ao leste asiático foi descartado por quase todos os *nikkeis*. A noção de que japoneses e descendentes deveriam integrar-se mais a sociedade majoritária foi amplamente difundida, mas a maneira como o grupo deveria fazê-lo era motivo de fortes polêmicas internas. Para alguns, o que se considerava por “cultura tradicional japonesa”, nos moldes comportamentais promovidos pelos primeiros *nihonjinkai*, como apresentado no capítulo anterior, deveria ser preservada de todas as maneiras, para outros o próprio associativismo étnico deveria ser abolido em nome de uma integração imediata. Outros, sobretudo os mais jovens, buscavam ao passo a manutenção de um espaço de distinção étnica, dando continuidade a uma propensão associativa que vinha do interior e a adoção de um padrão comportamental semelhante ao da sociedade majoritária.

A análise das caravanas que envolveram a UGC é o objetivo central deste capítulo. Entretanto, para que haja um entendimento adequado destes eventos, é necessário tipificar a entidade perante os espaços que esta frequentava, realizando para isso uma discussão acerca do surgimento de entidades de estudantes nisseis no período pós-Guerra, bem como do papel que o nissei teve na reconstrução do espaço étnico nipo-brasileiro, suas contribuições para este debate interno e a maneira como as viagens influenciaram os rumos da colônia japonesa. Para isso, apresentarei o perfil dos ugegenses, bem como as pautas principais da associação e suas diferenças em relação a outras entidades étnicas. Desta maneira, será possível entender como as caravanas foram o principal instrumento da UGC para legitimar-se perante a sociedade brasileira e a colônia japonesa e sua contribuição para o aprofundamento desta rede de trânsitos de *nikkeis* que acompanhava as grandes transformações da sociedade brasileira ao longo dos anos 1950.

3.1 ENTIDADES NISSEIS NO CONTEXTO DO PÓS-GUERRA

O drama vivido no pós-Guerra pela colônia japonesa no Brasil foi o marco da ressignificação identitária dos *nikkeis* no país. A década de 1950 foi aquela na qual boa parte dos imigrantes decidiu abandonar a ideia de retorno à terra natal, a maior parte dos nisseis tornou-se adultos e grande parcela dos agricultores de origem japonesa migraram para as cidades, tornando este grupo mais “visível” e fazendo com que os integrantes dele passassem a

conviver de maneira mais dinâmica com o restante da população brasileira. Como exposto no primeiro capítulo, estas transformações, que ocorreram rapidamente, se davam em paralelo com mudanças igualmente velozes na estrutura socioeconômica do país.

Diferentes proposições acerca das posturas que os imigrantes e seus descendentes deveriam ter em relação ao Brasil emergiram naquele momento, mas uma novidade deste período é o papel de protagonismo assumido pelas associações de nisseis no processo, sobretudo nos municípios grandes e médios. O filho do imigrante, em especial aquele que chegou ao ensino secundário ou superior em localidades como São Paulo ou Curitiba, passou a exercer grande influência sobre a colônia japonesa, por ter melhor facilidade de lidar com os brasileiros, possuindo menos barreiras de cultura e idioma e também por serem estes indivíduos representantes da ascensão social das famílias que mais prosperaram, ganhando assim prestígio perante instituições e lideranças étnicas. Porém, ao longo do recorte estudado, este protagonismo quase nunca foi exercido dentro das associações étnicas instaladas em pequenas cidades ou meios rurais.

O próprio termo *nissei*, que já era utilizado anteriormente em documentos produzidos por associações étnicas japonesas ou intelectuais daquele meio, ganhou relevância naquele momento. Não apenas as entidades de filhos de imigrantes costumavam descrever-se dessa forma como também os jornais voltados para o público geral o empregavam corriqueiramente. Na visão de Cardoso, a propagação do termo denota que os nisseis deveriam “assegurar sua brasilidade” ao mesmo tempo mantendo suas referências na colônia, gerando o que a autora considera um fenômeno de “dupla lealdade”³⁴⁸.

Os filhos dos imigrantes foram, ao longo da experiência dos japoneses no Brasil, reconhecendo-se e sendo reconhecidos como um estrato específico do grupo étnico. Isso fez com que se ressaltasse uma acentuada diferenciação comportamental entre os que chegaram do Japão para trabalhar e os que nasceram, ou chegaram ainda na infância, no Brasil. Assim, a questão geracional revela-se fundamental para a compreensão da sociabilidade entre nipo-brasileiros, motivo pelo qual farei uma descrição do conceito de *geração* construído por Mannheim.

De acordo com o sociólogo, a *geração* é um tipo de “identidade de situação” que “abrange 'grupos etários', incrustados em um processo histórico-social”³⁴⁹. Mannheim afirma

³⁴⁸ CARDOSO, Ruth. **O agricultor e o profissional liberal entre os japoneses no Brasil**. *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, 1963, p. 53-60, p. 57.

³⁴⁹ MANNHEIM, Karl. MANNHEIM, Karl. **O problema sociológico das gerações**. In: FORACCHI, M. (org.) *Mannheim: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982, p. 73-74

que os membros de uma geração se caracterizam por uma similaridade de situações às quais estão expostos em dada fase de um processo coletivo, não podendo ser mecanicamente traduzida para o total de pessoas que nasceram em um mesmo período. O que cria a similaridade de situação comum entre uma *geração* é estar em posição de experimentar os mesmos acontecimentos e absorver os mesmos dados. O autor aponta ainda que *geração* envolve algo mais que uma espécie de “co-presença” em dada região e tecido social. Para que se constitua como realidade, considera que os integrantes de uma geração devem se envolver na “participação no destino comum” de seu meio³⁵⁰.

Deste modo, há diferentes gerações de nisseis, que foram expostas a problemas específicos de diferentes épocas. Se no pós-Guerra os filhos dos imigrantes conquistaram protagonismo no seio das discussões acerca dos rumos da comunidade nipo-brasileira, Handa aponta que antes dela estes eram marginalizados pelos próprios imigrantes. Segundo o autor, os nisseis eram menosprezados pelo seu “baixo nível intelectual”, sua “falta de iniciativa, aspirações e sonhos” e sua ausência de “espírito coletivo”. Também eram frequentemente tidos pelos mais velhos como “caipiras” ou “caboclos” que deixavam em muito a desejar aos jovens recém chegados do Japão, frequentemente dotados de experiência em cidades, em agrupamentos mais dinâmicos e muitas vezes versados em noções de mundo mais modernas, não raro advindas de um acesso à educação impossível para os nascidos no Brasil³⁵¹.

Com boa parte dos imigrantes objetivando o retorno à terra natal, apegando-se à uma “cultura tradicional” dentro das regras propostas pelos *nihonjinkai* no seio das colônias japonesas, ao passo que um baixo número de nisseis conseguia chegar aos espaços frequentados pelas elites nacionais, como as universidades, poucas foram as manifestações públicas que expressaram uma identidade característica a este grupo. A mais famosa delas foi a experiência da *Liga Estudantina Nipo-Brasileira* (LENB). Esta agremiação foi fundada em outubro de 1934 pela já crescente comunidade de estudantes nisseis secundaristas e universitários da cidade de São Paulo, sendo uma das poucas a dialogar explicitamente com a sociedade majoritária, além de advogar por uma identidade hifenizada nipo-brasileira e nissei, que de certa maneira rompia com a dualidade entre *brasileiros* e *japoneses*, existente dentro de outros espaços de sociabilidade ligados à colônia japonesa como um todo³⁵².

³⁵⁰ *Ibid*, p. 83-6

³⁵¹ HANDA, Tomoo, *Op. Cit.*, p. 515.

³⁵² LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2001, p. 222.

Em seus periódicos internos, os integrantes da LENB pautavam um nacionalismo brasileiro com características nisseis, que buscava entre outras coisas reagir aos discursos anti-japoneses de intelectuais e políticos da época. A postura incomodou os setores mais conservadores da colônia japonesa e gerou críticas até da parte da representação diplomática japonesa. A LENB descrevia-se como um grupo de “brasileiros cômicos e orgulhosos de sua terra e de seus pais”³⁵³. No limiar da *Campanha de Nacionalização*, a entidade foi fechada em 1941. Ainda que importante como forma de demonstrar uma postura que denota marcante diferença identitária nissei, de nenhuma maneira esta experiência deve ser interpretada como normativa para os jovens *nikkeis* da época. Os integrantes da LENB faziam parte de uma camada muito privilegiada da colônia japonesa.

Ao passo em que a comunidade japonesa vivia o conflito entre vitoristas e derrotistas no pós-Guerra, muitos nisseis saíram do interior para uma grande cidade, visando completar seus estudos no ensino secundário ou superior. Um livro de memórias sobre a imigração okinawana no Brasil afirma que os nisseis “queimaram uma etapa importante ao ascenderem do campo às universidades, sem ao menos ter experimentado antes o modo de vida urbano”³⁵⁴. Habitando meios restritos à uma pequena parcela privilegiada dos jovens do país, muitos deles sentiam o peso de um certo estigma que pairava sobre os nipo-brasileiros, construído desde a chegada dos imigrantes ao país e reforçado a partir das discussões realizadas na Assembleia Constituinte de 1934 e os acontecimentos da Guerra e do pós-Guerra.

Segundo Goffman, um *estigma* é “um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” que pode dizer respeito a abominações de corpo, caráter individual, raça, nação ou religião³⁵⁵. O autor afirma que a *questão do estigma* surge “onde há alguma expectativa, de todos os lados, de que aqueles que se encontram numa certa categoria não deveriam apenas apoiar uma norma, mas também cumpri-la”³⁵⁶. O grupo estigmatizado não têm segurança em relação à reação ou a receptividade de um novo conhecido até que interaja socialmente com ele, situação que, de acordo com Goffman, é característica de grupos como adolescentes, mulheres inseridas no mercado de trabalho, minorias raciais ou, como é o caso desta pesquisa, imigrantes de segunda geração e pessoas em situação de mobilidade social³⁵⁷.

³⁵³ *Ibid.*, p. 176.

³⁵⁴ YAMASHIRO, Issamu (coord.). **Imigração Okinawana no Brasil** – 90 anos desde o Kasato Maru. São Paulo: Associação Okinawana Kenjin do Brasil, 1998, p. 87.

³⁵⁵ GOFFMAN, Erving. **Estigma** – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. São Paulo: LTC, 2004, p. 7.

³⁵⁶ *Ibid.*, p. 9.

³⁵⁷ *Ibid.*, p. 15.

Nissei que vivia em São Paulo (capital) no pós-Guerra, o estudante Yutaka Sanematsu afirma que por conta dos acontecimentos da Segunda Guerra e da atuação de grupos vitoristas violentos, se sentia “meio massacrado, tinha vergonha de ser japonês, algo como querer, às vezes, me esconder um pouquinho. Não sentia tanta liberdade, tanto ímpeto de me integrar facilmente na sociedade brasileira”³⁵⁸. Em entrevista concedida para a UGC em 1999, Américo Sato foi questionado sobre as finalidades iniciais da entidade curitibana e responde “Tinha aquela finalidade, não perder de *gaijin* de jeito nenhum isso tinha, tinha mesmo, por baixo do pano. Mas é consequência da Guerra, o mau trato que o japonês teve aqui. Meu irmão foi preso (...) perdemos tudo”³⁵⁹. Mais tarde, quando perguntado sobre a existência de atividades sociais da agremiação em seus primeiros dias de existência, que se tornaram comuns ao longo dos anos 1950, Sato responde que “Não tinha. Primeiro que você era japonês, como você ia meter a cara na sociedade brasileira? Poxa vida! Se você fosse lá todo mundo iria brincar, gozar com você, você não ia”³⁶⁰.

De certa maneira, o *comunismo espiritual* vivido pelos imigrantes ao chegarem ao Brasil agora repetia-se em novos termos entre seus filhos que migravam para as cidades. Em contato com a sociedade urbana brasileira, tiveram de enfrentar em condições próprias a batalha pela ressignificação identitária da colônia japonesa no Brasil, habilmente descrita por Maeyama

A guerra e a derrota do Japão não trouxeram aos imigrantes apenas o estigma da destruição de seu país natal mas também a repentina perda de suas próprias estruturas simbólicas e sociais. Eles na verdade perderam uma maneira de pensar e não sabiam como definir a si próprios, organizar suas vidas e interagir com outros³⁶¹

Em grande medida, este cenário explica a proliferação de entidades nisseis ao longo dos anos 1950. Segundo Nobutero Matsuda, fundador e ex-presidente da UGC, a entidade surgiu como uma tentativa de superar a situação, cumprindo uma função “cultural, do desenvolvimento do intelecto, enfim o homem entrar na atividade, porque você estudar é uma coisa, mas se formar e não integrar na sociedade é um caminho errado”³⁶². Um nissei estudante de Engenharia que integrou uma entidade de estudantes filhos de japoneses em São Paulo (capital) durante os anos 1950 afirmou que, na colônia japonesa do fim dos anos 1940, “muitos pais ainda estavam confusos. Falava-se em guardar dinheiro japonês, voltar para lá” mas que ele, bem como outros nisseis, sentia que era o momento de “entrar de sola na sociedade

³⁵⁸ OI, Célia Abe. **Piratininga, 50 anos** – Uma história da geração nissei. São Paulo: Associação Cultural e Esportiva Piratininga, 2005, p. 37.

³⁵⁹ SATO, Américo. **Entrevista concedida para a UGC**. Londrina, 1999.

³⁶⁰ Idem

³⁶¹ MAEYAMA, Takashi. **Ethnicity, Secret Societies and Associations: The Japanese in Brazil**. In: **Comparative Studies in Society and History**, n 21, vol 4. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 589-610, p. 599.

³⁶² UGC. **UGC – A força de um ideal**. Curitiba: UGC, 1999, p. 91.

brasileira”³⁶³. Nesse sentido, a atuação de sua entidade, fundada na mesma época, foi “uma maneira de nós, com cara de japonês, talvez ainda com sotaque japonês, conseguirmos penetrar na sociedade brasileira e trabalhar nela, tanto quanto possível, em condições de igualdade”³⁶⁴.

Estes grupos surgiram em um momento de enorme polarização no seio da colônia japonesa. De um modo geral, adotaram uma postura *esclarecida* em relação ao final da Segunda Guerra Mundial, admitindo a derrota do Japão no conflito. Porém, legitimados por seu melhor posicionamento na sociedade como um todo, quase sempre conseguiram evitar o rompimento com entidades vitoristas. De acordo com Matsuda, “Acreditar que o Japão não perdeu era ignorância”, portanto, dentro da UGC o resultado da Guerra “Era um ponto pacífico, não se discutia”³⁶⁵. Em relação aos que não admitiam a derrota, a atuação dos estudantes nisseis era a de “esclarecer devagarinho, indiretamente sem ofender”³⁶⁶. Em grande medida, esta aproximação ocorreu, como afirma Cardoso, porque impulso inicial para a formação destas entidades vinha do issei que escolhia os filhos que iriam estudar na cidade. Por estarem continuando uma trajetória de ascensões sociais, iniciada pelas famílias no campo, obtida normalmente através de séries de migrações internas, foi normal que, ainda que com divergências, as famílias aceitem um padrão *neo-brasileiro* de comportamento que emergia em entidades deste tipo³⁶⁷.

A postura destas entidades de tentar alçar os nisseis ao protagonismo da reorganização no espaço étnico é um exemplo de atuação de figuras que Regina Weber de *líderes e intelectuais étnicos*. Segundo a autora, o que caracteriza os líderes é seu empenho em fundar associações ou jornais, redigir textos, buscar adesão para novas ideias e lutar contra injustiças, feitos estes que os consolidam como notáveis³⁶⁸. Logo, o diferencial das lideranças e dos intelectuais étnicos é a busca por reverter a situação de subalternidade de seu grupo. De acordo com a autora, indivíduos como estes ficam em um meio caminho “entre afirmar valores e práticas culturais dos grupos dos quais são originários e serem os proponentes de novas práticas a este mesmo grupo, com vistas a aumentar sua receptividade por parte da sociedade majoritária”³⁶⁹.

Acerca das diferenciações internas de grupos étnicos, Weber ressalta que, sabendo que elas existem, as lideranças buscam promover uma coesão social através de uma afirmação de

³⁶³ OI, Célia Abe. *Op. cit.*, p. 36-37.

³⁶⁴ *Idem*

³⁶⁵ UGC. UGC – *A força de um ideal*. Curitiba: UGC, 1999, p. 90.

³⁶⁶ *Idem*

³⁶⁷ CARDOSO, Ruth. *O agricultor e o profissional liberal entre os japoneses no Brasil*. Em: *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, 1963, p.53-60, p. 56-57.

³⁶⁸ WEBER, Regina. *Líderes, intelectuais e agentes étnicos: significados e interpretações*. In: *Diálogos*, v. 18, n. 2, p. 703-733. Maringá, 2014, p. 704.

³⁶⁹ *Ibid.*, p. 717.

identidade homogênea. Para isto, “é preciso haver um discurso que unifique, positive, e este discurso deve ser associado a ações e práticas”³⁷⁰. A autora ressalta também que “em termos de incentivo à promoção do grupo, a principal ação das lideranças étnicas foi a ênfase em educação”³⁷¹.

Analisando as associações de nisseis no pós-Guerra, Cardoso chega a uma conclusão semelhante. Segundo a socióloga, os jovens estudantes nisseis, quase todos migrantes rurais, encontraram neste novo tipo de agremiação um espaço propício para ao auxílio na sua chegada e o ajuste comportamental a uma cultura urbana, da qual dependia seu próprio êxito profissional³⁷². Para ela, o grande papel destas entidades foi o de “abrasileirar o nissei” servindo como uma ponte para a sociedade majoritária, motivo pelo qual estas normalmente utilizaram o português como idioma principal³⁷³. Deste modo, os nisseis podem ser considerados uma “mola do progresso”, que através de suas agremiações redefiniram não apenas as próprias posturas, mas buscaram repassá-las para toda a colônia japonesa³⁷⁴. Neste sentido, o “abrasileiramento” de estudantes nisseis nas cidades não visava um rompimento com a colônia mas sim o aumento de prestígio da etnia como um todo.

Cardoso ressalta também que, no cenário descrito, era comum que os jovens vindos do interior muitas vezes se adaptassem às cidades melhor que os que já estavam estabelecidos anteriormente nas zonas rurais do município, como ocorria na situação de Curitiba, apresentada ao final do último capítulo, pois estes costumavam morar em áreas centrais das cidades e tinham de viver o cotidiano urbano mais firmemente³⁷⁵. Este contato, bem como a condição estudantil, permitia que as associações destes indivíduos atuassem como uma espécie de entidade formadora de opinião³⁷⁶, em moldes parecidos com o papel dos *intelectuais étnicos* apresentado por Weber. Mas, novamente em acordo com a teoria de Weber, estas associações mantiveram-se comprometidas com os valores do grupo étnico, mesmo porque, desde o início da experiência escolar, os nisseis adquiriam a consciência de sua posição marginal e a renovação de suas atitudes com frequência tinha por objetivo o combate a esta marginalização³⁷⁷.

³⁷⁰ *Ibid.*, p. 709.

³⁷¹ *Ibid.*, p. 721.

³⁷² CARDOSO, Ruth. **O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses**. In: SAITO, H., MAEYAMA T. (Ed.) **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Vozes/Edusp, 1973, p. 317-345, p. 322, p. 329-330.

³⁷³ *Ibid.* p. 331-332.

³⁷⁴ *Ibid.*, p. 334-335

³⁷⁵ *Ibid.*, p. 337

³⁷⁶ *Ibid.*, p. 338

³⁷⁷ *Ibid.*, p. 345

A socióloga aponta que os indivíduos de maior sucesso dentro destas instituições eram aqueles que obtinham os melhores contatos fora dela³⁷⁸. Internamente, eles protagonizavam as discussões realizadas nestes espaços, que frequentemente contavam com a presença dos isseis³⁷⁹. Batalhar pelo prestígio entre os mais velhos era preocupação constante das associações de nisseis. De um modo geral, os imigrantes estavam abertos a inovações comportamentais, pois caso não as aceitassem, poderiam tornar-se um empecilho para seus filhos, prejudicando desta maneira o próprio projeto familiar de ascensão social pela educação³⁸⁰. Assim, os jovens acostumavam-se a conviver em dois ambientes distintos, o da *família japonesa* e o da *sociedade brasileira*³⁸¹.

Maeyama concorda que os clubes de nisseis não se desligavam da convivência social na colônia japonesa, e especifica que estes representavam um “subsetor” do espaço étnico, cumprindo o papel de “associações diferenciais de classe”. O sociólogo identifica entre as agremiações de nisseis surgidas no pós-Guerra uma perceptível dessemelhança entre aquelas de “elite” ou de “intelectuais”, geralmente compostas por maioria ou totalidade de estudantes ou graduados em universidades e as frequentadas pelos que não chegaram ao ensino superior. Segundo o autor “naquelas associações de ‘intelectuais’, os ‘caras-novas’ são frequentemente interrogados: ‘em que faculdade você se formou:’, por conseguinte, um não-graduado universitário jamais voltará a frequentar esta associação”³⁸².

Por sua vez, Cardoso divide as agremiações fundadas por *nikkeis* no pós-Guerra em dois tipos. O *clube recreativo-cultural ou esportivo* geralmente possuía localização central e tinha grande número de sócios. Buscava representar toda a cidade e caracteristicamente recebia integrantes vindos do interior. Tinha um quadro diversificado e objetivava a imposição de novos padrões culturais para a comunidade nipo-brasileira. Era o caso de entidades com maior número de estudantes, como a UGC. Já os *pequenos grêmios* eram frequentados por grupos de vizinhos e estavam normalmente controlados pelos isseis. Este tipo de entidade geralmente restringia a sua atuação ao espaço geográfico no qual estava localizada³⁸³. Era uma característica mais

³⁷⁸ *Ibid.*, p. 344

³⁷⁹ *Ibid.*, p. 341

³⁸⁰ *Idem*

³⁸¹ *Ibid.*, p. 321

³⁸² MAEYAMA, Takashi. **Religião, parentesco e as classes médias dos japoneses no Brasil Urbano**. In: SAITO, H., MAEYAMA T. (Ed.) **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Vozes/Edusp, 1973, p. 240-272, p.257-258.

³⁸³ CARDOSO, Ruth. **O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses**. In: SAITO, H., MAEYAMA T. (Ed.) **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Vozes/Edusp, 1973, p. 317-345, p. 344, p. 328.

evidente de associações mais antigas, ou das que, como mencionarei adiante no capítulo, existiam em Curitiba antes da fundação da UGC.

3.2 A ESPECIFICIDADE DA UGC NA *COLÔNIA JAPONESA DE CURITIBA*

No que diz respeito ao espaço étnico *nikkei*, quando a UGC foi fundada a entidade inseriu-se dentro de um contexto de reconstrução da vida associativa no pós-Guerra. Para que se torne compreensível a especificidade da entidade perante os outros agrupamentos de nipo-brasileiros da época, apresentarei uma síntese do que foi a vida associativa da *colônia japonesa* da capital paranaense até 1949.

Em 1934, surgiu em Curitiba o *Nihonjin Kurabu* (Clube dos Japoneses). Esta foi, segundo Seto, a primeira entidade étnica japonesa da capital paranaense³⁸⁴. Seguiu operando com este nome até 1941, mas tinha pequeno número de associados. Em março de 1941 o Consulado Geral do Japão se instalou em Curitiba³⁸⁵, em meio às crescentes chegadas de imigrantes japoneses e descendentes no Estado do Paraná. O cônsul Shuniti Komine atuou para que a instituição aumentasse seus quadros, passando a representar uma fatia maior dos nipônicos que ali residiam³⁸⁶. Pouco mais de um mês após sua chegada, o *Nihonjin Kurabu* foi refundado com o nome de *Rengo Nihonjinkai* (Associação Unida de Japoneses)³⁸⁷. Entretanto, as atividades da Rengo não duraram muito. Em 28 de janeiro de 1942 as atividades do consulado foram interrompidas. Um dia depois o Brasil rompeu relações diplomáticas com o Japão. Não demorou para a entidade ser fechada pelo governo³⁸⁸.

Ao longo da Segunda Guerra Mundial, a comunidade nipo-brasileira de Curitiba viveu alguns episódios de violência como saques de estabelecimentos comerciais promovidos pela população local, mas, diferente do que ocorreu em localidades onde havia grande concentração de imigrantes, não existiram movimentos violentos de defesa do Japão no conflito. Acerca deste cenário, Matsuda, fundador da UGC, afirma que contra os derrotistas “houve perseguição mas em Curitiba não foi tão forte como no interior de São Paulo e do Paraná”, frisando que na cidade “as brigas eram muito pequenas”³⁸⁹. De todas as formas, o vitorismo também teve muitos adeptos na cidade.

Em 1946 foi fundada a primeira associação étnica do pós-Guerra, o *Tomonokai* (Clube de Amigos). De acordo com Seto, a ideia inicial era refundar a *Rengo Nihonjinkai*, mas a

³⁸⁴ SETO, Cláudio; UYEDA, Maria Helena. *Op. Cit.* p. 177

³⁸⁵ *Ibid.*, p. 229

³⁸⁶ *Idem*

³⁸⁷ *Ibid.*, p. 222

³⁸⁸ *Ibid.*, p. 227-228

³⁸⁹ UGC. *UGC – A força de um ideal*. Curitiba: UGC, 1999, p. 90

iniciativa acabou tendo apenas o apoio dos setores vitoristas da cidade, adotando um nome que fazia alusão a ideia de “amigos da pátria”³⁹⁰. Pouco tempo depois, surgiu junto a mesma agremiação uma associação de jovens nomeada de *Uberaba Seinenkai*³⁹¹, fazendo referência ao nome do bairro no qual a entidade estava localizada³⁹².

Integrantes desta entidade começaram a realizar treinos contínuos de beisebol. Foi tomada a decisão de dividir os praticantes da modalidade em duas equipes, os que viviam perto da sede, nos bairros do Uberaba e do Guabirota e os que viviam na região que abrangia os bairros do Mercês, Juvevê e Ahu. O segundo grupo decidiu fundar uma associação própria no início de 1948, o *Glória Seinenkai*³⁹³. Em 1949, o Tomonokai decidiu mudar de nome para *Curitiba Nihonjinkai*, colocando-se a partir de então como a agremiação que representava os *nikkeis* da cidade como um todo. Uma campanha de adesão fez os quadros da entidade subirem de 35 para 58 famílias³⁹⁴.

No dia 18 de Setembro de 1949, a União dos Gakusseis de Curitiba foi oficialmente fundada por 27 acadêmicos nisseis, entre estes, três mulheres, todos vindos do interior dos Estados de São Paulo e Paraná³⁹⁵. A primeira ata registrada pela entidade, datada de 4 abril de 1950, revela um pouco acerca das intenções iniciais do grupo *a) objetivo principal da agremiação será a promoção de amizades entre os estudantes “nisseis”; b) os sócios serão exclusivamente estudantes; c) os assuntos a serem tratados serão exclusivamente estudantis*³⁹⁶. É no caráter iminentemente estudantil da UGC, e na sua identidade declaradamente nisei, que se encontrava sua principal diferença em relação as outras associações *nikkeis* de Curitiba³⁹⁷.

O nome da agremiação foi definido na ocasião de sua Segunda Assembleia Geral, que data de 16 abril de 1950. Uma extensa discussão entre os integrantes acabou com 18 nomes sugeridos, revelando que neste primeiro momento o próprio caráter de atuação da UGC era indefinido. Parte destes nomes como *Baseball Esporte Clube* ou *Associação Esportiva e Cultural Nisei*, dariam à entidade um caráter mais voltado para a prática esportiva, mantinham

³⁹⁰ *Ibid.*, p. 285-286

³⁹¹ *Seinenkai* é até hoje um termo utilizado para designar associações nipo-brasileiras de jovens.

³⁹² *Ibid.*, p. 288

³⁹³ *Ibid.*, p. 298-299.

³⁹⁴ *Ibid.*, p. 305.

³⁹⁵ UYEDA, Maria Helena. **UGC – 40 anos de um vibrante ideal**. A Voz da União, Curitiba, p. 4, set. 1989.

³⁹⁶ UGC. Sede da UGC. **Ata da 1ª Assembleia Geral Extraordinária** - 4 de abril de 1950. Livro de Atas da UGC (1950-1953), p. 1-4.

³⁹⁷ Já após a fundação da UGC, ao longo dos anos 1950, outras associações étnicas foram criadas. Em 1952 foi fundado o *Joshi Seinenkai*, em 1953 o *Pinheiros Kurabu* e em 1959 a *Gakushikai* (Associação dos Profissionais Liberais)³⁹⁷. Em 1958, Uberaba, Glória e Pinheiros formaram uma comissão mista para organizar as comemorações do aniversário de 50 anos da Imigração Japonesa no Brasil, da qual surgiu a *Sociedade Paranaense de Cultura Japonesa*.

certo caráter étnico e retiravam da nomeação da entidade parte de seu perfil estudantil, nos moldes de muitos grupos nipo-brasileiros que surgiam na época. Outras propostas como *Centro Estudantil de Esporte e Cultura* ou *Centro Estudantil Paranaense* exaltavam o caráter estudantil do grupo, retirando de sua nomeação uma alusão direta à etnia de seus fundadores. Nomes como *União dos Nisseis Estudantes de Curitiba*, *Liga Estudantil Nissei de Curitiba* e, certamente, *União dos Gakusseis de Curitiba*, exaltavam tanto o perfil étnico quanto o estudantil do grupo³⁹⁸.

A polêmica em torno da decisão tomada acerca da nomenclatura oficial foi revelada por seu primeiro presidente, Américo Sato. Sato afirma que “depois da guerra, você [dizer] que era ‘gakusseis’ ia para cadeia, não podia falar em japonês”³⁹⁹. Ainda que legalmente a utilização do idioma nipônico em público já estivesse liberada pelas autoridades, a asserção de Sato expõe as preocupações legais ainda existentes entre *nikkeis* no momento da reorganização de seu espaço étnico em fins dos anos 1940. O ex-ugecense termina afirmando que “depois de muito quebra-pau (...) ficou União dos Gakusseis de Curitiba. Aí veio a UGC com a finalidade não só profissional mas também social. Sempre foi assim, no sentido social de que os *nikkeis* tem que progredir”⁴⁰⁰.

A UGC surgiu em um momento no qual o número de estudantes nisseis em Curitiba crescia significativamente e possuía um relevante peso demográfico sobre o total dos *amarelos* da cidade. O levantamento realizado pela entidade em 1956 constatou que, dos aproximadamente 2000 *nikkeis* que viviam em Curitiba, 386 eram nisseis que migraram para a cidade exclusivamente para estudar em cursos secundários ou no ensino superior, somando aproximadamente 20% do total para este grupo étnico. Destes, 197 eram menores de 18 anos. Entre os 123 universitários nisseis de Curitiba, 92 tinham vindo de fora da cidade⁴⁰¹. Ao todo, 83% dos universitários de origem japonesa estavam associados à UGC. Entre os secundaristas a porcentagem era de 39%, provavelmente porquê a proporção de curitibanos entre estes últimos era maior⁴⁰².

O mesmo censo apresenta dados relativos à escolha de cursos por parte destes estudantes, cujo resultado está apresentado na *Tabela 25*. Era flagrante a preferência por cursos da área da saúde, que no levantamento foram considerados em conjunto, concentrando 56 alunos ao todo

³⁹⁸ UGC. Sede da UGC. *Ata da 2ª Assembleia Geral Extraordinária* - 16 de abril de 1950. Livro de Atas da UGC (1950-1953), p. 5-7.

³⁹⁹ UGC. *UGC – A força de um ideal*. Curitiba: UGC, 1999, p. 79.

⁴⁰⁰ Idem

⁴⁰¹ UGC. *Enderços e estatísticas da colônia japonesa de Curitiba e cidades próximas*. Curitiba: 1956, p. 134-136.

⁴⁰² *Ibid.*, p. 136.

e quase metade dos universitários nisseis. Bastante atrás, em segundo lugar nas preferências, estava o curso de *Direito*, com 20 inscritos entre a Universidade do Paraná e as particulares. Tratavam-se de habilitações que davam aos estudantes grande status social e permitiam uma atuação direta dentro do espaço étnico. *Ciências Econômicas* e *Engenharia* (12) aparecem a seguir. Os diversos cursos da Faculdade de Filosofia foram abrangidos em uma única categoria no levantamento realizado pela UGC, somando 10 matrículas entre a Federal e as particulares. O curso de *Agronomia* (7) aparece na sequência da lista e tem relação direta com a origem da ampla maioria dos estudantes nipo-brasileiros, as zonas rurais. *Oficial da Polícia*, *Serviço Social* e *Química Superior* são os demais cursos que figuram na lista.

Tabela 25 - Distribuição de estudantes nipo-brasileiros nas escolas superiores de Curitiba (1956)

Curso	Alunos (Total)	Alunos (% dos nipo-brasileiros)	Alunos (% do curso)
Faculdade de Medicina (Federal)	56	45,5%	5,3%
Direito (Federal e Particulares)	20	16,3%	1,6%
Ciências Econômicas (Federal e Particulares)	12	9,8%	2,9%
Engenharia (Federal)	12	9,8%	2,1%
Agronomia (Federal)	7	5,7%	7,1%
Faculdades de Filosofia (Federal e Particulares)	10	8,1%	1,4%
Química Superior (Federal)	2	1,6%	1,2%
Oficial da Polícia (Estadual)	2	1,6%	0,8%
Serviço Social (Estadual)	2	1,6%	5,3%
Total	123	100%	2,5%

Fonte: UGC. **Enderços e estatísticas da colônia japonesa de Curitiba e cidades próximas**. Curitiba: 1956, p. 134.

Se nos meios estudantis a UGC se diferenciava de Diretórios Acadêmicos e outras organizações por representar os nisseis, a presença de não-*nikkeis* dentro de seus quadros era outro ponto que servia para diferenciá-la das outras entidades nipo-brasileiras existentes na cidade. A escolha de inserir *Gakusseis* no nome da agremiação estabeleceu uma fronteira de duas frentes, *nikkeis* não estudantes não participariam do grupo, ao passo em que a entidade estava voltada especificamente para os estudantes *nikkeis*. Entretanto, a entrada de pessoas sem ancestralidade japonesa na UGC jamais foi vedada. Diversas foram as pessoas que conseguiram

romper esta fronteira. Na *Tabela 26* está o levantamento do número de integrantes da UGC por origem, entre 1949 e 1956.

Tabela 26 – Quadro de sócios da UGC por origem (1949-1956)

Ano	Nissei	Não nissei	Total
1949	27	3	30
1950	44	3	47
1951	75	5	80
1952	99	5	104
1953	109	10	119
1954	158	10	168
1955	225	10	235
1956	226	54	280

Fonte: UGC. *Enderços e estatísticas da colônia japonesa de Curitiba e cidades próximas. Curitiba:* 1956, p. 135.

Pelos números, é possível constatar que a quantidade de nisseis aumentou bastante ao longo dos anos, refletindo o crescimento de quadros da entidade como um todo. A participação de *não-nisseis*, também existente desde a fundação, ficou provavelmente restrita a indivíduos mais próximos de alguns integrantes até o ano de 1955, quando estes eram somavam pouco menos de 5% do total. Em questão de um ano o número subiu para 54, certamente fruto de uma mudança na abordagem de admissão de sócios, para a qual não se encontraram nos registros nenhuma menção direta.

A maior característica do ugecense ao longo dos anos 1950 foi a condição de migrante. Na *Tabela 27* está o local de nascimento dos membros da UGC no ano de 1956, retirado de um levantamento realizado pela estudante Sonoko Yoshiyasu, também frequentadora da agremiação. Foram inseridos na tabela apenas os municípios que possuíam até 7 integrantes nos quadros associativos. Não foi possível fazer o levantamento por Estados, pois na pesquisa os municípios com menos de três integrantes foram mencionados em conjunto. Yoshiyasu constatou que a maioria dos ugecenses nasceu em cidades do interior de São Paulo e do Paraná, sobretudo aquelas com grande concentração de imigrantes japoneses, como o caso dos municípios paulistas de Marília (12), Lins (11) ou Araçatuba (9), ou dos norte-paranaenses Cambará (12), Cornélio Procópio (11) e Assaí (9).

Tabela 27 – Sócios da UGC por local de nascimento (1956)

Local de Nascimento	Integrantes
Japão	14
Cambará (PR)	12
Marília (SP)	12
Assaí (PR)	11
Cornélio Procopio (PR)	11
Lins (SP)	10
Cafelândia (PR)	10
Araçatuba (SP)	9
Londrina (PR)	9
Paraguaçu Paulista (SP)	8
Bandeirantes (PR)	7

Fonte: YOSHIYASU, Sonoko. **Alguns dados sobre a UGC**. Curitiba, 1956, p.2-3.

Apenas 4 dos 280 ugecenses eram naturais de Curitiba. Entre as regiões próximas haviam também membros originários de Ponta Grossa (4), além de Joinville (3) e Paranaguá (3), que não constam na tabela. Chama a atenção a presença de três membros nascidos na China. É possível que se tratassem de pessoas de etnia japonesa que migraram para a Manchúria, região de concentração de imigrantes nipônicos nos anos 1930. A entidade possuía ainda um associado nascido na Alemanha e outro nascido na Venezuela.

3.3 A UGC E SUAS PAUTAS POLÍTICAS

Através de pesquisa na *Hemeroteca Digital*⁴⁰³, constatou-se que as aparições da União dos Gakusseis de Curitiba nos jornais curitibanos dos anos 1950 geralmente diziam respeito a competições esportivas. A entidade participava de torneios estaduais de atletismo, tênis de mesa e beisebol. Em alguns casos foi apenas mencionada como integrante de eventos internos da colônia japonesa ou da Universidade do Paraná. Vez ou outra, registrava-se brevemente a existência de sua nova gestão em uma página voltada para notícias universitárias. Uma das poucas notícias que de fato se aprofundou em seu funcionamento foi publicada pelo Diário do Paraná, em 15 de fevereiro de 1957⁴⁰⁴.

⁴⁰³ <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

⁴⁰⁴ DIÁRIO DO PARANÁ. **Realizado um Estudo completo Sobre Japoneses de Curitiba e Adjacências**. In: **Diário do Paraná**. Curitiba, 15 de fevereiro, 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/761672/14635?pesq=gakusseis>

Justificada pela produção do livro *Enderêcos e Estatísticas da colônia japonesa de Curitiba e cidades próximas*, a reportagem destacou o trabalho realizado pelo Departamento Médico da agremiação e mencionou que esta vinha prestando aos jovens da cidade serviços assistenciais e “amparo aos estudantes vindos do interior”⁴⁰⁵. Ressaltam-se também alguns pontos do estatuto da agremiação, as excursões realizadas pelo grupo, além, é claro, da produção do livro de estatísticas.

Apontou-se também que os objetivos da UGC giravam em torno de “assistir às repúblicas dos associados, na maioria nisseis, colaborando até mesmo financeiramente e, sobretudo dando apoio moral, sem, contudo, interferir na autonomia interna de cada uma, as quais possuem sua orientação própria”⁴⁰⁶. De acordo com o jornal havia naquele momento dez repúblicas com ligação direta à entidade. Uma vez na UGC, seu “ponto pacífico” era o de manter um “comportamento moral” para o “bom conceito da classe”⁴⁰⁷. Desta maneira, diz a reportagem, os ugegenses adquiriam afinidade entre si e geravam “um ambiente familiar sadio, para o desenvolvimento de seus estudos”⁴⁰⁸.

Em linhas gerais, o artigo definiu aquela que parecia ser a pauta prioritária da UGC em seus primeiros anos, o auxílio aos estudantes nisseis que vinham do interior, em termos de sociabilidade e de moradia. Seus objetivos políticos se ampliaram na medida em que mais estudantes nisseis chegaram às universidades e a imagem dos *nikkeis* no Brasil melhorou, o que proporcionou um aumento dos quadros associativos que tornaram a entidade mais influente no ambiente universitário da época. A partir deste cenário, pode-se afirmar que os ugegenses procuraram em seus discursos, atividades e materiais produzidos construir uma imagem *progressista, moderna e também séria* de um tipo ideal de estudante nisei. Neste subcapítulo procurarei analisar algumas das principais pautas defendidas por seus integrantes.

Grande parte dos problemas de adaptação dos nisseis que chegavam a Curitiba advinha da ausência completa de familiares e conhecidos na cidade e da própria falta de convívio em grandes centros urbanos. Ex-presidente da UGC, Nelson Makoto Sato⁴⁰⁹ revela que haviam seis nisseis no curso de Engenharia da Universidade do Paraná e que “contava nos dedos os japoneses, os nisseis que entravam na Faculdade”⁴¹⁰. Sato afirma também que era normal que pessoas de origem japonesa chamassem muita atenção nas ruas de Curitiba e que por esse

⁴⁰⁵ Idem

⁴⁰⁶ Idem

⁴⁰⁷ Idem

⁴⁰⁸ Idem

⁴⁰⁹ Presidente da Gestão 1958/1959 da UGC.

⁴¹⁰ UGC. *UGC – A força de um ideal*. Curitiba: UGC, 1999, p. 113.

motivo “havia a necessidade de ter um lugar, um espaço”⁴¹¹, o que inclusive teria motivado a fundação da entidade. Segundo o ex-presidente Nobutero Matsuda⁴¹² “houve a necessidade de se criar a UGC porque vinham muitos estudantes de fora, para estudar na universidade”⁴¹³. De acordo com Fukuda⁴¹⁴, por trás da fundação está o fato de que em Curitiba “a Colônia era muito pequena a maioria dos estudantes era gente de fora, então precisava aglutinar esse pessoal para não ficar solto por aí”⁴¹⁵.

Acerca das dificuldades de adaptação à Curitiba, o ex-presidente Pedro Takeda⁴¹⁶, que mencionou que tinha escolhido estudar na capital paranaense por se tratar de um lugar mais calmo que São Paulo, aonde estudaram seus irmãos, e afirmou que entrou no curso de Medicina “pensando em ir para o interior, pois como não sou muito sociável, não gosto de centros grandes, nasci e cresci na fazenda e gosto da cidade do interior”⁴¹⁷. Acerca deste tema, Toshio Igarashi⁴¹⁸ pontua que para os ugecenses dos anos 1950 “não importava muito os estudos, o que importava era ajudar os estudantes que vinham do interior, para não perder, encaminhar direitinho”⁴¹⁹. Tsutomu Ishikawa revela que em sua gestão (1960/1961) mesmo que a UGC já tivesse centenas de membros, “sempre que alguém [nissei] viesse para Curitiba e passasse no vestibular, íamos atrás” prática que, segundo outros relatos, era normal desde o começo da entidade.

Na adaptação dos novos membros era essencial o papel cumprido pelas repúblicas estudantis. As repúblicas costumavam organizar eventos como bailes ou festas de aniversário e serem dotadas de regras administrativas, contando com presidentes, vice-presidentes e tesoureiros⁴²⁰. Uma fala de Matsuda dá a entender que a UGC surgiu como um tipo de federação de repúblicas de nisseis, ao apontar que a entidade inicialmente contava com “40 ou 50 pessoas” vindas de “cinco ou seis repúblicas” e que boa parte do funcionamento interno da agremiação advinha desta forma de organização⁴²¹. Assim, a importância para a questão das moradias era de tal ordem fundamental que a entidade abrigava em suas diferentes sedes alugadas uma república. Em 1953, chegou a existir uma iniciativa de dentro da entidade para a criação de uma *Casa do Estudante Nissei*, que não chegou a avançar.

⁴¹¹ *Ibid.*, p. 110

⁴¹² Presidente da Gestão 1953/1954 da UGC.

⁴¹³ *Ibid.*, p. 87.

⁴¹⁴ Presidente da Gestão 1962/1963 da UGC.

⁴¹⁵ *Ibid.*, p. 126.

⁴¹⁶ Presidente da Gestão 1955/1956 da UGC.

⁴¹⁷ *Ibid.*, p. 100.

⁴¹⁸ Presidente da Gestão 1957/1958 da UGC.

⁴¹⁹ *Ibid.*, p. 103.

⁴²⁰ *Ibid.*, p. 88.

⁴²¹ *Ibid.*, p. 88-89.

Conquistar a adesão dos outros grupos ao seu projeto era um dos objetivos das entidades de estudantes nisseis, que organizavam exibições de filmes japoneses, debates sobre a situação da comunidade ou patrocinavam piqueniques envolvendo amplos setores da colônia. Em seu *Estudo sobre os japoneses e seus descendentes em Curitiba*, Kojima afirma que “A U.G.C. tinha um papel muito importante não só para os estudantes nisseis, mas também dentro da colônia japonesa, principalmente na década de 50 (...) Na época a U.G.C. era considerada como a representante da colônia”⁴²². A mais marcante destas atuações provavelmente ocorreu nos festejos do Centenário de Emancipação do Paraná, nos quais a UGC esteve em contato direto com o governo do Estado para organizar a participação da chamada etnia japonesa⁴²³. Além disso, a entidade, auxiliava japoneses residentes na região com a obtenção de documentos como a carteira de motorista e a carteira de estrangeiros⁴²⁴ e ajudava *nikkeis* em funerais⁴²⁵.

Uma vez estabelecido em Curitiba, o convívio de um estudante nisei com o restante da comunidade estudantil era, naturalmente, intenso. Uma das características que diferenciou a UGC de outros grupos nisseis de cunho *recreativo-cultural ou esportivo* pelo Brasil foi a forte atuação de vários de seus integrantes frente ao movimento estudantil paranaense da época. Junto com a aparição das mencionadas entidades nipo-curitibanas, crescia também a maior das agremiações estudantis da cidade, a *União Paranaense dos Estudantes* (UPE). Apenas entre 1949 e 1950 a UPE incrementou seus quadros de 252 para 527 membros⁴²⁶. Muitos são os ugecenses que contribuíram para a confecção de materiais como jornais, relatórios ou revistas desta agremiação. Outros ocuparam cargos administrativos, como diretorias esportivas e sociais. O caso mais destacado é o de Nobutero Matsuda, que foi presidente eleito presidente da UPE em 1956.

A influência da UPE sobre a UGC pode ser reconhecida tanto no organograma da entidade nisei quanto em algumas das pautas que vários de seus integrantes, principalmente os mais engajados no movimento estudantil, defendiam. Promulgado no dia 1 de Novembro de 1950, o estatuto da UGC⁴²⁷ permite compreender estas conexões. O primeiro artigo do texto, *Disposições Preliminares*, versa que a entidade tinha por objetivos principais o

⁴²² KOJIMA, Shigeru. *Um estudo sobre os japoneses e seus descendentes em Curitiba*. (Dissertação de Mestrado), 1991, UFPR, Curitiba, p. 30.

⁴²³ LIMA, Ivan Araújo. *Entre os crisântemos e as araucárias: a União dos Gakusseis de Curitiba e a construção de uma identidade nipo-brasileira no Paraná 1949-1953* (Tese de Conclusão de Curso). Curitiba, 2015, UFPR, p. 94-103.

⁴²⁴ UGC. *A Voz da União*. Curitiba, Julho, 1951, p. 11.

⁴²⁵ UGC. *A Voz da União*. Curitiba, Novembro, 1951, p. 2.

⁴²⁶ UNIÃO PARANAENSE DOS ESTUDANTES. *Relatório da Gestão outubro de 1949 a outubro de 1950*. Curitiba, PR, 1950.

⁴²⁷ Não foi encontrado nos arquivos da entidade o texto original. A versão mais antiga provavelmente data da primeira metade dos anos 1950 e aparentemente não apresenta grandes alterações em relação ao primeiro estatuto.

“desenvolvimento cultural, esportivo, social e a manutenção do ideal que norteia a mocidade estudantil”⁴²⁸. Já o segundo coloca como *princípios* da agremiação “pugnar pelas liberdades fundamentais do homem, dar apoio e estímulo à crítica sã, por julgá-la necessária à liberdade de consciência, desenvolver no esforço produtivo e comunicativo a solidariedade” com “órgãos e entidades da classe estudantil e agremiações congêneres e incentivar a prática da cultura cívica, moral e intelectual”⁴²⁹. Além destas, encontravam-se entre as finalidades a participação em “todas as comemorações cívicas e patrióticas, a difusão da cultura por todos os meios possíveis, a promoção de reuniões de caráter cultural, social, desportivo e recreativo e a prestação de assistencial social e cultural aos necessitados”⁴³⁰.

No caso das pautas políticas, pode-se perceber a influências das entidades estudantis sobre a UGC a partir de escritos encontrados em *A Voz da União*, publicação interna da associação nissei. A União Nacional dos Estudantes (UNE), bem como a UPE tinham, ao longo dos anos 1940 e 1950, a defesa da democracia liberal como um de seus principais pilares⁴³¹. Em *A Voz da União*, o tema foi debatido no artigo *Maiorias e minorias políticas. Democracia e Totalitarismo*. Queenti Matsura coloca que “os regimes democráticos permitem a fiscalização e oposição das minorias; nos governos totalitários não há oposição, ou pelo menos, a oposição é sufocada pela violência das forças governamentais”. Matsura aponta também que “Ainda hoje a humanidade presencia a luta dos homens contra os regimes totalitários, alguns deles diversos das autocracias dos séculos passados mas igualmente malévolos”⁴³². A circulação de ideias deste tipo dentro de um segmento da colônia japonesa é relevante considerando que a adesão ao movimento vitorista e a defesa do Japão militarista eram ainda comuns no espaço étnico.

Também muito presente na retórica e na prática dos movimentos estudantis dos anos 1950 ao longo de campanhas como *O Petróleo é nosso* ou a luta pela nacionalização do ensino, o nacionalismo brasileiro foi uma constante nos artigos escritos para a publicação ugeense. Sem deixar de considera-la um dos pilares ideológicos da UGC ao longo dos anos 1950, esta postura não pode ser separada da defesa de uma integração dos *nikkeis* na sociedade brasileira e mesmo de uma defesa estratégica da própria existência da agremiação, que buscou sempre evitar denúncias de segregacionismo. Em *Minha opinião acerca de nosso jornal*, Sérgio

⁴²⁸ UGC. **Estatuto**. Curitiba, s/d.

⁴²⁹ Idem

⁴³⁰ Idem

⁴³¹ POERNER, Arthur José. **O poder jovem** – História da participação política dos estudantes desde o Brasil Colônia até o governo Lula. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

⁴³² MASTURA, Queenti. **Maiorias e minorias políticas. Democracia e Totalitarismo**. In: *A Voz da União*. Curitiba, Setembro, 1953, p.3-4.

Utiyama afirma que o veículo de comunicação da entidade tinha como um de seus maiores objetivos

Estreitar ainda mais numa ambiente cultural, o vínculo de amizade que nos liga, comunicando-lhes, através de nossos escritos, a vontade que temos de escrever esta belíssima língua de Camões; a ideia que alimenta o nosso espírito; a aspiração que sonhamos para a felicidade da pátria comum, o Brasil⁴³³.

A Voz da União serviu também como espaço para que a UGC defendesse sua proposta política perante a colônia japonesa. A entidade, bem como outros grupos de nisseis com perfil parecido, sofreu pesadas críticas públicas, que vinham sobretudo dos setores derrotistas. Ex-integrantes da mencionada LENB estiveram entre os maiores detratores das entidades que reuniam estudantes nisseis, agremiações estas que tiveram, de um modo geral, relação tranquila com os setores vitoristas.

José Yamashiro e Hideo Onaga, dois antigos fundadores da Liga Estudantina Nipo-Brasileira, participaram da criação do *Jornal Paulista* em 1946⁴³⁴. Na época do imediato pós-guerra, foi este um dos poucos veículos de comunicação *nikkeis* expressamente derrotista. Onaga e Yamashiro eram os responsáveis por *Hyde Park*, uma coluna em língua portuguesa contida no periódico que tinha por público alvo nisseis e setores mais *esclarecidos* da colônia⁴³⁵. Em relação aos nisseis, a postura do Paulista era de um integracionismo imediato e irrestrito à sociedade brasileira, motivo pelo qual os redatores de *Hyde Park* entravam em constante atrito com entidades como a UGC. Nas palavras de Yamashiro

Além do combate do fanatismo vitorista, a página brasileira questionava e condenava a formação de associações exclusivamente constituídas de nisseis. No pós-guerra, como decorrência do aumento de estudantes filhos de japoneses, organizavam-se clubes, sociedades culturais e esportivas, etc. congregando somente nisseis (...) passados quarenta anos do início da imigração nipônica, não existia mais motivo para a formação de entidades exclusivistas. Argumentávamos também que o Brasil era diferente dos Estados Unidos, por exemplo, onde existia discriminação e segregação social de minorias raciais.⁴³⁶

Para o atual trabalho, não utilizei exemplares do *Jornal Paulista*. O que se pode dizer, com base nas fontes manuseadas, é que mais de uma vez o periódico exibiu oposição explícita e direta à atuação da UGC, a qual acusava de funcionar como um *quisto étnico*. Além de apontar as complexas divergências políticas internas da colônia japonesa, as defesas da entidade publicadas em A Voz da União estão entre os documentos que melhor permitem captar as definições identitárias da UGC, bem como seus objetivos políticos e a influência de pautas que

⁴³³ UTIYAMA, Sérgio Yuko. **Minha opinião acerca de nosso jornal**. In: **A Voz da União**. Curitiba, Novembro, 1951, p.1.

⁴³⁴ SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. *op. cit.*, p. 187.

⁴³⁵ Idem

⁴³⁶ *Ibid.*, p. 196-197.

surgiram no seio do movimento estudantil e logo passaram para um debate interno ao grupo étnico.

A mais contundente delas é um artigo publicado em maio de 1955, intitulado “*Gakusseis*” ou *Hyda Park*”?, escrita novamente por Queenti Matsura. Ao mencionar que sua entidade foi acusada de ser um quisto racial, Matsura responde que a UGC

é, sobretudo, um anti-quisto. Seus associados sempre combateram todas as formas de racismo, sempre repeliram as diferenciações raciais assim como tem repellido todas as formas de violências contra a pessoa humana. O combate à segregação racial sempre tem sido um dos objetos fundamentais da agremiação. Os associados e, principalmente, seus porta-vozes mais credenciados, que são os diretores, jamais abandonaram a luta pela assimilação e adaptação dos elementos nipônicos e seus filhos brasileiros. Aliás, a luta contra o racismo foi a razão maior da fundação da associação⁴³⁷. Hoje, com tanto ardor como ao tempo da fundação, o associado tem em mira, como a constante perene na busca do ideal, a harmonização da sua sociedade, a sociedade brasileira⁴³⁸

No discurso de Matsura, o integracionismo progressista e nacionalista aparece, como característica maior dos ugegenses. O debate expõe o quanto a discussão acerca dos rumos da colônia japonesa poderia ser acirrado. Em dado momento, Matsura menciona que na coluna do Paulista os ugegenses são criticados pelo nome de sua agremiação e descritos como “politiqueiros vesgos e de vistas curtas”⁴³⁹. Os ugegenses tentavam, junto com outras entidades análogas, assumir o protagonismo no espaço étnico, mas esta empreitada também era realizada por outros segmentos, gerando por vezes tensões no seio do espaço étnico.

3.4 A PRIMEIRA CARAVANA E O ESPORTE COMO FORMA DE SOCIABILIDADE

Realizando a leituras das atas de reunião e dos ofícios expedidos e recebidos pela UGC e levando-se em conta a flexibilidade do conceito é difícil realizar um levantamento preciso de todas as caravanas realizadas pelos gakusseis ao longo do recorte estudado. Há certos tipos de viagem que normalmente não eram descritas nos documentos como *caravanas*, mas sim como *excursões*. Em outros casos, as atas registram *caravanas* programadas para uma série de locais, mas não informam se elas foram ou não realizadas e na ausência de outros documentos que as detalhem não é possível realizar análises aprofundadas sobre estas.

O que é possível se extrair dos registros com precisão é o momento da realização da primeira caravana patrocinada pela UGC enquanto entidade estabelecida. Com o objetivo de divulgar o nome da agremiação por núcleos de concentração *nikkei* para o Norte do Estado e

⁴³⁷ Matsura não aprofundou-se a respeito do que considera ser o racismo, mas é bastante provável que ele estivesse se referindo às posturas segregacionistas dentro da comunidade nipo-brasileira, o que nos anos 1950 era mais comumente descrito como o maior problema racial envolvendo os *nikkeis* no Brasil. A superação do problema estava diretamente relacionada com a melhora da imagem dos nisseis na sociedade como um todo.

⁴³⁸ MASTURA, Queenti. “*Gakusseis*” ou “*Hyde Park*”?. In: *A Voz da União*. Curitiba, Maio, 1955, p.2.

⁴³⁹ *Ibid.*, p. 3.

incentivar a vinda de jovens nisseis para Curitiba, a viagem teve como destino os municípios norte-paranaenses de São Jerônimo da Serra, Assaí, Londrina, Cornélio Procópio, Uraí e Bandeirantes e foi realizada entre os dias 2 e 6 do mês de setembro de 1950.

O documento mais antigo que faz referências a este evento data de 22 de agosto de 1950. Trata-se de um ofício enviado pela UGC, assinado por seu então presidente Américo Sato para Bunji Tadano, um proprietário de terras de Cornélio Procópio. No ofício, o então presidente da UGC coloca que seus colegas seguiriam para o Norte do Paraná com o objetivo de “representar os ‘Gakusseis nisseis’ de Curitiba, na magna missão cultural e esportiva”, enviando equipes de beisebol, futebol e atletismo⁴⁴⁰, com aproximadamente 40 caravanistas⁴⁴¹. Em termos semelhantes, um ofício de 2 de setembro enviado pela *Liga Esportiva Norte Paraná* (Uraí-PR) informa que, infelizmente, não poderá receber a UGC por falta de tempo, conquanto “não é possível realizar competições esportivas ou reuniões para debates culturais, que tanto desejávamos e que desejamos, porque este é o único meio de elevar o nível cultural da colônia”⁴⁴².

Internamente, os preparativos para a primeira caravana demonstram tensão e cautela entre os ugegenses. Primeiro, tomou-se uma decisão a respeito de quem participaria do evento⁴⁴³. Na 4ª Assembleia Geral da UGC, aonde discutiu-se a organização para a caravana, desentendimentos e longas discussões acerca de como a entidade deveria proceder no Norte do Estado foram registrados na ata. O presidente Américo Sato apontou uma série de recomendações como *evitar acidentes, comportar-se da melhor maneira possível, não tomar bebidas alcoólicas, agir com senso de responsabilidade e não deixar os locais de hospedagem sem a autorização de algum membro da diretoria*. A cartilha desagradou certos componentes, que cobravam uma atitude mais imponente. Na mente dos integrantes, estava em jogo a reputação da UGC no epicentro da colônia japonesa do Estado e a entidade precisava mostrar firmeza em seus ideais e atitudes. O próprio redator da ata teceu a Sato críticas pessoais, mencionando que

Quanto às recomendações, foram um pouco falhas, pois mesma excursão como esta [sic.], pela primeira vez em que a maioria não tem experiência, devia de ser tratado com mais carinho o assunto, um pouco mais vigorosas as recomendações, mas infelizmente foi pelo contrário, após estas ligeiras e fracas palavras do sr. Presidente,

⁴⁴⁰ Ao final, as equipes de futebol e atletismo não participaram da caravana.

⁴⁴¹ UGC. [Ofício], 22 de agosto de 1950, Curitiba [para] TADANO, Bunji. Cornélio Procópio. 1f.

⁴⁴² LIGA ESPORTIVA NORTE PARANÁ. [Ofício], 2 de setembro de 1950, Uraí [para] UGC. Curitiba. 1f.

⁴⁴³ UGC. Sede da UGC. *Ata da 6ª Sessão da Diretoria* - 23 de agosto de 1950. Livro de Atas da UGC (1950-1953), p. 14-17.

transformou a sessão numa novena mole, sem quase proveito, pois é necessário que todos compreendam que é desta vez que iremos decidir o êxito ou fracasso da UGC⁴⁴⁴

Os estudantes deixaram Curitiba em um sábado, dia 2 de setembro. O primeiro ponto de parada foi a cidade de Araiporanga, hoje São Jerônimo da Serra. Ao longo do mesmo dia, os ugecenses deslocaram-se para Assaí, aonde permaneceram até o domingo. No dia 4 dirigiram-se para Londrina. No 5, para Uraí. No 6, o último da viagem, os caravanistas estiveram em Bandeirantes e Cornélio Procópio.

Note-se que a excursão parece ter sido realizada em um número bem menor de integrantes do que os documentos que a antecederam sugeriam. Pelos álbuns, pode-se estimar algo em torno de 10 componentes, sem a presença de mulheres. Algumas imagens foram registradas em pacatas ruas de pequenas cidades, como ocorreu em São Jerônimo da Serra. Em Cornélio Procópio, Londrina e Assaí, os ugecenses aparecem em propriedades rurais, que aparentemente pertenciam a outros *nikkeis*. Londrina é o único local aonde foram realizadas imagens em espaços mais urbanizados. Na mesma cidade, explicita-se o contato dos caravanistas com jovens da região. De Uraí há apenas o registro dos ugecenses se divertindo em um rio. Em Bandeirantes, eles aparecem brincando nas Termas de Yara, um tradicional ponto turístico da região.

O caráter esportivo do circuito realizado ficou evidente na passagem por Assaí. A UGC disputou duas partidas de beisebol, uma diante do *Bálsamo* e outro contra a *Seleção Assaisense*. Este foi um dos momentos de maior interação dos estudantes nisseis curitibanos com jovens que tinham uma idade parecida e viviam no Norte do Estado. Em uma imagem, há uma perspectiva da arquibancada do campo, que limitava-se a três bancadas enfileiradas, aonde acomodavam-se homens *nikkeis* de todas as idades, desde meninos até senhores. A fotografia passa a impressão de um campo um tanto quanto improvisado, localizado em uma chácara, sítio ou fazenda. Na *Figura 1*, vemos a equipe da UGC perfilada à esquerda diante do adversário, também repleto de moços, para um dos jogos a serem realizados. Ao fundo, estão senhores de mais idade utilizando o uniforme de árbitro.

⁴⁴⁴ UGC. Sede da UGC. **Ata da 4ª Assembleia Geral** - 23 de agosto de 1950. Livro de Atas da UGC (1950-1953), p. 17-18.

Figura 1 – Equipe da UGC perfilada para uma partida de beisebol em Assaí (PR)



Fonte: Álbum de fotografias da Gestão 1949-1950 da UGC, autoria desconhecida, 1950.

De acordo com Ii-Sei Watanabe, ao longo da trajetória dos *nikkeis* no Brasil o beisebol constitui-se como uma das principais atividades recreativas da colônia japonesa, servindo também como elemento constituinte de identidade nipo-brasileira. Segundo o autor, inicialmente a prática do esporte no país “ficou restrita a japoneses e seus descendentes, pois os velhos imigrantes entendiam que, através de beisebol os jovens seriam educados e a sua prática contribuía para o desenvolvimento do caráter, personalidade e cidadania”⁴⁴⁵. Watanabe pontua também que as equipes de beisebol no Brasil “surgiram acompanhando as frentes pioneiras de expansão da cafeicultura e as ferrovias que eram construídas para o escoamento do café” fazendo com que a modalidade se expandisse de São Paulo para o Paraná e o Mato Grosso⁴⁴⁶.

No período do pós-Guerra, a prática do beisebol contribuiu para a reconstrução do espaço étnico através de atividades como as analisadas. Para a UGC, o esporte era de tal modo importante que, como colocado anteriormente, a nomenclatura *Baseball Esporte Clube* foi sugerida no momento da fundação. Vale recordar que duas das três entidades nipo-curitibanas que surgiram no imediato pós-Guerra tinham no beisebol sua principal atividade. A função deste esporte para o estabelecimento da UGC como entidade relevante nos meios *nikkeis* e a divulgação de suas pautas políticas, conectadas ao movimento estudantil da época, pode ser

⁴⁴⁵ WATANABE, Ii-Sei. **Beisebol e sua História**. In: **Centenário: Contribuição da Imigração Japonesa para o Brasil Moderno e Multicultural**. São Paulo, Paulo's, 2010, p. 141.

⁴⁴⁶ Idem

captada através de um depoimento concedido por Nobutero Matsuda. Segundo o ex-presidente da UGC, o contato com as demais entidades étnicas de Curitiba era feito

através do esporte. Beisebol (...) Era o único [esporte] que poderia, que o pessoal sabia, tinha gente que entendia, então poderia ensinar e fazer as reuniões, embates esportivos. E daí nós poderíamos divulgar o bom dos nossos pensamentos. Dizer ao pessoal da colônia que não só os rapazes estudassem, mas também as mulheres, moças, crianças estudassem também na faculdade. Tornassem cidadãs. Daí começou o nosso movimento e, ao mesmo tempo, nós imputávamos na cabeça dos antigos que acreditavam que o Japão tinha vencido a Guerra, mesmo após o término, eles ainda tinham, alguns elementos ainda acreditavam, e não admitiam que o Japão tivesse perdido⁴⁴⁷.

É de se supor que mesma prática tenha valido para atividades como as caravanas para o Norte do Estado, aonde contribuiu também para a divulgação da existência da UGC nos núcleos de concentração de nipo-brasileiros. Ao fim do evento, os resultados foram vistos com cautela pela diretoria da entidade. Na 5ª Assembleia Geral, realizada no dia 12 de setembro de 1950, pouco tempo depois do retorno, ugecenses justificavam certas falhas ao decorrer do evento, sem que a ata detalhe a que estavam se referindo em específico. De todas as maneiras, os gakusseis conseguiriam de lideranças étnicas doações para o funcionamento da entidade que, descontados os altos gastos da caravana, geraram uma arrecadação de 1.722 Cruzeiros⁴⁴⁸, essencial para a execução de suas atividades ao longo do ano⁴⁴⁹.

Ao longo da década de 1950, o Departamento Esportivo da UGC ampliou suas atividades, tendo no beisebol seu carro-chefe. Torneios municipais passaram a ser disputados com regularidade em Curitiba a partir de 1953, com os estudantes nisseis obtendo diversas conquistas nos certames. A equipe de beisebol da UGC esteve presente em outras viagens e caravanas, tendo também disputado partidas contra times que visitavam a cidade de Curitiba. Neste período, outras modalidades como futebol, tênis de mesa e voleibol ganharam força na entidade. Em 1957, o Departamento Esportivo organizou sua própria caravana, para Arapongas (PR).

No ano seguinte, um evento semelhante se destinou a cidade de Bandeirantes (PR), para enfrentar equipes de jovens daquela cidade e também de Andirá (PR). O perfil da entidade tinha mudado. Ao todo, 38 caravanistas participaram da excursão, que teve Samir Abujamra, um ugecense de origem árabe que jogou por dez anos pela Seleção Brasileira de Beisebol⁴⁵⁰, como um de seus principais organizadores. Além deste esporte, estavam reunidas equipes de basquete, tênis de mesa, futebol e vôlei. Naquela ocasião, uma das grandes novidades foi a

⁴⁴⁷ MATSUDA, Nobutero. **Entrevista concedida para Ivan Araújo Lima**. Curitiba, 2014.

⁴⁴⁸ Em janeiro de 1952, o valor do salário mínimo no Brasil era de 1.200 Cruzeiros.

⁴⁴⁹ UGC. Sede da UGC. Ata da 5ª Assembleia Geral - 12 de setembro de 1950. Livro de Atas da UGC (1950-1953), p. 18-19.

⁴⁵⁰ UGC. **UGC – A força de um ideal**. Curitiba: UGC, 1999, p. 129.

formação de uma equipe de vôlei feminino, a única que abrigava mulheres, contando com dez jogadoras ao todo⁴⁵¹.

3.5 AS CARAVANAS RECEBIDAS E A UGC PARA SECUNDARISTAS E MULHERES

Como mencionei anteriormente, além de realizar diversas a caravanas, a UGC, com frequência as recebia. No *Quadro 1*, está um levantamento de grupos que visitaram Curitiba e participaram de eventos junto à entidade dos estudantes nisseis. Não foram considerados os muitos casos nos quais pequenos grupos de estudantes, vindos de várias partes do país, participavam de reuniões junto à entidade, para compreender seu funcionamento. É possível também que algumas visitas não tenham sido registradas em ata, visto que poucas delas estão detalhadas nos arquivos da entidade. Quase sempre, os caravanistas vinham das mesmas regiões que a UGC costumava visitar em suas viagens, os núcleos de concentração de nipo-brasileiros no interior.

Quadro 1 – Entidades e grupos de estudantes recebidos pela UGC (1950-1961)

Ano	Grupos Visitantes
1950-1952	Associação de Moças de Figueira (Assaí-PR), Estudantes de Londrina (PR), Estudantes de Maringá (PR), Estudantes Nisseis Participantes do Torneio Inter-Colegial do Paraná
1953-1957	Estudantes de Santa Mariana (PR), Estudantes de Ourinhos (SP), Estudantes do Japão e Estudantes de Maringá (Duas vezes).
1958	Estudantes Moças de Londrina (PR) (2 vezes), Estudantes Moças de Maringá (PR), Estudantes de Rolândia (PR) e Estudantes da Escola Normal de Cornélio Procopio (PR)
1959	Estudantes da Escola Técnica de Bastos (SP), Estudantes do Colégio Mãe de Deus de Londrina (PR) e Estudantes de Bandeirantes (PR)
1960-1961	Estudantes de Arapongas (PR), Estudantes de Marília (SP), Moças do Aozora-Kai de Londrina (PR) e Estudantes do Centro Técnico Ramos de Azevedo de São Paulo (SP)

Fonte – Livros de atas da UGC

⁴⁵¹ As mulheres se inseriram lentamente nas atividades esportivas da UGC, sendo mencionadas apenas na prática do voleibol e, ocasionalmente, do tênis de mesa, o que pode ser explicado pela legislação da época. O Decreto-Lei nº 3.1999, de 14 de abril de 1941, oficializou a criação do Conselho Nacional de Desportos. No artigo 54, determinava-se que as mulheres estavam proibidas de praticar esportes “incompatíveis com suas condições de natureza”. Promulgada em 1965, a Deliberação número 7 do Conselho Nacional de Desportos vetou a participação de mulheres em uma série de modalidades esportivas, entre elas o beisebol e o futebol. Esta legislação vigorou até a década de 1970.

Novamente, ao receber estas caravanas, quase todas realizadas por secundaristas, os ugecenses buscavam divulgar o nome da entidade, como forma de incentivo para a vinda de jovens ao ensino superior na capital paranaense. É o que revela o discurso de Djalma Teramoto, então Orador da UGC, na ocasião da recepção aos caravanistas nisseis que participaram do Torneio Inter-Colegial do Paraná, em setembro de 1952

Vós, colegas paranaenses que ora nos honrais aqui com a vossa presença, quando voltados aos vossos respectivos torrões, ide e lá propagai o nosso apelo no sentido de que cada vez mais se acentuem os elos de amizade que unem estudantes dos quatro ventos do nosso Estado. Ide e propagai também as nossas melhores saudações aos colegas que não puderam vir ⁴⁵²

Dois anos mais tarde, Massao Soezima escreveu para a *A Voz da União* um artigo chamado *Minha Impressão da U.G.C.* no qual ressalta a importância desta recepção em 1952 para sua própria trajetória como estudante e revela o sucesso da estratégia dos ugecenses em receber caravanas

A primeira vez que ouvi falar na U.G.C. foi a cerca de 2 anos e meio, quando uma caravana vinda do Norte do Estado, entre eles figuravam, os meus irmãos. Voltaram da excursão desta cidade, encantados, cativados pela atenção e delicadeza com que foram aqui recebidos. Desde então tenho ouvido referência agradáveis desta agremiação. Como estudante durante vários anos em S. Paulo, sempre tive o anseio de conhecer pessoalmente esta agremiação. E a primeira vez que tive o prazer de estar em contacto pessoalmente com elementos desta agremiação foi no início deste ano. E, ora como um dos novos associados, sinto-me realmente contente em pertencer a esta agremiação. E um dos motivos que me levou a transferir para esta cidade, foi a minha admiração por esta Organização. Creio que isto não só acontece comigo, mas com muitos outros que para cá se dirigem. É de valor, incalculável uma agremiação como esta, principalmente numa cidade como esta, onde a onda de “nisseis” estudantes para cá se dirigem em busca de um aprimoramento, encontre um ponto de apoio sólido, da qual ele possa tomar uma direção certa e beneficente. Pelo que tenho observado, graças a esta União, daqui a algum tempo, seremos uma das “Grandes Potências Estudantis” desta cidade. ⁴⁵³

Os ugecenses concentravam-se tanto em atrair jovens para sua entidade que em pouco tempo os secundaristas tornaram-se maioria nos seus quadros associativos. Como mencionado anteriormente, menores de idade eram a maioria dos estudantes nisseis migrantes na cidade. O levantamento realizado por Sonoko Yoshiyasu constatou que, em 1956, 162 dos 280 sócios da agremiação não estavam na universidade, sendo frequentadores de algum colégio *técnico, ginasial, colegial, normal, de educação familiar, da polícia ou vestibulandos*.

A política da UGC em relação a estes sócios era a de tutorá-los, atuando como uma espécie de extensão de suas famílias. Menores de 18 anos estavam vedados dos principais cargos da entidade, como o de presidente, vice-presidente, secretário geral, tesoureiro ou de postos no conselho deliberativo. Ao longo dos anos 1950, o cargo de presidente do

⁴⁵² TERAMOTO, Djalma. **Discurso pronunciado pelo 1º Orador, Djalma Teramoto, na ocasião da festa em homenagem aos caravanistas secundários do interior do Estado, realizada pela U.G.C., no dia 7 de Setembro.** In: *A Voz da União*. Curitiba, Setembro, 1952, p. 10.

⁴⁵³ SOEZIMA, Massao. **Minha impressão da U.G.C.** In: *A Voz da União*. Curitiba, Setembro, 1954, p. 4.

Departamento Secundário ficou nas mãos de universitários relevantes dentro da entidade. Além disso, cursos de vestibular, português, japonês, oratória e de higiene básica eram ministrados dentro da sede da UGC, tendo os secundaristas como público alvo. A principal meta deste departamento parecia ser garantir a adaptação dos jovens à vida urbana. Segundo Matsuda, a preocupação com o tema era tanta que “até a dançar nós ensinávamos os nisseis”⁴⁵⁴.

A segurança de ter uma entidade étnica e estudantil na qual as famílias pudessem confiar motivou muitas a incentivarem jovens moços a estudar em Curitiba. Esta medida parece ter tido especial impacto entre outro segmento de integrantes da UGC, o das mulheres. Pelo menos desde o início da criação da UNE, no final dos anos 1930, o crescimento no número de mulheres frequentando o ensino superior consolidou-se como uma das pautas principais do movimento estudantil no Brasil⁴⁵⁵. Este movimento cresceu a partir da proclamação da Quarta República, influenciando realizações como a construção da Casa da Estudante Universitária de Curitiba, em 1954. A partir do contato com o movimento estudantil, a defesa do ingresso de moças no ensino superior tornou-se uma das principais pautas defendidas pela UGC no espaço étnico nipo-brasileiro.

O álbum de fotografias da primeira caravana realizada pelos gakusseis, apresentada algumas páginas acima, revela que os excursionistas travaram contatos com jovens meninas do interior, principalmente na cidade de Londrina. Aparentemente tratavam-se de garotas que residiam no Jardim Paraíso, atualmente um bairro da Zona Norte da cidade, na época, pouco urbanizado. É provável que na mesma viagem a UGC tenha entrado em contato com a *Associação de Moças de Figueira*⁴⁵⁶, da cidade de Assaí, visto que um mês após a passagem do grupo curitibano pela cidade norte-paranaense esta associação esteve em Curitiba retribuindo visita.

A vinda das Moças de Figueira foi a primeira de várias caravanas de estudantes mulheres recebidas pela UGC ao longo dos anos 1950. Como agradecimento pela estadia, a entidade feminina presenteou os gakusseis com um álbum que relatava o trajeto realizado e que permanece até hoje nos arquivos da entidade. No trecho até Curitiba, as meninas aglomeraram-se em ônibus e caminhões, que vagavam por estradas íngremes de terra, denotando que de fato existiam dificuldades logísticas em realizar a excursão dada a infraestrutura das rodovias. Na capital, as caravanistas aparecem em diversos pontos turísticos do centro da cidade e no Colégio Estadual do Paraná. Também no álbum está inserida uma fotografia da Universidade do Paraná,

⁴⁵⁴ MATSUDA, Nobutero. **Entrevista concedida para Ivan Araújo Lima**. Curitiba, 2014.

⁴⁵⁵ POERNER, Arthur José. *Op. Cit.*, p. 127.

⁴⁵⁶ Figueira é um distrito rural de Assaí.

sem integrantes a sua frente. A caravana foi até o litoral, na cidade de Paranaguá, onde as moças apareciam admiradas, colocando o pé no mar.

Logo na primeira página do álbum, foi colada uma notícia do jornal *Gazeta do Povo* intitulada *Embaixada de Lavradores de Assaí*, que data do dia 8 de outubro de 1950. Abaixo de uma foto onde aparecem distribuídos uma maioria de jovens moças, junto com alguns homens estudantes e outros indivíduos mais velhos, todos *nikkeis*, encontra-se um pequeno texto explicando que

Acha-se em Curitiba, presentemente, uma caravana de filhos de lavradores japoneses residentes em Assaí e a qual está visitando a Capital do Estado, além de outros pontos desta unidade da Federação, afim de verificar o que possuímos, graças à ação operosa do atual governo. A embaixada visitante tem percorrido, ainda, vários pontos de interesse, como a nossa Universidade, conhecendo, assim, o estabelecimento maior de onde saem os homens das profissões liberais de nossa terra.⁴⁵⁷

Ao lado, foi publicado um trecho do discurso de Keiko Sasaki, integrante da entidade assaisense, prestando homenagens ao governador Moisés Lupion, que se reuniu com as Moças de Figueira no Palácio de Governo. Sua fala revela que, assim como aconteceu em caravanas promovidas pelos ugegenses, o governo do Estado esteve diretamente envolvido na realização da viagem

Era de nosso intento visitar Curitiba, cidade que muitos de nós não conhecemos, e V. Excia. Atendendo a esse nosso desejo possibilitou a realização desse nosso intento. Em agradecimento a tudo que foi feito por nós, prometemos, diante de V. Excia. Trabalhar com o melhor de nossos esforços para a efetivação do grande sonho de todos os bons paranaenses – a construção de um Paraná Maior.⁴⁵⁸

Junto à UGC, a Associação das Moças de Figueira participou de um debate na sede da União Paranaense dos Estudantes, que contou também com a presença de um grupo de convidados não especificados. O evento está registrado no álbum da gestão 1949/1950 dos *gakusseis*. Infelizmente, não foram localizados registros acerca dos temas discutidos neste encontro. Na *Figura 2* o grupo de meninas aparece em um dos cantos de uma grande mesa retangular, onde os ugegenses aparecem em outro canto e no meio. Percebe-se que foi um evento de grande porte, com a imagem captando mais de 40 pessoas na sala.

⁴⁵⁷ GAZETA DO POVO. *Embaixada de Lavradores de Assaí*. In: *Gazeta do Povo*, Curitiba, 8 de outubro de 1950, p. cortada.

⁴⁵⁸ Idem

Figura 2 – Debate promovido por UGC e Associação das Moças de Figueira na sede da UPE



Fonte: Álbum da Gestão 1949-1950 da UGC, autoria desconhecida, 1950.

Em seu depoimento para o livro de cinquentenário da UGC, Nobutero Matsuda relembrou uma conversa que teve com outro integrante da colônia na ocasião da vinda de uma caravana de moças nisseis para Curitiba, possivelmente as Moças de Figueira. Seu relato revela que a chegada de estudantes mulheres às universidades ainda era um tabu para muitos *nikkeis*. Chama a atenção o fato de que para argumentar com um senhor que teceu uma crítica ao comportamento dos estudantes radicados em Curitiba, Matsuda relacionou o crescimento de mulheres na universidade com a continuidade da endogamia

Uma vez veio uma turma de estudantes do interior com os velhos e mais da metade eram moças. Resolveram oferecer um almoço no restaurante universitário que ficava no Passeio Público e fui conversar com eles. Aí uns velhos falaram: ‘esses moços de hoje saem do interior, vem estudar na capital, depois casam com empregadinha e vão embora’. Fiquei bravo e falei: ‘o senhor está errado, o senhor tá vendo um ou outro caso assim que pode acontecer, mas não é o normal. O senhor tem que olhar o futuro dessas meninas que estão aí’. Naquela época mulher aprendia a fazer tricô, comida, limpar a casa, para casar. Eu disse: ‘elas tem que estudar, se todas vocês que estão aí vierem estudar no daigakô⁴⁵⁹ garanto que os nisseis não vão procurar nenhuma empregada, vão casar com essas’. Falei mesmo, elas tem mesmo direito de estudar, ‘os senhores tem que pensar um pouco mais pra frente’.⁴⁶⁰

O tema era também debatido nas caravanas realizadas pela UGC, em sua maioria compostas por homens. Comentando as conversas que os ugegenses tinham com *nikkeis* do Norte do Paraná ao longo de suas excursões, Américo Sato revelou que parte da resistência em enviar jovens garotas para o ensino superior passava pela preocupação acerca de sua adaptação à cidade grande

A colônia japonesa naquele tempo, todos os pais puxavam enxada. E queriam que o filho estudasse, faziam sacrifício muito grande (...) mas para mandar a filha? Ele

⁴⁵⁹ *Daigaku* é a palavra japonesa para *universidade*.

⁴⁶⁰ UGC. UGC – A força de um ideal. Curitiba: UGC, 1999, p. 93.

queria saber da segurança daqui. Como que vai? Que pessoal que vai? Em casa de quem que vai? E o que que vai estudar. Muitos japoneses [diziam] ‘Médica? Você? Não, você vai ser professora, você vai fazer Farmácia, você vai fazer Odontologia. Mas Médica não’⁴⁶¹.

As caravanas recebidas e realizadas pela UGC, bem como a defesa da inclusão de mulheres no ensino superior, realizada pelas lideranças da entidade, ajudaram a aumentar o número de garotas nos quadros associativos. Cabe ressaltar que as estudantes estavam presentes nos quadros da UGC desde o primeiro momento. Nely Matsura, Tiguça Kagueiama e Tecla Kagueiama participaram da fundação da entidade. Porém, um ano depois de eventos como a primeira caravana realizada pelos gakusseis e a passagem das Moças de Figueira por Curitiba, a quantidade de garotas na agremiação mais que dobrou.

A *Tabela 28*, que apresenta a quantidade de *mulheres nisseis* nos quadros da UGC entre 1949 e 1956. O crescimento quantitativo de frequentadoras da agremiação ocorreu de maneira praticamente anual ao longo do período, ainda que sua presença percentual tenha passado por oscilações positivas ou negativas. O ano de 1949 é o que apresenta o maior percentual mulheres nisseis na entidade, o que provavelmente se explica pela ausência de secundaristas entre os integrantes daquele momento. Ressalte-se que, como o censo realizado pela UGC em 1956 não inseriu as mulheres não-nisseis junto com as nisseis, o percentual de garotas era provavelmente um pouco maior. O levantamento por Yoshiyasu⁴⁶² no mesmo ano identificou duas não-nisseis entre as ugecenses.

Tabela 28 – Quadro de sócios da UGC por sexo (1949-1956)

Ano	Mulher nissei	Total	Porcentagem
1949	5	30	16,7%
1950	5	47	10,6%
1951	12	80	15%
1952	16	104	15,38%
1953	16	119	13,44%
1954	28	168	16,7%
1955	37	235	15,7%
1956	46	280	16,42%

Fonte: UGC. *Enderços e estatísticas da colônia japonesa de Curitiba e cidades próximas*. Curitiba: 1956, p. 135.

⁴⁶¹ SATO, Américo. *Entrevista concedida para a UGC*. Londrina, 1999.

⁴⁶² YOSHIYASU, Sonoko. *Op. cit.*, p.1.

O censo produzido pela UGC apresenta outro dado interessante, que ajuda a compreender a importância da entidade para a chegada de mulheres estudantes na capital paranaense. Em 1956, 83% dos nisseis universitários estava associado à entidade, mas entre mulheres universitárias o número subiu para 95%, ou 19 de 20⁴⁶³. Se pode levantar a hipótese de que no caso das meninas, a associação servia ainda mais como um local de amparo e ajuda na adaptação de um novo meio, incentivando as famílias a investirem na educação delas, algo considerando arriscado naquele período.

O levantamento da UGC não levou em conta as diferenças para homens e mulheres nas escolhas de cursos. Para tal, irei recorrer ao levantamento de diplomados na Universidade do Paraná entre 1946 e 1960, apresentado na *Tabela 29*. Dos 117 *nikkeis* diplomados no período, 25 eram mulheres, o que representava aproximadamente 21% do todo.

Tabela 29 - Estudantes nipo-brasileiros diplomados pela Universidade do Paraná por curso e sexo (1946-1960)

Curso	Homens	Mulheres	Inconclusivo	Total de Diplomados
Odontologia	22	2	1	25
Farmácia	10	13	1	24
Medicina	21	1	-	22
Engenharia	14	0	-	14
Faculdade de Filosofia	6	8	-	14
Direito	11	1	-	12
Ciências Econômicas/Contábeis	6	0	-	6
Total	90	25	2	117

Fonte: Anuários da Universidade do Paraná (1946-1960)

Há uma expressiva quantidade de alunas formadas no curso de Farmácia, pelo qual se diplomaram 13 destas garotas. Outras 8 se diplomaram em diferentes graduações da Faculdade de Filosofia, enquanto apenas 4 concluíram a universidade em todas os demais campos do conhecimento. Mais uma vez, encontra-se uma semelhança com os padrões nacionais e a tendência em concentrar mulheres nos cursos considerados adequados para as “vocações femininas”, o que foi relatado por Américo Sato em seu depoimento. Através das listas, não foi possível concluir o sexo de um diplomado em Farmácia e outro em Odontologia.

⁴⁶³ UGC. *Enderêços e estatísticas da colônia japonesa de Curitiba e cidades próximas*. Curitiba: 1956, p. 135-136.

Onze anos depois da visita das Moças de Figueira, em 1961, as jovens do Aozora-Kai de Londrina pareciam repetir o trajeto, posando em frente a Universidade do Paraná e a outros pontos turísticos da cidade. Nesse ínterim, foram registradas nas atas da UGC a visita de outras três caravanas exclusivamente femininas. Ao longo da década, as garotas lentamente começaram a ganhar espaço nas principais atividades promovidas pelos gakusseis, passando também a atuar como protagonistas em alguns dos principais eventos da entidade, como era o caso das caravanas.

3.6 AS CARAVANAS CIENTÍFICAS E A UGC COMO EXTENSÃO DO ESTADO

Em quase todos os escritos acerca da história da UGC as caravanas ganharam destaque como o carro-chefe da entidade. Entre as muitas viagens deste tipo que foram realizadas, a mais conhecida é a chamada *Caravana Científica-Cultural* que recebeu ao longo dos anos outras nomenclaturas como *Caravana Médica-Assistencial* ou, a partir dos anos 1970, *Projeto Gakusseis*. No livro de comemoração do cinquentenário da UGC, o capítulo *Nossa História* descreve o seguinte sobre estas atividades

Em Junho de 1955, sob coordenação do acadêmico de medicina, Toshio Igarashi, foi realizada a 1ª excursão de caráter científico ao norte do Paraná. A caravana, com 8 integrantes, tinha a finalidade de observar a frequência dos enteroparasitas humanos, além de dar assistência médica. O evento foi um sucesso e com o passar dos anos foi ampliando o campo de atuação com a entrada de novos departamentos tornando-se um evento tradicional da entidade⁴⁶⁴

Quando a viagem foi realizada pela primeira vez, em junho de 1955, o evento não teve muito destaque nas atas de reunião da diretoria, sendo apenas mencionado na apresentação de balancete daquele segmento da entidade. Inicialmente, sua promoção foi vista com ressalvas. Igarashi relatou que existiam na agremiação pessoas contrárias a esta excursão, por considerá-la uma empreitada arriscada para a sua reputação⁴⁶⁵. Ao final do recorte estudado, o evento ganhou em número de participantes, expandiu suas realizações e já era tratado como um dos principais realizados pelos ugecenses. A diretoria da UGC passou a ter envolvimento direto com sua realização, que era esperada no calendário anual de atividades. Aos poucos, esta caravana tornou-se um eficaz instrumento de divulgação da atuação dos gakusseis, que graças à ela conseguiram aprofundar seu contato não somente com lideranças étnicas, mas com políticos do interior paranaense. No *Quadro 2* está a relação de caravanas patrocinadas pelos acadêmicos de Medicina e Farmácia da UGC entre os anos de 1955 e 1961. Todas as viagens se destinaram ao Norte do Paraná.

⁴⁶⁴ UGC. UGC – A força de um ideal. Curitiba: UGC, 1999, p. 5.

⁴⁶⁵ UGC. UGC – A força de um ideal. Curitiba: UGC, 1999, p. 102.

Quadro 2 – Caravanas do Departamento de Assistência Médico-Farmacêutica da UGC (1955-1961)

Ano	Municípios Visitados
1955	Carlópolis, Bandeirantes, Rolândia e Lorena (PR)
1957	Uraí, Londrina e Rolândia (PR)
1958	Apucarana, Maringá, Londrina e Curitiba (PR)
1960	Assaí (PR)
1961	Maringá, Arapongas e Apucarana (PR)

Fonte: UGC. UGC – A força de um ideal. Curitiba: UGC, 1999, p. 37

Em depoimentos concedidos para o cinquentenário da UGC, Takeda e Igarashi apontaram algumas das inspirações para a realização de uma caravana com este caráter. O primeiro afirmou que, por ser do interior do Paraná, sabia que na região “o problema muito grande era verminoses, e quando estava no departamento médico pensei que seria bom fazer uma caravana de levantamento de verminose”⁴⁶⁶. O segundo aponta que entre as inspirações para a empreitada estava a ação de um médico chamado Kossoe, que fazia “pesquisas sobre a saúde da colônia japonesa do estado de São Paulo e colocava os resultados no jornal. Também queria fazer isto, organizando uma caravana e pesquisando como estava a saúde da colônia japonesa”⁴⁶⁷.

Outros eventos realizados anteriormente tinham características parecidas com a Caravana do Departamento de Assistência Médico-Farmacêutica e ajudam a situar esta realização na conjuntura histórica dos anos 1950. Desde pelo menos 1950, era comum que a UGC realizasse atendimentos médicos gratuitos para integrantes da agremiação, outros estudantes ou outros segmentos da colônia japonesa. A UPE fazia o mesmo através de seu Departamento Médico-Farmacêutico-Odontológico, que entre 1949 e 1950 realizou mais de 2 mil atendimentos entre a comunidade estudantil⁴⁶⁸. Acontecimentos como estes indicam que os caravanistas do setor de saúde da UGC já tinham experiências semelhantes dentro da cidade.

No espaço étnico *nikkei*, iniciativas do mesmo tipo existiram já nos anos 1920. Através da concessão de 26 mil ienes, o governo do Japão financiou a fundação do *Dojinkai*, uma associação que tinha por objetivo auxiliar famílias japonesas radicadas no Brasil com eventuais problemas de saúde. O objetivo era o combate a doenças como a malária, o tracoma e a ancilostomose duodenal, comuns entre os núcleos de imigração da época. Por isso, o Dojinkai

⁴⁶⁶ *Ibid.*, p. 97.

⁴⁶⁷ *Ibid.*, p. 102.

⁴⁶⁸ UNIÃO PARANAENSE DOS ESTUDANTES. *Relatório da Gestão outubro de 1949 a outubro de 1950*. Curitiba, PR, 1950.

organizou visitas de médicos pelo interior de São Paulo. Os profissionais realizavam consultas e um tratamento inicial, além de elaborar relatórios sobre as condições específicas de saúde em cada localidade. Além disso, a organização vendia remédios aos imigrantes a preço de custo e realizava treinamentos visando formar auxiliares de serviços médicos. A partir da iniciativa do Dojinkai, foi construído em São Paulo o *Hospital Japonês*, inaugurado em 1939⁴⁶⁹.

Já no pós-Guerra, caravanas com características parecidas vinham sendo realizadas pela Associação Cultural e Esportiva Piratininga (ACEP), entidade que abrigava estudantes nisseis em São Paulo (SP). Em verdade, a ACEP nasceu de um destes eventos, organizado por universitários de origem japonesa em 1949, mesmo ano de fundação da UGC. Com o objetivo de “despertar a consciência adormecida dos jovens nisseis e também a dos próprios pais para se livrarem das trágicas consequências da Segunda Guerra Mundial”⁴⁷⁰, além de incentivar jovens a estudarem em São Paulo, os acepianos faziam viagens anuais pelo interior de seu Estado promovendo debates acerca de temas relevantes para os nipo-brasileiros, palestras em suas áreas de estudo e também atendimentos clínicos para a população local⁴⁷¹.

Ainda que realizasse caravanas desde sua fundação, ou mesmo antes, a viagem promovida pelo Departamento de Assistência Médico-Farmacêutica em 1955 aproximava-se das realizadas pela ACEP no sentido de que os caravanistas exerceriam no interior atividades diretamente relacionadas com aquilo que aprendiam nas faculdades, na capital. Provavelmente por esta característica, as caravanas científicas contaram não apenas com apoio logístico do governo do Paraná e de prefeituras municipais, como também da própria Universidade do Paraná.

Lubenow demonstra como, na década de 1950, a política pública de saúde ganhou importância no Paraná. Segundo a autora, ao longo da primeira metade do século XX existia entre intelectuais e a elite nacional uma noção de que Brasil era “um imenso hospital”. Na ponta dos debates sobre o tema, estava a discussão acerca das possibilidades de minimizar os efeitos do ambiente insalubre e combater a debilidade física do povo⁴⁷². Neste sentido, a Medicina como conhecimento social se relacionava com uma ideia de que “a saúde, em seu consumo, dependia fundamentalmente do desenvolvimento econômico das populações”⁴⁷³.

⁴⁶⁹ SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. *op. cit.*, p. 216-218

⁴⁷⁰ OI, Célia Abe. **Piratininga, 50 anos** – Uma história da geração nissei. São Paulo: Associação Cultural e Esportiva Piratininga, 2005, p. 26.

⁴⁷¹ *Ibid.*, p. 25-30.

⁴⁷² LUBENOW, Deisi das Graças Rizzo. **Discurso Médico e políticas sanitárias no Paraná nos anos 1950 e a colonização dos sertões paranaenses**. (Dissertação de Mestrado), Curitiba, UFPR, 2008, p. 23

⁴⁷³ *Ibid.*, p. 55.

Dentro desta lógica, a educação sanitária surgia como meio de atingir o “aperfeiçoamento físico, intelectual e moral” do povo, contribuindo desta forma para o “engrandecimento do Brasil e para nivelamento a nações desenvolvidas”⁴⁷⁴. No caso específico do Paraná, a maior meta das políticas de saúde ao longo dos anos 1950 foi a interiorização dos serviços do Estado, excessivamente concentrados em Curitiba, em um momento no qual existia uma explosão demográfica no Norte e no Oeste. O governo incentivou a realização de questionários “biossociais” realizados por médicos itinerantes que ajudavam a legitimar as políticas públicas⁴⁷⁵. Desta forma, a Medicina tinha relação direta com a estatística pois “a necessidade de curar a população se relacionava também com o imperativo de conta-la, descrevê-la, enfim conhece-la, como condição de governabilidade”⁴⁷⁶.

A Universidade do Paraná operava em termos parecidos, buscando ao longo dos anos 1950 expandir sua influência para as áreas que mais cresciam demograficamente no Estado. Datado de 1949, um discurso de Suplicy de Lacerda, então reitor da instituição, permite compreender o significado desta mentalidade. Lacerda afirma que naquele momento sua principal missão era

fazer da Universidade o centro de cristalização de uma consciência paranaense (...) Conhecer e espalhar conhecimentos sobre a terra paranaense, esmiuçar-se a sua formação e o seu aproveitamento, estudar o novo homem do Paraná que desponta em nossos dias, num soberbo caldeamento de raças, e orientá-lo para que aproveite o seu destino, levantando o seu espírito acima das paixões, dos preconceitos e dos vícios. Preparar a mocidade, robustecendo-a para as pugnas do amanhã (...) Conclamar o Brasil a que melhor conheça o Paraná, creia na sua gente, e no seu futuro⁴⁷⁷

Passando por significativo crescimento populacional, repletos de migrantes e imigrantes, e deficitários serviços de saúde pública, os locais visitados pela UGC encaixam-se dentro da lógica apresentada. Acerca da primeira caravana de assistência médica, realizada em 1955, há pouca informação concreta nos arquivos da entidade. Sabe-se que oito ugecenses participaram da viagem, todos homens nisseis. Esta se destinou aos municípios de Carlópolis, Bandeirantes, Rolândia e Lorena, provavelmente por viverem ali familiares dos excursionistas. O depoimento de Igarashi para o cinquentenário da UGC foi a melhor fonte de informações encontrada sobre este evento

fomos fazer o exame parasitológico lá em Carlópolis, atrás do Sr. Sunao Ito, na Fazenda Teolândia. Ele gostou muito da nossa iniciativa que deu muito incentivo. Ficávamos nas fazendas porque era mais fácil, tinha um responsável que mandava trazer os exames de fezes, ficamos 3 a 4 dias, depois Sunao Ito nos levou até

⁴⁷⁴ *Ibid.*, p. 71.

⁴⁷⁵ *Ibid.*, p. 80.

⁴⁷⁶ *Ibid.*, p. 56.

⁴⁷⁷ UNIVERSIDADE DO PARANÁ. *Anuário da Universidade do Paraná*, 1949. Curitiba, 1949, p. 80.

Bandeirantes, na Fazenda Omuro do Sr. Ushigusa, fizemos pesquisas lá e fomos para Lorena, na Família Ogasawara, depois atrás do meu irmão lá no sítio em Rolândia.⁴⁷⁸

Estava prevista a realização do evento no ano seguinte, mas este foi cancelado pela greve que aconteceu na Universidade do Paraná naquele ano. Em 1957, a caravana científica voltou a ser realizada, desta vez destinando-se a Uraí, Londrina e Rolândia. Um relatório produzido pela entidade é rico em detalhes que envolveram a viagem daquele ano. Desta vez os caravanistas estavam em dez, novamente todos homens, oito deles nisseis⁴⁷⁹. Na introdução do relatório, afirma-se que o trabalho era uma “apreciação estatística de enterro-parasitos”, que a excursão se deu entre os dias 30 de junho e 10 de julho daquele ano e que se tratava de uma “segunda excursão desta natureza”⁴⁸⁰. A seguir, apresentam-se dados técnicos metodológicos e estatísticos.

Ao todo, os caravanistas realizaram 1.680 exames, identificando 578 pessoas parasitadas, a maioria delas menores de idade. No caso específico de Uraí, os ugegenses constataram um foco de esquistossomose no Rio Maticanã⁴⁸¹. Segundo Igarashi este problema “foi alertado à Secretaria da Saúde para tomar providências e para não proliferar a contaminação de esquistossomose a primeira coisa é extinguir o caramujo, extinguir caramujo é fácil e foi feito”⁴⁸².

Na sessão de agradecimentos, percebe-se a participação ativa da comunidade acadêmica na empreitada, através da ação de professores e do próprio reitor, de lideranças étnicas *nikkeis* e também de empresas privadas e estatais

UNIÃO DOS GAKUSSEIS DE CURITIBA, através de seu DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-FARMACÊUTICA, agradece as valiosas cooperações recebidas para a realização desta excursão e elaboração do presente trabalho. À Reitoria da Universidade do Paraná, na pessoa do Magnífico Reitor Professor Flávio S. Lacerda, - pelo patrocínio da impressão do trabalho. À Professora Zélia Milléo Pavão – Docente livre da cadeira de Estatística Educacional graças à sua valiosa e decisiva colaboração, as quais tornaram possível a elaboração do presente trabalho, em referência à ANÁLISE ESTATÍSTICA Dr. Milton Carneiro – Professor Catedrático da cadeira de Parasitologia da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná – pela orientação. Dr. Eurípedes Garcez do Nascimento – Professor Catedrático da cadeira de Farmacologia da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná – pelo empréstimo do centrifugador elétrico. Dr. Eduardo Correa Lima – Docente Livre da cadeira de Parasitologia da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná – pela orientação. Sr. Takumi Haida (Presidente do Clube Esportivo Uraense e Diretor do Ginásio Estadual de Uraí), Dr. Frank Ogata, Dr. Shigueru Shiguehara, Sr. Tadami Takey, Sr. Mitsuyoshi Hama e distintos moradores locais – pela hospedagem, condução e contribuição das despesas. Sr. Myazaki (Presidente da Sociedade Japonesa de Lorena e demais membros diretores), Sr. Massao e Hifumi Ogasawara, Departamento Feminino da Associação – pela hospedagem, condução e

⁴⁷⁸ UGC. UGC – A força de um ideal. Curitiba: UGC, 1999, p. 102.

⁴⁷⁹ DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-FARMACÊUTICA DA UGC. **Observações sobre a frequência dos enterro-parasitos humanos em algumas regiões do Norte do Paraná.** Curitiba, 1957, p. 3.

⁴⁸⁰ Idem

⁴⁸¹ *Ibid.*, p. 24.

⁴⁸² UGC. UGC – A força de um ideal. Curitiba: UGC, 1999, p. 102.

contribuição para as despesas. Sr. Yoshinari Aoki – pela hospedagem, condução e contribuição para as despesas. INSTITUTO PINHEIROS, PRODUTOS TERAPÊUTICOS, S/A pela doação de (...) Produtos fornecidos pela gentileza do Sr. Romeu Fonsi, Inspetor e Gerente do referido Instituto, nesta Capital. A R.V.P.S.C.⁴⁸³ – pelo desconto de 50% nas passagens dos componentes da caravana, de Curitiba à Uraí. I.M.I.D.A.S. S/A – pela doação de 400 drágeas de VERMOIDS adulto e infantil (...) Doação esta feita pelo sr. Gaspar Falco Neto, Gerente de IMIDAS e PURÍSSIMUS nesta capital. Dr. Odín do Amaral – pelo empréstimo de um centrifugador manual⁴⁸⁴.

Relatório semelhante foi produzido para a caravana de 1958. Na capa, observa-se que desta vez o *Instituto de Pesquisas da Universidade do Paraná* apareceu como coautor do documento, juntamente com o Departamento de Assistência Médico-Farmacêutica da UGC. Foram 12 os caravanistas naquele ano, mais uma vez sem a presença de mulheres e com dois não-nisseis. Além das cidades de Apucarana, Maringá, Londrina e Rolândia, os ugecenses realizarem exames em alunos do ensino primário do Uberaba e da Vila Guaíra, bairros do subúrbio curitibano. Em relação ao relatório anterior, encontra-se uma semelhança entre o tipo de indivíduos e empresas na seção dos agradecimentos. O prólogo foi escrito por Milton Munhoz, então professor de medicina da Universidade do Paraná, e mais uma vez exemplifica o envolvimento da instituição nas excursões

O presente trabalho encerra uma valiosa contribuição ao melhor conhecimento das enteroparasitoses humanas e sua distribuição em algumas regiões do Paraná. É digno de louvor o papel desempenhado pelos acadêmicos de Medicina filiados à União dos Gakusseis de Curitiba, que mais uma vez demonstram seu espírito científico, amor ao estudo e uma nítida compreensão de nossos problemas sanitários (...) Trabalhos como vêm realizando [sic.] os membros dos GAKUSSEIS são dignos de encômios e merecem o mais decidido apoio de seus professores e o estímulo de seus aplausos para que prossigam a sua obra científica, tão cedo encetada com dedicação e grande entusiasmo⁴⁸⁵

Em 1959, a caravana científica foi cancelada por “problemas de calendário e modificações curriculares”⁴⁸⁶. Em 1960 teve como destino um único município, Assaí. Não foram localizadas fotografias da excursão nos álbuns da UGC, mas tratou-se da primeira caravana para a qual se localizou um livro de atas específico, que entrou em certos detalhes da empreitadas não contemplados em outros documentos. O custo das passagens foi dividido com a Secretária de Educação do Estado do Paraná. O trajeto foi realizado de ônibus e teve 10 horas

⁴⁸³ *Rede de Viação Paraná-Santa Catarina*

⁴⁸⁴ DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-FARMACÊUTICA DA UGC. **Observações sobre a frequência dos entero-parasitos humanos em algumas regiões do Norte do Paraná**. Curitiba, 1957.

⁴⁸⁵ DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-FARMACÊUTICA DA UGC; INSTITUTO DE PESQUISAS DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Observações sobre a frequência dos entero-parasitos humanos em algumas regiões do Norte e Capital do Paraná**. Curitiba, 1958, p. 3.

⁴⁸⁶ UGC. Sede da UGC. **Ata da 128ª Sessão da Diretoria** - 6 de junho de 1959. Livro de Atas da UGC (1958-1964).

e meia de duração⁴⁸⁷. Em Assaí, a hospedagem ficou por distribuída entre “elementos da colônia”⁴⁸⁸.

No primeiro dia de atividades em Assaí, 4 de julho de 1960, os gakusseis foram recebidos por lideranças étnicas da *Associação Japonesa de Assaí*. Na abertura ouviram-se histórias de vida de doze lideranças ali presentes, quase todas de isseis, estando entre eles dois parentes de integrantes da UGC. Os 17 caravanistas presentes fizeram o mesmo, passando a seguir para uma “troca de ideias sobre vários assuntos interessantes”⁴⁸⁹. A partir da manhã seguinte, entre os dias 5 e 11 de julho, os ugecenses realizaram mais 1.500 exames em amostras de fezes da população local e no dia 12 prepararam os relatórios acerca destes.

Pelas noites, os caravanistas realizavam palestras na sede da Associação. Entre os dias 6 e 11, os ugecenses discutiram os temas *Mecanismos de Transmissão dos Parasitas, Higiene Pessoal, Doenças Frequentes no Meio Rural e Cuidados na Alimentação*, para um público que variou entre 30 e 77 pessoas⁴⁹⁰. De um modo geral, as perguntas eram feitas primeiro pelos mais velhos em japonês, depois pelos demais presentes em português. Na palestra sobre doenças no campo, o caravanista optou por “salientar a importância de cooperações mútuas entre nisseis e isseis afim de construir uma colônia melhor”. No dia 10, a UGC participou de uma mesa redonda com a “juventude assaisense”, um evento de 3 horas nas quais foram discutidos temas como *importância da língua japonesa para nisseis, distinção social nas escolas de Assaí e vida estudantil em Curitiba*⁴⁹¹.

A intensa rotina em Assaí incluiu ainda outras atividades. Aconteceram um duelo de tênis de mesa entre UGC e a associação local, a participação em um baile oferecido pelo Departamento Feminino da mesma entidade, presença em um casamento feito também na sede da agremiação, uma recepção ao time de beisebol infantil da cidade, um churrasco de despedida da caravana e por fim entrega de medicamentos para moradores locais⁴⁹².

A caravana de 1961 aconteceu em um modelo semelhante, visitou apenas uma cidade, Arapongas. De todas as viagens realizadas pelo Departamento de Assistência Médico-Farmacêutica ao longo do período estudado, esta é a única bem documentada nos álbuns de

⁴⁸⁷ UGC. Sede da UGC. **Diário da Caravana** – s/d. Livro de Atas da UGC (1958-1964).

⁴⁸⁸ UGC. Sede da UGC. **Ata da 2ª Reunião da Comissão Organizadora da Caravana do Departamento de Assistência Médica-Farmacêutica** - 30 de junho de 1960. Livro de atas da Comissão Organizadora da Caravana do Departamento de Assistência Médica-Farmacêutica (1960).

⁴⁸⁹ UGC. Sede da UGC. **1ª Ata da Caravana do Departamento de Assistência Médica-Farmacêutica** - 4 de julho de 1960. Livro de atas da Comissão Organizadora da Caravana do Departamento de Assistência Médica-Farmacêutica (1960).

⁴⁹⁰ UGC. Sede da UGC. **Livro de atas da Comissão Organizadora da Caravana do Departamento de Assistência Médica-Farmacêutica**, 1960.

⁴⁹¹ Idem

⁴⁹² Idem

fotografias da UGC. Algumas das imagens registradas mostram as mesas de debate realizadas, homenagens prestadas por autoridades locais e a presença de gakusseis em alguns pontos centrais da cidade. Em outras, os caravanistas são fotografados em propriedades agrícolas de fazendeiros *nikkeis*, junto a outros nipo-brasileiros do local.

Há ainda diversas fotos dos excursionistas compenetrados em exames ou consultando livros médicos. É o caso da *Figura 3*. Enfileirados, aparecem em destaque oito ugecenses, desta vez com a participação de duas moças. Olham atentamente para seus microscópios, auxiliados por luminárias, tentando obter a conclusão das amostras. A atividade acontece em um casarão de madeira de estrutura simples. Ao fundo, além de um jovem aparece um senhor *nikkei*, provavelmente morador da região.

Figura 3 – Caravanistas do Departamento de Assistência Médico-Farmacêutica da UGC realizando exames em Arapongas (PR).



Fonte – Alguns da Gestão 1960-1961 da UGC, autor desconhecido, 1961

A exemplo da caravana de 1960, a comissão organizadora do evento registrou suas atividades em um livro de atas. O número de caravanistas foi de 19, todos *nikkeis*. Além de um chefe de caravana, foram selecionados os cargos de tesoureiro, orador em japonês, orador em português, um laboratorista e um subchefe de caravana. O evento foi recebido pela *Associação Recreativa e Esportiva Arapongas*, principal agremiação nipo-brasileira da cidade. A Universidade do Paraná contribuiu com a doação de materiais para a realização de exames.

Foram realizadas palestras acerca de *Mecanismos de transmissão de parasitoses*, *Micose e sua profilaxia* e *Higiene geral*. Em duas mesas redondas voltadas para o público jovem, discutiram-se temas como o funcionamento da UGC, as faculdades existentes em Curitiba, a sociabilidade dos estudantes nisseis na capital paranaense e a “nobreza das diversas profissões”. O evento contou com a presença do presidente e do vice-presidente da UGC e além

de eventos com as lideranças étnicas municipais, realizaram-se outros com o prefeito da cidade, um juiz de direito, representantes da Igreja Católica e fazendeiros *nikkeis* da região.

3.7 A CARAVANA CULTURAL E O LUGAR DO NISSEI NO BRASIL EM MODERNIZAÇÃO

Na 42ª Assembleia Geral da UGC, realizada em 14 de outubro de 1956, os gakusseis discutiam a viabilidade de uma atividade planejada para o ano seguinte. A proposta era que

Seja estudado por esta assembleia a possibilidade da realização de uma excursão cultural ao Norte do Paraná no mês de julho do ano vindouro (...) a caravana deverá ser composta de representantes selecionados (por critério de julgamento) entre os associados. Finalidades: difundir e esclarecer os conhecimentos universitários através de palestras e pesquisas, etc na colônia japonesa⁴⁹³.

A comissão organizadora deveria ser composta por representantes de todos os departamentos da agremiação. Seu financiamento ocorreria parte por “conta dos participantes e outra parte por meio de auxílio conseguidos de autoridades estaduais, municipais, associações e participantes”⁴⁹⁴ sendo sua realização possível apenas dentro destes termos. Junto com este empreendimento, a UGC planejava nomear uma comissão com o objetivo de visitar “agremiações congêneres de outras localidades” com atenção especial para a ACEP, em São Paulo⁴⁹⁵.

A próxima ata a mencionar este projeto é a 93ª Sessão da Diretoria, realizada em 30 de março de 1957. A gestão da entidade apresentou duas propostas: uma viagem que teria como objetivo visitar associações de nisseis Assaí, Londrina, Apucarana, Maringá e o Rio de Janeiro ou comparecer a um encontro organizado pela Piratininga em São Paulo. No plenário, aprovou-se a segunda opção. Desta maneira, ao mesmo tempo em que o Departamento de Assistência Médico-Farmacêutica executaria a caravana científica para o Norte do Paraná, o restante da entidade iniciou os preparativos para a *caravana cultural*⁴⁹⁶, que recebeu o nome oficial de *Semana de Estudos Sôbre a Comunidade Japonesa do Brasil*.

Além de UGC e ACEP, compareceram ao evento representantes do *Rio Esporte Clube* (Rio de Janeiro) e de uma entidade de nisseis da cidade de Lins (SP), descrita nas fontes encontradas como *Interior Paulista*. Através do regimento interno do evento, percebe-se que ele funcionou como um congresso. A duração foi de 5 dias, 3 a 7 de julho de 1957, na sede da Piratininga, no bairro de Pinheiros (São Paulo). Foram realizadas mesas de debate, aonde o

⁴⁹³ UGC. Sede da UGC. *Ata da 42ª Assembleia Geral* - 14 de outubro de 1956. Livro de Atas da UGC (1953-1958), p. 129.

⁴⁹⁴ Idem

⁴⁹⁵ Idem

⁴⁹⁶ Termo utilizado nas atas de reunião da UGC.

expositor de uma tese tinha 30 minutos para dissertar sobre o tema desejado, ouvindo a seguir um parecer de 10 minutos de uma mesa organizada com integrantes das entidades participantes, seguida de mais 30 minutos de debate com o público geral e outros 10 minutos de emendas propostas pela mesa⁴⁹⁷.

Um álbum de fotos organizado pela comitiva da UGC participante no evento traz mais detalhes sobre bastidores e outras atividades. Os gakusseis foram para São Paulo de avião, na tarde de 3 julho. No Aeroporto de Congonhas, foram recebidos pelos integrantes da ACEP. Aqueles que apresentariam teses ficaram hospedados na *Harmonia*, uma Casa de Estudantes voltada para jovens nisseis, fundada em São Bernardo do Campo no ano de 1953. Os demais se dividiram em casas de famílias *nikkeis* da capital paulista. A delegação curitibana foi composta por aproximadamente 15 pessoas, todos homens nisseis. As imagens relevam que, além das mesas de debate, foram realizadas outras atividades como um jantar em um restaurante chinês no bairro de Pinheiros, uma visita à fábrica da *General Motors* em Santo André (SP), um churrasco realizado no local do evento e uma partida de beisebol entre o time da UGC e o time da ACEP.

Boa parte das imagens registra os debates promovidos, com jovens nisseis de terno concentrados em uma sala, na qual também estavam presentes algumas moças, observando atentos o palestrante da vez, realizando anotações em seus cadernos. O salão ficava cheio, com aproximadamente 30 pessoas. As mesas eram adornadas com pequenas bandeiras do Brasil e do Estado de São Paulo, como se pode ver na *Figura 4*. Além das bancadas de agremiações nipo-brasileiras os debates contaram com a presença de representantes do *Instituto de Pesquisas Sociológicas* de São Paulo.

⁴⁹⁷ I SEMANA DE ESTUDOS SÔBRE A COMUNIDADE JAPONÊSA DO BRASIL. **Regimento Interno**. São Paulo, ACEP, 1957, p. 1

Figura 4 – Participantes da *I Semana de Estudos Sobre a Comunidade Japonêsa do Brasil* em meio a uma mesa de discussões



Fonte – Álbum da comitiva da UGC na *I Semana de Estudos Sobre a Comunidade Japonêsa do Brasil*, autor desconhecido, 1957.

Tratou-se de um evento que reuniu jovens que podem ser considerados, nos termos de Weber, tanto como lideranças, quanto como intelectuais étnicos. Nos arquivos da UGC foi possível localizar duas comunicações realizadas por integrantes da agremiação na *caravana cultural*. Ambas tratam de temas parecidos, que indicam a tônica da *Semana de Estudos*. Expõe o nissei como portador de uma identidade própria em relação aos imigrantes japoneses e aos demais estudantes brasileiros, mencionam as ascensões sociais vividas pela maioria das famílias japonesas naqueles tempos, relacionam estas com o crescimento de estudantes de origem japonesa e por fim tentam situar o nissei no processo de modernização do Brasil dos anos 1950.

O artigo *O pensamento do estudante “nissei” a respeito da colônia japonesa* é de autoria desconhecida. O expositor inicia o texto elogiando a iniciativa de uma semana com o intuito de analisar a situação dos nisseis no Brasil, argumentando a seguir que eventuais queixas da parte dos isseis deveriam ser relevadas, visto que muitos deles “gostariam de saber como aprecia e como pensa o ‘nissei’ sobre a colônia japonesa”⁴⁹⁸. Ainda no trecho inicial, é feita

⁴⁹⁸ AUTOR DESCONHECIDO. *O pensamento do estudante “nissei” a respeito da colônia japonesa*. São Paulo, 1957, p. 1.

uma menção acerca da atualidade da temática naquele momento, que demonstra o quanto a identidade geracional nissei era relevante para os participantes do evento. O autor afirma que na época da chegada dos primeiros imigrantes japoneses

certamente, nem se cogitava do uso da palavra “nissei” que seria o seu próprio filho de anos depois, cujo emprego é hoje tão generalizado não só no seio da colônia, bem como até mesmo acentuadamente entre os intelectuais relacionados com a comunidade japonesa. Quem sabe porque, se não se preocupar com certos extremismos, a citação da palavra “nissei” é cômoda por nela encerrar uma série de cousas bem específicas. Pensar-se, então, que o uso da tal palavra como espécie de neologismo na linguística brasileira fosse um dia constituir motivo de discussão, mesmo por parte de determinado grupo de pessoas, é cousa que por certo, nem de longe chegaram a imaginar⁴⁹⁹

Na sequência, faz-se uma breve descrição do ambiente universitário em Curitiba. Mencionam-se as reformas que a Universidade do Paraná realizava em seus *campi* naquele momento e o fato de que existiam na capital paranaense 24 escolas superiores, o bastante para descrevê-la como uma cidade iminentemente universitária. A seguir, o texto menciona a crescente colônia japonesa do Estado do Paraná e a relaciona com a expansão da principal instituição de ensino da capital, fazendo a partir disto uma estimativa da quantidade de estudantes nisseis no país inteiro

Sendo numerosa a colônia japonesa no Estado do Paraná mormente no norte do Estado, estimado seguramente em 7.000 famílias por ocasião da celebração do 1º Centenário do Paraná em dezembro de 1953, já se faz notar bom número de famílias que enviam os seus filhos para cursarem às Faculdades em Curitiba. (...) Assim é que, no ano de 1949 quando se registrou a fundação da União dos Gakusseis de Curitiba, o número de universitários “nisseis” não ia além da casa dos 20 (...) estima que no presente ano já se possa contar com cerca de 150 (...) Nesta base, admitindo-se que se tenha no Brasil 400.000 pessoas etnicamente japoneses, o total de universitários “nisseis” deveria ser de 800 pessoas que é um número mais ou menos provável. Bem se vê, por esta simples análise que bem diverso está o aspecto da colônia quando volvemos os olhos para a história da colônia japonesa, pois este número corresponde exatamente à primeira leva que desembarcava no porto de Santos, sem sequer saber pronunciar um “bom dia” correto.⁵⁰⁰

Ainda que a situação daquele momento fosse vista com certo otimismo, o autor faz argumentou que “Longe está, entretanto, de se ainda poder dizer que a colônia está rica”. A solução para resolver a questão era que mais nisseis fossem incentivados a cursar o ensino superior. Uma das principais justificativas para este investimento era o quadro de mudanças econômicas pelas quais o país passava

É bem verdade que a colônia japonesa veio para o Brasil para se dedicar à agricultura. Mas no dia em que pudermos constatar a cifra da agricultura mais reduzida em compensação às outras categorias de atividades, poderemos certamente neste dia dizer que a comunidade japonesa está mais rica (...) A tecnologia bem aplicada com necessária mecanizações na lavoura tornará a produção mais abundante com menor número de pessoas que a ela se dedica. As pessoas inaptas a se adaptarem [sic.] a estes progressos verão formados a escolheres novos meios de vida. Mas que estes novos meios para a colônia, não sejam os de ficar na dependência dos terceiros, mas sim,

⁴⁹⁹ *Ibid.*, p. 2.

⁵⁰⁰ *Ibid.*, p. 3-4.

economicamente autônomos. Ai, sim, então poderemos ver a colônia mais rica, e os agricultores que permanecerem serão então agricultores de muito maior monta do que atualmente os são.⁵⁰¹

O outro artigo escrito para a ocasião e localizado entre as fontes consultadas foi publicado em uma edição do jornal A Voz da União. *O Estudante “Nissei” Sob o Aspecto da Cultura Geral* é de autoria de Nobutero Matsuda. Matsuda, como mencionado anteriormente, foi o mais engajado dos ugegenses no movimento estudantil da época. Seu escrito deixa transparecer claramente esta influência, pois na visão dele, o estudante nissei só poderia alavancar a colônia japonesa a um lugar nas elites nacionais caso os nisseis se inserissem nos debates envolvendo grandes questões políticas nacionais. Mais uma vez, a ascensão social dos *nikkeis* é colocada ao lado dos processos de modernização do país. Em sua definição de cultura, o ugegense afirma que

O mundo da cultura é um mundo em trânsito, afetados em suas entranhas pelo tempo, pela historicidade, que também afeta, em sua estrutura o ser do homem. Nesse sentido, a palavra não significa a cultura em produção, o processo histórico de criação da cultura, a construção das cátedras góticas, por exemplo, dos castelos medievais. A cultura em desenvolvimento exige um alto grau de transfertilização das camadas sociais. Essa flexibilidade se traduz: a) - Na possibilidade de acesso à liderança, em função do esforço econômico; b) - Na aceitação do êxito econômico como critério válido de promoção social, de tal modo que o poder econômico tenha prestígio comparável à tradição aristocrática, ao poder político e ao poder militar. Numa sociedade em que o êxito econômico é incapaz de provocar uma revisão do “STATUS” do indivíduo, limitado fica o horizonte de oportunidade e minguado o quociente de esforço⁵⁰².

Adotando um discurso mesocrático, Matsuda se atenta para as transformas pelas quais a colônia japonesa passava naquele momento, situando o nissei no centro de possíveis mudanças. Eram tempos de integração na sociedade brasileira majoritária, o que gerava certas tensões internas. Daí a necessidade dos mais jovens de capitanearem o processo de ascensões sociais na conjuntura que se apresentava

A circunstância cultural dos nisseis é como clima de desenvolvimento (...) Paralelamente observa-se hoje em dia o seguinte: a parte sensível a luta entre o novo e o velho, motivado pelo espírito de reconstrução ou adaptação. É em suma uma fase de condescendência para com os não adaptáveis ao meio social nacional e ainda acrescido pelos que julgam a imposição de tal atitude como meio racional natural (...) Nós, estudantes nisseis, temos pela frente uma grande responsabilidade (...) É lógico que a mocidade estudiosa nissei, guarde o pensamento comandante da atividade cultural⁵⁰³.

Entretanto, esta missão estava ainda longe de ser realizada, o que se relacionava, segundo o autor, não apenas com certo desinteresse dos nisseis para o que considerava ser a *cultura geral*, mas também com o ainda relativamente baixo número de universitários de origem japonesa

⁵⁰¹ *Ibid.*, p. 5-6.

⁵⁰² MATSUDA, Nobutero. *O Estudante “Nissei” sob o Aspecto da Cultura Geral*. In: *A Voz da União*. Curitiba, junho, 1960, p. 1.

⁵⁰³ Idem

Ao avivarmos as nossas atenções ao plano em que se colocam os atuais estudantes nisseis quer sejam superiores ou secundários, nada nos impede de reconhecermos à frente da cultura geral, com toda sua grandeza, uma estagnação imperdoável. A razão de se poder afirmar esses reconhecimentos diante de magnífico panorama cultural, se prende talvez, na falta de estudantes nisseis em que se ponderar a auto-análise para poder sobressair no seio nacional⁵⁰⁴.

Para Matsuda, não se tratava apenas de um problema dos jovens nisseis. O ugegense afirma que ainda que “a juventude estudiosa brasileira” tivesse uma trajetória “cheia de lutas marcantes”, sua história talvez “não seja suficiente para nos moldar em formas acentuadas a predominância de próprio estilo nacional”⁵⁰⁵. Assim “Diante desse vasto aspecto e de dilema da vida e considerando, os estudantes nisseis sob um nacionalismo especial pelos efeitos marcantes da origem, sofrem ainda maior reflexo, diante do problema de sorte toda”⁵⁰⁶. O caminho apontado pelo ugegense para resolver esta questão era

formar um indício de ansiedade sob uma forma de auto-educação de cuja resolução possamos desfraldar a marcha para o progresso, em benefício da pátria brasileira que tanto honramos. A partir deste ponto, os estudantes nisseis devem e deverão adquirir capacidade para apreciar e analisar as coisas através das experiências das lutas sociais que vivem, como bens herdeiros da tradição de sua origem, bem como aprofundar nas tradições nacionais e delas desenvolver espírito de sensibilidade e procurar vencer as dificuldades e servir à pátria que deve ser vivida com alma e coração⁵⁰⁷.

Nos termos de Matsuda, a integração, juntamente com a defesa de um nacionalismo brasileiro, era a única saída para que os *nikkeis* se firmassem na elite brasileira. Neste sentido, não bastaria aceder ao ensino superior. O momento pedia que os estudantes nisseis se valessem de seu lugar privilegiado para que saíssem como “vencedores” das transformações ocorridas no país, que poderia encontrar na distinção étnica um certo obstáculo

É, se analisarmos o crescimento intenso de um contingente nisei, ocupando áreas cada vez mais amplas. Esse fenômeno, é paralelo ao aumento da população brasileira, e nos coloca numa encruzilhada: ou tomamos o rumo do desenvolvimento, o que se dará na medida em que formos capazes de utilizar os dados da ciência e os da técnica social. Contudo parece-nos que esse fenômeno fundamental ao nosso caso, se apresenta com a complexidade desnorteante que é o traço distintivo da nossa face, e muitas vezes mal percebido, por questões particulares ou por considerar uma ordem social ou econômica e específica em que se colocam os nisseis⁵⁰⁸.

As atas subsequentes ao evento indicam que a participação na *I Semana de Estudos Sobre a Comunidade Japonêsa do Brasil* foi considerada um sucesso pela diretoria da UGC. Inicialmente, uma segunda *Semana de Estudos* estava programada para acontecer em julho do ano seguinte, novamente na ACEP. Já em 18 de março de 1958, na 107ª Sessão da Diretoria⁵⁰⁹,

⁵⁰⁴ Idem

⁵⁰⁵ Idem

⁵⁰⁶ Idem

⁵⁰⁷ Idem

⁵⁰⁸ Idem

⁵⁰⁹ UGC. Sede da UGC. *Ata da 42ª Assembleia Geral* - 18 de março de 1958. Livro de Atas da UGC (1953-1958), p. 147.

o Departamento Cultural dos gakusseis chegou a anunciar onze eixos temáticos para que os interessados em realizar comunicações no evento desenvolvessem suas propostas⁵¹⁰.

Entretanto, a ACEP comunicou o cancelamento do evento dada a prioridade da entidade em organizar os festejos do Cinquentenário da Imigração Japonesa no Brasil⁵¹¹. A gestão da UGC decidiu tomar a iniciativa da organização do evento, adiado para a metade de 1959, estimando custos e convidando para sua realização as entidades que compareceram à sua primeira edição. Em abril de 1959 a própria gestão da UGC, alegando incapacidade financeira, cancelou o evento novamente.

Apesar de novas edições da *caravana cultural* não terem ocorrido, o evento, bem como sua repercussão, expuseram a preocupação das associações de nisseis em discutir seu lugar na sociedade brasileira dos anos 1950. Muitos dos temas discutidos na ocasião eram fontes de debate em outras caravanas realizadas pela UGC, como as científicas, as esportivas e também as recebidas. De diferentes maneiras, estes eventos, juntamente com a atividade cotidiana das entidades, ajudaram a construir uma identidade específica para os nisseis.

No caso de diversas agremiações de estudantes nisseis, como a UGC, esta identidade construída relacionava-se diretamente a uma condição estudantil, que representava a ascensão social de suas famílias, originalmente radicadas no campo. De certo modo, as caravanas eram uma forma de retribuir a estas famílias aquilo que era absorvido em um espaço até então praticamente reservado às elites nacionais. Traziam-se valores das instituições de ensino para dentro da colônia japonesa ao passo em que esta colônia fornecia novos integrantes para as elites nacionais. Assim, as excursões foram a expressão de um *trânsito* dentro do espaço étnico *nikkei*, representando ao passo as transformações intensas pelas quais passava a sociedade brasileira como um todo.

⁵¹⁰ Os eixos temáticos eram os seguintes: a colônia japonesa e sua vida rural, contribuição da cultura japonesa para a cultura nacional, o nissei e a atividade que tome relação correlação aos problemas político-sociais do país, conservação dos costume e língua sem criar problemas de racismo, vantagens e desvantagens do sistema de republicas e características das repúblicas de nisseis, comparação da colonização japonesa com outras estrangeiras, condições e ambientação do estudante nissei em Curitiba, assimilação do elemento japonês, como encaram os estudantes o problema do casamento nissei com pessoas de outras nacionalidades, imigração japonesa (seus problemas) e o nissei e o comportamento na vida estudantil como universitário.

⁵¹¹ UGC. Sede da UGC. **Ata da 113ª Sessão da Diretoria** - 7 de junho de 1958. Livro de Atas da UGC (1958-1964).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com sociólogo alemão Georg Simmel, existe um ponto no qual uma minoria étnica ou social passa para a ofensiva e começa a empreender a conquista de vantagens e de poder. Neste estágio, argumenta o autor, se a minoria estiver espacialmente concentrada, não terá tanta eficácia em seu empreendimento como poderia ter caso outros possam colaborar para ele desde diversos pontos. Simmel aponta que em um momento no qual as forças de uma minoria são escassas e por isso estão concentradas para uma postura defensiva, a formação de um “gueto” pode ser algo vantajoso, mas na medida em que cresce a segurança e a energia do grupo, sua existência torna-se resolutamente prejudicial. Citando o exemplo dos hebreus, o autor afirma que, quando estes saíram do gueto e disseminaram-se por toda a população, seu poder coletivo aumentou consideravelmente⁵¹².

No caso específico das migrações, Simmel, afirma que há que considerar o efeito que a migração de parte de um grupo produz sobre a parcela que permanece sedentária. O autor aponta que por um lado este processo favorece a unificação do *povo* em questão e por outro escancara seus dualismos. Neste sentido, busca-se a construção de uma uniformidade de cultura objetiva, visando a geração de uma consciência de que “tal coisa é o mesmo aqui que em qualquer outro ponto do mesmo círculo”⁵¹³. O sociólogo ressalta que migrações e viagens foram, com muita frequência, um dos mais eficazes meios de “centralização espacial em um sentido político”, apresentando como exemplo as viagens frequentes que a corte russa realizava de tempos em tempos por todas as cidades de seu império, ou a aparição de uma justiça itinerante na Inglaterra medieval⁵¹⁴. Podem também ser produtoras de um *comunismo espiritual* entre aqueles que migram, sendo neste ponto curioso ressaltar, como feito anteriormente neste trabalho, que Simmel aponta exatamente as caravanas realizadas por comerciantes na Roma Antiga como exemplo de geração deste sentimento.

Estes apontamentos estão contidos na *Digressão sobre a sociologia dos sentidos*, redigida Simmel em 1908. O surgimento da UGC, bem como as atividades realizadas pela entidade ao longo dos anos 1950, podem ser relacionadas com a linha de raciocínio do sociólogo em diferentes níveis. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os *nikkeis*, já com uma trajetória intimamente relacionada com as migrações internas, “saíram dos guetos” rurais, dos núcleos de

⁵¹² SIMMEL, Georg. **Sociología: estudios sobre las formas de socialización**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2015, p. 585.

⁵¹³ *Ibid.*, p. 592.

⁵¹⁴ *Ibid.*, p. 594.

colonização e começaram a migrar em massa para as grandes cidades, sendo os jovens estudantes parte significativa desta população migrante. Ressalte-se que esta “saída” foi também possibilitada pelo final das medidas restritivas promulgadas ao longo do Estado Novo e intensificou-se na medida em que os setores “vitoristas” da comunidade nipo-brasileira renunciavam à sua posição de rejeição aos resultados do conflito armado.

As migrações internas, que desde o princípio da chegada dos japoneses ao Brasil foram características do grupo, ganharam um novo caráter a partir de então. Seguiram uma lógica de ascensões sociais enquanto projeto familiar, mas contribuíram para dispersar as populações *amarelas* por novas partes do território nacional e tornar os *nikkeis* “visíveis” à boa parte da sociedade brasileira, que anteriormente tinha pouco contato com eles. O jovem nissei aparece como protagonista nesse fenômeno. Sua chegada às universidades ajudou a gerar um dualismo entre a imagem do agricultor e a do profissional liberal como característica do grupo étnico. A produção desta identidade, captada por Ruth Cardoso⁵¹⁵, foi exaltada por indivíduos destacados e por associações étnicas nipo-brasileiras, sobretudo as estudantis, contribuindo tanto para a ressignificação da imagem do *nikkei* e para a reestruturação do espaço étnico – fraturado pelo emergir do conflito entre vitoristas e derrotistas – que gerou uma maior coesão interna ao passo que escancarava a diversidade existente dentro do grupo.

Neste sentido, as caravanas realizadas pela UGC aparecem como um exemplo digno de nota, na medida em que colocavam em contato os moradores da cidade com os do campo, ajudavam a ressignificar a identidade étnica do grupo como um todo e a forjar uma identidade própria para os nisseis em particular, promovendo a imagem da entidade e de seus líderes nos espaços de concentração de nipo-brasileiros e também fora dele, perante instituições públicas brasileiras, como a Universidade do Paraná ou o governo do mesmo Estado. Tais realizações foram possíveis num contexto em que os jovens nisseis encontravam-se praticamente desamarrados da influência de associações étnicas locais comandadas pelos primeiros imigrantes e numa posição privilegiada nas universidades e no ensino secundário, que lhes dava legitimidade para batalhar pelas próprias pautas políticas.

Estas atividades tinham como objetivo principal divulgar o nome da entidade pelas cidades do interior do Paraná. Tiveram sucesso em seus objetivos, visto o crescente número de associados da UGC ao longo da década. Vale ressaltar, eram também realizadas por outros grupos de nisseis como a Associação Cultural e Esportiva Piratininga, de São Paulo, que concentrava suas viagens no interior paulista. Um de seus resultados foi o surgimento de

⁵¹⁵ CARODOSO, Ruth. **O agricultor e o profissional liberal entre os japoneses no Brasil**. *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, 1963, p.53-60.

caravanas que vinham de cidades do interior para as capitais, visando conhecer o ambiente estudantil destas, bem como o próprio funcionamento cotidiano das entidades que os visitavam.

De um modo geral, estas associações tentaram assumir um papel de liderança étnica, forjando intelectuais étnicos, que renovavam as práticas de seu grupo como um todo ao passo que defendiam para eles uma identidade própria. No caso dos nisseis, sobretudo dos estudantes, a renovação de práticas estava relacionada a uma defesa de integração social, que pautava uma *brasilidade* específica, galgada na possibilidade de manutenção das diferenças culturais dos *nikkeis*. A situação específica dos jovens nisseis, em pequeno número nas grandes cidades e na universidade no início da década de 1950 e sua organização em agremiações específicas, bem como a realização de viagens para diferentes partes e com diferentes propósitos ajudou a construir uma identidade própria para o grupo, que, para além de fatores étnicos, se baseava em critérios como geração, classe social, grau de instrução e mesmo nacionalidade.

A aparição de atividades como as caravanas nos propósitos apresentados ao longo desta pesquisa são uma especificidade dos nipo-brasileiros no período. Assistenciais ou não, caravanas de estudantes eram normais ao longo dos anos 1950, mas entre os *nikkeis* elas possuíam a particularidade de construir um espaço comum à uma minoria étnica e defender em seus espaços propostas políticas específicas, quase sempre ligadas ao incentivo das ascensões sociais via migração para grandes cidades buscando uma vaga no ensino superior. Acerca do cenário estudantil curitibano, não foram encontrados registros de outra associação de estudantes que agisse alegadamente em nome de um grupo étnico, como fazia a UGC. É justo considerar que a atuação dos *gakusseis* foi essencial para a execução dos projetos de ascensões sociais de famílias nipo-paranaenses, bem como para a organização de um espaço comum aos *amarelos* em Curitiba, sobretudo aos jovens estudantes.

Segundo Maeyama, no que toca a *colônia japonesa* como um todo, as mudanças sociopolíticas ocorridas no Brasil foram essenciais para possibilitar a transição entre uma “estrutura comunitária” de característica rural e compulsória e uma “estrutura associativa” de característica urbana e mais voluntarista⁵¹⁶. Logo, não se pode separar o fenômeno da aparição de entidades de estudantes nisseis durante os anos 1950 sem atentar-se para a conjuntura política nacional da época. Um dos efeitos da modernização pela qual o país passava foram as significativas mudanças em sua estrutura educacional. O Estado intensificou uma tendência de assumir responsabilidade pelo ensino público, seguindo a lógica de que ampliar o acesso a

⁵¹⁶ MAEYAMA, Takashi. **Ethnicity, Secret Societies and Associations: The Japanese in Brazil**. In: **Comparative Studies in Society and History**, n 21, vol 4. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 589-610, p. 608

instituições primárias, secundárias e superiores aceleraria o desenvolvimento. No caso paranaense, este processo foi ainda mais intenso, visto que o Estado passava por uma explosão demográfica que impulsionava um crescimento econômico acima da média nacional.

No que toca às universidades, estas políticas de Estado tiveram na federalização de instituições privadas, entre elas a Universidade do Paraná, seu maior exemplo. Uma vez públicas, verificou-se uma certa tendência a expansão de seus quadros docentes, mas sobretudo, o acesso tornou-se facilitado pelo aumento no número de pessoas concluindo as etapas anteriores da educação, bem como pela redução de taxas e mensalidades a serem pagas nestas instituições.

Ainda que obter vaga em uma universidade continuasse sendo um privilégio para a ampla maioria dos brasileiros, esta relativa democratização do ensino na época, bem como a diversificação de ocupações profissionais que a modernização gerava no país, fez com que famílias em ascensão social de diferentes segmentos, não apenas as *nikkeis*, se esforçassem para incentivar os filhos a concluir os estudos nas etapas mais avançadas. Existia uma expectativa da parte do Estado de que isso de fato ocorresse, o que no caso paranaense se relacionava a um imaginário que tendia a projetar os filhos dos imigrantes como a futura elite local.

Sob esta perspectiva, os jovens nisseis não são apenas um segmento da *colônia japonesa*, como também da *juventude brasileira* como um todo, sobretudo a das classes médias ascendentes que tiveram facilitado seu acesso às instituições de ensino superior. As lideranças da entidade tinham consciência deste fenômeno nacional de transformações econômicas e sociais, aludindo com frequência aos processos de modernização. As próprias caravanas o transparecem, de certa maneira levam o Estado a núcleos de concentração de imigrantes que as instituições públicas não conseguiam atender adequadamente. Os caravanistas apresentavam-se como figuras modelo, quase todos estudando em instituições públicas, quando não estavam amparados por auxílio de verbas públicas para realizar suas atividades, sobretudo no caso das *caravanas científicas*.

Além disto, a inserção dos jovens nisseis no Brasil em franca modernização era tema frequentemente debatido ao longo das caravanas, em especial no caso da *caravana cultural*. Os eventos revelaram também a importância do contato dos jovens estudantes nisseis com outros estudantes. No caso da UGC, este entrosamento ajudou a levar pautas do movimento estudantil para dentro de espaços mais restritos do grupo étnico. Tanto no caso da UPE ou da UNE como no da UGC, a defesa da entrada de moças no ensino superior destacava-se entre as mais defendidas bandeiras políticas.

O resultado deste quadro de transformações nacionais e internas aos nisseis e nipo-brasileiros pode ser resumido no escrito *Japoneses*, de autoria do jornalista Luiz Mazza, publicado em 1953 pelo jornal *O Estado Paraná*, que foi transcrito no periódico *A Voz da União*. Segundo Mazza os imigrantes japoneses “Vem aqui [ao Paraná], tratam a terra, constituem família, trazem costumes novos que se misturam aos nossos, enraízam-se. Passam a fazer parte da consciência nacional, com acentuado devotamento ao solo”⁵¹⁷. No Paraná há “nipo-brasileiro por todo lado; guiando caminhões, carregando fardos, trabalhando no campo, em oficinas, em toda parte”⁵¹⁸. Acerca da presença nisei na capital, Mazza escreve que estes estavam “estudando na Universidade, vibrando desse civismo que amalgama as criaturas, surgem nas grandes manifestações da classe acadêmica”⁵¹⁹ e que não era “difícil encontrar um deles discursando num debate sobre Economia Política na aula do Prof. Raul Gomes; também será fácil aponta-los nas disputas atléticas, onde são mestres em saltos com varas, gigantes nas piscinas e nas quadras”⁵²⁰.

Em sua conclusão, Mazza descreve os “descendentes de japoneses” como “nossos amigos de Universidade, braços da riqueza nacional, fazedores de cidades, cor expressiva de nossa nacionalidade”. As associações étnicas nipo-brasileiras em geral e nisseis em particular buscaram, de diferentes maneiras, construir um imaginário deste tipo dentro e fora do espaço étnico, sendo a realização de caravanas a principal maneira de colocar em contato o interior com o cidade e possibilitar o crescimento de quadros associativos. Desta maneira, como explica Shizuno, a imagem construído por japoneses e seus descendentes no pós-Guerra “foi calcada na possibilidade de assimilação, na capacidade do bom trabalhador, na sua inteligência inata, na dedicação ao país, etc”⁵²¹.

⁵¹⁷ MAZZA, Luiz. **Japoneses**. In: *A Voz da União*. Curitiba, Setembro, 1953, p.7-8.

⁵¹⁸ Idem.

⁵¹⁹ Idem

⁵²⁰ Idem

⁵²¹ SHIZUNO, Elena C.. **Bandeirantes do Oriente ou Perigo Amarelo**. In: CARNEIRO, Maria Luiza T, TAKEUCHI, Marcia Yumi. (org.). **Imigrantes Japoneses no Brasil – Trajetória, Imaginário, Memória**, p. 123-148. São Paulo: Edusp, 2010, p. 148.

5. REFERÊNCIAS

LISTA DE FONTES

I SEMANA DE ESTUDOS SÔBRE A COMUNIDADE JAPONÊSA DO BRASIL. **Regimento Interno**. São Paulo, ACEP, 1957.

AUTOR DESCONHECIDO. O pensamento do estudante “nissei” a respeito da colônia japonesa. São Paulo, 1957.

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-FARMACÊUTICA DA UGC. **Observações sobre a frequência dos entero-parasitos humanos em algumas regiões do Norte do Paraná**. Curitiba, 1957.

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-FARMACÊUTICA DA UGC; INSTITUTO DE PESQUISAS DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Observações sobre a frequência dos entero-parasitos humanos em algumas regiões do Norte e Capital do Paraná**. Curitiba, 1958.

DIÁRIO DO PARANÁ. **Realizado um Estudo completo Sôbre Japoneses de Curitiba e Adjacências**. In: **Diário do Paraná**. Curitiba, 15 de fevereiro, 1957.

GAZETA DO POVO. **Embaixada de Lavradores de Assaí**. In: **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 de outubro de 1950.

ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA: **Edição comemorativa do centenário do Paraná**. Rio de Janeiro, v. 44, n. 224, dez. 1953

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 1940 – Paraná**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 1950 – Paraná**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 1960 – Paraná**.

MATSUDA, Nobutero. **Entrevista concedida para Ivan Araújo Lima**. Curitiba, 2014

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. **Annaes da Assembleia Nacional Constituinte** – Organizados pela redação dos Annaes e documentos parlamentares. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935.

SATO, Américo. **Entrevista concedida para a UGC**. Londrina, 1999

UGC. **A Voz da União**, 1951-1960.

_____. **Álbuns de Fotografias das Gestões de Diretoria da UGC**, 1949-1961.

_____. **Enderêcos e estatísticas da Colônia Japonesa de Curitiba e cidades próximas**. Curitiba: UGC, 1956.

_____. **Estatuto**. Curitiba, s/d.

_____. **UGC – A força de um ideal**. Curitiba: UGC, 1999.

_____. **Livro de atas da Comissão Organizadora da Caravana do Departamento de Assistência Médica-Farmacêutica (1960)**.

_____. **Livro de atas da Comissão Organizadora da Caravana do Departamento de Assistência Médica-Farmacêutica** (1961).

_____. **Livro de Atas da UGC** (1950-1953).

_____. **Livro de Atas da UGC** (1953-1958).

_____. **Livro de Atas da UGC** (1958-1964).

_____. **Ofícios Recebidos e expedidos** (1949-1961).

UNIÃO PARANAENSE DOS ESTUDANTES. **Relatório da Gestão outubro de 1949 a outubro de 1950**. Curitiba, PR, 1950.

UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Anuários da Universidade do Paraná**, 1949-1960.

YOSHIYASU, Sonoko. **Alguns dados sobre a UGC**. Curitiba, 1956, p.2-3.

REFERÊNCIAS

ANDREAZZA, Maria Luiza; TRINDADE, Etelvina. **Cultura e Educação no Paraná**. Curitiba: SEED/UFPR, 2000.

BARTH, Fredrik. *Os grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998.

BALIBAR, Etienne. **Violencias, identidades y civilidad**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2005.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; TEXEIRA, Moema de Poli. Cor e gênero na seletividade das carreiras universitárias. In: **Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras**. Brasília: IPEA, 2005.

BONI, Paulo César; SATO, Larissa Ayumi. **A mídia fotográfica como estratégia publicitária da Companhia de Terras do Norte do Paraná**. In: BONI, Paulo César (org.). **Certidões de nascimento da História**: o surgimento de municípios no eixo Londrina-Maringá. Londrina, 2009.

CARDOSO, Ruth. **O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses**. In: SAITO, H., MAEYAMA T. (Ed.) **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Vozes/Edusp, 1973, p. 317-345.

_____. **Estrutura familiar mobilidade social**: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo. São Paulo: Kaleidos-Primus Consultoria e Comunicação Integrada, 1998.

_____. **O agricultor e o profissional liberal entre os japoneses no Brasil**. *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, 1963, p.53-60.

CARON, Jean-Claude. Os jovens na escola: alunos de colégios e liceus na França e na Europa (fim do séc. XVIII – fim do séc. XIX) In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). **História dos Jovens**, vol. 2 – A época contemporânea, pp. 137-194. São Paulo, Companhia das Letras: 1996.

CODATO, Evandir. **Colonização agrícola**: a Colônia de Três Barras – 1932-1970. (Dissertação de Mestrado). Curitiba, UFPR, 1981.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Crítica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

_____. **A Universidade Temporã** – O Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem Guerra** – A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Edusp/Geração Editorial, 2002.

DA SILVA, Carla Holanda. **O encontro de territorialidades na diáspora**: japoneses e nordestinos em Assaí-PR. (Dissertação de Mestrado). Curitiba, UFPR, 2008.

DEZEM, Rogério. **Hi-no-maru Manchado de Sangue**: a *Shindo Renmei* e o Deops/SP. In: CARNEIRO, Maria Luiza T, TAKEUCHI, Marcia Yumi. (org.). **Imigrantes Japoneses no Brasil** – Trajetória, Imaginário, Memória, p. 123-148. São Paulo: Edusp, 2010.

FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III (O Brasil Republicano), Volume 11. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Globo, 2008.

_____. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FONSECA, Pedro Cezar. **Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil**. In: **Pesquisa e Debate**, SP, vol. 15, n. 2 (26), pp. 225,256, 2004.

GERALDO, Endrica. A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. Campinas: **Cadernos AEL**, vol. 15, n. 27, pp. 171-212, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Estigma** – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. São Paulo: LTC, 2004.

HALL, Stuart. **Identidades Culturais na pós-modernidade**. Rio De Janeiro: DP&A, 1997.

HANDA, Tomoo. **O imigrante Japonês**: história de sua vida no Brasil. São Paulo: Ed. T.A. Queiroz e Centro de Estudos Nipo-brasileiro, 1987.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos** – O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Sobre História** - Ensaios. São Paulo: Editora Schwarcz, 1998.

HOFFMANN, Maria Luisa; PIVETA Patrícia. **O nascimento de Londrina deu início ao processo de colonização do Norte do Paraná**. In: BONI, Paulo César (org.). **Certidões de nascimento da História**: o surgimento de municípios no eixo Londrina-Maringá. Londrina, 2009.

HOLANDA FILHO, Sérgio Buarque de; GRAHAM, Douglas H. As migrações inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil. **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil 2, 1980, pp. 733-778.

IPARDES. **O Paraná reinventado** – política e governo. Curitiba: IparDES, 2006.

IWAYA, Armando Soichi. **Samurai da Paz** - saga de um imigrante japonês. Curitiba: Editora Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 1982.

IZUMI, Seiichi. A estrutura psicológica da colônia japonesa no Brasil. In: SAITO, H., MAEYAMA T. (Ed.) **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Vozes/Edusp, 1973, p. 361-385.

KOJIMA, Shigeru. **Um estudo sobre os japoneses e seus descendentes em Curitiba**. (Dissertação de Mestrado), 1991, UFPR, Curitiba.

KUMASAKA, Y., SAITO, H. **Kachigumi**: uma delusão coletiva entre os japoneses e seus descendentes no Brasil. In: SAITO, H., MAEYAMA T. (Ed.) **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Vozes/Edusp, 1973, p. 448-465.

LIMA, Ivan Araújo. **Entre os crisântemos e as araucárias**: a União dos Gakusseis de Curitiba e a construção de uma identidade nipo-brasileira no Paraná 1949-1953 (Tese de Conclusão de Curso). Curitiba, 2015, UFPR.

LINHARES, Temístocles. **Paraná Vivo**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2000.

LOPES, Marta Aparecida. **O Movimento Estudantil brasileiro e o ensino superior no período de 1937 a 1964**. (Dissertação de Mestrado), 2004, Universidade São Francisco, Bragança Paulista, 2004

LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

_____. **A negociação da identidade nacional**: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

LUBENOW, Deisi das Graças Rizzo. **Discurso Médico e políticas sanitárias no Paraná nos anos 1950 e a colonização dos sertões paranaenses**. (Dissertação de Mestrado), Curitiba, UFPR.

MAEYAMA, Takashi. **Religião, parentesco e as classes médias dos japoneses no Brasil Urbano**. In: SAITO, H., MAEYAMA T. (Ed.) **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Vozes/Edusp, 1973, p. 240-272.

_____. **Ethnicity, Secret Societies and Associations: The Japanese in Brazil**. In: **Comparative Studies in Society and History**, n 21, vol 4. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 589-610, p. 590

MANNHEIM, Karl. MANNHEIM, Karl. **O problema sociológico das gerações**. In: FORACCHI, M. (org.) **Mannehin**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1982.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **“Um lar em terra estranha”**: a aventura da individualização feminina -A Casa da Estudante Universitária de Curitiba nas décadas de 50 e 60. (Dissertação de Mestrado), 1992, UFPR, Curitiba, 1992.

MELLO, J. M. Cardoso; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia M. (org.). **História da Vida Privada no Brasil**, vol. 4 pp. 559-658. São Paulo, Companhia das Letras: 2002.

MENDONÇA, Ana Waleska; XAVIER, Libânia; BREGLIA, Vera Lúcia; CHAVES, Miriam; OLIVEIRA, Maria Teresa; LIMA, Cecília; SANTOS, Pablo. **Pragmatismo e desenvolvimentismo no pensamento educacional brasileiro dos anos de 1950/1960**. In: **Revista de Educação**, v. 11, n. 31, pp. 96-113.

MISAWA, Yoshiko Asunama. **Histórias de uma vida....** São Paulo: Lis Gráfica e Editora Ltda, 2001.

MONSMA, Karl. Vantagens de Imigrantes e Desvantagens de Negros: Emprego, Propriedade, Estrutura Familiar e Alfabetização Depois da Abolição no Oeste Paulista. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: v. 53, n. 3, 2010, pp. 509-543.

MOREIRA, Vânia Maria. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. **Revista Brasileira de História**, vol. 18, n. 35, São Paulo, 1998.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migração**. Curitiba: SEED, 2001.

NICHOLLS, William H. **A Fronteira Agrícola na História Recente do Brasil: O Estado do Paraná, 1920-1965**. In: **Revista Brasileira de Economia**, v., n. 4. Rio de Janeiro: FGV, 1970.

NUNES, Heliane Muller de Souza. **Crescimento e distribuição de renda no Brasil: o debate na História (1950-1974)** (Tese de Doutorado). Porto Alegre, PUC-RS, 2006.

OI, Célia Abe. **Piratininga, 50 anos** – Uma história da geração nissei. São Paulo: Associação Cultural e Esportiva Piratininga, 2005.

OLIVEIRA, Milena Fernandes. **A teoria do desenvolvimento e a problemática da urbanização na América Latina: uma primeira aproximação**. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, n. 2, pp. 167-184.

PASTORE, José. Emprego, renda e mobilidade social no Brasil. In: **Pesquisa e planejamento econômico**, v. 6, n. 3, 176, pp. 551-585.

PINTO, Alvaro Vieira. **A questão da universidade**. Rio de Janeiro: UNE/Editora Universitária, 1962.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem** – História da participação política dos estudantes desde o Brasil Colônia até o governo Lula. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

QUADROS, Waldir José. **A nova classe média brasileira: 1950-1980** (Dissertação de Mestrado). Campinas, UNICAMP, 1985.

RENK. Valquiria Elita. **O Estado e as políticas de nacionalização da infância nas escolas étnicas do Paraná**. In: **Revista HISTEDBR On-line**, p. 165-182. Campinas: UNICAMP, 2013.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa; SCALON, Maria Celi. **Mobilidade de classe no Brasil em perspectiva comparada**. **Dados**, vol. 44, n. 1.

SAKURAI, Célia. **Imigração Tutelada: os japoneses no Brasil** (Tese de Doutorado). Campinas, , UNICAMP, 2000.

_____, et. al.. **Centenário: Contribuição da Imigração Japonesa para o Brasil Moderno e Multicultural**. São Paulo: Paulo's, 2010.

SAMPAIO, Armando; TOMBOLO, Guilherme. O PIB brasileiro nos séculos XIX e XX: duzentos anos de flutuações econômicas. **Revista de Economia**, v. 39, p. 181-216, 2013.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. **Uma epopeia moderna** – 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1992

SCHWARCZ, Lília M; Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: SCHWARCZ, Lília M. (org.). **História da Vida Privada no Brasil**, vol. 4, pp. 173-244.

SETO, Cláudio; UYEDA, Maria Helena. **Ayumi - caminhos percorridos**: memorial da imigração japonesa – Curitiba e Litoral do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

SHIBATA, Hiromi. **Da casa de pau-a-pique aos filhos doutores**: trajetórias escolares de gerações de descendentes japoneses (dos anos 1950 aos anos 1990). (Tese de Doutorado). São Paulo, USP, 2009.

SIQUEIRA, Márcia Dalledone. **Universidade Federal do Paraná – 100 anos**. Curitiba: Editora UFPR, 2016.

SOUZA, Edson Rezende de. **O ISEB**: a Intelligentsia Brasileira a serviço do nacional-desenvolvimentismo na década de 1950. In: **Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)**, v. 1, n. 1, pp. 147-164.

SUZUKI, Teiti. **Mobilidade geográfica de imigrantes japoneses**. In: SAITO, H., MAEYAMA T. (Ed.) **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Vozes/Edusp, 1973, p. 224-239.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **O Império do Sol Nascente no Brasil**: Entre a Idealização e a Realidade. In: TAKEUCHI, Marcia Yumi; CARNEIRO, Maria Luiza T. **Imigrantes Japoneses no Brasil – Trabalho, Imaginário e Memória**. São Paulo: Edusp, 2008.

WACHOWICZ, Ruy Cristóvam. **Universidade do Mate – História da UFPR**. Curitiba: APUFPR, 1983.

WATANABE, Ii-Sei. **Beisebol e sua História**. In: **Centenário**: Contribuição da Imigração Japonesa para o Brasil Moderno e Multicultural. São Paulo, Paulo's, 2010.

WEBER, Regina. **Líderes, intelectuais e agentes étnicos**: significados e interpretações. In: **Diálogos**, v. 18, n. 2, p. 703-733. Maringá, 2014.

WESTPHALEN, Cecília; MACHADO, Brasil P.; BALHANA, Altiva. **Nota prévia ao estudo de ocupação da terra no Paraná moderno**. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, n. 7, p. 1-52. Curitiba, 1987.

YAMASHIRO, Issamu (coord.). **Imigração Okinawana no Brasil – 90 anos desde o Kasato Maru**. São Paulo: Associação Okinawana Kenjin do Brasil, 1998.